Justiça Federal da 1ª Região
PJe - Processo Judicial Eletrônico

09/06/2025

Número: **0002306-88.2002.4.01.3400**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**
Órgão julgador: **Núcleo de Justiça 4.0 - Apoio ao Cumprimento de Sentença**
Última distribuição : **22/09/2022**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Processo referência: **0010655-56.1997.4.01.3400**
Assuntos: **Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ARLINDO JOAO SCHIO (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
LOURDES SCHIRMER (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
SANTO MARCUZZO (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
NILO MANOEL MATTIA (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
GILBERTO HILGERT FONSECA (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
ANA MARIA ORTIZ MACHADO (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
URBANO NAUE (EXEQUENTE)	AMARIO CASSIMIRO DA SILVA (ADVOGADO)
UNIÃO FEDERAL (EXECUTADO)	
CM FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS (TERCEIRO INTERESSADO)	LETICIA MESSIAS (ADVOGADO) BRUNA DO FORTE MANARIN (ADVOGADO)

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
179612872	19/02/2020 11:56	Petição inicial	Petição inicial	Interno
340675359	28/09/2020 10:14	Volume	Volume	Interno
340675360	28/09/2020 10:14	2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf	Volume	Interno
340675361	28/09/2020 10:15	2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf	Volume	Interno
340675362	28/09/2020 10:15	2306-88.2002.4.01.3400 VOL 2.1.pdf	Volume	Interno
340675363	28/09/2020 10:15	2306-88.2002.4.01.3400 VOL 2.2.pdf	Volume	Interno
340675364	28/09/2020 10:15	2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.1.pdf	Volume	Interno
340675365	28/09/2020 10:15	2306-88.2002.4.01.3400 VOL 3.2.pdf	Volume	Interno
350725012	14/10/2020 21:14	Certidão de processo migrado	Certidão de processo migrado	Interno
353655392	14/10/2020 21:14	Intimação - Usuário do Sistema	Intimação - Usuário do Sistema	Interno
356589445	19/10/2020 14:31	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo
362410908	26/10/2020 14:07	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
439537866	08/02/2021 10:41	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo ativo

572729852	09/06/2021 16:10	Despacho	Despacho	Interno
575402376	10/06/2021 15:16	Intimação	Intimação	Interno
589605867	21/06/2021 10:46	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo
597637378	24/06/2021 12:02	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
676823512	10/08/2021 15:56	Cálculos judiciais	Cálculos judiciais	Interno
676823515	10/08/2021 15:56	Cálculos judiciais	Cálculos judiciais	Interno
684800961	16/08/2021 14:47	Despacho	Despacho	Interno
688126453	17/08/2021 15:25	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
689823978	18/08/2021 11:26	Intimação	Intimação	Interno
728002966	13/09/2021 10:34	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo
734718511	16/09/2021 14:55	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo
734718514	16/09/2021 14:55	Petição ARLINDO JOAO SCHIO	Petição intercorrente	Polo passivo
734718516	16/09/2021 14:55	Parecer Técnico ARLINDO JOAO SCHIO	Parecer técnico	Polo passivo
883758089	13/01/2022 14:25	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo ativo
993606648	24/03/2022 14:34	Despacho	Despacho	Interno
1175736762	29/06/2022 17:16	Intimação	Intimação	Interno
1194601288	06/07/2022 21:26	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo
1240776760	28/07/2022 13:53	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
1300261283	02/09/2022 10:53	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
1300292259	02/09/2022 10:53	CONTRATOS	Contrato	Polo ativo
1329145786	22/09/2022 15:10	Certidão	Certidão	Interno
1387775590	09/11/2022 12:42	Ato ordinatório	Ato ordinatório	Interno
1389018283	09/11/2022 12:42	Certidão	Certidão	Interno
1391768282	10/11/2022 17:53	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo
1412078264	28/11/2022 10:10	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
1520450352	09/03/2023 08:16	Despacho	Despacho	Interno
1521544394	09/03/2023 08:17	Certidão	Certidão	Interno
1536500349	19/03/2023 21:59	Certidão	Certidão	Interno
1536500350	19/03/2023 21:59	PRC Nº 2023.1.722.000228	Precatório	Interno
1536500353	19/03/2023 21:59	PRC Nº 2023.1.722.000229	Precatório	Interno
1536500352	19/03/2023 21:59	PRC Nº 2023.1.722.000230	Precatório	Interno
1536500351	19/03/2023 21:59	PRC Nº 2023.1.722.000231	Precatório	Interno
1536500354	19/03/2023 21:59	Intimação polo ativo	Intimação polo ativo	Interno
1536500355	19/03/2023 21:59	Intimação polo passivo	Intimação polo passivo	Interno
1537838894	20/03/2023 16:21	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
1537859846	20/03/2023 16:21	ciencia 2306	Manifestação	Polo ativo
1558792397	03/04/2023 14:26	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo
1582719372	19/04/2023 15:35	Certidão	Certidão	Interno
1601063868	02/05/2023 11:24	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo passivo

1630956902	22/05/2023 10:52	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
1630956905	22/05/2023 10:52	ciente 2306	Manifestação	Polo ativo
1652338032	05/06/2023 16:11	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Externo
1652338033	05/06/2023 16:11	Habilitação de Cessão DR.AMARIO X CM FEDERAL (8)	Petição intercorrente	Externo
1652338037	05/06/2023 16:11	01. PROCURAÇÃO_CM FEDERAL - fisica.2	Procuração	Externo
1652338038	05/06/2023 16:11	02. 44395637000108-REG23022023V01-000420579 - regulamento fev 2023- final sem anexos	Contrato social	Externo
1652338040	05/06/2023 16:11	03. 2 ALT CONTRATO SOCIAL BURITI INVESTIMENTOS LTDA	Contrato social	Externo
1652386946	05/06/2023 16:11	04. ccb_uy3_matri_dr_amario_assinado	Contrato	Externo
1652338044	05/06/2023 16:11	05. nova_aditivo_ccb_matri_dr_amario_assi	Contrato	Externo
1652338043	05/06/2023 16:11	06. contrato_cessão_fiduciaria_matri_dr_a	Contrato	Externo
1652338042	05/06/2023 16:11	07. contrato_de_cessão_ccb_-_dr_amario_as	Contrato	Externo
1656095446	07/06/2023 14:18	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Externo
1656095451	07/06/2023 14:18	Petição - pedindo desentranhamento - casos credito - dr amario	Petição intercorrente	Externo
1987973168	12/01/2024 10:56	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
1987973174	12/01/2024 10:56	oficio bb desbloqueio 2306 88	Manifestação	Polo ativo
2025039687	06/02/2024 13:05	Certidão	Certidão	Interno
2025039689	06/02/2024 13:05	req.228	Ofício	Interno
2025039692	06/02/2024 13:05	req.229	Ofício	Interno
2025039690	06/02/2024 13:05	req.230	Ofício	Interno
2025039693	06/02/2024 13:05	req.231	Ofício	Interno
2121893628	12/04/2024 16:19	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
2121893815	12/04/2024 16:19	Petição prioridade doença 0002306-88.2002 NJ OIAPOQUE.ABR24	Manifestação	Polo ativo
2121893871	12/04/2024 16:19	Atestados	Documento Comprobatório	Polo ativo
2126101008	07/05/2024 20:26	Ato ordinatório	Ato ordinatório	Interno
2126101013	07/05/2024 20:26	Certidão de Objeto e Pé	Certidão de Objeto e Pé	Interno
2126101021	07/05/2024 20:26	Certidão	Certidão	Interno
2126277080	08/05/2024 15:26	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
2126277294	08/05/2024 15:26	Pet. reitera pedidos anteriores - 2306-88.2002	Manifestação	Polo ativo
2138872002	23/07/2024 11:12	Manifestação	Manifestação	Polo ativo

2150246436	27/09/2024 12:22	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Externo
2150246473	27/09/2024 12:22	CM FEDERAL FIDC	Procuração	Externo
2161622961	03/12/2024 15:56	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Polo ativo
2161663937	03/12/2024 18:21	Decisão	Decisão	Interno
2161668771	03/12/2024 18:21	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação	Interno
2162271306	06/12/2024 11:19	Manifestação	Manifestação	Polo ativo
2162617482	09/12/2024 14:55	E-mail CEF	E-mail	Interno
2163696331	14/12/2024 18:05	P_PETIÇÃO (OUTRAS)_1788757089 EM 14/12/2024 18:05:11	Petição intercorrente	Polo passivo
2177462241	19/03/2025 16:11	Petição intercorrente	Petição intercorrente	Outros interessados
2190539394	04/06/2025 08:46	Certidão	Certidão	Interno
2190539414	04/06/2025 08:46	Email reiterado à CEF	E-mail	Interno
2191526936	09/06/2025 16:31	Certidão	Certidão	Interno
2191564162	09/06/2025 16:31	E-mail CEF resposta	E-mail	Interno

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

FICA VEDADO O PETICIONAMENTO NESTE PROCESSO POR MEIO DO PJe DURANTE O PROCEDIMENTO DE MIGRAÇÃO

CERTIDÃO DE PROCESSO EM MIGRAÇÃO PARA O PJe

Certifico que os autos físicos deste processo estão em procedimento de digitalização, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Portaria Conjunta Presi/Coger TRF1 n. 8768958, com vistas à migração dos autos digitais para o sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

Advogados e procuradores ficam, desde já, cientes da vedação ao peticionamento neste processo por meio do PJe durante o procedimento de migração.

Demandas urgentes formuladas nesse período deverão ser entregues em meio digital diretamente à unidade jurisdicional. Oportunamente, quando da finalização da migração, as petições e atos decisórios serão incluídos no PJe.

Brasília-DF.

(assinado eletronicamente)

Segue processo digitalizado.

ETIQUETA DE CÓDIGO DE BARRAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

AUTUAÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Processo: 2002.34.00.002288-1 Protocolado em 30/01/2002
Classe : 4100 - EXEC DIVERSA / TITULO JUDICIAL
Objeto : 01.12.03.01 - REAJUSTE DE 28,86% - REAJUSTE DE VENCIMENTOS - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR - ADMINISTRATIVO
Exqte : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
Advg. : DF00006603-AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
Excdo : UNIAO FEDERAL
Proc. : JOAQUIM MACHADO FILHO

00023068820024013400

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

AUTUAÇÃO NA SEGUNDA INSTÂNCIA

bclasse 4100
TÍTULO
JUDICIAL

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO

Em 30/01/2002

TERMO DE AUTUAÇÃO

Em Brasília, 30 de Janeiro de 2002, a Seção de Classificação e Distribuição autua os documentos adiante, em folhas com apensos na seguinte conformidade:

Processo: 2002.34.00.002288-1

Classe: 4100 - EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL

Objeto: OUTROS

Vara: 2ª VARA

DISTRIBUICAO POR DEPENDENCIA em 30/01/2002 ao processo nº 1997.34.00.010.683-0

PARTES:

EXQTE ANA MARIA ORTIZ MACHADO
Situação: NORMAL

EXQTE ANDRINDO JOAO SCHIO
Situação: NORMAL

EXQTE GILBERTO HILGERT FONSECA
Situação: NORMAL

EXQTE LOUDOES SCHIEDER
Situação: NORMAL

EXQTE NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
Situação: NORMAL

EXQTE NILO MANOEL MATTIA
Situação: NORMAL

EXQTE SANTO MARCUZZO
Situação: NORMAL

EXQTE URIANO NAUE
Situação: NORMAL

EXCDO UNIAO FEDERAL
Situação: NORMAL

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO

Em 30/01/2002

Para constar, lavro e assino o presente

Servidor - Matrícula

P/ Sérgio Pereira da Silva
Diretor de Secretaria da 2.ª Vara Federal

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

ANO 19

REG. TOMBO N.º	
LIVRO	FOLHAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA:

JUIZ FEDERAL

2ª VARA FEDERAL
DISTRITO FEDERAL
IVANI SILVA DA LUZ

AÇÃO ORDINÁRIA

PROCESSO: 1997.34.00.010683-0 PROTOCOLADO EM 17/04/97
CLASSE : 01300 - ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS

AUTOR : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
ADVOGADO: DF6603 - AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
REU : UNIAO FEDERAL
PROCUR. : JOAQUIM MACHADO FILHO
VARA : 2 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 18/04/97
OBJETO : REPOSICAO SALARIAL INDICE DAS LEIS 8622 E 8627/9

ADVOGADO (S)

AUTUAÇÃO

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de ..... mil novecentos e ....., nesta cidade de ..... autuei a petição e documento(s) que se segue(m).

DIRETOR DA SECRETARIA

REGISTRO DA SENTENÇA	
LIVRO	FOLHAS

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

TERMO DE AUTUACAO

Em Brasilia, 24 de Abril de 1997 , nesta Secretaria da 2ª Vara, Eu, Bel. SERGIO PEREIRA DA SILVA , autuo os documentos adiante, em _____ folhas, com _____ apensos, na seguinte conformidade:

PROCESSO 1997.34.00.010683-0
CLASSE 01300 ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS
DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 18/04/97

PARTES:

AUTOR ANA MARIA ORTIZ MACHADO

AUTOR ARLINDO JOAO SCHIO

AUTOR GILBERTO HILGERT FONSECA

AUTOR LOURDES SCHIRMER

AUTOR NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS

AUTOR NILO MANOEL MATTIA

AUTOR SANTO MARCUZZO

AUTOR URBANO NAUE

REU UNIAO FEDERAL

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

Sérgio Pereira da Silva
Diretor de Secretaria da 2.ª Vara Federal

2ª VARA SJ - DF
Fls. 02
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
17 AGO 1997
DISTRIBUIDOR

199734000106830

ANA MARIA ORTIZ MACHADO, brasileira, casada, funcionária pública federal, CPF n. 197762680-72, residente e domiciliada na Av. João Wallig, 1845,m apto. 307, Porto Alegre - RS;

ARLINDO JOÃO SCHIO, brasileiro, solteiro, funcionário público federal, CPF n. 057370600-04, residente e domiciliado na Rua Ernesto Alves, 2580, apto. 01, Caxias do Sul - RS;

GILBERTO HILGERT FONSECA, brasileiro, casado, funcionário público federal, CPF n. 063390930-00, residente e domiciliado na Três de Outubro, 329, Tramandai, RS;

LOURDES SCHIRMER, brasileira, solteira, funcionária pública federal, CPF n. 089596760-04, residente e domiciliada na Av. Jacaraí, 1030, apto. 608, P. Alegre - RS;

NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, brasileiro, casado, funcionário público federal, CPF n. 013226050-68, residente e domiciliado na R. Camaquã, 671, P. Alegre - RS;

NILO MANOEL MATTIA, brasileiro, casado, funcionário público federal, CPF n. 030866070-68, residente e domiciliado na rua Clotilde Lara Pinto, 106, bairro São José, Passo Fundo - RS;

SANTO MARCUZZO, brasileiro, casado, funcionário público federal, CPF n. 007084530-15, residente e domiciliado na Rua Riachuelo, 1071, Cachoeira do Sul - RS;

URBANO NAUE, brasileiro, casado, funcionário público federal, CPF n. 012589310-87, residente e domiciliado na Rua Visconde do Rio Branco, 963, Venâncio Aires, RS;

2ª VARA SJ - DF
Fls. 03
Rubrica

por seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), vêm, mui, respeitosamente perante a digna e honrosa presença de Vossa Excelência, de acordo com os arts. 282 e seguintes do C.P.C., propor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA,
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

contra a **UNIÃO FEDERAL**, sob os seguintes argumentos fáticos e jurídicos:

SITUAÇÃO FUNCIONAL

1. Os autores foram admitidos no SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, lotados no MINISTÉRIO DO TRABALHO, como AGENTES DA INSPEÇÃO DO TRABALHO, congregando, Fiscais do Trabalho, Assistentes Sociais, Engenheiros e Médicos do Trabalho, do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT.

DOS FATOS

1. Por força das Leis 8.622, de 19 de janeiro de 1.993, e 8.627, de 19 de fevereiro de 1.993, foi concedido exclusivamente aos MILITARES, pelo então ex-presidente ITAMAR FRANCO, REAJUSTE SALARIAL NA PROPORÇÃO DE 28,86%, a esta categoria.

2. Entendeu o Governo Federal, com a edição das Leis acima mencionadas, que apenas os militares, estavam sofrendo perdas salariais, não sendo concebível o referido aumento às outras classes do funcionalismo público; o que não é verdade, pois, toda a classe do funcionalismo público, desde os últimos tempos, vêem, sofrendo perdas em seus salários, sendo jus aos mesmos a extensão do referido aumento.

3. Data vênia Excelência, tal ato, caso não seja estendido as outras classes dos funcionários públicos, torna-se inconstitucional por omissão, pois como se observa do mesmo, é ele, discriminatório com os demais servidores públicos civis da União.

2ª VARA SJ - DF
Fls 04
Rubrica

3.1. Ora, todo ato discriminatório, não autorizado pela CONSTITUIÇÃO FEDERAL, é INCONSTITUCIONAL.

4. Inconstitucional pelo fato de que, referido aumento, outorga benefícios apenas a uma classe, a um grupo de pessoas, discriminando assim, outro grupo de trabalhadores em igual situação, ferindo, tanto o princípio da igualdade, bem como o princípio da isonomia de vencimentos, regulados pela CARTA MAGNA.

5. Concessa vênia Excelência, atos estes, como dito, afrontam princípios constitucionais, e a Constituição Federal, não pode ficar no vazio, não pode ser desmoralizada. Ela foi feita para ser cumprida, para ser operante, não podendo ser a mesma contrariada, para privilegiar apenas uma classe de trabalhadores e (ou) servidores públicos.

6. MM. Juíz, intolerável portanto é que nos dias atuais, havendo uma revisão remuneratória para uma categoria de Servidores, e esta não sendo repassada para as outras categorias, implicaria numa discriminação para com os demais, devendo por conseguinte, haver igualdade de tratamento nas mesmas proporções.

7. Claro está, e dúvidas não restam, que a Constituição Federal estabelece e determina quanto à remuneração dos Servidores Públicos, Civis e Militares da União, que as revisões ocorrerão simultaneamente e com aplicação de idênticos critérios ou índices à estas classes .

8. Os fatos alencados, retratam com indiscutível limpidez que a União Federal, sem nenhuma razão "pinçou" os Servidores Públicos dos benefícios ou do aumento espontâneo auferido pelos seus colegas, criando uma situação discriminatória em afronta à comutatividade e ao equilíbrio previstos pela LEX MAIOR.

9. Portanto, torna-se ilegal a não extensão do índice de 28,83% às outras classes dos funcionalismo público, sendo tal ato, omissivo, caracterizando-se como crime de responsabilidade, tipificado na Constituição Federal, por tratar-se de reajustes salarial, caracterizado como alimentos.

9. Data máxima vênia Ínclito Julgador, para solucionar esta inconstitucionalidade, alternativa não resta, senão, a de estender o benefício concedido aos Militares, aos Servidores discriminados pelas Leis em tela.

2ª VARA SJ-DF
Fls. 05
Rubrica

DO DIREITO E DAS JURISPRUDÊNCIAS

1. Há muito é consagrado em nossa Carta Magna, e punido por Ela , o tratamento diferenciado, o qual implica em discriminação e desigualdade.

2. Constitucional seria que as Leis 8622/93 e 8627/93, fossem elaboradas para contemplar todas as classes dos Servidores Públicos da União, e não apenas uma ou privilegiada categoria.

3. Notório é, que não são apenas os Militares que passam por dificuldades financeiras, e sim, todos os Servidores, e toda as classes de trabalhadores.

4. A Constituição Federal, em seu art. 37, inc. X, assim estabelece:

> *"Art. 37- A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:*
>
> .....
>
> *X- a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data.*
>
> ....."

5. Como se observa do artigo supra citado, na medida que são impostos benefícios aos Servidores Públicos da União, estes devem ser destinados à todas as categorias, e não apenas a uma, obstando assim o desenvolvimento de qualquer tipo de favorecimento, vantagem ou privilégios.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA S.J.-DF
Fls. 5 06
Rubrica

6. Hoje é manso e pacífico o entendimento de nossos Tribunais Superiores que, referido benefício deve ser estendido às outras classes dos Servidores Públicos da União.

7. Em Sessão Administrativa, realizada em 29 de abril de 1.993, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, assim resolveu:

> *"..... 2o. examinando o Processo n. 19.426-3 e considerando: a) a inviabilidade de cogitar-se de aumento de remuneração dos servidores públicos sem que seja reposto o poder aquisitivo dos vencimentos; b) a abrangência das Leis nos. 8.622, de 19 de janeiro de 193 e 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, que beneficiaram a todos os servidores militares; c) a auto-aplicabilidade e, portanto, a imperatividade, com eficácia imediata, da norma constitucional asseguradora da revisão geral da remuneração de civis e militares na mesma data, sem distinção de índice - inc. X do art. 37 - respeitado, inclusive, o princípio da isonomia; d) o fato de o soldo mais alto haver sido reajustado em 38,86%, além do reajuste previsto no art. 1o. da Lei 8.622/93; e) a uniformidade de tratamento que deve haver quando em jogo a revisão remuneratório, a implicar a reposição, ainda que parcial, do poder aquisitivo dos vencimentos; f) a circunstâncias de os servidores da Câmara dos Deputados haverem sido contemplados com o percentual de 28,86% - Ato da Mesa n. 60, de 20 de janeiro de 1993; finalmente, a premissa segundo a qual ocorre real revisão remuneratória,* ***RESOLVEU, por maioria de votos, determinar a observância do acréscimo percentual de 28,86%, a partir de 1o. de janeiro de 1.993, às remunerações dos respectivos servidores (inclusive aposentados e pensionistas).*** *... " (Negrito nosso).*

7.1 Confirmando o entendimento administrativo acima exposto, o próprio SUPREMO TRIUBNAL FEDERAL, em recente decisão **(RMS nº 22307 - Recorrene: JANETE BALZANI MARQUES E OUTROS)**, por maioria de votos deu provimento, deferindo parcialmente a segurança aos impetrantes, ou seja, os 28,86% a partir de março de 1993, de acordo com o ora pleiteado pelos autores em tela.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ-DF
Fls. 6 07
Rubrica

8. O Excelentíssimo Senhor Juiz SILVERIO CABRAL do Tribunal Regional da 3a. Região, relator da Apelação Cível n. 68007/RJ, processo origem n. 94.02.16999-7, confirmando a sentença do juízo **a quo**, julgou procedente a apelação em tela, assim se pronunciando em seu voto, in verbis:

"Na sentença apelada, o Ilustre Magistrado prolator da decisão recorrida foi incisivo ao afirmar que:

"...sempre que houver revisão remuneratório para uma categoria de servidores, deverá haver igualmente para a outra. O tratamento diferenciado implica discriminação, que a ordem constitucional não mais tolera, pouco importando que a revisão de remuneração tenha sido camuflada, através de rótulos que não correspondem à natureza jurídica real do aumento concedido.

Ora, a ordem constitucional impõe-se por si mesma, devendo ser cumprida, sob pena de tornar-se inútil, esfacelada por raciocínios distorcidos. A Constituição não iria criar uma regra-princípio, para deixá-la inerte, inoperante, sem qualquer validade, porque isto seria simplesmente inaceitável.

Pôr outro prisma, o Judiciário não mais pode deixar um princípio constitucional no vazio, afrontado, desprestigiando-o, contribuindo para desmoralizar o próprio sistema jurídico. Ou a Constituição vale, ou não vale. E se vale, que seja cumprida, como regramento nobre, insuscetível de ser contrariado por regramentos secundários hierarquicamente inferiorizados. (...)"

Concluindo o julgamento da espécie, assim decidiu:

"...A aplicação, pura e simples, da Súmula 339 corta àqueles que se sintam lesados, por desrespeito à isonomia, a possibilidade até de recurso ao Judiciário, pois ninguém o provocará, se disso coisa alguma puder resultar.

2ª VARA SJ-DF
7
Fls. 08
Rubrica

Ora, se nem a lei pode excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaçam o direito (art. 5o., inc. XXXV, da Carta Magna), muito menos uma súmula. Dir-se-ia, como argumento contra, que a súmula não está excluindo nada da apreciação do Poder Judiciário. Mas, no fundo, é como se estivesse, pois ninguém seria insano bastante para provocar a Justiça, visando a manter o resguardo do princípio constitucional, já sabendo que essa provocação não resultaria em nada.

Há necessidade de reestudo da súmula, para que se desvenda seu exato conteúdo, diante das normas e princípios hoje vigentes, não havendo razão para prestigiá-la, em detrimento de preceito constitucional que lhe é subsequente.

Demais disso, o Supremo Tribunal Federal concedeu esse percentual a seus servidores (fls. 65/66), numa demonstração evidente de que a Constituição precisa ser respeitada e cumprida. A própria decisão administrativa do Supremo serve de fundamento ao deferimento da postulação.

Os juros são de 6% ao ano, a partir da citação. A correção monetária é a partir do vencimento, por ser tratar de dívida de caráter alimentício, consoante se vem manifestando a jurisprudência dominante.

Dispositivo

Pelo exposto a mais nos autos, julgo procedente o pedido nos termos da fundamentação, condenando a parte ré ao pagamento das custas e de honorários de advogados, este na base de 5% do valor total da condenação"

.....

É o meu voto." (negritamos).

2ª VARA SJ-GO
Fls. 8 09

9. No mesmo sentido, o Tribunal Regional Federal da 1a. Região, através do acórdão publicado no DJ. de 31.08.95, condenou a União Federal ao pagamento, a servidores civis, do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido pela Leis n. 8622/93 e 8627/93 ao servidores militares, acrescido de juros e correção monetária, verbis:

"EMENTA

Administrativo. Servidores Públicos. Aumento Leis n. 8622/93 e 8627/93. Extensão a servidores Civis do Poder Executivo. Súmula 339/STF.

I. afastado a aplicação da súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.

II- estendido o aumento aos servidores do Poderes Legislativos e Judiciário.

III- desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.

IV- apelação improvida.

V- Sentença Mantida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
(2a. Turma do TRF da 1a. Região - 27-06-95)."

10. O Poder Legislativo, entendendo que a matéria já estava pacificada, também ,por meio de decisão administrativa, concedeu o reajuste de 28,86%, a todos os seus Servidores (cópia de matéria jornalística em anexo).

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ-DF
Fls. 10
Rubrica

11. Como se observa Nobre Julgador, as decisões de nossos Tribunais Superiores tem sido cristalinas, quanto à extensão do benefício concedido aos Militares, para todos os Servidores Públicos, não excluindo se quer, uma ou outra classe, tornando-se a matéria em tela definitiva, pois o próprio SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, bem como, o PODER LEGISLATIVO, através de medidas administrativas, estenderam referido benefício a todos os seus Servidores.

DO PEDIDO

1. Isto posto, requerem a Vossa Excelência:

PRELIMINARMENTE

a) A antencipação da tutela nos termos do art. 273 e seus parágrafos, determinando que a requerida pague a partir do dia 1 de março de 1997, o percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), sobre as remunerações dos autores, tendo em vista, que a matéria já se encontra pacificada em nossos TRIBUNAIS SUPERIORES, inclusive com recente decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em favor do pleito dos autores.

a.1) Isto porque, presentes os pressupostos para a antecipação, qual seja, a prova inequívoca que comprova a verossimilhança da alegação, existindo ainda, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

a.2) Ora, a prova inequívoca exigida por lei nada mais é que o fato constitutivo do direito dos autores, e a seu turno, a verosimilhança está expressa na alegação dos autores que os seus direitos estão sendo vulnerados, o que pode ser aferido, tão somente, com a leitura dos argumentos supra expendidos, notadamente os textos legais.

a.3) Dúvidas não pode haver, também, que existe fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, face o caráter alimentar das remunerações dos autores, que se não recebem, agora, os reajustes que lhes são devidos, fazem aumentar a privação de suas famílias, visto que seus rendimentos ou proventos, estão sendo depauperados, com o passar do tempo.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ-DF
Fls. 10
Rubrica

QUANTO AO MÉRITO

a) A citação da UNIÃO FEDERAL, para querendo apresentar Contestação, sob as penas da Lei;

b) O julgamento antecipado da Lide, nos moldes do art. 330 do C.P.C., condenando a Ré, a promover o reajuste dos vencimentos, proventos ou pensões e demais gratificações e vantangens dos Autores, em 28,86% , relativo ao benefício concedido aos Militares àquela época, com incidências nos 13os. salários, salários posteriores, férias, gratificações e demais vantagens;

c) A condenação no pagamento de todas as diferenças decorrentes do reajuste de vencimento na forma supra requerida, devendo, sobre todas as parcelas em atraso, incidirem correção monetária desde a data da lesão, **dada a natureza alimentar das prestações** e sobre os valores corrigidos, incidam os juros de mora, na forma da Lei;

d) Que seja condenada a ré ainda, no pagamento de custas processuais e em honorários advocatícios, nos termos do art. 20 do C.P.C especialmente em seu parágrafo 3o.

Protestando-se desde já, pela produção de todos os meios de provas admitidas em Direito, especialmente documental, se necessárias.

Dá-se a causa apenas para efeitos fiscais, o valor de R$500,00 (quinhentos reais).

Termos em que,
Pedem deferimento.

Brasília, 16 de abril de 1.997.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

doc17.doc

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

2ª VARA SJ-DF
Fls. 12
Rubrica

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:
Ana Maria Ortiz Machado

OUTORGADOS: Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho - Sinait, Organização Sindical com sede em Brasília-DF no SCN Quadra 1 Bl C Sobreloja 10 Edifício Brasília Trade Center - Cep: 70710-902, Brasília-DF, fone 226-0875, ou seu advogado Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 6603, com escritório no SDS - Edifício Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402 - Brasília-DF.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração o (a) outorgante abaixo qualificado (a) nomeia e constitui seus bastante procuradores da cláusula "AD-JUDICIA", para o foro contra quem tem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais ou administrativos e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para prestar primeiras declarações, confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para propor ação judicial contra a União Federal, em defesa de direitos, visando a obtenção do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido aos militares pela Lei Nº 8.622/93.

Nacionaldidade: Brasileira Estado Civil: Casada

Profissão: Func. Pública Fed. CPF Nº: 197762680-72

Endereço: Av. João Wallig, 1845 Ap. 307

SEGUNDO TABELIONATO

Ana Ortiz Machado
Assinatura

Cartório Da Silveira - 2º Tabelionato de Notas
Trav. Francisco Leonardo Truda, 76 - Fone: (051) 221-8449 - Fax: (051) 221-6018
José Carlos da Silveira - Tabelião

Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de: ANA MARIA ORTIZ MACHADO, indicada com a seta de uso deste Tabelionato.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Porto Alegre, 25 de março de 1997
Escrev.: ( ) Marco Antônio Dutra Baum ( ) Luis Paulo Weschenfelder
Rec.Firma: 1,10 - Hora: 10:44:26 47668-14022-03

Brasília-DF - CEP 70710-092 - Tel.: (061) 226-0875 - Fax: (061) 321-6338

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ-DF
Fls. 13
Rubrica

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:
ARLINDO JOÃO SCHIO.x.x.x

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

2ª VARA SJ-DF
Fls. 10
Rubrica

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:

GILBERTO HILGERT FONSECA

OUTORGADOS: Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho - Sinait, Organização Sindical com sede em Brasília-DF no SCN Quadra 1 Bl C Sobreloja 10 Edifício Brasília Trade Center - Cep: 70710-902, Brasília-DF, fone 226-0875, ou seu advogado Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 6603, com escritório no SDS - Edifício Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402 - Brasília-DF.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração o (a) outorgante abaixo qualificado (a) nomeia e constitui seus bastante procuradores da cláusula "AD-JUDICIA", para o foro contra quem tem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais ou administrativos e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para prestar primeiras declarações, confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para propor ação judicial contra a União Federal, em defesa de direitos, visando a obtenção do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido aos militares pela Lei Nº 8.622/93.

Nacionaldidade: BRASILEIRA Estado Civil: CASADO

Profissão: FUNC. PUBL. INATIVO CPF Nº: 063390930-00

Endereço: RUA TRÊS DE OUTUBRO Nº 329 - TRAMANDAÍ - RS.

Assinatura

SCN - Quadra "1" - Bloco "C" Nº 85 - Sobreloja 10 - Brasília Trade Center - Brasília-DF - CEP 70710-902 - Fone: (061) 226-0875 - Fax: (061) 321-6338

TABELIONATO Tramandaí - RS

RECONHEÇO A AUTENTICIDADE da(s) firma(s) de: Sr. Gilberto Hilgert Fonseca, dou fé.:
:::
TRAMANDAÍ, 20 MAR 1997
R$ 1.10

MARIA DE LOURDES F. BARROS
Tabeliã e
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais
TRAMANDAÍ - RS

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

2ª VARA Fls. 15 Rubrica

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:
LOURDES SCHIRMER

OUTORGADOS: Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho - Sinait, Organização Sindical com sede em Brasília-DF no SCN Quadra 1 Bl C Sobreloja 10 Edifício Brasília Trade Center - Cep: 70710-902, Brasília-DF, fone 226-0875, ou seu advogado Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 6603, com escritório no SDS - Edifício Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402 - Brasília-DF.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração o (a) outorgante abaixo qualificado (a) nomeia e constitui seus bastante procuradores da cláusula "AD-JUDICIA", para o foro contra quem tem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais ou administrativos e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para prestar primeiras declarações, confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para propor ação judicial contra a União Federal, em defesa de direitos, visando a obtenção do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido aos militares pela Lei Nº 8.622/93.

Nacionaldidade: Brasileira Estado Civil: solteira

Profissão: Fiscal do Trab. Aposentada CPF Nº: 089 596 760 /04

Endereço: Av. Icaraí, 1030, Ap. 608, P. Alegre / RS.

SEGUNDO TABELIONATO

Assinatura

Cartório Da Silveira - 2º Tabelionato de Notas
Trav. Francisco Leonardo Truda, 76 - Fone: (051) 221-8449 - Fax: (051) 221-6018
José Carlos da Silveira - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de LOURDES SCHIRMER, indicada com a seta de uso deste Tabelionato, a qual confere com a ficha padrão aqui depositada.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Porto Alegre, 10 de abril de 1997
Escrev.: Marco Antônio Dutra Bard ( ) Luis Paulo Weschenfelder
Rec.Firma: 1,10 - Hora: 13:53:50 42508-16132-03

CEP 70710-092 - Tel.: (061) 225-0875 - Fax: (061) 321-6333

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE: Nilson Odorico Xavier dos Santos

OUTORGADOS: Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho - Sinait, Organização Sindical com sede em Brasília-DF no SCN Quadra 1 Bl C Sobreloja 10 Edifício Brasília Trade Center - Cep: 70710-902, Brasília-DF, fone 226-0875, ou seu advogado Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 6603, com escritório no SDS - Edifício Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402 - Brasília-DF.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração o (a) outorgante abaixo qualificado (a) nomeia e constitui seus bastante procuradores da cláusula "AD-JUDICIA", para o foro contra quem tem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais ou administrativos e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para prestar primeiras declarações, confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para propor ação judicial contra a União Federal, em defesa de direitos, visando a obtenção do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido aos militares pela Lei Nº 8.622/93.

Nacionaldidade: Brasileira Estado Civil: Casado

Profissão: Func. Pub. Federal CPF Nº: 013-226-050/68

Endereço: Rua Camaquã 671 - P. Alegre / RS

Assinatura

SERVIÇO NOTARIAL MANICA - 5º TABELIONATO
Rua Siqueira Campos, 1199 - Centro - Porto Alegre - RS - Tel.: (051) 211-3266
SÉRGIO AFONSO MANICA - TABELIÃO
Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de: Nilson Odorico Xavier dos Santos, indicada com a seta de uso deste Tabelionato. EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Porto Alegre, 13 de março de 1997
Rec.Firma: 1;10 - Hora: 10:13:19 39822-88688-25
PAULO REINALDO PICOLLI
Escrevente Autorizado

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

2ª VARA SJ-DF
Fls. 12
Rubrica

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE: NILO MANOEL MATTIA

OUTORGADOS: Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho - Sinait, Organização Sindical com sede em Brasília-DF no SCN Quadra 1 Bl C Sobreloja 10 Edifício Brasília Trade Center - Cep: 70710-902, Brasília-DF, fone 226-0875, ou seu advogado Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 6603, com escritório no SDS - Edifício Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402 - Brasília-DF.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração o (a) outorgante abaixo qualificado (a) nomeia e constitui seus bastante procuradores da cláusula "AD-JUDICIA", para o foro contra quem tem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais ou administrativos e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para prestar primeiras declarações, confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para propor ação judicial contra a União Federal, em defesa de direitos, visando a obtenção do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido aos militares pela Lei Nº 8.622/93.

Nacionaldidade: Brasileiro Estado Civil: Casado

Profissão: Aposentado(Fisc.Trab) CPF Nº: 030866070-68

Endereço: Rua Clotilde Lara Pinto, 106 - Bairro São José - Passo Fundo - Rs. CEP 99.052-650

Roque Nilo M. Mattia
Assinatura

SEGUNDO TABELIONATO
SCN - Quadra 1 Bloco "C" Sobreloja 10 - Brasília Trade Center - Brasília-DF - CEP 70710-902 - Tel.: (061) 225-0875 - Fax: (061) 321-6338
☐ ROQUE LUIZ PIOVESAN
Ajto. Subst. do Tabelião
em pleno exercício
☐ José Valdir Lirio Mendes
☐ Miltom Vargas
Oficiais Ajtos
☐ Leonardo Davi Piovesan
☐ Luiz Carlos Rosa de Oliveira
☒ Claudia Dias Pereira
Escreventes Autorizados
Rua Cel. Chicuta, 480 - Passo Fundo - RS

2.º TABELIONATO - Passo Fundo RS
Rua Cel. Chicuta, 480
Reconheço a(s) firma(s) indicada(s) de
Nilo Manoel Mattia
Por
semelhança com a(s) firma(s) do Registro deste Cartório
Em Testemunho da verdade
Passo Fundo, 28 MAR 1997

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

2ª VARA SJ-DF
Fls. 18
Rubrica

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:
S SANTO MARCUZZO

OUTORGADOS: Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho - Sinait, Organização Sindical com sede em Brasília-DF no SCN Quadra 1 Bl C Sobreloja 10 Edifício Brasília Trade Center - Cep: 70710-902, Brasília-DF, fone 226-0875, ou seu advogado Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 6603, com escritório no SDS - Edifício Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402 - Brasília-DF.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração o (a) outorgante abaixo qualificado (a) nomeia e constitui seus bastante procuradores da cláusula "AD-JUDICIA", para o foro contra quem tem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais ou administrativos e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para prestar primeiras declarações, confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para propor ação judicial contra a União Federal, em defesa de direitos, visando a obtenção do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido aos militares pela Lei Nº 8.622/93.

Nacionaldidade: BRASILEIRO Estado Civil: CASADO

Profissão: AGENTE INSPEÇÃO TRAB CPF Nº: 007084530/15

Endereço: Rua Riachuelo, 1071 - Cachoeira do Sul - RS - 96.508-061

PRIMEIRO TABELIONATO

Assinatura

SCN - Quadra "1" - Bloco "C" Nº 85 - Sobreloja 10 - Brasília Trade Center - Brasília-DF - CEP 70710-092 - Tel.: (061) 226-0875 - Fax: (061) 321-6338

1.º TABELIONATO Fone 722-2195

RECONHEÇO, autêntica, a firma de SANTO MARCUZZO ,-,-,-
ASSINALADA COM ESTA SETA
EM TESTEMUNHO 20 MAR 1997 DA VERDADE
CACHOEIRA DO SUL
VILSON LUIZ DOS SANTOS
TABELIÃO

1.º TABELIONATO FONE 051 - 722-2195 VILSON LUIZ DOS SANTOS Tabelião Rua Cel. Portinho, 1028 - RS CACHOEIRA DO SUL

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ-DF
Fls. 19
Rubrica

SINAIT

Sindicato Nacional
dos Agentes da Inspeção do Trabalho

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA"

OUTORGANTE:
URBANO NAUE

OUTORGADOS: Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho - Sinait, Organização Sindical com sede em Brasília-DF no SCN Quadra 1 Bl C Sobreloja 10 Edifício Brasília Trade Center - Cep: 70710-902, Brasília-DF, fone 226-0875, ou seu advogado Dr. Amario Cassemiro da Silva, brasileiro, inscrito na OAB/DF sob o número 6603, com escritório no SDS - Edifício Venâncio VI, salas 435/437, telefone: (061) 225-3402 - Brasília-DF.

PODERES: pelo presente instrumento particular de procuração o (a) outorgante abaixo qualificado (a) nomeia e constitui seus bastante procuradores da cláusula "AD-JUDICIA", para o foro contra quem tem direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais ou administrativos e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para prestar primeiras declarações, confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para propor ação judicial contra a União Federal, em defesa de direitos, visando a obtenção do reajuste de 28,86% a partir do mês de janeiro de 1993, concedido aos militares pela Lei Nº 8.622/93.

Nacionaldidade: brasileira Estado Civil: casado

Profissão: FISCAL DO TRABALHO APOSENTADO CPF Nº: 012.589.310/87

Endereço: R.Visconde do Rio Branco, 963 - VENÂNCIO AIRES-RS.
CEP.95.800-000 - Telefone (051) 741-15.41

LEMOS

Assinatura

SERVIÇO NOTARIAL
Rua Julio de Castilhos, 730, Telefax (051) 741-1720
Venâncio Aires, RS. Reconheço verdadeira a(s) assinatura(s) de URBANO NAUE
dou fé. Em testemunho da verdade
Venâncio Aires - RS 17 MAR 1997
BEL. ALMIR OSMAR LEMOS - Tabelião
MARLENE VIONE LEMOS - Substituto do Tabelião
DILCEU ANTONIO DE BITTENCOURT - Subst. do Tabelião
DÉBORA CRISTINE LEMOS VEIGA-Escrevente Autorizada
EMOL. R$ 1,00

17 MAR 1997

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 20
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA :
EMITIDO EM : 17AGO1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0145889 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 0933 C V - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 101: - 024000000 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3334-0/0000028218-9
DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 07

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN/1992	FEV/1992	MAR/1992	ABR/1992	MAI/1992	JUN/1992
00001 VENCIMENTO	R	0	331.823,73	414.779,66	474.033,90	636.086,43	758.410,75	880.735,06
		6				15.263,36		
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L		0	26.877,72	33.597,15	38.396,74	51.523,00	71.669,81	83.229,46
		6				1.236,33	5.438,56	
		9	9.125,14					
00024 SUBSTITUICAO		6			270.598,60			
00086 GRAT.P/ENCARGO CURSO		6				444.049,28		
00087 ADIC.DE PERICULOSIDA		1	33.597,15	41.996,44	47.995,93	64.403,75	76.789,08	89.174,42
		6				1.545,42		
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT		1	86.022,57	107.528,21	122.883,23	159.748,19	190.467,76	221.190,20
00092 SALARIO FAMILIA		0	1.173,36	1.310,68	1.497,92	1.947,28	2.321,76	2.696,24
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		6	407.917,29					
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.		0	264.795,33	330.994,16	378.279,05	507.596,97	605.211,77	702.826,57
		6				12.180,16		
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		6	77.698,52					
00318 GRAT.DIRECAO INTERME		0	42.602,36	53.252,95				
00561 FGR-FUNC GRATIFICADA		0			84.191,08	109.448,40	187.395,84	255.876,12
		6			36.745,62			
00563 ADIANT.ARTIGO 2 LEI		1	116.138,30	145.172,88	165.911,86	222.630,25	265.443,76	308.257,27
		6				5.342,18		
00571 GRAT.NATALINA EXERC.		6	4.977,35					
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		6		1.540,00				
99001 IMPOSTO DE RENDA		8		22.928,00	27.066,00	31.248,00	34.325,00	48.639,00
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT	D	1		86.022,57				
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	12.760,00	11.220,00	22.440,00	22.440,00	11.220,00	20.020,00
		2	6.380,00					
		3		2.420,00				
		6						6.380,00
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	7.079,96	8.849,96	10.114,24	13.148,51	15.677,07	18.205,63
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	4.479,62	4.147,79	4.740,33	6.360,86	7.584,10	8.807,35
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	18.152,71	20.305,86	29.923,05	41.426,11	39.407,19	46.401,97
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		0	49.587,52	110.945,26	126.794,58	174.223,04	204.740,95	118.502,90
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	40.396,00	27.066,00	81.990,00	135.430,00	85.993,00	107.359,00
*** T O T A L B R U T O ***			1.402.748,82	1.153.100,13	1.647.599,93	2.264.249,00	2.197.474,09	2.592.624,34
*** T O T A L D E S C O N T O S ***			138.835,81	271.067,44	276.002,20	393.028,52	364.622,31	325.676,85
*** T O T A L L I Q U I D O ***			1.263.913,01	882.032,69	1.371.597,73	1.871.220,48	1.832.851,78	2.266.947,49

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/94

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTb/DRT/RS

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA : 114
EMITIDO EM : 17AGO1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0145889 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 0933 C V - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1011 - 024000000 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3334-0/0000028218-9
DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 07

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL/1992	AGO/1992	SET/1992	OUT/1992	NOV/1992	DEZ/1992
00001 VENCIMENTO	R	0	880.735,06	1.056.882,07	2.416.252,99	2.416.252,99	2.416.252,99	2.416.252,99
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L		0	83.229,46	99.875,33	169.137,70	169.137,70	169.137,70	169.137,70
00067 ADIC.DE PERICULOSIDA		1	89.174,42	142.679,07	241.625,29	241.625,29	241.625,29	241.625,29
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P		6						11.311.009,98
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT		1	309.683,80	371.620,56	371.620,56	371.620,56	371.620,56	
00092 SALARIO FAMILIA		0	2.696,24	3.235,68	3.235,68	3.235,48	3.235,48	3.235,48
00176 GRAT.NATALINA		0					11.311.009,98	
		7 **						5.466.406,32
								5.855.504,99
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		6						
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.		0	702.826,57					
		1				8.483.994,00	8.483.994,00	8.483.994,00
		1 **			8.483.994,00			
								15.363.744,72
		6 **						3.770.336,66
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		6						
00561 FGR-FUNC GRATIFICADA		0	255.876,12	816.756,56	307.051,34	307.051,34		
00563 ADIANT.ARTIGO 2 LEI		1	308.257,27	369.908,72				
		1 **						1.804.784,28
00591 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		0		1.268.258,48	2.899.503,58			
		6			110.972,61	332.917,84		
00593 GRAT.DESEMP.FUNCAO-G		0			509.705,22	509.705,22		
72507 ASSISTENCIA GEAP		0			57.990,07			
		1 **						
		6					94.266,60	
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	59.584,00	61.049,00	88.384,00		339.947,00	268.238,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		8						357.367,00
								371.620,56
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT	D	1					407.917,29	
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		0					230.288,50	230.288,50
00561 FGR-FUNC GRATIFICADA		1			2.899.503,59			
00591 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		1 **					382.278,91	382.278,91
00593 GRAT.DESEMP.FUNCAO-G		1						
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	20.020,00	36.036,00	24.162,52	24.162,52	24.162,52	24.162,52
		2		16.016,00				
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	18.205,63	21.846,75	52.204,46	52.204,46	52.204,46	52.204,46
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	8.807,35	10.568,82	17.896,17	24.162,52	24.162,52	24.162,52
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	46.401,97	75.087,20	133.084,97	249.213,68	213.968,85	289.375,58
		1 **			263.946,48			36.095,69
		2 **						307.274,89
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		0	118.502,90	167.695,47	335.752,01	702.561,23	650.345,77	650.345,77
		0 **			335.069,42			1.030.111,74
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	61.049,00	211.783,00	590.740,00	1.698.265,00	930.812,00	551.088,00
		0 **			1.312.355,00			
		1 **						3.605.391,09
99003 IRRF - 13 SALARIO		0					1.153.635,00	
*** TOTAL BRUTO		***	2.892.062,94	4.190.265,49	15.659.473,04	12.935.540,42	23.431.089,60	55.311.637,41
*** TOTAL DESCONTOS		***	272.986,85	539.033,24	5.964.716,62	2.750.569,41	4.069.775,82	7.554.400,23
*** TOTAL LIQUIDO		***	2.419.076,09	3.651.232,25	9.694.756,42	10.084.971,01	19.361.313,78	47.757.237,18

2ª VARA SJ - DF
Fls. 118
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA
EMITIDO EM : 29JUL1998

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 C VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1011 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3334-0/0000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 08

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL/1993	AGO/1993	SET/1993	OUT/1993	NOV/1993	DEZ/1993
00001 VENCIMENTO	R	0	16.819,88	16.819,88	31.306,84	31.306,84	44.198,99	44.198,99
		6			1.361,16			
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L		0	1.345,59	1.345,59	2.504,54	2.504,54	3.535,91	3.535,91
		6			108,88			
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0	4.062,88	4.062,87	7.562,22	7.562,22	10.676,34	10.676,34
00024 SUBSTITUICAO		6				2.040,35		2.880,55
00025 OPCAO 55% DAS-PES.PE		0	3.724,30	3.724,30	6.932,04	6.932,04	9.786,65	9.786,65
00067 ADIC.DE PERICULOSIDA		1	1.681,98	1.681,98	3.130,68	3.130,68	4.419,89	4.419,89
		6			136,12			
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P		0						388.772,71
00092 SALARIO FAMILIA		0	21,28	21,28	39,60	39,60	55,90	55,90
00176 GRAT.NATALINA		0					555.389,59	
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		0						277.694,79
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.		1	165.586,37	165.585,60	308.490,00	308.490,00	435.666,00	435.666,00
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		0						185.129,86
00620 OPCAO 55% - GDF/ATIV		0	17.926,07	17.926,07	33.365,78	33.365,78	47.105,81	47.105,81
00640 A.D.INC. NR 790-4/60		6 **		44.719,73	3.886,83			
		7 **		16.408,56				
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	2.630,04	3.464,00		5.728,00	9.208,00	11.999,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		8						11.999,00
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P	D	1	3.404,47	3.404,47	17.022,35			
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		0					29.512,86	
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	168,19	168,19	313,06	313,06	441,98	4.048,00
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	351,78	1.088,36	1.988,53	1.988,53	2.807,40	2.807,40
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	168,19	168,19	313,06	313,06	441,98	441,98
71678 SINAIT SID.AG.INSPEC		1				400,70	565,71	565,71
		2			4.139,64			
		3			7.712,25			
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	4.222,94	4.222,92	7.897,96	7.906,64	11.107,79	14.868,00
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		0	11.492,34	11.492,29	21.495,94	28.706,86	60.463,66	66.992,41
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	38.615,04	35.150,00	73.864,00	65.470,00	88.337,00	75.426,00
		0 **		697,00				
		8			9.862,00			
99003 IRRF - 13 SALARIO		0					103.453,00	
*** TOTAL BRUTO		***	213.798,43	275.759,86	398.824,69	401.100,05	1.120.043,08	1.433.921,40
*** TOTAL DESCONTOS		***	58.422,98	56.371,42	144.608,79	105.098,85	297.131,38	165.149,50
*** TOTAL LIQUIDO		***	155.375,44	219.388,44	254.215,90	296.001,20	822.911,70	1.268.771,90

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTb/DRT/RS

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA : 117
EMITIDO EM : 29JUL1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 C VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1011 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3334-0/0000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 08

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN/1993	FEV/1993	MAR/1993	ABR/1993	MAI/1993	JUN/1993
00001 VENCIMENTO	R	0	4.934.506,00	4.934.506,00	4.934.506,00	6.562.892,98	12.141.352,01	12.141.352,01
		0 **			1.628.386,98			
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L		0	345.415,42	345.415,42	345.415,42	525.031,43	971.308,16	971.308,16
		0 **			113.987,08			
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0	1.235.312,40	1.235.312,40	1.235.312,40	1.642.965,49	3.039.486,15	3.039.486,15
		0 **			407.653,09			
00024 SUBSTITUICAO		6			1.333.180,20			
00025 OPCAO 55% DAS-PES.PE		0	1.132.369,70	1.132.369,70	1.132.369,70	1.506.051,70	2.786.195,64	2.786.195,64
		0 **			373.682,00			
00067 ADIC.DE PERICULOSIDA		1	493.450,60	493.450,60	493.450,60	656.289,29	1.214.135,20	1.214.135,20
		1 **			162.838,69			
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P		8	41.796.281,24					
00092 SALARIO FAMILIA		0	6.472,00	6.472,00	6.472,00	8.607,76	15.924,34	15.924,34
		0 **			2.135,76			
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		7			3.525.604,20	5.089.128,00		
		8	20.898.140,62					
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.		1	28.204.833,60	37.161.774,00	47.890.206,00	66.960.462,00	123.876.854,40	123.876.854,40
		1 **			15.803.767,20			
		6	3.487.600,08	7.051.208,40		20.906.688,00		
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		7			2.350.402,80	3.392.752,00		
		8	13.932.093,74					
00571 GRAT.NATALINA EXERC.		6	3.487.600,08					
00620 OPCAO 55% - GDF/ATIV		0	5.450.393,52	5.450.393,52	5.450.393,52	7.249.023,38	13.410.693,25	13.410.693,25
		0 **			1.798.629,86			
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		6	76.095,50					
		7	180.628,57					
		8	19.975,07					
99001 IMPOSTO DE RENDA		8		753.646,00	884.693,00	1.089.196,00	1.444.884,00	1.938.842,00
99004 IRRF - FERIAS		8		99.825,00				
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P	D	1	942.584,17	3.404.474,75	3.404.474,75	3.404.474,75	3.404.474,75	3.404.474,75
		6	11.311.009,98					
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		6	5.655.504,99					
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		6	3.770.336,66					
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	49.345,06	49.345,06	49.345,06	65.628,92	121.413,52	121.413,52
		1 **			16.283,86			
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	106.958,95	106.958,95	106.958,95	142.255,40	263.172,49	263.172,49
		1 **			35.296,45			
		2		500.000,00				
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	49.345,06	49.345,06	49.345,06	65.628,92	121.413,52	121.413,52
		1 **			16.283,86			
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	1.178.664,76	1.156.088,60	1.303.304,73	2.188.043,12	3.148.800,49	3.148.800,49
		1 **			405.776,90			
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		0	2.360.402,23	3.111.635,15	3.412.259,38	5.886.245,49	8.568.911,78	8.568.911,78
		0 **			1.099.648,58			
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	9.114.614,00	10.362.222,00	10.654.974,00	19.745.924,00	30.488.029,00	28.549.187,00
		0 **			4.797.324,00			
99004 IRRF - FERIAS		0	99.825,00					
*** T O T A L B R U T O ***			125.681.168,14	58.664.373,04	89.873.086,50	115.589.088,03	158.900.833,15	159.394.791,15
*** T O T A L D E S C O N T O S ***			34.638.590,86	18.740.069,57	25.351.277,58	31.498.200,60	46.116.215,55	44.177.373,55
*** T O T A L L I Q U I D O ***			91.042.577,28	39.924.303,47	64.521.808,92	84.090.887,43	112.784.617,60	115.217.417,60

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: ANA MARIA ORTIZ MACHADO — MATRÍCULA SIAPE: 0257513

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV.	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	B	VI	*** **** **

DEP. S/F	DEP. I.R.	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
02	02	11	197782680-72	001	3334-0	0000028218-9	FEV 1997

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	** DADOS FIN. FOLHA ADIANTAMENTO **		
R	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART.2 AT		858,98
D	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		214,25
	VALOR LIQUIDO DO ADIANTAMENTO	-->	642,73
	** DADOS FIN. FOLHA NORMAL **		
R	VENCIMENTO BASICO		402,92
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		44,32
	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE		40,29
	SALARIO FAMILIA		0,30
	AUXILIO ALIMENTACAO		77,00
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		4.194,00
	2. DECIMO - MP 1160/95 ATIVO		142,73
	2. DECIMO - MP 1160/95 ATIVO		36,40
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	7,87
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	21,49
	DEVOLUCAO PLANO SEG.SOC - CPMF		0,67
D	RESTITUICAO DE FERIAS	001	3.286,03
	AUXILIO ALIMENTACAO	001	77,00
	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART.2 AT		858,98
	AGITRA/RS - MENSALIDADE		19,66
	SINAIT - MENSALIDADE		20,97
	GEAP - PLANO DE SAUDE		120,00
	ASDERT/RS - MENSALIDADE		5,68
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		563,09

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******4.987,99	******4.949,42
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
**********	********472,47	******1.102,46	**********18,57

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

APOSENTADOS: COMPARECER, COM URGENCIA, A UNIDADE DA DRT/RS DE SUA CIDADE.

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: ANA MARIA ORTIZ MACHADO — MATRÍCULA SIAPE: 0145889

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV.	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	C	V	DAS 1011 **

DEP. S/F	DEP. I.R.	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
02	**	07	197782680-72	001	3334-0	0000028218-9	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		1.628.386,88
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		113.987,08
	REPRESENTACAO MENSAL		407.853,09
	OPCAO 55% DAS-PES.PERMANENTE		373.682,00
	ADIC.DE PERICULOSIDADE		162.838,69
	SALARIO FAMILIA		2.135,76
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		15.803.787,20
	OPCAO 55% - GDF/ATIVO		1.798.629,88
D	AUXILIO ALIMENTACAO		16.283,88
	MENSALIDADE - AGITRA		35.298,45
	CSSOC.SEM SERV. DRT-RS		16.283,88
	ASSISTENCIA GEAP		405.778,90
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		1.099.648,58
	IMPOSTO DE RENDA		4.787.324,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*20.291.080,66	**6.370.915,85
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*19.189.298,32	**********	**********	13.920.165,01

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2ª VARA SJ-DF
Fls. 22
Rubrica

CONFERE COM ORIGINAL
EM 25/03/97
Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTB/DRT/RS

BRASIL
UNIÃO DE TODOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UFAG	UF	UNIDADE DE EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: ANA MARIA ORTIZ MACHADO — MATRÍCULA SIAPE: 0145889

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	3334-0 RUA SETE DE SETEMBRO	0000028218-9

REG. JUR.	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	ATIVO PERMANENTE	00009222	10240554822	MAR 1993

LOGRADOURO: RUA HILARIO RIBEIRO, 187/201 F. 222.2117 — BAIRRO:

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE — UF: RS — CEP: 90000-000

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR
MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UFAG	UF	UNIDADE DE EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: ANA MARIA ORTIZ MACHADO — MATRÍCULA SIAPE: 0257513

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
***	****-* **********	**********-*

REG. JUR.	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	ATIVO PERMANENTE	00009222	10240554822	FEV 1997

LOGRADOURO: RUA CASTRO ALVES, 85/62 FONE 221 40 73 — BAIRRO: BOM FIM

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE — UF: RS — CEP: 90430-131

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCICIO/DOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: ARLINDO JOAO SCHIO
MATRICULA SIAPE: 0146052
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | REF/PADRÃO/NIV: V | FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	20	057370600-04	001	0089-2	0000041096-9	JAN 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		6.116.985,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		1.223.397,00
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		7.109.043,12
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		28.204.833,60
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE	001	3.487.600,08
	GRAT.NATAL. EXERC.ANTER./INAT.	001	3.487.600,08
D	DEVOLUCOES DIVERSAS	004	92.158,11
	MENSALIDADE - AGITRA		108.958,95
	ASSISTENCIA GEAP		992.589,17
	IMPOSTO DE RENDA		9.850.034,00
	ANUARIO ESTATISTICO - 92, SINTESE DO BRASIL, IBGE.		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*49.629.458,88	*11.041.740,23
BASE DE CÁLCULO DO IR	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*49.629.458,88	**********	**********	*38.587.718,85

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - PROCESSAMENTO FEDERAL DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

2ª VARA SJ-DF

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCICIO/DOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: ARLINDO JOAO SCHIO
MATRICULA SIAPE: 0146052
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | REF/PADRÃO/NIV: V | FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	20	057370600-04	001	0089-2	0000041096-9	DEZ 1992

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		3.007.492,19
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		601.498,43
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90	001	30.074,92
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		2.418.596,92
	GRAT.NATALINA/INATIVO		36.089,90
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		8.483.994,00
	IMPOSTO DE RENDA	001	396.763,00
	IRRF - 13 SALARIO	001	396.763,00
D	DEVOLUCOES DIVERSAS	005	92.158,11
	MENSALIDADE - AGITRA		52.204,48
	ASSISTENCIA GEAP		290.833,12
	IMPOSTO DE RENDA		1.564.534,00
	IRRF - 13 SALARIO		9.023,00
	ANUARIO ESTATISTICO - 92, SINTESE DO BRASIL, IBGE		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	15.371.272,36	*2.008.752,69
BASE DE CÁLCULO DO IR	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
14.577.746,36	**********	**********	13.362.519,67

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - PROCESSAMENTO FEDERAL DE DADOS

CARTÓRIO MARCOS
1º TABELIONATO
FONE: 223-3093
RUA DAL CANALE, 2186

AUTENTICO a reprodução constante do Verso por estar conforme o original
Caxias do Sul, (RS) 03 ABR 1997
Em testemunho ..... da verdade

SUZETE BOSCATO R$ 1,10
MERY CARELLI
LORITA PICCOLI OLTRAMARI
Escreventes Autorizados

CARTÓRIO MARCOS
1º TABELIONATO
FONE: 223-3093
RUA DAL CANALE, 2186

AUTENTICO a reprodução constante do Verso por estar conforme o original
Caxias do Sul, (RS) 03 ABR 1997
Em testemunho ..... da verdade

SUZETE BOSCATO R$ 1,10
MERY CARELLI
LORITA PICCOLI OLTRAMARI
Escreventes Autorizados

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: ARLINDO JOAO SCHIO
MATRÍCULA SIAPE: 0146052

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	A	II	*** **** **

DEP. S.F	DEP. I.R	T.S. (%)	C.P.F	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	20	057370600-04	001	0089-2	000004109 6-9	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		4.048.958,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		809.791,60
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		971.749,92
D	ASSISTENCIA GEAP		116.609,99
	IMPOSTO DE RENDA		1.457.626,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	**5.830.499,52	**1.574.235,99
BASE DE CÁLCULO DO I.R	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
**5.830.499,52	**********	**********	**4.256.263,53

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

2ª VARA SJ-DF

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: ARLINDO JOAO SCHIO
MATRÍCULA SIAPE: 0146052

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	B	V	[illegible]

DEP. S.F	DEP. I.R	T.S. (%)	C.P.F	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	20	057370600-04	001	0089-2	000004109 6-9	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		6.116.985,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		1.223.397,00
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		8.900.431,20
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		37.161.774,00
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE	001	7.051.208,40
	IMPOSTO DE RENDA	001	753.646,00
D	DEVOLUCOES DIVERSAS	003	92.158,11
	PARTICIPACAO - GEAP	001	31.872,00
	MENSALIDADE - AGITRA		108.958,95
	MENSALIDADE - AGITRA	001	500.000,00
	ASSISTENCIA GEAP		1.209.075,91
	IMPOSTO DE RENDA		11.802.472,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*61.207.441,60	*13.742.536,97
BASE DE CÁLCULO DO I.R	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*60.453.795,60	**********	**********	*47.464.904,63

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CARTÓRIO MARCOS
1.º TABELIONATO
FONE: 223-3093
RUA DAL CASALLE, 2186
AUTENTICO a reprodução
constante do Verso por estar confor-
me o original
Caxias do Sul, (RS) 03 APR 1997
Em testemunho ..... da verdade
SUZETE BOSCATO R$ ...
MERY CARELLI
LORITA PICCOLI OLTRAMARI
Escreventes Autorizadas

CARTÓRIO MARCOS
1.º TABELIONATO
FONE: 223-3093
RUA DAL CASALLE, 2186
AUTENTICO a reprodução
constante do Verso por estar confor-
me o original
Caxias do Sul, (RS) 03 APR 1997
Em testemunho ..... da verdade
SUZETE BOSCATO R$ ...
MERY CARELLI
LORITA PICCOLI OLTRAMARI
Escreventes Autorizadas

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: ARLINDO JOAO SCHIO — MATRÍCULA SIAPE: 0146052

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NIV	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	A	II	*** **** **

DEP. S/F	DEP. I/R	T.S.(%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	20	057370600-04	001	0089-2	0000041096-9	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		8.141.464,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		1.628.292,80
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		11.531.992,56
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52	001	1.410.241,68
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52	001	1.395.040,03
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		47.890.206,00
	IMPOSTO DE RENDA	001	884.694,00
D	DEVOLUCOES DIVERSAS	002	92.158,11
	MENSALIDADE - AGITRA		106.958,95
	ASSISTENCIA GEAP		1.439.944,74
	IMPOSTO DE RENDA		13.803.640,00
	A ATUALIZACAO DE SEU CADASTRO E DE SUMA IMPORTANCIA PARA A SUA VIDA FUNCIONAL		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*72.881.931,07	*15.442.701,80
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*71.997.237,07	**********	**********	*57.439.229,27

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

CARTÓRIO MARCOS
AUTENTICO a reprodução
constante do Verso por estar conforme o original
Caxias do Sul, (RS) 03 ABR 1997
Em testemunho.....da verdade
SUZETE BOSCATO R$ ...
MERY CARELLI
LORITA PICCOLI OLTRAMARI
Escreventes Autorizadas

1º TABELIONATO
FONE: 223-3093
RUA DAL CANALLE, 2186

CARTÓRIO MARCOS
AUTENTICO a reprodução
constante do Verso por estar conforme o original
Caxias do Sul, (RS) 03 ABR 1997
Em testemunho.....da verdade
SUZETE BOSCATO R$ ....
MERY CARELLI
LORITA PICCOLI OLTRAMARI
Escreventes Autorizadas

1º TABELIONATO
FONE: 223-3093
RUA DAL CANALLE, 2186

2ª VARA SJ - DF
Fls. 86
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA : 08
EMITIDO EM : 17AGO199

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0144874 - GILBERTO HILGERT FONSECA
CARGO/LOTACAO: 0933 B V - 024004000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0029-9/0000064843-4
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/ T.SERV: 14

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL/1992	AGO/1992	SET/1992	OUT/1992	NOV/1992	DEZ/1992
00001 VENCIMENTO	R	0	1.171.425,99	1.405.711,18	3.007.492,19	3.007.492,19	3.007.492,19	3.007.492,19
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L		0	221.399,51	265.679,41	421.048,90	421.048,90	421.048,90	421.048,90
00067 ADIC.DE PERICULOSIDA		1	118.608,88	189.771,00	300.749,21	300.749,21	300.749,21	300.749,21
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT		1	309.683,80	371.620,56	371.620,56	371.620,56	371.620,56	542.032,95
		6						340.824,78
00130 RENDIMENTO PASEP		1				136.703,80		
00176 GRAT.NATALINA		0					12.213.284,30	
		7 **						5.466.406,32
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.		0	934.797,94					
		1				8.483.994,00	8.483.994,00	8.483.994,00
		1 **			8.483.994,00			
		6 **						15.363.744,72
00563 ADIANT.ARTIGO 2 LEI		1	409.999,09	491.998,91				
		1 **						2.400.462,18
00591 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		0		1.686.853,41	3.608.990,62			
		6			147.599,67	442.799,01		
72507 ASSISTENCIA GEAP		1 **			72.179,81			
		6					94.266,60	
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	64.350,00	71.623,00	95.455,00		359.654,00	388.262,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		8						419.764,00
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P	D	1	89.179,04	89.179,04	89.179,04	89.179,04	89.179,04	89.179,04
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		0					668.842,75	
00591 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		1 **			3.608.990,63			
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	40.040,00	72.072,00	30.074,92	30.074,92	30.074,92	30.074,92
		2		32.032,00				
71155 SINDPREV		1	7.907,12	9.488,55	15.037,46	15.037,46	15.037,46	15.037,46
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	18.205,63	21.846,75	52.204,46	52.204,46	52.204,46	52.204,46
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	11.714,25	14.057,11	22.277,71	30.074,92	30.074,92	30.074,92
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	57.124,58	80.800,27	149.717,61	253.121,66	244.265,68	244.265,68
		1 **			263.946,48			48.009,24
		2 **						307.274,89
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		0	164.257,35	231.014,57	431.107,88	741.320,04	714.752,10	714.752,10
		0 **			292.500,20			1.065.852,41
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	109.355,00	214.577,00	712.098,00	1.660.082,00	1.196.371,00	904.416,00
		0 **			1.145.626,00			
		1 **						3.730.483,45
99003 IRRF - 13 SALARIO		0					1.282.154,00	
*** TOTAL BRUTO		***	3.230.263,21	4.483.257,47	16.509.129,96	13.164.407,67	25.252.109,76	37.134.781,25
*** TOTAL DESCONTOS		***	497.782,97	765.067,29	6.812.758,39	2.871.094,50	4.322.956,33	7.231.624,57
*** TOTAL LIQUIDO		***	2.732.480,24	3.718.190,18	9.696.371,57	10.293.313,17	20.929.153,43	29.903.156,68

CONFERE COM ORIGINAL
EM 18 / 03 / 97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTB/DRT/RS

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54 120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA : 107
EMITIDO EM : 17AGO1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0144874 - GILBERTO HILGERT FONSECA
CARGO/LOTACAO: 0933 B V - 024004000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0029-9/0000064843-4
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/ T.SERV: 14

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN/1992	FEV/1992	MAR/1992	ABR/1992	MAI/1992	JUN/1992
00001 VENCIMENTO	R	0	441.343,82	551.679,77	630.491,18	846.029,88	1.008.727,94	1.171.425,99
		6				20.301,04		
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L		0	77.455,83	96.819,79	110.651,20	148.478,24	190.649,57	221.399,51
		6				3.562,83	3.426,39	
		9	26.296,73					
00067 ADIC.DE PERICULOSIDA		1	44.686,06	55.857,57	63.837,23	85.660,52	102.133,70	118.606,88
		6				2.055,48		
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P		6	1.070.148,40					
00077 ABONO PECUNIARIO DE		1		118.905,37				
		6	475.621,51					
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT		1	86.022,57	107.528,21	122.883,23	159.748,19	190.467,76	221.190,20
		6			32.258,46			
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		1		133.768,55				
		8	535.074,20					
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.		0	352.192,36	440.240,45	503.131,96	675.131,84	804.964,89	934.797,94
		6				16.200,23		
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		1		89.179,03				
		6	356.716,13					
00563 ADIANT.ARTIGO 2 LEI		1	154.470,33	193.087,91	220.671,91	296.110,45	353.054,77	409.999,09
		6				7.105,36		
00571 GRAT.NATALINA EXERC		8	14.343,67					
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		6		7.920,00				
99001 IMPOSTO DE RENDA		8			19.710,00	33.748,00	37.071,00	52.530,00
99004 IRRF - FERIAS		8		15.468,00				
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P	D	1		89.179,04	89.179,04	89.179,04	89.179,04	89.179,04
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT		6			107.528,21			
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	19.140,00	22.440,00	33.660,00	33.660,00	11.220,00	40.040,00
		2	12.760,00					
		3		4.840,00				
		6						35.200,00
71155 SINDPREV		1	2.979,07	3.723,83	4.255,81	5.710,70	6.808,91	7.907,12
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	7.079,96	8.849,96	10.114,24	13.148,51	15.677,07	18.205,63
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	5.958,14	5.516,79	6.304,91	8.460,29	10.087,27	11.714,25
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	29.350,09	28.537,29	30.575,66	42.012,71	49.259,14	57.124,58
97002 PENSAO ALIMENTICIA		1	1.043.908,53	19.803,15				
		2	102.928,66					
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		0	84.508,51	164.520,83	175.793,55	241.550,38	283.298,82	164.257,35
99001 IMPOSTO DE RENDA		0		19.710,00	56.896,00	115.883,00	131.506,00	160.431,00
99004 IRRF - FERIAS		0	15.468,00					
*** TOTAL BRUTO ***			3.634.371,61	1.810.454,65	1.703.635,17	2.294.132,06	2.890.496,02	3.129.949,61
*** TOTAL DESCONTOS ***			1.324.080,96	367.120,89	514.307,42	549.604,63	597.036,25	584.058,97
*** TOTAL LIQUIDO ***			2.310.290,65	1.443.333,76	1.189.327,75	1.744.527,43	2.093.459,77	2.545.890,64

2ª VARA SJ - DF
Fls. 24
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS

EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	SBO

NOME DO SERVIDOR: GILDERTO HILGERT FONSECA
MATRÍCULA SIAPE: 0140874
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B
REFERÊNCIA: V
FUNÇÃO: *** **** **

DDD	DDI	CEL	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	02	14	063390930-00	001	0029-9	0000064843-4	JAN 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	ENCIMENTO		6.116.985,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		856.377,90
	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE		611.698,50
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	35.789.895,00
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS	001	15.906.620,00
	INDENIZACAO DE TRANSPORTE		1.094.065,90
	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO	001	17.894.947,50
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		28.204.833,60
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A	001	3.487.600,08
	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS	001	11.929.965,00
	GRAT.NATALINA EXERC.ANTERIOR	001	3.487.600,08
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	101.211,20
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	225.395,41
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	26.567,94
D	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	89.179,04
	AUX.ALIMENTACAO		61.169,85
	SINDPREV		30.584,92
	MENSALIDADE - AGITRA		106.958,95
	CSSOC.BEN.SERV. DRT-RS		61.169,85
	ASSISTENCIA GEAP		1.093.901,20
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		2.719.947,[illegible]
	IMPOSTO DE [illegible]		7[illegible]
	IRRF - FER [illegible]		2[illegible]
	ANUARIO ESTATISTICO - 92, SINTESE DO BRASIL, IBGE.		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	125.723.763,11	*15.289.797,60
BASE DE CÁLCULO DO IR	MARGEM CONSIGNAVEL 30%	MARGEM CONSIGNAVEL 70%	LÍQUIDO
*66.566.191,58	**********	**********	110.433.965,51

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

2ª VARA SJ - DF
Fls. 28
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	SBD

NOME DO SERVIDOR: GILBERTO HILGERT FONSECA
MATRÍCULA SIAPE: 0144874
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | REFIPADR/CNIV: V | FUNÇÃO: *** **** **
DFC SF: ** | DFC IR: 02 | FS FIJ: 14 | C.P.F.: 063390930-00 | BANCO: 001 | AGÊNCIA: 0029-9 | CONTA CORRENTE: 0000064843-4 | MÊS PAGAMENTO: FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	VENCIMENTO		5.116.985,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		856.377,90
	ADIC.DE PERICULOSIDADE		611.698,50
	INDENIZ.DE TRANSPORTE		1.084.065,90
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		37.161.774,00
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A	001	7.051.208,40
	IMPOSTO DE RENDA	001	797.335,00
	IRRF - FERIAS	001	797.335,00
D	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	012	2.982.491,25
	INDENIZ.DE TRANSPORTE	001	1.084.065,90
	AUXILIO ALIMENTACAO		61.169,85
	SINDPREV		30.584,92
	MENSALIDADE - AGITRA		106.958,95
	MENSALIDADE - AGITRA	001	500.000,00
	CSSOC.BEN SERV. DRT-RS		61.169,85
	ASSISTENCIA GEAP		1.035.960,87
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		3.071.180,71
	IMPOSTO DE RENDA		8.678.799,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*54.476.779,70	*17.612.381,30
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*47.959.101,09	**********	**********	*36.864.398,40

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	SBD

NOME DO SERVIDOR: GILBERTO HILGERT FONSECA
MATRÍCULA SIAPE: 0144874
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A | REFIPADR/CNIV: II | FUNÇÃO: *** **** **
DFC SF: ** | DFC IR: 02 | FS FIJ: 14 | C.P.F.: 063390930-00 | BANCO: 001 | AGÊNCIA: 0029-9 | CONTA CORRENTE: 0000064843-4 | MÊS PAGAMENTO: FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		4.048.958,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		566.854,12
	ADIC.DE PERICULOSIDADE		404.895,80
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS		1.115.712,87
	ADIC.1/3 DE FERIAS		836.784,65
D	AUXILIO ALIMENTACAO		40.489,58
	SINDPREV		20.244,80
	CSSOC.BEN SERV. DRT-RS		40.489,58
	ASSISTENCIA GEAP		117.149,85
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		276.948,73
	IMPOSTO DE RENDA		1.185.940,00
	IRRF - FERIAS		453.506,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	**6.973.205,44	**2.134.768,54
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
-**6.557.782,35	**********	**********	**4.838.436,90

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CONFERE COM ORIGINAL
EM 04/04/92

Varinalão Rocha da Silva
Chefe do DIAPE - MTb/DRT/RS

2ª VARA SJ - DF
Fls. 29
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	MES JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCICIO/DOCUMENTO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	580

NOME DO SERVIDOR: GILBERTO HILGERT FONSECA
MATRICULA SIAPE: 0144874
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A
REF/PADRÃO/NIV.: II
FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SIT.	REP. IR	F.S. OU	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	02	14	063390930-00	001	0029-9	0000064843-4	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		8.141.464,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		1.139.804,96
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS	001	3.980.862,40
	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO	001	4.478.470,20
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		47.890.206,00
	ADIC.1/3 DE FERIAS	001	2.985.646,80
	IMPOSTO DE RENDA	001	935.980,00
	IRRF - FERIAS	001	453.506,00
D	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	011	2.982.491,25
	AUXILIO ALIMENTACAO		81.414,64
	SINDPREV		40.707,32
	MENSALIDADE - AGITRA		106.950,95
	CSSOC.BEN.SERV. DRT-RS		81.414,64
	ASSISTENCIA GEAP		1.203.142,43
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		3.430.288,49
	IMPOSTO DE RENDA		8.996.400,00
	A ATUALIZACAO DE SEU CADASTRO E DE SUMA IMPORTANCIA PARA A SUA VIDA FUNCIONAL		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*70.005.940,36	*16.922.817,72
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*52.768.278,47	**********	**********	*53.083.122,64

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	MES JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCICIO/DOCUMENTO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	580

NOME DO SERVIDOR: GILBERTO HILGERT FONSECA
MATRICULA SIAPE: 0144874
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A
REF/PADRÃO/NIV.: II
FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SIT.	REP. IR	F.S. OU	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	02	14	063390930-00	001	0029-9	0000064843-4	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		2.886.683,12
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		376.135,83
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		15.803.767,20
D	AUXILIO ALIMENTACAO		26.866,83
	SINDPREV		13.433,41
	MENSALIDADE - AGITRA		35.296,45
	CSSOC.BEN.SERV. DRT-RS		26.866,83
	ASSISTENCIA GEAP		377.331,72
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		1.131.995,16
	IMPOSTO DE RENDA		4.433.648,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*18.866.585,95	**6.045.438,40
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*17.734.590,79	**********	**********	*12.821.147,55

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CONFERE COM ORIGINAL
EM 04/04/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da SIAPE - MTB/DRT/RS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS

MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCICIO/REALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	APOSENTADO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: GILBERTO HILGERT FONSECA — MATRÍCULA SIAPE: 0257451

CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO — CLASSE: A — REF/PADRÃO/NÍV.: III — FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	I.S. (%)	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	02	17	063390930-00	001	2733-2	0000035256-X	FEV 1997

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	** DADOS FIN. FOLHA ADIANTAMENTO **		
R	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.668,15
D	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		417,04
	VALOR LIQUIDO DO ADIANTAMENTO -->		1.251,11
	** DADOS FIN. FOLHA NORMAL **		
R	PROVENTO BASICO		524,30
	ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-APOS		89,13
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR		4.194,00
	:IF.PROV.ART.192 INC.II L.8112		166,86
	:PMF - LEI 9.311/96 - APOSENT		2,24
	ACP 9610428-0 7VF/RS DEV PSS		586,21
D	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.668,15
	SINDIPREV/RS - MENSALIDADE		13,63
	AGITRA/RS - MENSALIDADE		19,66
	SINAIT - MENSALIDADE		20,97
	GEAP - PLANO DE SAUDE		120,00
	ASDERT/RS - MENSALIDADE		7,86
	CONT.P.SEGURIDADE SOCIAL APOS		586,21
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		466,53

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******5.562,74	******2.903,01
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
******3.126,14	******1.492,28	******3.482,01	******2.659,73

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

APOSENTADOS: COMPARECER, COM URGENCIA, A UNIDADE DA DRT/RS DE SUA CIDADE.

2ª VARA SJ-DF
Fls. 30
Rubrica

CONFERE COM ORIGINAL
EM 04/04/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTb/DRT/RS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	PFO. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: LOURDES SCHIRMER — MATRÍCULA SIAPE: 0139129

CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO — CLASSE: B — PER/PADRÃO/NÍV.: V — FUNÇÃO: DAS 1011 **

DEP. S.F	DEP. I.R	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	15	089596760-04	001	3240-9	0000058698-6	DEZ 1992

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		3.007.492,19
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		451.123,82
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90	001	35.087,40
	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE		300.749,21
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	12.243.359,22
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS	001	5.441.492,98
	GRATIFICACAO NATALINA		30.074,92
	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO	001	6.121.679,61
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		8.483.994,00
	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS	001	4.081.119,74
	IMPOSTO DE RENDA	001	342.358,00
	IRRF - 13 SALARIO	001	396.763,00
D	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	002	92.562,99
	INDENIZACAO DE TRANSPORTE	001	371.620,56
	AUX.ALIMENTACAO		30.074,92
	MENSALIDADE - AGITRA		52.204,46
	ASSISTENCIA GEAP		327.191,32
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		716.661,84
	IMPOSTO DE RENDA		777.841,00
	IRRF - 13 SALARIO		7.518,00
	IRRF - FERIAS		420.209,00
	ANUARIO ESTATISTICO - 92, SINTESE DO BRASIL, IBGE		

2º TABELIONATO
Trav. Fco. Leonardo Truda, 76 - Fone: 221-8449
AUTENTICO verso e anverso a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que DOU FÉ.
Porto Alegre, RS. 01 ABR. 1997
JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA - TABELIÃO
☐ MARCO ANTONIO OUTRA BALIM - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS MARIO PRADIE GONÇALVES - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS PAUL DA SILVEIRA - Escrevente Autorizado
EMOL. R$

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	40.935.294,09	*2.797.884,09
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
20.022.190,02	**********	**********	38.137.410,00

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVÇO FEDERAL DE PROCESSSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

SIAPESIAPESIAPES

2ª VARA SJ - DF
Fls. 32
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UFAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: LOURDES SCHIRMER
MATRÍCULA SIAPE: 0139129
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | REF/PADRÃO/NÍV.: VI | FUNÇÃO: DAS 1021 **

DEP. S.F	DEP. I.R	I.S. (%)	C.P.F	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	15	089596760-04	001	3240-9	0000058698-6	JAN 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		6.545.668,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		981.850,20
	REPRESENTACAO MENSAL		1.235.312,40
	OPCAO 55% DAS-PES.PERMANENTE		1.132.369,70
	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE		654.566,80
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	44.204.994,22
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS	001	19.646.664,09
	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO	001	22.102.497,11
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		28.204.833,60
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A	001	3.487.600,08
	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS	001	14.734.998,07
	GRAT.NATALINA EXERC.ANTERIOR	001	3.487.600,08
	OPCAO 55% - GDF/ATIVO		5.450.393,52
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	101.211,20
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	225.395,41
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL	001	26.567,94
D	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	012	1.020.279,94
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	92.562,99
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	12.243.359,22
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS	001	5.441.492,98
	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO	001	6.121.679,61
	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS	001	4.081.119,74
	AUX.ALIMENTACAO		65.456,68
	MENSALIDADE - AGITRA		106.958,95
	ASSISTENCIA GEAP		1.236.681,45
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		2.495.258,03
	IMPOSTO DE RENDA		9.702.197,00
	IRRF - FERIAS		3.121.911,00
	ANUARIO ESTATISTICO - 92 - SINTESE DO BRASIL		

2º TABELIONATO
Trav. Fco. Leonardo Truda, 76 - Fone: 221-8449
AUTENTICO verso e anverso a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que DOU FÉ.
Porto Alegre, RS 01 ABR. 1997
JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA - TABELIÃO
MARCO ANTONIO DUTRA BAUM - Escrevente Autorizado
CARLOS MARIO PRADIE GONÇALVES - Escrevente Autorizado
CARLOS RAUL DA SILVEIRA - Escrevente Autorizado
EMOL. R$

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	152.222.522,42	*45.728.957,59
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*71.755.076,86	**********	**********	106.493.564,83

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

SIAPESIAPESIAPES

2ª VARA SJ - DF
Fls. 33
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: LOURDES SCHIRMER — MATRÍCULA SIAPE: 0139129

CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO — CLASSE: B — REF/PADRÃO/NÍV.: VI — FUNÇÃO: *** **** **

DEP. S.F.	DEP. I.R	T.S. MI	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	15	089596760-04	001	3240-9	0000058698-6	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		6.545.668,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		981.850,20
	ADIC.DE PERICULOSIDADE		654.566,80
	INDENIZ.DE TRANSPORTE		1.084.065,90
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		37.161.774,00
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A	001	7.051.208,40
	IMPOSTO DE RENDA	001	753.646,00
	IRRF - FERIAS	001	753.646,00
D	REPRESENTACAO MENSAL	001	159.395,12
	OPCAO 55% DAS-PES.PERMANENTE	001	146.112,20
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	012	3.598.726,19
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS	001	448.348,38
	ADIC.1/3 DE FERIAS	001	336.261,29
	OPCAO 55% - GDF/ATIVO	001	703.276,56
	AUXILIO ALIMENTACAO		65.456,68
	MENSALIDADE - AGITRA		106.958,95
	MENSALIDADE - AGITRA	001	500.000,00
	ASSISTENCIA GEAP		1.021.000,44
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		3.086.099,59
	IMPOSTO DE RENDA		9.035.086,00

2º TABELIONATO
Trav. Fco. Leonardo Truda, 76 - Fone: 221-8449
AUTENTICO verso e anverso a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que DOU FÉ.
Porto Alegre, RS. 01 ABR. 1997
JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA - TABELIÃO
☐ MARCO ANTONIO DUTRA BAUM - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS MARIO PRADIE GONÇALVES - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS RAUL DA SILVEIRA - Escrevente Autorizado
EMOL. R$

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*54.986.425,30	*19.206.721,40
BASE DE CÁLCULO DO I.R	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*49.384.249,83	**********	**********	*35.779.703,90

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVÇO FEDERAL DE PROCESSSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

SIAPESIAPESIAPES

2ª VARA SJ - DF
Fls. 34
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: LOURDES SCHIRMER
MATRÍCULA SIAPE: 0139129
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A
REF/PADRÃO/NÍV.: II
FUNÇÃO: *** **** **

DEP. S.F	DEP. I.R	T.S.-PGI	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	15	089596760-04	001	3240-9	0000058698-6	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		3.191.592,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		478.738,80
	ADIC.DE PERICULOSIDADE		319.159,20
	ABONO PECUNIARIO DE FERIAS		886.553,34
	ADIC.1/3 DE FERIAS		664.915,00
D	AUXILIO ALIMENTACAO		31.915,92
	ASSISTENCIA GEAP		93.088,10
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		220.219,86
	IMPOSTO DE RENDA		942.318,00
	IRRF - FERIAS		360.340,00

2º TABELIONATO
Trav. Fco. Leonardo Truda 76 Fone: 221-8449
AUTENTICO verso e anverso a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que DOU FÉ.
Porto Alegre, RS 01 ABR. 1997
JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA - TABELIÃO
☐ MARCO ANTONIO DUTRA BAUM - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS MARIO PRADIE GONÇALVES - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS PAUL DA SILVEIRA - Escrevente Autorizado
EMOL. R$

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	**5.540.958,34	**1.647.881,88
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
**5.210.628,55	**********	**********	**3.893.076,46

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVÇO FEDERAL DE PROCESSSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

SIAPESIAPESIAPES

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: LOURDES SCHIRMER
MATRÍCULA SIAPE: 0139129
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A
REF/PADRÃO/NÍV.: II
FUNÇÃO: *** **** **

DEP. S.F	DEP. I.R	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	15	089596760-04	001	3240-9	0000058698-6	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		2.686.683,12
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		403.002,46
	ADIC.DE PERICULOSIDADE		268.668,31
	INDENIZ.DE TRANSPORTE		357.741,74
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		15.803.767,20
D	AUXILIO ALIMENTACAO		26.866,83
	MENSALIDADE - AGITRA		35.296,45
	ASSISTENCIA GEAP		383.242,42
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		1.133.607,17
	IMPOSTO DE RENDA		4.596.564,00

2º TABELIONATO
Trav. Fco Leonardo Truda, 76 Fone: 221-8449
AUTENTICO verso e anverso a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que DOU FÉ.
Porto Alegre, RS, 01 ABR. 1997
JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA - TABELIÃO
☐ MARCO ANTONIO DUTRA BAUM - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS MARIO PRADIE GONÇALVES - Escrevente Autorizado
☐ CARLOS RAUL DA SILVEIRA - Escrevente Autorizado
EMOL. R$

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*19.519.862,83	**6.175.576,87
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*18.386.255,66	**********	**********	*13.344.285,86

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

BRASIL
UNIÃO DE TODOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: LOURDES SCHIRMER
MATRÍCULA SIAPE: 0139129

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	3240-9 PALACIO DO COMERCIO	0000058698-6

REG. JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	ATIVO PERMANENTE	00003041	10039854024	MAR 1993

LOGRADOURO: AV. ICARAI 1030 APTO 608
BAIRRO: CRISTAL
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE
UF: RS
CEP: 90615-000

8765

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	APOSENTADO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: LOURDES SCHIRMER — MATRÍCULA SIAPE: 0256982

CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO — CLASSE: A — REF/PADRÃO/NÍV.: III — FUNÇÃO: *** **** **

DEP. S.F	DEP. I.R	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	**	16	089596760-04	001	3240-9	0000058698-6	FEV 1997

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	** DADOS FIN. FOLHA ADIANTAMENTO **		
R	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.346,28
D	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		336,57
	VALOR LIQUIDO DO ADIANTAMENTO	-->	1.009,71
	** DADOS FIN. FOLHA NORMAL **		
R	PROVENTO BASICO		436,91
	ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-APOS		83,88
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR		3.495,00
	CPMF - LEI 9.311/96 - APOSENT		2,24
	ACP 9610428-0 7VF/RS DEV PSS		471,82
D	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.346,28
	AGITRA/RS - MENSALIDADE		19,66
	GEAP - PLANO DE SAUDE		120,00
	CONT P.SEGURIDADE SOCIAL APOS		471,82
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		352,37

2º TABELIONATO
Trav. Eco. Leonardo Truda, 76 Fone: 221-8449
AUTÊNTICO verso e anverso a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que DOU FÉ.
Porto Alegre, RS 01 ABR. 1997
JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA - TABELIÃO
MARCO ANTONIO DUTRA BAUM - Escrevente Autorizado
CARLOS MARIO PRADIE GONÇALVES - Escrevente Autorizado
CARLOS RAUL DA SILVEIRA - Escrevente Autorizado
EMOL. R$

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******4.489,85	******2.310,13
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
******2.669,51	******1.204,73	******2.811,06	******2.179,72

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSSAMENTO DE DADOS

APOSENTADOS: COMPARECER, COM URGENCIA, A UNIDADE DA DRT/RS DE SUA CIDADE.

5412 5A

2ª VARA SCHIRMER
Fls. 36
Rubrica

PARA USO DO CORREIO

- [ ] MUDOU-SE
- [x] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] NÃO EXISTE Nº INDICADO
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____ /____ /____

VISTO:

BRASIL GOVERNO FEDERAL

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR APOSENTADO

MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA SIAPE
LOURDES SCHIRMER	0256982

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
***	****-* **********	**********-*

REG. JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	APOSENTADO	00003041	10039854024	FEV 1997

0002

LOGRADOURO	BAIRRO
AV. ICARAI, 1030/608	CRISTAL

MUNICÍPIO	UF	CEP
PORTO ALEGRE	RS	90615-000

BM

REMETENTE

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
AVENIDA MAUA, 1013 - 6 ANDAR- SALA 605
CENTRO - F:2286544 R: 267
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-110

5412 5F

2ª VARA SJ - DF
Fls. 32
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA : 873
EMITIDO EM : 17AGO1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 013656I - NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
CARGO/LOTACAO: 0933 B VI FUNCAO/EXERC.: .

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3240-9/0000054383-7
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/ T.SERV: 32

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN/1992	FEV/1992	MAR/1992	ABR/1992	MAI/1992	JUN/1992
00005 PROVENTO	R	0	485.364,05	606.705,06	693.377,22	901.390,38	1.074.734,69	1.248.078,99
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	209.677,26	262.096,58	299.538,95	389.400,64	464.285,38	539.170,12
		9	71.186,72					
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	216.472,36	313.059,80	357.782,64	465.117,43	554.563,09	644.008,75
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		0	387.320,51	484.150,63	553.315,02	719.309,52	857.638,28	995.967,03
00564 ADIANT.ART.2 LEI 827		1	169.877,41	212.346,77	242.682,02	315.486,63	376.157,14	436.827,64
00572 GRAT.NATAL. EXERC.AN		8	38.829,12					
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	49.455,00	55.820,00	67.312,00	56.452,00	81.886,00	104.561,00
70099 MENSALIDADE - GBOEX	D	1	6.642,00	12.126,00	12.126,00	24.546,00	24.546,00	24.546,00
71266 MENSALIDADE - AGITRA		2	7.079,96	8.849,96	10.114,24	13.148,51	15.877,07	18.205,63
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	31.574,54	37.567,17	42.933,91	55.814,09	66.547,57	77.281,05
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	176.784,00	195.872,00	191.514,00	276.479,00	327.125,00	342.939,00
*** T O T A L B R U T O ***			1.628.182,43	1.934.178,84	2.214.007,85	2.847.156,80	3.409.264,58	3.968.613,53
*** T O T A L D E S C O N T O S ***			222.080,50	254.415,13	256.688,15	369.987,80	433.895,64	462.971,68
*** T O T A L L I Q U I D O ***			1.406.101,93	1.679.763,71	1.957.319,70	2.477.169,00	2.975.368,94	3.505.641,85

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/97

Vanildo Rocha da Silva
Chefe do DIAPE - MTb/DRT/RS

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA : 874
EMITIDO EM : 17AGO1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 0136561 - NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
CARGO/LOTACAO: 0933 B VI FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3240-9/0000054383-7
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/ T.SERV: 32

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL/1992	AGO/1992	SET/1992	OUT/1992	NOV/1992	DEZ/1992
00005 PROVENTO	R	0	1.248.078,99	1.497.694,78	3.221.833,59	3.221.833,59	3.221.833,59	3.221.833,59
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	539.170,12	647.004,14	1.030.986,74	1.030.986,74	1.030.986,74	1.030.986,74
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	644.008,75	533.778,41	1.623.804,12	2.547.362,86	2.547.362,86	2.547.362,86
		6		33.975,48		923.558,74	110.230,34	
		6 **						3.072.748,94
		7					160.253,34	
00181 GRAT.NATALINA/INATIV		0					15.284.177,19	
		7 **						6.559.687,58
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI		1				7.642.088,59		
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		0	995.967,03					
		1				8.483.994,00	8.483.994,00	8.483.994,00
		1 **			8.483.994,00			
		6 **						15.363.744,72
00219 PAG.EXERCICIO(S)ANTE		6		90.763,08				
00564 ADIANT.ART.2 LEI 827		1	436.827,64	524.193,17				
		1 **						2.557.537,94
00592 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		0		1.797.233,73	3.866.200,30			
		6			157.257,95	471.773,85		
72507 ASSISTENCIA GEAP		1 **			77.324,00			
		8					94.266,60	
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	104.225,00	71.622,00	95.455,00		359.854,00	419.764,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		8						419.764,00
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI	D	0					7.642.088,59	
00592 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		1 **			3.866.200,31			
70099 MENSALIDADE - GBOEX		1	44.464,00	44.464,00	44.464,00	87.948,00	87.948,00	87.948,00
71157 PARTICIPACAO - GEAP		1				78.328,04	78.328,04	
71268 MENSALIDADE - AGITRA		2	18.205,63	21.846,75	52.204,46	52.204,46	52.204,46	52.204,46
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	77.281,05	102.492,85	198.001,65	486.431,96	311.093,21	305.683,54
		1 **			263.946,48			51.150,76
		2 **						368.729,87
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	238.714,00	356.180,00	1.330.519,00	2.758.364,00	2.117.498,00	1.630.113,00
		0 **			1.154.448,00			4.733.858,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		0					2.049.877,00	
*** T O T A L B R U T O ***			3.968.277,53	5.196.264,79	18.556.855,70	24.321.598,37	31.292.758,66	43.677.424,37
*** T O T A L D E S C O N T O S ***			378.664,68	524.983,60	6.909.783,90	3.463.276,46	12.339.037,30	7.229.687,63
*** T O T A L L I Q U I D O ***			3.589.612,85	4.671.281,19	11.647.071,80	20.858.321,91	18.953.721,36	36.447.736,74

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe do DIAPE - MTb/DRT/RS

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 36
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA : 904
EMITIDO EM : 29JUL1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 0256726 - NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
CARGO/LOTACAO: 009033 A III FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3240-9/0000054383-7
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/ T.SERV: 32

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN/1993	FEV/1993	MAR/1993	ABR/1993	MAI/1993	JUN/1993
00005 PROVENTO	R	0	6.545.668,00	6.545.668,00	8.628.258,00	11.475.583,14	21.229.828,80	21.229.828,80
		0 **		4.165.180,00	2.847.325,14			
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	2.094.613,76	2.094.613,76	2.761.042,56	3.672.186,60	6.793.545,21	6.793.545,21
		0 **		1.332.857,60	911.144,04			
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	7.369.023,07	9.160.411,15	11.855.901,31	16.421.646,34	30.380.045,68	30.380.045,68
		1 **		1.099.607,52	3.912.447,27			
		6			1.410.241,68	4.181.337,60		
		7			1.395.040,03			
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		1	28.204.833,60	37.161.774,00	47.890.206,00	66.960.482,00	123.876.854,40	123.876.854,40
		1 **			15.803.767,20			
		6	3.487.600,08	7.051.208,40		20.906.688,00		
00572 GRAT.NATAL. EXERC.AN		6	3.487.600,08					
99001 IMPOSTO DE RENDA		8		797.335,00	935.979,00	1.152.338,00	1.528.645,00	2.051.239,00
70089 MENSALIDADE - GBOEX	D	1	170.622,00	170.622,00	170.622,00	339.540,00	339.540,00	339.540,00
71157 PARTICIPACAO - GEAP		1		121.383,60				
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1		106.958,95	106.958,95	142.255,40	263.172,49	263.172,49
		1 **			35.296,45			
		2	106.958,95	500.000,00				
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	1.023.786,77	1.240.273,50	1.478.813,79	2.472.358,07	3.645.605,48	3.645.605,48
		1 **		131.952,90	468.493,67			
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	10.091.753,00	12.000.502,00	14.048.276,00	25.313.241,00	38.450.189,00	36.398.950,00
		0 **		1.649.411,00	5.868.671,00			
*** TOTAL BRUTO		***	51.189.338,59	69.408.655,43	98.351.352,23	124.770.241,68	183.808.919,09	184.331.513,09
*** TOTAL DESCONTOS		***	11.393.120,72	15.921.103,95	22.176.131,86	28.267.394,47	42.698.506,97	40.647.267,97
*** TOTAL LIQUIDO		***	39.796.217,87	53.487.551,48	76.175.220,37	96.502.847,21	141.110.412,12	143.684.245,12

CONFERE COM ORIGINAL
EM 11/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe do DIAPE - MTb/DRT/RS

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA : 905
EMITIDO EM : 29JUL1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 0256726 - NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
CARGO/LOTACAO: 009033 A III FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/3240-9/0000054383-7
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/ T.SERV: 32

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL/1993	AGO/1993	SET/1993	OUT/1993	NOV/1993	DEZ/1993
00005 PROVENTO	R	0	28.377,91	28.377,91	52.819,80	52.819,80	74.570,99	74.570,99
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	9.080,93	9.080,93	16.902,33	16.902,33	23.862,71	23.862,71
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	40.609,04	40.608,88	75.642,42	75.642,42	106.819,94	106.819,94
00181 GRAT.NATALINA/INATIV		0					640.919,64	
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI		0				226.927,27		
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		1	165.586,37	165.585,60	308.490,00	308.490,00	435.666,00	435.666,00
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	2.782,51	3.664,00	4.998,00	7.088,00	9.742,00	12.695,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		8						12.695,00
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI	D	0					226.927,27	
00666 ABATE TETO LEI 8852/		0						5.130,28
70099 MENSALIDADE - GBOEX		1	723,22	723,22	723,22	1.666,00	1.666,00	1.666,00
70102 DESC. ATRASADOS - GB		0						1.600,19
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	351,78	351,78	1.988,53		2.807,40	2.807,40
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	4.873,08	4.873,06	9.077,09	13.615,63	12.818,39	12.818,39
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	48.959,93	45.294,00	92.848,00	85.760,00	122.784,00	108.807,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		0					122.784,00	
*** TOTAL BRUTO		***	246.436,77	247.317,32	458.850,55	687.869,82	1.291.581,28	666.309,64
*** TOTAL DESCONTOS		***	54.908,02	51.242,06	104.636,84	101.041,63	489.787,06	132.829,26
*** TOTAL LIQUIDO		***	191.528,75	196.075,26	354.213,71	586.828,19	801.794,22	533.480,38

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19 / 03 / 97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe do DIAPE - MTb/DRT/RS

2ª VARA SJ-DF
Fls: 37
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA : 530
EMITIDO EM : 29JUL1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0256973 - NILO MANOEL MATTIA
CARGO/LOTACAO: 009033 A III - 024000000 FUNCAO/EXERC.: FGR 0001

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024003000 - SUBDELEGACIA DE PASSO FUNDO - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0092-2/0000048300-1
- 024003000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 04/04 T.SERV: 23

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN/1993	FEV/1993	MAR/1993	ABR/1993	MAI/1993	JUN/1993
00001 VENCIMENTO	R	0	6.545.668,00	6.545.668,00	8.141.464,00	10.828.147,12	21.229.828,80	21.229.828,80
		0 **		3.191.592,00	2.686.683,12			
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L		0	1.505.503,64	1.505.503,64	1.872.536,72	2.490.473,83	4.882.860,62	4.882.860,62
		0 **		734.066,16	617.937,11			
		1 **		6.271.172,24				
00060 GRAT.POR ENCARGO DAI		0	210.335,00	210.335,00	210.335,00			
		0 **			69.410,55			
00067 ADIC.DE PERICULOSIDA		1				1.082.814,71	2.122.982,88	2.122.982,88
		6					2.711.107,51	
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P		8	36.466.340,24					
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT		1	1.084.065,90	1.084.065,90	1.084.065,90	1.441.807,64	2.667.344,13	2.667.344,13
		1 **			357.741,74			
00092 SALARIO FAMILIA		0	12.944,00	12.944,00	12.944,00	17.215,52	31.848,68	31.848,68
		0 **			4.271,52			
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		7			3.525.604,20	5.089.128,00		
		8	18.233.170,12					
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.		1	28.204.833,60	37.161.774,00	47.890.206,00	66.960.462,00	123.876.854,40	123.876.854,40
		1 **			15.803.767,20			
		6	3.487.600,08	7.051.208,40		20.906.688,00		
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		7			2.350.402,80	3.392.752,00		
		8	12.155.446,74					
		8 **		654.276,36				
00561 FGR-FUNC GRATIFICADA		0				816.756,99	1.511.000,43	1.511.000,43
		6					1.344.547,44	
00571 GRAT.NATALINA EXERC.		6	3.487.600,08					
00593 GRAT.DESEMP.FUNCAO-G		0				1.355.816,60	2.508.260,71	2.508.260,71
		6					3.394.637,48	
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		6	104.470,21					
		7	241.113,16					
		8	27.423,43					
99001 IMPOSTO DE RENDA		8		841.025,00		1.215.480,00	1.612.406,00	2.163.636,00
00013 ADIC.TEMPO SERVICO L	D	1		6.334.517,41				
00073 FERIAS ANTECIPADAS-P		1	1.043.316,51	2.951.918,64	2.951.918,64	2.951.918,64	2.951.918,64	2.951.918,64
		6	12.519.798,08					
00079 INDENIZ.DE TRANSPORT		1		1.084.065,90				
00177 ADIANT.GRATIF.NATALI		6	6.259.899,04					
00220 ADIC.1/3 DE FERIAS		6	4.173.266,02					
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	65.456,68	65.456,68	81.414,64	108.281,47	212.298,28	212.298,28
		1 **		31.915,92	26.868,83			
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	106.958,95	106.958,95	106.958,95	142.255,40	263.172,49	263.172,49
		1 **			35.296,45			
		2		500.000,00				
71678 SINAIT SID.AG.INSPEC		1	65.456,68	65.456,68	65.456,68	87.057,38	161.056,16	161.056,16
		1 **			21.600,70			
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	1.028.474,42	922.799,43	1.209.298,89	2.156.678,22	3.271.641,60	3.122.635,75
		1 **		91.598,69	383.555,96			
97002 PENSAO ALIMENTICIA		1	2.618.267,20	2.618.267,20	3.256.585,60	4.331.258,84	8.491.931,52	8.491.931,52
		1 **		1.276.636,80	1.074.673,24			
98002 CONT. PLANO SEGURIDA		0	2.397.236,41	2.768.398,29	3.486.872,50	6.120.151,67	9.170.705,50	9.090.032,65
		0 **		376.270,34	1.150.687,88			

CONTINUA...

CONFERE COM ORIGINAL
EM 21/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTb/DRT/RS

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA : 531
EMITIDO EM : 29JUL1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0256973 - NILO MANOEL MATTIA
CARGO/LOTACAO: 009033 A III - 024000000 FUNCAO/EXERC.: FGR 0001

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024003000 - SUBDELEGACIA DE PASSO FUNDO - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0092-2/000004830D-1
- 024003000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 04/04 T.SERV: 23

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN/1993	FEV/1993	MAR/1993	ABR/1993	MAI/1993	JUN/1993
98002 CONT. PLANO SEGURIDA	D	1 **		235.539,50				
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	7.116.945,00	6.493.469,00	8.431.664,00	17.960.286,00	29.636.687,00	25.630.646,00
		0 **		486.460,00	4.327.550,00			
		1 **		603.370,00				
		8			603.370,00			
*** T O T A L B R U T O		***	111.766.514,20	65.263.630,70	84.627.360,86	115.597.542,41	167.893.679,08	180.994.616,65
*** T O T A L D E S C O N T O S		***	37.395.074,99	27.013.099,43	27.213.750,96	33.857.887,62	54.159.411,19	49.923.691,49
*** T O T A L L I Q U I D O		***	74.371.439,21	38.250.531,27	57.413.610,90	81.739.654,79	113.734.267,89	111.070.925,16

CONFERE COM ORIGINAL
EM 21 / 03 / 97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTb/DRT/RS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
MATRÍCULA SIAPE: 0136561
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A | REF/PADRÃO/NÍV.: III | FUNÇÃO: *** **** **

DOC. S/F	DOV. IR	I.S.	DOV.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	02	32	013226050-68	001	3240-9	0000054383-7	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		4.165.180,00
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		1.332.857,60
			1.099.607,52
D	ASSISTENCIA GEAP		131.952,90
	IMPOSTO DE RENDA		1.649.411,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	**6.597.645,12	**1.781.363,90
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
**6.597.645,12	**********	**********	**4.816.281,22

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

2ª VARA/ SJ-DF

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
MATRÍCULA SIAPE: 0136561
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | REF/PADRÃO/NÍV.: VI | FUNÇÃO: *** **** **

DOC. S/F	DOV. IR	I.S.	DOV.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	02	32	013226050-68	001	3240-9	0000054383-7	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		6.545.668,00
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		2.094.613,76
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		9.160.411,15
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		37.161.774,00
	IMPOSTO DE RENDA	001	7.051.208,40
		001	797.335,00
D	MENSALIDADE - GBOEX	001	170.622,00
	PARTICIPACAO - GEAP	001	121.383,60
	MENSALIDADE - AGITRA		108.958,95
	MENSALIDADE - AGITRA	001	500.000,00
	ASSISTENCIA GEAP		1.240.273,50
	IMPOSTO DE RENDA		12.000.502,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*62.811.010,31	*14.139.740,05
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*61.245.913,31	**********	**********	*48.671.270,26

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

E DO SERVIDOR: LSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
MATRÍCULA SIAPE: 0136561
CATEGORIA/CARREIRA: SCAL DO TRABALHO
CLASSE: A | REF/PADRÃO/NÍV.: III | FUNÇÃO: *** **** **

S.F	DEP. IR	S.S. FM	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
02	02	32	013226050-68	001	3240-9	0000054383-7	MAR 1993

DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
PROVENTO		2.847.325,14
ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		911.144,04
VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		3.912.447,27
GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		15.803.767,20
MENSALIDADE - AGITRA		35.296,45
ASSISTENCIA GEAP		469.493,67
IMPOSTO DE RENDA		5.868.871,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*23.474.683,65	**6.373.461,12
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
23.474.683,65	**********	**********	*17.101.222,53

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
PESIAPESIAPESIAP

2ª VARA SJ-DF
Fls. 62
Rubrica

8765

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	APOSENTADO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
MATRÍCULA SIAPE: 0256726

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV.	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	A	III	*** **** **

DEP. S.F	DEP. I.R	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
**	02	32	013226050-68	001	3240-9	0000054383-7	FEV 1997

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	** DADOS FIN. FOLHA ADIANTAMENTO **		
R	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.964,02
D	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		491,01
	VALOR LIQUIDO DO ADIANTAMENTO	-->	1.473,01
	** DADOS FIN. FOLHA NORMAL **		
R	PROVENTO BASICO		524,30
	ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-APOS		167,77
	V.ART.184 INC II E III L.1711		977,21
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR		4.194,00
	CPMF - LEI 9.311/96 - APOSENT		2,24
	ACP 9610428-0 7VF/RS DEV PSS		683,46
D	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.964,02
	GBOEX - SEGURO DE VIDA		27,50
	AGITRA/RS - MENSALIDADE		19,66
	SINAIT - MENSALIDADE		20,97
	CONT P.SEGURIDADE SOCIAL APOS		683,46
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		614,81

CONFERE COM ORIGINAL
EM 21/03/97

Varinelle Rocha da Silva
Chefe da DIAPE / MTb/DRT/RS

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******6.548,98	******3.330,42
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
******3.719,26	******1.758,98	******4.104,30	******3.218,56

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

APOSENTADOS: COMPARECER, COM URGENCIA, A UNIDADE DA DRT/RS DE SUA CIDADE.

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	ÓRGÃO DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	CV
RS	MT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	Sb

NOME DO SERVIDOR: NILO MANOEL MATTIA
MATRÍCULA SIAPE: 0139030
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | REFPAR/GRADIV: VI | FUNÇÃO: DAI 1112 NS
DEP. S.F. 04 | DEP. I.R. 04 | T.S. INJ 22 | C.P.F. 030868070-68 | BANCO 001 | AGÊNCIA 0092-2 | CONTA CORRENTE 0000048300-1
MÊS/ANO REF. PAGAMENTO: DEZ 1992

2ª VARA SJ-DF

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		3.221.833,59
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		708.803,38
	GRATIFICACAO POR ENCARGO DAI		105.187,11
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	12.519.798,08
	INDENIZACAO DE TRANSPORTE		542.032,95
	INDENIZACAO DE TRANSPORTE	001	340.824,78
	SALARIO FAMILIA		6.470,86
	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO	001	8.259.899,04
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		8.483.994,00
	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS	001	4.173.266,02
	AUXILIO CRECHE	001	367.200,00
	IMPOSTO DE RENDA	001	315.189,00
	IRRF - 13 SALARIO	001	428.207,00
D	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	001	48.199,45
	AUX.ALIMENTACAO		32.218,33
	MENSALIDADE - AGITRA		52.204,46
	SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABALHO		32.218,33
	ASSISTENCIA GEAP		333.881,28
	PENSAO ALIMENTICIA		1.288.733,43
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		751.187,88
	IMPOSTO DE RENDA		715.045,00
	ANUARIO ESTATISTICO - 92, SINTESE DO BRASIL, IBGE		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	37.472.865,91	*3.251.668,16
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
10.585.518,50	**********	**********	34.220.997,75

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	ÓRGÃO DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR
RS	MT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE

NOME DO SERVIDOR: NILO MANOEL MATTIA
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | FUNÇÃO: DAI
DEP. S.F. 04 | DEP. I.R. 04 | T.S. INJ 23 | C.P.F. 030868070-68 | BANCO 001 | AGÊNCIA 0092-2 | CONTA CORRENTE 0000048300-1
MÊS/ANO REF. PAGAMENTO: DEZ 1993

2ª VARA SJ-DF
Fls. 2139030

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		6.545.868,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		1.505.503,64
	GRAT.POR ENCARGO DAI		210.335,00
	INDENIZ.DE TRANSPORTE		1.084.065,90
	SALARIO FAMILIA		12.944,00
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		37.151.774,00
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A	001	7.051.208,40
	IMPOSTO DE RENDA	001	841.025,00
D	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90	001	6.334.517,41
	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	012	2.951.918,64
	INDENIZ.DE TRANSPORTE	001	1.084.065,90
	AUXILIO ALIMENTACAO		85.456,68
	MENSALIDADE - AGITRA		106.956,95
	MENSALIDADE - AGITRA	001	500.000,00
	SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABALHO		85.456,68
	ASSISTENCIA GEAP		922.799,43
	PENSAO ALIMENTICIA		*2.618.267,20
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		2.768.398,29
	IMPOSTO DE RENDA		6.493.469,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*54.412.523,94	*23.911.308,18
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*39.217.782,14	**********	**********	*30.501.215,76

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2.o TABELIONATO - Passo Fundo RS
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone: 312-2081
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.
Passo Fundo 18 MAR 1997

2.o TABELIONATO - Passo Fundo - RS
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone: 312-2081
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.
Passo Fundo 18 MAR 1997

SEGUNDO TABELIONATO
ROQUE LUIZ PIOVESAN
Ajte. Subst. do Tabelião
em pleno exercício
José Valdir Litto Mendes
Miltom Vargas
Oficiais Ajtos
Leonardo Davi Piovesan
Luiz Carlos Rosa de Oliveira
Claudia Dias Pereira
Escreventes Autorizados
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone 312-2081
Passo Fundo - RS

SEGUNDO TABELIONATO
ROQUE LUIZ PIOVESAN
Ajte. Subst. do Tabelião
em pleno exercício
José Valdir Litto Mendes
Miltom Vargas
Oficiais Ajtos
Leonardo Davi Piovesan
Luiz Carlos Rosa de
Claudia Dias Pereira
Escreventes Autorizados
Rua Col. Chicuta, 43
Passo Fundo

2ª VARA SJ - DF
Fls. _____
Rubrica _____

2ª VARA SJ - DF
Fls. 44
Rubrica _____

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.BI
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 17MAR1997

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0256973 - NILO MANOEL MATTIA
CARGO/LOTACAO: 009033 A III- 024000000 FUNCAO/EXERC.: FGR 1

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024256000 - SUBDELEGACIA DO TRAB DE PASSO FUNDO - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0092-2/0000048300-1
- 024003000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 04/04 T.SERV: 23

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	6.545.668,00	6.545.668,00	8.141.464,00	10.828.147,12	21.229.828,80	21.229.828,80
		0 *1*		3.191.592,00	2.686.683,12			
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	1.505.503,64	1.505.503,64	1.872.536,72	2.490.473,83	4.882.860,62	4.882.860,62
		0 *1*		734.066,16	617.937,11			
		1 *1*		6.271.172,24				
00060 GRATIFICACAO POR ENCARGO D		0	210.335,00	210.335,00	210.335,00			
		0 *1*			69.410,55			
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1				1.082.814,71	2.122.982,88	2.122.982,88
		6					2.711.107,51	
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		8	36.466.340,24					
00079 INDENIZACAO DE TRANSPORTE		1	1.084.065,90	1.084.065,90	1.084.065,90	1.441.807,64	2.667.344,13	2.667.344,13
		1 *1*			357.741,74			
[illegible]IO FAMILIA		0	12.944,00	12.944,00	12.944,00	17.215,52	31.848,68	31.848,68
		0 *1*			4.271,52			
IT.GRATIF.NATALINA/ATI		7			3.525.604,20	5.089.128,00		
		8	18.233.170,12					

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F	1	28.204.833,60	37.161.774,00	47.890.206,00	66.960.462,00	123.876.854,40	123.876.854,40	
	1 *1*			15.803.767,20				
	6	3.487.600,08	7.051.208,40		20.906.688,00			
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS	7			2.350.402,80	3.392.752,00			
	8	12.155.446,74						
	8 *1*		654.276,36					
00561 FGR-FUNC GRATIFICADA L 821	0				816.756,99	1.511.000,43	1.511.000,43	
	6					1.344.547,44		
00571 GRAT.NATALINA EXERC.ANTERI	6	3.487.600,08						
00593 GRAT.DESEMP.FUNCAO-GADF LD	0				1.355.816,60	2.508.260,71	2.508.260,71	
	6					3.394.637,48		
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	6	104.470,21						

2ª VARA SJ-DF Fls. 45 Rubrica

2ª VARA SJ-DF Fls. Rubrica

CONFERE COM ORIGINAL EM 17/08/97

Tc. ... da Silva
Cab. ... - MTE/DRT/RS

CONTINUA...

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS — PAGINA : 2
L.A54.120.BI — EMITIDO EM : 17MAR1997
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO — UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE — UNID.EXERCICIO: 024256000 - SUBDELEGACIA DO TRAB DE PASSO FUNDO - RS
SERVIDOR : 0256973 - NILO MANOEL MATTIA — BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0092-2/0000048300-1
CARGO/LOTACAO: 009033 A III- 024000000 FUNCAO/EXERC.: FGR 1 - 024003000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 04/04 T.SERV: 23

I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
PLANO SEGURIDADE SOC	R	7	241.113,16					

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

		8		27.423,43					
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	8			841.025,00		1.215.480,00	1.612.406,00	2.163.636,00
00013	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811 D	1			6.334.517,41				
00073	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER	1		1.043.316,51	2.951.918,64	2.951.918,64	2.951.918,64	2.951.918,64	2.951.918,64
		6		12.519.798,08					
00079	INDENIZACAO DE TRANSPORTE	1			1.084.045,90				
00177	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI	6		6.259.899,04					
00220	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS	6		4.173.266,02					
71000	AUXILIO ALIMENTACAO	1		65.456,68	65.456,68	81.414,64	108.281,47	212.298,28	212.298,28
		1	*1*		31.915,92	26.866,83			
71266	MENSALIDADE - AGITRA	1		106.958,95	106.958,95	106.958,95	142.255,40	263.172,49	263.172,49
		1	*1*			35.296,45			
		2			500.000,00				
71678	SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABA	1		65.456,68	65.456,68	65.456,68	87.057,38	161.056,16	161.056,16
		1	*1*			21.600,70			
72507	ASSISTENCIA GEAP	1		1.028.474,42	922.799,43	1.209.298,89	2.156.678,22	3.271.641,60	3.122.635,75
		1	*1*		91.598,69	383.555,96			
97002	PENSAO ALIMENTICIA	1		2.618.267,20	2.618.267,20	3.256.585,60	4.331.258,84	8.491.931,52	8.491.931,52
		1	*1*		1.276.636,80	1.074.673,24			
98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0		2.397.236,41	2.768.398,29	3.486.872,50	6.120.151,67	9.170.705,50	9.090.032,65
		0	*1*		376.270,34	1.150.667,88			
		1	*1*		235.539,50				
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0		7.116.945,00	6.493.469,00	8.431.664,00	17.960.286,00	29.636.687,00	25.630.646,00
		0	*1*		486.460,00	4.327.550,00			
		1	*1*		603.370,00				
		8				603.370,00			
****	T O T A L B R U T O	****		111.766.514,20	65.263.630,70	84.627.369,86	115.597.542,41	167.893.679,08	160.994.616,65
****	T O T A L D E S C O N T O S	****		37.395.074,99	27.013.099,43	27.213.750,96	33.857.887,62	54.159.411,19	49.923.691,49
****	T O T A L L I Q U I D O	****		74.371.439,21	38.250.531,27	57.413.618,90	81.739.654,79	113.734.267,89	111.070.925,16

2ª VARA SJ-DF Fls. Rubrica

2ª VARA SJ-DF Fls. 46 Rubrica

CONFERE COM ORIGINAL EM 17 / 09 / 97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da SEADR - 4450/DRT/RS

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.BI
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

2ª VARA SJ-DF Fls. Rubrica

PAGINA : 3
EMITIDO EM : 14 MAR 1997

2ª VARA SJ-DF Fls. 42 Rubrica

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0256973 - NILO MANOEL MATTIA
CARGO/LOTACAO: 009033 A III- 024000000 FUNCAO/EXERC.: FGR 1

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RJ
UNID.EXERCICIO: 024256000 - SUBDELEGACIA DO TRAB DE PASSO FUNDO - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0092-2/0000048300-1
- 024003000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 04/04 T.SERV: 23

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	28.377,91	28.377,91	52.819,80	52.819,80	74.570,99	74.570,99
		7				2.268,45		
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	6.526,91	6.526,91	12.148,55	12.148,55	17.151,32	17.151,32
		7				521,74		
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	2.837,79	2.837,79	5.281,98	5.281,98	7.457,09	7.457,09
		7				226,84		
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		0						390.203,75
00078 PARC INCORPORADA LEI 6732/		1					8.470,70	8.470,70
		6					31.847,54	
00079 INDENIZACAO DE TRANSPORTE		1	3.565,43					
00092 SALARIO FAMILIA		0	42,57	42,56	79,20	79,20	111,80	111,80
00130 RENDIMENTO PASEP		5				1.020,86		
00176 GRATIFICACAO NATALINA		0					557.433,94	
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		0						278.716,97
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	165.586,37	165.585,60	308.490,00	308.490,00	435.666,00	435.666,00
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		0						185.811,31
		7				215,81		
00561 FGR-FUNC GRATIFICADA L 821		0	2.019,75	2.019,75	3.759,36	3.759,36	5.307,46	5.307,46
00593 GRAT.DESEMP.FUNCAO-GADF LD		0	3.352,79	3.352,79	6.240,53	6.240,53	8.810,38	8.810,38
00640 A.D.INC. NR 790-4/600(DIF.		6 *1*		65.092,07	5.535,38			
		7 *1*		24.866,44				
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		8	2.934,98	3.865,00		6.093,00	10.275,00	13.390,00
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI		8						13.390,00
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER	D	1	2.951,91	2.951,91	14.759,55			
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		0					26.847,89	
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	283,77	283,77	528,19	528,19	745,70	4.048,00
71157 PARTICIPACAO - GEAP		1			622,65		2.490,30	2.490,30
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	351,78	1.068,36	1.988,53	1.988,53	2.807,40	2.807,40

CONFERE COM ORIGINAL EM 17/03/97
Varinaldo Rocha da Silva
Chefe do SIAPE - MTb/DRT/RS

7500.01/0000.0 - 01/94 - 4.51/94

CONTINUA.....

2ª VARA SJ - DF
Fls. _____
Rubrica _____

CONFERE COM ORIGINAL
EM 17/03/97
Varinéldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTb/DRT/RS

2ª VARA SJ - DF
Fls. 58
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.BI
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

PAGINA : 4
EMITIDO EM : 17MAR1997

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0256973 - NILO MANOEL MATTIA
CARGO/LOTACAO: 009033 A III- 024000000 FUNCAO/EXERC.: FGR 1

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024256000 - SUBDELEGACIA DO TRAB DE PASSO FUNDO - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0092-2/0000048300-1
- 024003000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 04/04 T.SERV.: 23

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
71678 SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABA	D	1	215,28	215,28	400,70	400,70	565,71	565,71
		2			4.139,64			
		3			7.712,25			
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	4.174,03	4.174,01	7.774,80	7.839,46	11.785,62	14.864,90
97[illegible]12 PENSAO ALIMENTICIA		1	11.351,16	11.351,16	21.127,92	21.127,92	29.828,39	29.828,39
98[illegible]02 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	12.150,65	12.150,61	22.633,06	30.400,62	68.761,68	66.892,07
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	34.582,66	29.825,00	64.500,00	55.835,00	83.175,00	62.290,00
		0 *1*		3.666,00				
		8			13.553,00			
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI		0					99.861,00	
**** T O T A L B R U T O		****	215.244,53	302.566,82	394.354,80	399.166,12	1.157.102,22	1.439.057,77
**** T O T A L D E S C O N T O S		****	66.061,27	65.686,10	159.740,29	118.120,42	326.868,69	183.786,77
A L L I Q U I D O		****	149.183,25	236.880,72	234.614,51	281.045,70	830.233,53	1.255.271,00

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ-DF
Fls. 49
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	DESCRIÇÃO LOCALIZAÇÃO
RS	ORT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	SEDE

NOME DO SERVIDOR: NILO MANOEL MATTIA
MATRÍCULA SIAPE: 0139030

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NIV.	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	A	II	DAI 1112 NS

DEP. SF	DEP. IR	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
04	04	23	030866070-68	001	0092-2	0000048300-1	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		3.191.592,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		734.066,16
	ADIC.1/3 DE FERIAS		854.276,36
D	AUXILIO ALIMENTACAO		31.915,92
	ASSISTENCIA GEAP		91.598,68
	PENSAO ALIMENTICIA		1.276.636,80
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		235.539,50
	IMPOSTO DE RENDA		603.370,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	**4.579.934,52	**2.239.060,91
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
**2.413.481,86	**********	**********	**2.340.873,61

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSSAMENTO DE DADOS

SIAPESIAPESIAPES

2.o TABELIONATO - Passo Fundo RS
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone: 312-2051
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.
Passo Fundo, 18 MAR 1997

[illegible] TABELIONATO
[illegible] PIOVESAN
[illegible] do Tabelião
[illegible] exercício
José Valdir Lima Mendes
Miltom Vargas
Oficiais Ajtes
Leonardo Davi Piovesan
Luiz Carlos Rosa de Oliveira
Claudia Dias Pereira
Escreventes Autorizados
Rua Col. Chicuta, 400 - Fone [illegible]
Passo Fundo, RS

A SJ-DF
60
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	CICLO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	ATIVO PERMANENTE	RS	

NOME DO SERVIDOR: NILO MANOEL MATTIA — MATRÍCULA SIAPE: 0139030

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	A	II	DAI 1112.NS

DEP. S.F.	DEP. I.R.	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
04	04	23	030866070-68	001	0092-2	0000048300-1	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	VENCIMENTO		8.141.464,00
	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 8112/90		1.872.536,72
	GRAT.POR ENCARGO DAI		210.335,00
	INDENIZ DE TRANSPORTE		1.084.065,90
	SALARIO FAMILIA		12.944,00
	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATIVO	001	3.525.604,20
	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.FED/A		47.890.206,00
	ADIC.1/3 DE FERIAS	001	2.350.402,80
D	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PERMAN.	011	2.951.918,64
	AUXILIO ALIMENTACAO		81.414,64
	MENSALIDADE - AGITRA		106.958,95
	SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABALHO		65.456,68
	ASSISTENCIA GEAP		1.209.296,89
	PENSAO ALIMENTICIA		3.256.585,60
	CONT. PLANO SEGURIDADE SOCIAL		3.468.872,50
	IMPOSTO DE RENDA		8.431.664,00
	IMPOSTO DE RENDA	001	603.370,00
	A ATUALIZACAO DE SEU CADASTRO E DE SUMA IMPORTANCIA PARA A SUA VIDA FUNCIONAL		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*65.087.558,82	*20.193.539,90
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*50.509.333,52	**********	**********	*44.894.018,72

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	APOSENTADO	RS	STPF

NOME DO SERVIDOR: NILO MANOEL MATTIA — MATRÍCULA SIAPE: 0258973

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	A	III	*** **** **

DEP. S.F.	DEP. I.R.	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
04	03	24	030866070-68	001	0092-2	0000048300-1	FEV 1997

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	** DADOS FIN. FOLHA ADIANTAMENTO **		
R	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.727,93
D	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		431,98
	VALOR LIQUIDO DO ADIANTAMENTO	-->	1.295,95
	** DADOS FIN. FOLHA NORMAL **		
R	PROVENTO BASICO		524,30
	ADIC.TEMPO SERV.L 8112/90-APOS		125,83
	SALARIO FAMILIA - APOSENTADO		5,60
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR		4.194,00
	FGR-FUNC.GRAT. L.8216/91-APO		68,43
	GRAT.DES.FUNC.GADF/LD 13/92 AP		113,59
	8. DECIMO - MP 1160/95 APOS.		145,51
	CPMF - LEI 9.311/96 - APOSENT		2,24
	ACP 9610428-0 7VF/RS DEV PSS		605,51
D	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.727,93
	AGITRA/RS - MENSALIDADE		19,66
	SINAIT - MENSALIDADE		20,97
	GEAP - PLANO DE SAUDE		120,00
	PENSAO ALIMENTICIA		209,72
	CONT P.SEGURIDADE SOCIAL APOS		605,51
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		426,02

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******5.780,11	******3.129,81
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
******2.964,11	******1.551,70	******3.620,66	******2.650,30

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

APOSENTADOS: COMPARECER, COM URGENCIA, A UNIDADE DA DRT/RS DE SUA CIDADE.

2.o TABELIONATO - Passo Fundo - RS
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone: 312-2001
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confiro com o original, do que dou fé.
Passo Fundo 18 MAR 1997

SEGUNDO TABELIONATO
ROQUE LUIZ PIOVESAN
Ajto. Subst. do Tabelião
em pleno exercício
José Valdir Lirio Mendes
Miltom Vargas
Oficiais Ajtos
Leonardo Davi Piovesan
Luiz Carlos Rosa de Oliveira
Claudia Dias Pereira
Escreventes Autorizados
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone 312-2001
Passo Fundo RS

2.o TABELIONATO - Passo Fundo - RS
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone: 312-2001
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confiro com o original, do que dou fé.
Passo Fundo 18 MAR 1997

SEGUNDO TABELIONATO
ROQUE LUIZ PIOVESAN
Ajto. Subst. do Tabelião
em pleno exercício
José Valdir Lirio Mendes
Miltom Vargas
Oficiais Ajtos
Leonardo Davi Piovesan
Luiz Carlos Rosa de Oliveira
Claudia Dias Pereira
Escreventes Autorizados
Rua Col. Chicuta, 480 - Fone 312-2001
Passo Fundo RS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO
MATRÍCULA SIAPE: 0136511
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B
REFERÊNCIA/DIV.: VI
FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	T.S. PU	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
01	01	33	007084530-15	001	0042-6	000013260-8	DEZ 1992

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		3.221.833,59
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		1.063.205,08
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		2.580.464,12
	SALARIO FAMILIA INATIVO		1.617,74
	VANT.PESSOAL ART.13 L.8216/IN.		133.287,96
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		8.483.994,00
	IMPOSTO DE RENDA	001	475.679,00
	IRRF - 13 SALARIO	001	449.290,00
D	ASSISTENCIA GEAP		309.655,69
	IMPOSTO DE RENDA		485.636,00

ANUARIO ESTATISTICO - 92, SINTESE
DO BRASIL, IBGE

CERTIFICO que a presente cópia reprográfica confere com o original que me foi apresentado do que dou fé.
Cachoeira do Sul, 20 MAR 1997
VILSON LUIZ DOS SANTOS
Tabelião
1.º TABELIONATO Fone 722-2195

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	16.409.371,49	***795.291,69
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*8.044.090,75	**********	**********	15.614.079,80

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2ª VARA SJ-DF
Fls.
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO
MATRÍCULA SIAPE: 0136511
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B
REFERÊNCIA/DIV.: VI
FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	T.S. PU	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
01	01	33	007084530-15	001	0042-6	000013260-8	JAN 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		6.545.668,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		2.160.070,44
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		7.435.429,59
	SALARIO FAMILIA INATIVO		3.236,00
	VANT.PESSOAL ART.13 L.8216/IN.		266.575,92
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		28.204.833,60
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE	001	3.487.600,08
	GRAT.NATAL. EXERC.ANTER./INAT.	001	3.487.600,08
D	ASSISTENCIA GEAP		1.031.755,55
	IMPOSTO DE RENDA		8.412.351,00

ANUARIO ESTATISTICO - 92, SINTESE
DO BRASIL, IBGE.

CERTIFICO que a presente cópia reprográfica confere com o original que me foi apresentado do que dou fé.
Cachoeira do Sul, 20 MAR 1997
VILSON LUIZ DOS SANTOS
Tabelião
1.º TABELIONATO Fone 722-2195

2ª VARA SJ-DF
Fls. 301
Rubrica

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*51.591.013,71	**9.444.106,55
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*43.878.725,71	**********	**********	*42.146.907,16

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

PARA USO DO CORREIO

- MUDOU-SE
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE Nº INDICADO
- DESCONHECIDO
- NÃO PROCURADO
- AUSENTE
- FALECIDO
- RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____/____/____

VISTO:

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR INATIVO

EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO — MATRÍCULA SIAPE: 0136511

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	0042-6 CACHOEIRA SUL	0000013260-8

REG JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	INATIVO	00000949	10017652380	JAN 1993

LOGRADOURO: RUA RIACHUELO, 1071 F. 7222871 — BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL — UF: RS — CEP: 00096-500

R E M E T E N T E

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
RUA JERONIMO COELHO, N. 127 _ 17 ANDAR
CENTRO - F: 258000 R: 226
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-000

PARA USO DO CORREIO

- MUDOU-SE
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE Nº INDICADO
- DESCONHECIDO
- NÃO PROCURADO
- AUSENTE
- FALECIDO
- RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____/____/____

VISTO:

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR INATIVO

EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO — MATRÍCULA SIAPE: 0136511

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	0042-6 CACHOEIRA SUL	0000013260-8

REG JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	INATIVO	00000949	10017652380	DEZ 1992

LOGRADOURO: RUA RIACHUELO, 1071 F. 7222871 — BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL — UF: RS — CEP: 00096-500

R E M E T E N T E

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
RUA JERONIMO COELHO, N. 127 _ 17 ANDAR
CENTRO - F: 258000 R: 226
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-000

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO
MATRÍCULA SIAPE: 0136511
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A | REF/PADR/ZONIV.: III | FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	T.S. (%)	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
01	01	33	007084530-15	001	0042-6	0000013260-8	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		4.165.180,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		1.374.509,40
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		1.107.937,88
D	ASSISTENCIA GEAP		132.952,55
	IMPOSTO DE RENDA		1.661.907,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	**6.647.627,28	**1.794.859,55
BASE DE CÁLCULO DO IR	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
**6.647.627,28	**********	**********	**4.852.767,73

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

2ª VARA SJ-DF
Fls. _____
Rubrica _____

CERTIFICO que a presente cópia reprográfica confere com o original que me foi apresentado do que dou fé.
Cachoeira do Sul, 20 MAR 1997
VILSON LUIZ DOS SANTOS
Tabelião
1º TABELIONATO Fone 722-2195

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO
MATRÍCULA SIAPE: 0136511
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: B | REF/PADR/ZONIV.: V | FUNÇÃO:

DEP. SF	DEP. IR	T.S. (%)	CPF	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
01	01	33	007084530-15	001	0042-6	0000013260-8	FEV 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		6.545.668,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		2.160.070,44
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		9.226.817,67
	SALARIO FAMILIA INATIVO		3.238,00
	VANT.PESSOAL ART.13 L.8216/IN.		266.575,92
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		37.161.774,00
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE	001	7.051.208,40
	IMPOSTO DE RENDA	001	1.321.611,00
D	ASSISTENCIA GEAP		1.248.242,28
	IMPOSTO DE RENDA		9.796.824,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*63.736.961,43	*11.045.066,28
BASE DE CÁLCULO DO IR	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
*52.431.203,43	**********	**********	*52.691.895,15

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CERTIFICO que a presente cópia reprográfica confere com o original que me foi apresentado do que dou fé.
Cachoeira do Sul, 20 MAR 1997
VILSON LUIZ DOS SANTOS
Tabelião
1º TABELIONATO Fone 722-2195

PARA USO DO CORREIO

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] NÃO EXISTE Nº INDICADO
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____/____/____

VISTO:

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR INATIVO

EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO
MATRÍCULA SIAPE: 0136511

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	0042-6 CACHOEIRA SUL	0000013260-8

REG JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	INATIVO	00000949	10017652380	FEV 1993

LOGRADOURO: RUA RIACHUELO, 1071 F. 7222871
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL
UF: RS
CEP: 00096-500

R E M E T E N T E

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
AVENIDA MAUA, 1013 - 60 ANDAR- SALA 605
CENTRO - F:2286544 R: 267
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-000

PARA USO DO CORREIO

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] NÃO EXISTE Nº INDICADO
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____/____/____

VISTO:

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR INATIVO

EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO
MATRÍCULA SIAPE: 0136511

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	0042-6 CACHOEIRA SUL	0000013260-8

REG JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	INATIVO	00000949	10017652380	FEV 1993

LOGRADOURO: RUA RIACHUELO, 1071 F. 7222871
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL
UF: RS
CEP: 00096-500

R E M E T E N T E

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
AVENIDA MAUA, 1013 - 60 ANDAR- SALA 605
CENTRO - F:2286544 R: 267
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-000

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO — MATRÍCULA SIAPE: 0136511

CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO — CLASSE: A — REF/PADRÃO/NIV: III — FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	T.S. PIS	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
01	01	33	007084530-15	001	0042-6	0000013260-8	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		2.847.325,14
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		939.617,29
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		3.935.735,93
	SALARIO FAMILIA INATIVO		1.067,88
	VANT.PESSOAL ART.13 L.8216/IN.		87.970,05
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		15.803.767,20
D	ASSISTENCIA GEAP		472.288,31
	IMPOSTO DE RENDA		5.903.604,00

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*23.615.483,49	**6.375.892,31
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*23.614.415,61	**********	**********	*17.239.591,18

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CERTIFICO que a presente cópia reprográfica confere com o original que me foi apresentado do que dou fé.
Cachoeira do Sul, 20 MAR 1997
VILSON LUIZ DOS SANTOS
Tabelião
1º TABELIONATO Fone 722-2195

2ª VARA SJ-DF
Fls. _____
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURIDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	INATIVO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO — MATRÍCULA SIAPE: 0136511

CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO — CLASSE: A — REF/PADRÃO/NIV: III — FUNÇÃO: *** **** **

DEP. SF	DEP. IR	T.S. PIS	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
01	01	33	007084530-15	001	0042-6	0000013260-8	MAR 1993

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
R	PROVENTO		8.628.258,00
	ADIC.TEMPO SERV./INAT.8112/90		2.847.325,14
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52		11.926.473,01
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52	001	1.410.241,68
	VANTAGEM ARTIGO 184 L 1711/52	001	1.395.040,03
	SALARIO FAMILIA INATIVO		3.236,00
	VANT.PESSOAL ART.13 L.8216/IN.		266.575,92
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.INA/AGRE		47.890.206,00
	IMPOSTO DE RENDA	001	1.551.419,00
D	ASSISTENCIA GEAP		1.487.282,39
	IMPOSTO DE RENDA		11.233.407,00
	A ATUALIZACAO DE SEU CADASTRO E DE SUMA IMPORTANCIA PARA A SUA VIDA FUNCIONAL		

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	*75.918.774,78	*12.720.689,39
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	MARGEM CONSIGNÁVEL 30%	MARGEM CONSIGNÁVEL 70%	LÍQUIDO
*61.716.305,78	**********	**********	*63.198.085,39

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CERTIFICO que a presente cópia reprográfica confere com o original que me foi apresentado do que dou fé.
Cachoeira do Sul, 20 MAR 1997
VILSON LUIZ DOS SANTOS
Tabelião
1º TABELIONATO Fone 722-2195

2ª VARA SJ-DF
Fls. 73
Rubrica

PARA USO DO CORREIO

- MUDOU-SE
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE Nº INDICADO
- DESCONHECIDO
- NÃO PROCURADO
- AUSENTE
- FALECIDO
- RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____ /____ /____

VISTO:

BRASIL UNIÃO DE TODOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR INATIVO

EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO — MATRÍCULA SIAPE: 0136511

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	0042-6 CACHOEIRA SUL	0000013260-8

REG JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PISPASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	INATIVO	00000949	10017652380	MAR 1993

LOGRADOURO: RUA RIACHUELO, 1071 F. 7222871 — BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL — UF: RS — CEP: 00096-500

R E M E T E N T E

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
AVENIDA MAUA, 1013 - 6O ANDAR- SALA 605
CENTRO - F:2286544 R: 267
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-000

PARA USO DO CORREIO

- MUDOU-SE
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE Nº INDICADO
- DESCONHECIDO
- NÃO PROCURADO
- AUSENTE
- FALECIDO
- RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____ /____ /____

VISTO:

BRASIL UNIÃO DE TODOS

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR INATIVO

EX-MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO — MATRÍCULA SIAPE: 0136511

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
001	0042-6 CACHOEIRA SUL	0000013260-8

REG JUR	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PISPASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	INATIVO	00000949	10017652380	MAR 1993

LOGRADOURO: RUA RIACHUELO, 1071 F. 7222871 — BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL — UF: RS — CEP: 00096-500

R E M E T E N T E

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
AVENIDA MAUA, 1013 - 6O ANDAR- SALA 605
CENTRO - F:2286544 R: 267
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-000

2ª VARA SJ - DF
Fls. 54
Rubrica

7 8

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	APOSENTADO	RS	DRT/RS

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO
MATRÍCULA SIAPE: 0256721
CATEGORIA/CARREIRA: FISCAL DO TRABALHO
CLASSE: A
REF/PADRÃO/NÍV.: III
FUNÇÃO: *** **** **

DEP. S.F.	DEP. I.R.	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
01	**	33	007084530-15	001	0042-6	0000013260-8	FEV 1997

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	** DADOS FIN. FOLHA ADIANTAMENTO **		
R	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.970,70
D	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		492,67
	VALOR LIQUIDO DO ADIANTAMENTO	-->	1.478,03
	** DADOS FIN. FOLHA NORMAL **		
R	PROVENTO BASICO		524,30
	ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-APOS		173,01
	V.ART.184 INC II E III L.1711		980,85
	SALARIO FAMILIA - APOSENTADO		0,15
	VANT.PES.ART 13 LEI 8216 APOS.		12,97
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR		4.194,00
	CPMF - LEI 9.311/96 - APOSENT		2,24
	ACP 9610428-0 7VF/RS DEV PSS		685,45
D	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.970,70
	AGITRA/RS - MENSALIDADE		19,66
	SINAIT - MENSALIDADE		20,97
	GEAP - PLANO DE SAUDE		120,00
	CONT P.SEGURIDADE SOCIAL APOS		685,45
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		438,60

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******6.572,97	******3.255,38
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
******3.014,43	******1.765,58	******4.119,70	******3.317,59

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSSAMENTO DE DADOS

APOSENTADOS: COMPARECER, COM URGENCIA, A UNIDADE DA DRT/RS DE SUA CIDADE.

CERTIFICO que a presente cópia reprográfica confere com o original que me foi apresentado do que dou fé.
Cachoeira do Sul, 20 MAR 1997
VALSON LUIZ DOS SANTOS
Tabelião
Nº TABELIONATO
Fone 722-3190

PARA USO DO CORREIO

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] NÃO EXISTE Nº INDICADO
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] RECUSADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____/____/____

VISTO:

BRASIL GOVERNO FEDERAL

DRT RS | CONTRATO Nº 007/95

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO SERVIDOR APOSENTADO

MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	UF	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR
RS	DRT/RS	RS	DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL

NOME DO SERVIDOR: SANTO MARCUZZO

MATRÍCULA SIAPE: 0256721

BANCO	AGÊNCIA BANCÁRIA	CONTA CORRENTE
***	****-* **********	**********-*

REG. JUR.	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	MATRÍCULA DE ORIGEM	NÚMERO DO PIS/PASEP	MÊS/ANO DE PAGAMENTO
RJU	APOSENTADO	00000949	10017652380	FEV 1997

LOGRADOURO: RUA RIACHUELO, 1071 F. 7222871

BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: CACHOEIRA DO SUL

UF: RS

CEP: 00096-500

REMETENTE

DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. SUL
AVENIDA MAUA, 1013 - 6 ANDAR- SALA 605
CENTRO - F:2286544 R: 267
PORTO ALEGRE - RS

CEP : 90010-110

2ª VARA SJ - DF
Fls. ____
Rubrica ____

2ª VARA SJ - DF
Fls. 55
Rubrica ____

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA : 1.380
EMITIDO EM : 17AGO1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 0160322 - URBANO NAUE
CARGO/LOTACAO: 0933 B IV FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024005000 - SUBDELEGACIA DE SANTA MARIA - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0180-5/0000020878-7
LOCALIZ.: 024005000 DEP.IR/SF: 04/02 T.SERV: 11

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL/1992	AGO/1992	SET/1992	OUT/1992	NOV/1992	DEZ/1992
00005 PROVENTO	R	0	1.134.884,12	1.361.860,94	2.899.751,78	2.899.751,78	2.899.751,78	2.899.751,78
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	168.530,29	202.236,34	318.972,69	318.972,69	316.972,69	318.972,69
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	521.252,27	408.149,72	1.339.685,32	2.340.543,69	2.340.543,69	2.340.543,69
		8		30.894,07		1.000.858,37	113.102,55	
		6 **						3.072.748,94
		7					145.719,12	
00090 SALARIO FAMILIA INAT		0	2.696,24	3.235,68	3.235,68	3.235,48	3.235,48	3.235,48
00181 GRAT.NATALINA/INATIV		0					14.043.262,16	
		7 **						6.559.687,58
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI		1				7.021.631,08		
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		0	905.637,52					
		1				8.483.994,00	8.483.994,00	8.483.994,00
		1 **			8.483.994,00			
		6 **						15.363.744,72
00219 PAG.EXERCICIO(S)ANTE		6		69.401,31				
00564 ADIANT.ART.2 LEI 827		1	397.209,44	476.651,32				
		1 **						2.325.581,31
00592 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		0		1.634.233,12	3.479.702,13			
		6			142.995,39	428.986,18		
72507 ASSISTENCIA GEAP		1 **			69.594,04			
		6					94.266,60	
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	69.117,00	76.928,00	102.525,00		379.361,00	442.765,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		8						442.765,00
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI	D	0						
00592 GRAT.ATIV.EXECUT.-GA		1 **			3.479.702,14		7.021.631,08	
71266 MENSALIDADE - AGITRA		2	18.205,63	21.846,75	52.204,46	52.204,46	52.204,46	52.204,46
71288 CSSOC.BEN.SERV. DRT-		1	11.348,84	13.618,60	21.479,64	28.997,51	28.997,51	28.997,51
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	62.550,27	83.668,53	163.822,14	449.894,75	286.041,67	280.865,24
		1 **			263.946,48			46.511,63
		2 **						368.729,87
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	102.982,00	184.441,00	836.362,00	2.379.420,00	1.707.303,00	1.199.833,00
		0 **			1.251.073,00			4.647.669,00
99003 IRRF - 13 SALARIO		0					1.642.598,00	
*** TOTAL BRUTO		***	3.199.326,88	4.263.590,50	16.840.456,03	22.497.973,27	28.822.209,07	42.253.790,19
*** TOTAL DESCONTOS		***	195.086,74	303.574,88	6.070.089,86	2.910.516,72	10.738.775,72	6.624.810,71
*** TOTAL LIQUIDO		***	3.004.240,14	3.960.015,62	10.770.366,17	19.587.456,55	18.083.433,35	35.628.979,48

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe de DIAPE - MTb/DRT/RS

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1992 A DEZ/1992

PAGINA : 1.359
EMITIDO EM : 17AGO1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 0160322 - URBANO NAUE
CARGO/LOTACAO: 0933 B IV FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024005000 - SUBDELEGACIA DE SANTA MARIA - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0180-5/0000020878-7
LOCALIZ.: 024005000 DEP.IR/SF: 04/02 T.SERV: 11

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN/1992	FEV/1992	MAR/1992	ABR/1992	MAI/1992	JUN/1992
00005 PROVENTO	R	0	441.343,82	551.679,77	636.491,18	819.638,53	977.261,32	1.134.884,12
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	65.539,55	81.924,44	93.627,93	121.716,32	145.123,30	168.530,29
		9	22.251,07					
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	171.815,14	253.386,51	289.584,59	376.459,97	448.856,12	521.252,27
00090 SALARIO FAMILIA INAT		0	1.173,36	1.310,88	1.497,92	1.947,28	2.321,76	2.696,24
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		0	352.192,36	440.240,45	503.131,96	654.071,54	779.854,53	905.637,52
00564 ADIANT.ART.2 LEI 827		1	154.470,33	193.087,91	220.671,91	286.873,48	342.041,46	397.209,44
00572 GRAT.NATAL. EXERC.AN		8	12.136,95					
99001 IMPOSTO DE RENDA		8	29.565,00	26.632,00	34.056,00	36.248,00	39.817,00	56.421,00
71266 MENSALIDADE - AGITRA	D	2	7.079,96	8.849,96	10.114,24	13.148,51	15.677,07	18.205,63
71288 CSSOC.BEN.SERV. DRT-		1	5.958,14	5.518,79	6.304,91	8.198,38	9.772,61	11.346,84
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	24.394,98	30.406,38	34.750,15	45.175,19	53.882,73	62.590,27
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	79.109,00	97.562,00	96.084,00	138.024,00	163.364,00	172.099,00
*** TOTAL BRUTO ***			1.250.487,58	1.548.261,76	1.773.061,49	2.296.955,12	2.735.275,49	3.186.630,88
*** TOTAL DESCONTOS ***			116.542,08	142.335,13	147.253,30	204.544,08	242.676,41	264.203,74
*** TOTAL LIQUIDO ***			1.133.945,50	1.405.926,63	1.625.808,19	2.092.411,04	2.492.599,08	2.922.427,14

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPE - MTb/DRT/RS

2ª VARA SJ - DF
Fls. 56
Rubrica

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA : 1.397
EMITIDO EM : 29JUL1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 0258629 - URBANO NAUE
CARGO/LOTACAO: 009033 A I FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024005000 - SUBDELEGACIA DE SANTA MARIA - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0180-5/0000020878-7
LOCALIZ.: 024005000 DEP.IR/SF: 04/02 T.SERV: 11

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN/1993	FEV/1993	MAR/1993	ABR/1993	MAI/1993	JUN/1993
00005 PROVENTO	R	0	5.901.504,00	5.901.504,00	7.671.819,00	10.203.519,27	18.876.510,64	18.876.510,64
		0 **		3.540.830,00	2.531.700,27			
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	649.165,44	649.165,44	843.900,09	1.122.387,11	2.076.416,17	2.076.416,17
		0 **		389.469,30	276.487,02			
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	6.951.100,60	8.742.488,68	11.281.185,01	15.657.273,67	28.965.956,24	28.965.956,24
		1 **		786.019,86	3.722.790,90			
		6			1.410.241,68	4.181.337,60		
		7			1.395.040,03			
00090 SALARIO FAMILIA INAT		0	6.472,00	6.472,00	6.472,00	8.607,76	15.924,34	15.924,34
		0 **			2.135,76			
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		1	28.204.833,60	37.161.774,00	47.890.206,00	66.960.462,00	123.876.854,40	123.876.854,40
		1 **			15.803.767,20			
		6	3.487.600,08	7.051.208,40		20.906.688,00		
00572 GRAT.NATAL. EXERC.AN		6	3.487.600,08					
99001 IMPOSTO DE RENDA		8		841.025,00	987.267,00	1.215.480,00	1.612.406,00	2.163.636,00
71266 MENSALIDADE - AGITRA	D	1		106.958,95	106.958,95	142.255,40	263.172,49	263.172,49
		1 **			35.296,45			
		2	106.958,95	500.000,00				
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	59.015,04	59.015,04	76.718,19	102.035,19	188.765,10	188.765,10
		1 **		35.408,30	25.317,00			
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	973.636,07	1.190.122,81	1.409.847,83	2.380.633,35	3.475.914,74	3.475.914,74
		1 **		94.322,38	443.734,91			
99001 IMPOSTO DE RENDA		0	9.316.618,00	11.181.678,00	12.940.974,00	23.860.313,00	35.938.925,00	33.775.289,00
		0 **		1.179.030,00	5.584.187,00			
*** T O T A L B R U T O		***	48.688.275,80	65.069.756,68	93.823.011,96	120.255.755,41	175.424.067,79	175.975.297,79
*** T O T A L D E S C O N T O S		***	10.456.228,06	14.346.533,48	20.626.034,33	26.485.236,94	39.866.777,33	37.703.141,33
*** T O T A L L I Q U I D O		***	38.232.047,74	50.723.223,20	73.196.977,63	93.770.518,47	135.557.290,46	138.272.156,46

CONFERE COM ORIGINAL
EM / /

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe da DIAPB - MTb/DRT/RS

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.CH
FICHA FINANCEIRA REFERENTE AO PERIODO DE: JAN/1993 A DEZ/1993

PAGINA : 1.398
EMITIDO EM : 29JUL1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: INATIVO
SERVIDOR : 0258629 - URBANO NAUE
CARGO/LOTACAO: 009033 A I FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. - RS
UNID.EXERCICIO: 024005000 - SUBDELEGACIA DE SANTA MARIA - RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/0180-5/0000020878-7
LOCALIZ.: 024005000 DEP.IR/SF: 04/02 T.SERV: 11

RUBRICA	R/D	SEQ	JUL/1993	AGO/1993	SET/1993	OUT/1993	NOV/1993	DEZ/1993
00005 PROVENTO	R	0	25.232,23	25.232,22	46.964,73	46.964,73	66.304,80	66.304,80
00018 ADIC.TEMPO SERV./INA		0	2.775,54	2.775,54	5.166,12	5.166,12	7.293,52	7.293,52
00034 VANTAGEM ARTIGO 184		1	38.718,82	38.718,67	72.124,17	72.124,17	101.852,86	101.852,86
00090 SALARIO FAMILIA INAT		0	21,28	21,28	39,60	39,60	55,90	55,90
00181 GRAT.NATALINA/INATIV		0					611.117,18	
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI		0				216.372,51		
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FE		1	165.586,37	165.585,60	308.190,00	308.490,00	435.666,00	435.666,00
89001 IMPOSTO DE RENDA		8	2.934,98	3.865,00	5.270,00	7.477,00	10.275,00	13.391,00
89003 IRRF - 13 SALARIO		8						13.391,00
00182 ADIANT.GRATIF.NATALI	D	0					216.372,51	
71157 PARTICIPACAO - GEAP		1			741,17			
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	351,78	1.068,36	1.988,53	1.988,53	2.807,40	2.807,40
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-		1	252,32	252,32	469,64	469,64	663,04	663,04
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	4.646,25	4.646,24	8.354,90	12.982,35	12.222,34	12.222,34
89001 IMPOSTO DE RENDA		0	45.469,61	41.603,00	86.141,00	78.964,00	113.282,00	99.891,00
89003 IRRF - 13 SALARIO		0					113.282,00	
*** TOTAL BRUTO ***			235.269,24	236.198,31	438.054,62	656.634,13	1.232.565,26	637.955,08
*** TOTAL DESCONTOS ***			50.719,98	47.569,92	98.295,24	94.404,52	458.629,29	115.583,78
*** TOTAL LIQUIDO ***			184.549,26	188.628,39	339.759,38	562.229,61	773.935,97	522.371,30

CONFERE COM ORIGINAL
EM 19/03/97

Varinaldo Rocha da Silva
Chefe de DIAPE - MTb/DRT/RS

Fls. 57
Rubrica

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
MINISTERIO DO TRABALHO

UF	SIGLA DA UPAG	REG. JURÍDICO	SITUAÇÃO DO SERVIDOR	UF	EXERCÍCIO/LOCALIZAÇÃO
RS	DRT/RS	RJU	APOSENTADO	RS	SBD

NOME DO SERVIDOR: URBANO NAUE
MATRÍCULA SIAPE: 0258629

CATEGORIA/CARREIRA	CLASSE	REF/PADRÃO/NÍV.	FUNÇÃO
FISCAL DO TRABALHO	A	I	*** **** **

DEP. S.F.	DEP. I.R.	T.S. (%)	C.P.F.	BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS PAGAMENTO
02	02	11	012589310-87	001	0180-5	0000020878-7	FEV 1997

TIPO	DISCRIMINAÇÃO	PRAZO	VALOR
	** DADOS FIN. FOLHA ADIANTAMENTO **		
R	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.894,37
D	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		473,59
	VALOR LIQUIDO DO ADIANTAMENTO	-->	1.420,78
	** DADOS FIN. FOLHA NORMAL **		
R	PROVENTO BASICO		458,43
	ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-APOS		50,42
	V.ART.184 INC II E III L.1711		940,57
	SALARIO FAMILIA - APOSENTADO		0,30
	GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS-AGR		4.194,00
	CPMF - LEI 9.311/96 - APOSENT		2,24
	ACP 9610428-0 7VF/RS DEV PSS		671,16
D	ADIANT.REMUN.MP1158/95ART2.APO		1.894,37
	AGITRA/RS - MENSALIDADE		19,66
	GEAP - PLANO DE SAUDE		120,00
	ASDERT/RS - MENSALIDADE		6,88
	GEAP - PLANO SAUDE - PARTIC.	001	626,41
	CONT P.SEGURIDADE SOCIAL APOS		671,16
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FONTE		577,26

BASE DE CÁLCULO DO TETO	DEPÓSITO FGTS	BRUTO	DESCONTO
**********	**********	******6.317,12	******3.915,74
BASE DE CÁLCULO DO I.R.	**MARGEM CONSIGNÁVEL 30%**	**MARGEM CONSIGNÁVEL 70%**	**LÍQUIDO**
******3.569,05	******1.693,11	******3.950,61	******2.401,38

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

APOSENTADOS: COMPARECER, COM URGENCIA, A UNIDADE DA DRT/RS DE SUA CIDADE.

CONFERE COM ORIGINAL
EM 21 / 03 / 97

Varinalda [illegible] Silva
Chefe da DIAPE - MTB/DRT/RS

2ª VARA
Fls. 54
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE RECEBIMENTO E AUTUAÇÃO

Recebi em 24/04/19 97 os presentes autos da Seção de Distribuição, tendo sido autuados nesta data.

Brasília-DF, 22 de abril de 1997.

Ana Lúcia Franco de Sá
Analista Judiciária.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME / TELEFONE: Ana Maria Ortiz Machado	02 PERÍODO DE APURAÇÃO
Veja no verso instruções para preenchimento	03 NÚMERO DO CPF OU CGC: 194
	04 CÓDIGO DA RECEITA
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA
	06 DATA DE VENCIMENTO
	07 VALOR DO PRINCIPAL
	08 VALOR DA MULTA
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, cujo valor total seja inferior a R$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R$ 10,00.	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69
	10 VALOR TOTAL
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente para 1ª via)

Aprovado pela IN/RF nº 81/96

CGC-04407517ADT 97 24 07 35 008147 4,35R005

CERTIDÃO

CERTIFICO que a representação processual está regular. Em 24/04/97

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

762.680-72
1505

17/04/98
4,55

4,55

as)

1646 - Grafopel Grfd. Edit. Ltda. - CGC/MF 00.747.303/0001-72 BL c/ 100 Fls.

Recebido em 13/5/97
às 10:00
Gilda Maria Freire Garcia
Procuradora-Chefe da União no DF

2ª VARA SJ - DF
Fls. 61
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA

MANDADO DE CITAÇÃO

AUTOS : AÇÃO ORDINÁRIA Nº 97.10683-0
AUTORES :ANA MARIA ORTIZ E OUTROS
RÉ : UNIÃO FEDERAL

O DOUTOR ANSELMO GONÇALVES DA SILVA, JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 2ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA DA LEI ETC.

MANDA, a um dos Oficiais de Justiça desta Seção Judiciária, que, em cumprimento ao presente mandado, **CITE a UNIÃO FEDERAL,** na pessoa de seu representante legal, **para ciência dos termos da presente ação, contestando-a, querendo, no prazo legal, com a advertência do art. 285-CPC,** (anexa, cópia da petição inicial). **CUMPRA-SE**, na forma e sob as penas da lei, cientificando a interessada de que a 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal localiza-se no SAS, Q. 02, Bl. "G", 2º andar. Expedido nesta cidade de Brasília-DF, aos 06/05/97. Eu, _____(Ana Lúcia Oliveira), datilografei e conferi. E eu, _____(Bel. Sérgio Pereira da Silva), Diretor de Secretaria, de ordem do MM. Juiz subscrevo e assino.

cit285

2ª VARA SJ - DF
Fls. 60
Rubrica

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que expedi o mandado de citação e encaminhei à central de mandados

Brasília, 01 de maio de 1997

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi publicado(a) no Diário da Justiça, Seção II, o(a) despacho/decisão de fls. 59.

Brasília, 16 de maio de 1997

Elizabete Vasconcelos de Souza
Auxiliar Judiciário
Mat. 11.800

JUNTADA

Faço a juntada a estes autos de 21 de maio de 19 77

Faço a juntada a estes autos de citação

Cumprido, mandado que se segue

2ª VARA SJ - DF
Fls. 59
Rubrica

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal

CONCLUSÃO

Nesta Data, faço conclusos ao MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Anselmo Gonçalves da Silva, do que lavro este termo.

Em 30/04/97.

Bel. SÉRGIO PEREIRA DA SILVA
Diretor de Secretaria

DECISÃO Nº 214 /97
AÇÃO ORDINÁRIA Nº 97.10683-0

Os autores postulam, apoiados no art. 273 do CPC, a tutela antecipada, com a finalidade de obter o reajuste salarial de 28,86%.

Indefiro a antecipação da tutela, não obstante a verossimilhança da alegação, haja vista expressa vedação contida na Medida Provisória nº 1.570, de 26/03/97.

Cite-se.

Brasília, 30 de abril de 1997.

ANSELMO GONÇALVES DA SILVA
Juiz Federal substituto da 2ª Vara

tutela 28,86%

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

C O N C L U S Ã O

Nesta Data, faço conclusos ao MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Anselmo Gonçalves da Silva, do que lavro este termo.

Em / / .

Bel. SÉRGIO PEREIRA DA SILVA
Diretor de Secretaria

DECISÃO Nº /97
AÇÃO ORDINÁRIA Nº 97.16829-0

Os autores postulam, baseados no art. 273 do CPC, a tutela antecipada, com a finalidade de obter o reajuste salarial de 28,86%.

Indefiro a antecipação de tutela não obstante a verossimilhança da alegação, haja vista expressa vedação contida na Medida Provisória nº 1.570, de 26/03/97.

Cite-se.

Brasília, de abril de 1997.

ANSELMO GONÇALVES DA SILVA
Juiz Federal substituto da 2ª Vara

Nara 28.10.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 62
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo: 97.10683-0

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos do Processo supramencionado, CITEI a UNIÃO FEDERAL, na pessoa do representante legal, Dra. GILDA MARIA FREIRE GARCIA, a qual após tomar ciência do inteiro teor do mandado exarou sua nota de ciente.. Dou fé.

Brasília, 19 de maio de 1997

Rosali Santana de Vasconcelos
Oficiala de Justiça Avaliadora
Matrícula 12173

MANDADO DEVOLVIDO À CENTRAL EM
19 / 05 / 97, 18:00h.
A CENTRAL

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal

2ª VARA SJ - DF
Fls. 63
Rubrica

REMESSA

Aos 11 de 06 de 19 97
na Secretaria da 2.ª Vara, nesta cidade de Brasília,
Remeto estes autos à Advocacia Geral da União.

Para constar lavrei êste têrmo. Eu,

Valter Alves de Sousa
Técnico Judiciário
Mat. 3.002

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que transcorreu o prazo da r. decisão de fls 59 sem interposição de recurso.

Brasília, 12 de 06 de 19 97

Alice Derpêluo de Oliveira
Técnico Judiciário
Mat. 12.599

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

RECEBIMENTO

Em 12 de 06 de 19 97

na Secretaria da 2.ª Vara, recebi estes autos com a petição nº 56670.

do que lavro este têrmo.

Eu, _____

Alice Derpétuo de Oliveira
Técnico Judiciário
Mat. 12.599

JUNTADA

Aos 12 de 06 de 19 97

faço a juntada a estes autos da petição nº 56670 que se segue

_____

Alice Derpétuo de Oliveira
Técnico Judiciário
Mat. 12.599

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 64
Rubrica

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

REF. AÇÃO ORDINÁRIA - OBJETO: REAJUSTE 28,86%
PROCESSO Nº: 1997.34.00010683-0
AUTOR(ES) : ANA MARIA ORTIZ E OUTROS
RÉU(S) : UNIÃO

JUSTIÇA FEDERAL - DF
12 DE 1997 059670
SECRETARIA DA 2ª VARA

A UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, Lei nº 3.071, de 1º.01.16, art. 14, inciso I, por seu Representante Judicial, Lei Complementar nº 73/93, nos autos da ação epigrafada, vem, à presença de Vossa Excelência, com o apreço devido, para oferecer, tempestivamente,

CONTESTAÇÃO,

pelo que passa a deduzir na forma estabelecida nos arts. 297, c/c 188, 300 e seguintes do CPC.

I - SUMA FÁTICA

1. Reivindica(m) o(s) Autor(es), na presente ação, a antecipação da tutela e as diferenças concernentes ao reajuste de 28,86% sobre sua(s) remuneração(ões), incorporando-lhe(s) o mesmo **reposicionamento atribuído aos militares federais**, invocando, para tanto, a Lei 8.622, de 19 de janeiro de 1993, que trata e

> *"Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal e dá outras providências."*

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 65
Rubrica

invoca(m), ainda, o disposto na Lei 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, que

> *"Especifica os critérios para **reposicionamento** de servidores públicos federais e militares e dá outras providências." (Grifou-se).*

2. De plano, deferiu-se-lhe(s) o pedido de antecipação da tutela para que se proceda ao implante, em folha de pagamento do(s) Autor(es), o valor correspondente ao percentual de 28,86% de sua(s) remuneração(ões).

Agravou de instrumento a União, conforme noticiado nos autos.

3. Pede(m) o pagamento das diferenças devidas a partir de janeiro de 1993, inclusive, conforme for apurado em liquidação de sentença.

4. Finalmente, requer(em) o reembolso de custas e a condenação no pagamento de honorários advocatícios.

II - IMPUGNAÇÃO DA TUTELA CONCEDIDA

ANTECIPAÇÃO DA TUTELA - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL - CONCESSÃO DE VANTAGENS - MERO REPOSICIONAMENTO DE 28,86% PARA OS MILITARES - MATÉRIA CONSTITUCIONAL - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROVIMENTO ANTECIPADO - DIREITOS INDISPONÍVEIS - DIREITO PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO TUTELAR - EXTINÇÃO DO PROCESSO. (CPC, ART. 267, § 3º)

1. A regra estabelecida no artigo 273 do CPC, ao estabelecer que o Juiz **poderá** antecipar a tutela, no todo ou em parte, é mera faculdade. Esta antecipação, porém, implica em estar o Juízo **a quo** diante de prova inequívoca e de verossimilhança do pleito e que este seja juridicamente possível.

Ocorre que, na hipótese vertente, o disposto no § 2º do mesmo artigo e diploma legal, decorrente da Lei 8.952, de 13.12.94, determina: "*Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado*". Esta ordem legal está em plena harmonia com a Lei 4.348, de 26.06.64, que estabelece em seus artigos 5º, 7º e 8º:

2ª VARA SJ - DF
Fls. 66
Rubrica

"Art. 5º Não será concedida a medida liminar de mandados de segurança impetrados visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, à concessão de aumento ou extensão de vantagens.

Parágrafo único. Os mandados de segurança a que se refere este artigo serão executados depois de transitada em julgado a respectiva sentença.

Art. 6º ***omissis***

Art. 7º O recurso voluntário ou ***ex officio****, interposto de decisão concessiva de mandado de segurança, que importe outorga ou adição de vencimentos ou ainda reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.*

*Art. 8º. Os magistrados, funcionários da Administração Pública e aos serventuários da Justiça que descumprirem os prazos mencionados nesta lei aplicam-se as sanções do Código de Processo Civil e do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei 1.711, de 28.10.52)" **

* Vide Lei 8.112/90

2. Por outro lado, o § 4º, artigo 1º, da Lei 5.021, de 09.6.66, determina que "*Não se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias*".

Em face das normas federais retromencionadas, não poderia, **in casu**, ter a r. decisão ora impugnada deferido o pedido de antecipação da tutela e determinar que se "*proceda ao implante, em folha de pagamento dos autores, do valor correspondente ao percentual de 28,86% de suas remunerações (vencimento básico e demais gratificações e vantagens), sob pena de a União pagar-lhes, por dia de atraso, nesse implante, a quantia de 1 (um) salário mínimo, a título de multa coercitiva, sujeitando-se o agente público, responsável pelo dano, à cobrança da competente ação regressiva (CF, art. 37, § 6º)*".

3. Ora, a antecipação da tutela, prevista no art. 273 do CPC, decorre de norma que implica e estabelece pressupostos mais rígidos, quais sejam: a prova inequívoca, a verossimilhança da alegação, o receio de dano irreparável ou de difícil reparação e/ou caracterizado o abuso de direito de defesa, pressupostos, estes, que não ocorreram na espécie vertente.

2ª VARA SJ - DF
Fls. 67
Rubrica

Em situações tais, como a dos autos, o risco de decisões contraditórias e conflitantes entre si chega até mesmo a molestar a própria estrutura judiciária e a confiança necessária dos juridicionados. Para comprovação de que isto já está ocorrendo, trazemos trechos da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1997.34.00.00260404 - Classe 1300 - 9ª Vara Federal - DF, da lavra do eminente Juiz Federal MOACIR FERREIRA RAMOS, que indeferiu a antecipação da tutela, **in verbis**:

> *"A Lei nº 5.021, de 09 de junho de 1966, dispõe no § 4º, do seu art. 1º, que não "se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias".*
>
> *É certo que o novel instituto da antecipação de tutela inaugurado pela Lei nº 8.952, de 13 de dezembro de 1994, tem peculiaridades que o distinguem do provimento liminar no mandado de segurança e na cautelar, que à sua concessão pressupõe a caracterização do **fumus bonis iuris** e do **periculum in mora**. Na antecipação de tutela, do art. 273 do CPC, a norma estabelece pressupostos mais rígidos, tal como "prova inequívoca" do direito subjetivo que a parte busca tutelar.*
>
> *Convém lembrar também, na espécie, a proibição contida no § 2º, do supradito art. 273, da Lei Adjetiva Civil.*
>
> *Portanto, ainda que a matéria venha suscitando variadas interpretações, no âmbito da jurisprudência e no seio da doutrina, porquanto, como salientei de início, trata-se de instituto novo no nosso sistema, entendo que a mesma vedação do citado § 4º, do art. 1º., da Lei nº 5.021, com mais razão, aplica-se à concessão do pedido de antecipação de tutela, quando o seu teor esteja voltado a pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias."*

Não se pode olvidar, **in casu**, que a tutela concedida, além de carecer de pressupostos indispensáveis à sua concessão, é inteiramente desfundamentada. Por outro lado, viola diretamente o art. 37, inciso X, da Carta Magna vigente, entra em testilha com os artigos 5º, 7º e 8º da Lei 4.348/64, com o § 4º, art. 1º, da Lei 5.021/66, com o próprio § 2º do art. 273 do CPC e, finalmente, com o Enunciando da Súmula 339/STF "**Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar**

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 68
Rubrica

vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia". (Grifou-se)

4. Os princípios constitucionais norteadores da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e outros, demonstram que: "*a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;*". Assim, com todas as vênias devidas, não há falar em antecipação de tutela diante de direitos indisponíveis. A revisão geral de remuneração não pode ter curso mediante ação ordinária, muito menos nela ser pleiteada a antecipação da tutela em questão, sob pena de configurar violação frontal e direta do preceito constitucional que trata da revisão geral de remuneração. (CF, art. 37, inciso X).

5. Há de se observar, **permissa venia**, que o pedido da tutela não poderia ter sido deduzido em Juízo e nem por este acolhido. Aliás, a decisão que o deferiu foi agravada de instrumento. Está, pois, inteiramente divorciado, tanto do comando constitucional como das normas federais infraconstitucionais, o pedido, inclusive a interlocutória que o deferiu. Em sede de direitos indisponíveis, a tutela deferida é absolutamente nula; impossível; desprovida de fundamento; defere pedido juridicamente impossível; e, mais, sequer exigiu caução, violando o art. 273, § 3º, do CPC e, por fim, a Medida Provisória 1.570, de 26 de março de 1997, **in verbis**:

> *"Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada, prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil, o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único, e 7º, da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.*
>
> *Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:*
>
> *"§ 4º Sempre que houver possibilidade de a pessoa jurídica de direito público requerida vir a sofrer dano, em virtude da concessão da liminar, ou de qualquer medida de caráter antecipatório, o juiz ou o relator determinará a prestação de garantia real ou fidejussória"*
>
> *Art. 3º O art. 16 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:*

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 69
Rubrica

> *"Art. 16. A sentença civil fará coisa julgada* ***erga omnes****, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento valendo-se prova nova."*
>
> *Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação." (Grifou-se).*

Adiciona-se aos fundamentos supramencionados que a peça exordial não comportaria curso por ausentes os pressupostos de constituição e devenvolvimento regular do processo, pois nem mesmo os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, do CPC, foram atendidos. Para comprovação desta afirmativa, basta verificar que o(s) ilustre(s) Autor(es) não trouxe(ram) à colação a indispensável memória demonstrativa da diferença, acaso existente, entre o percentual de 28,86% **e o reposicionamento dos militares federais**. Por outro prisma, a ausência nos autos dos demonstrativos concernentes aos períodos de 1993 à data do ajuizamento da ação foi simplesmente ignorada, **concessa venia**, além de ocultar a inicial os paradigmas militares federais necessários à comprovação de eventual diferença, devida ou não, em cada caso. Nestas circunstâncias, jamais se poderia conceder a antecipação da tutela, em face do perigo de danos irreparáveis ou mesmo de reparação difícil, até mesmo o perigo de irreversabilidade do provimento antecipado que determinou ao implante, em folha de pagamento do(s) Autor(es), do valor correspondente ao percentual de 28,86% sobre a remuneração do(s) mesmo(s), especialmente no caso vertente **em que o percentual referido foi imposto, linearmente, sobre remuneração do(s) Autor(es), sem qualquer critério aritmético e diferenciador, caso a caso**, o que configura a impossibilidade jurídica do pedido de bens indisponíveis, isto é, dinheiro da Coletividade.

6. O § 3º, do art. 267, do CPC, determina que "*O Juiz conhecerá de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, da matéria constante dos incisos IV, V e VI....".*

III - DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

1. Com estes fundamentos legais acima declinados, requer a União a esse ilustrado Juízo, nos termos do § 4º, art. 273 do CPC, a revogação da tutela antecipada, ou, em última análise, seja modificada para o efeito de ser garantido o Juízo mediante a prestação de caução, pelo menos,

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 70
Rubrica

caso não tenha sido concedido efeito suspensivo no agravo de instrumento interposto.

2. Requer, ainda, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, incisos IV e VI, § 3º, do CPC, dada a impossibilidade jurídica da concessão de antecipação da tutela sobre bens indisponíveis, matéria de ordem pública que deve ser apreciada de ofício, na proteção do erário, em resumo, dinheiro do Contribuinte. Soma-se a isto que "a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;" (CF, art. 37, inciso X). Portanto, em permanecendo os efeitos da tutela antecipada, estar-se-á determinando, inplicitamente, a revisão geral da remuneração dos servidores militares federais ou mesmo um convite a estes para reivindicarem a revisão geral de remuneração ora estabelecida pela inusitada antecipação da tutela.

Em assim não entendendo V.Exa., requer a extinção do pedido tutelar pelas razões e fundamentos legais acima deduzidos, com os consectários decorrentes da sucumbência.

IV - MÉRITO

No mérito, de plano, os pedidos articulados na inicial são improcedentes.

Para sistematizar a questão posta em Juízo, a defesa da União será articulada conforme os pontos encartados na exordial.

1. O pedido inicial tem como objeto da ação a reivindicação do percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), sob o entendimento equivocado de que tal índice fora concedido aos servidores militares federais, a contar de janeiro de 1993, inclusive, na conformidade das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93.

Permissa venia, impõe-se impugnar, de plano, a postulação acima, uma vez que aos servidores militares federais não lhes foram concedidas quaisquer revisões de remuneração. A estes, ao contrário do que equivocadamente entende(m) o(s) Postulante(s), concedeu-se-lhe(s) o **reposicionamento** de forma a estabelecer a isonomia entre os servidores civis federais e entre os servidores militares federais. Para evidenciar esta assertiva, comprova-se:

Acontece, no entanto, que a(os) Autor(es) falece amparo legal à pretensão deduzida em Juízo, uma vez que tais leis em nada ofenderam o princípio da isonomia consagrado na atual Carta Política Federal conforme, equivocadamente, procuraram eles demonstrar.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 71
Rubrica
.8

2. É sempre oportuno ter em mente que tal princípio tem por pressuposto a identidade ou, pelo menos, a analogia do conteúdo ocupacional dos cargos ou funções que se querem equiparar, o volume de trabalho e o grau de responsabilidade, parâmetros esses que, no caso ora **sub judice**, são díspares, descabendo, por conseguinte, falar-se em violação àquele dogma constitucional.

3. Infere-se, sem dificuldades, da leitura do art. 37, inc. X, da Constituição Federal, que apenas será feita, na mesma data e sem distinção de índices, a REVISÃO GERAL da remuneração dos servidores civis e militares.

4. Não há, ali, nenhum impedimento a que se possa corrigir possíveis distorções nos quadros remuneratórios civis ou militares, através de revisões parciais.

5. Importa observar que, de maneira semelhante, as Leis nºs 7.923/89 e 8.216/91 corrigiram e reestruturaram tabelas de vencimentos de planos e carreiras dos servidores civis, não estendendo, tal reestruturação, aos vencimentos dos militares.

6. Colime-se, a respeito, a lição de MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, ***in*** "Comentário à Constituição Brasileira de 1.988", SP, Saraiva, 1.990, nos seguintes termos:

> *"Data única para revisão de vencimentos. Esta norma tem claramente por objetivo evitar que a revisão "geral" dos vencimentos dos servidores civis tenha data diversa da dos militares, como tantas vezes ocorreu.* **Mas não impede, como é evidente, revisão específica, relativa a determinados cargos ou postos."** *(destacamos)*

7. Igualmente oportuna, a posição de OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO, ***in*** "Juridicidade da Lei 8.237, de 30-09-91, e Descabimento da Exigência da Extensão dos seus Efeitos Financeiros" (RT 685/267), em que avoca o entendimento de destacados autores, ressaltando que:

> *"Mais incisivo ainda é o comentário de ADILSON ABREU DALLARI acerca do mesmo dispositivo constitucional,* ***in*** *Regime Constitucional dos Servidores Públicos, 2ª Ed. revista e atualizada de acordo com a CF/88, SP, Ed. RT, 1990, p. 8,* ***ad literam****: 'Por REVISÃO GERAL deve ser entendido apenas o reajuste decorrente da perda do valor*

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 72
Rubrica

aquisitivo da moeda, que atinge a todos os servidores indistintamente.'

A Administração não está proibida de proceder a revisões parciais, ou seja, de alterar a situação remuneratória de específicas ou determinadas categorias profissionais, seja para corrigir injustiça, seja para proceder a uma melhor adequação ao mercado de trabalho, seja para dar um tratamento mais consetâneo com uma nova estruturação de carreira, inclusive mediante a criação de estímulos à evolução funcional.

Não é determinação constitucional que todos os reajustes ou aumentos reais de remuneração sejam feitos sempre na mesma data e com os mesmos índices para todos os servidores. Isso deverá ser apenas quando se tratar de revisão geral."

8. Merece destaque, ainda, a posição de CELSO RIBEIRO BASTOS, ***in*** "Comentários à Constituição do Brasil", Ed. Saraiva, 3º vol., inc. III, p. 105, que assim leciona:

"Por revisão geral deve-se entender aquele aumento que é concedido em razão da perda do poder aquisitivo da moeda. Não visa corrigir situações de injustiça ou de necessidade e de revalorização de determinadas carreiras mercê de alterações ocorridas no próprio mercado de trabalho, nem objetiva contraprestar pecuniariamente níveis superiores de responsabilidade advinda de reestruturação ou reclassificações funcionais.

Restam, portanto, abertas as portas para esse tipo de aumento, restrito aos cargos e carreiras especificamente atingidos por estas medidas."

9. Não discrepa desse entendimento lição do saudoso mestre HELY LOPES MEIRELLES (Direito Administrativo, Ed. Revista dos Tribunais, 16ª Ed., p. 394), reconhecendo a existência de duas espécies de aumento de vencimentos: ***uma genérica***, provocada pela alteração do poder aquisitivo da moeda; a ***outra, específica***, abrangendo determinados cargos ou classes funcionais e representando efetivamente uma elevação de vencimentos. ***Essa segunda hipótese***, observa o insuperável administrativista, ***ocorre geralmente através das chamadas reestruturações, pelas quais se corrigem distorções no serviço público***.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 73
Rubrica

10. Na mesma linha da doutrina solidifica-se a orientação dos Tribunais pátrios, conforme os seguintes acórdãos que se pede ***venia*** para transcrever:

11. Essa linha de raciocínio soa no mesmo diapasão do entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que assim vem decidindo, como se observa, dentre outros, pelos seguintes julgados:

> *"MS. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. ISONOMIA. A Constituição da República determina que o aumento de vencimento dos servidores seja elaborado no mesmo período, obedecendo à mesma alíquota e com vigor na mesma data. Esse comando refere-se à norma geral. Não se confunde com a norma específica. A segunda encerra os elementos da primeira e acrescenta o **quid** que a restringe. Em se tratando de norma especial, a aplicação é restrita aos seus limites. Raciocínio contrário impediria corrigir eventual distorção, com afronta ao princípio da isonomia." (MS nº 3.557-6-DF, rel. Min. VICENTE CERNICCHIARO - DJ de 4.4.95)*
>
> *"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ISONOMIA (CF, ART. 37, X). FUNCIONÁRIO PÚBLICO CIVIL, MANDADO DE SEGURANÇA. EXTENSÃO DE 28,86% DADOS A MILITARES (LEI Nº 8.622/93, ART. 6º). ATO OMISSIVO DE MINISTROS DE ESTADO. COMPETÊNCIA DO STJ. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS IMPETRADOS AFASTADA. SEGURANÇA DENEGADA.*
>
> *I- Os ora impetrantes requerem a concessão de 28,86% dados a militares (Lei nº 8.622, art. 6º). Lembram que os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público Federal já tinham estendido administrativamente a vantagem a seus servidores e membros. Frisam que se trata de aumento geral e não de mero reposicionamento de soldo. Logo, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição, também a ele faziam jus.*
>
> *II- Os impetrados, em preliminar, levantam dois empeços de exame de mérito: a) inexistência de ato concreto de sua parte; e b) sua ilegitimidade passiva. Quanto ao mérito, disseram que não houve*

2ª VARA SJ - DF
Fls. 74
Rubrica
11

"aumento", mas simples "reposicionamento" de soldos. Logo, não se podia invocar o princípio isonômico.

III- Preliminar de ilegitimidade passiva afastada.

IV- Segurança denegada." (MS nº 2.923-1-DF, rel., Min. ADHEMAR MACIEL - DJ de 3.4.95)

12. Mas é, sobretudo, o próprio Egrégio Supremo Tribunal Federal que, pelas contundentes manifestações dos seus Eminentes Ministros OCTÁVIO GALLOTTI e ILMAR GALVÃO, no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.400-7/SP, elide quaisquer dúvidas quanto à matéria, nestas letras, respectivamente:

"Diversamente do que supõe a inicial, a Lei nº 8.237/91 não fixou índice nem percentual. O anexo I, mencionado na petição, estabeleceu valores absolutos de soldo para cada um dos postos ou graduações das Forças Armadas ao passo que reduzidos (conforme o Anexo II) os montantes de gratificações e indenizações, tudo com o objetivo de ampliar ou restabelecer o significado da parcela representada pelo soldo total da remuneração dos militares."

"Não vejo como o Presidente da República poderia ser compelido a estender, aos civis, os efeitos da lei de revisão de vencimentos restrita a militares, o que equivaleria, aí sim, à violação da Constituição por configurar-se concessão de aumento do vencimento dos servidores sem Lei que o autorizasse."

13. Não há, pois, absolutamente, falar em qualquer eiva de inconstitucionalidade dos diplomas legais atacados.

14. Não é demais relembrar, com CARLOS MAXIMILIANO, ***in*** "Hermenêutica e Aplicação do Direito", 12ª Ed., p. 307, que preleciona:

"366-III- Todas as presunções militam a favor da validade de um ato, legislativo ou executivo; portanto, se a incompetência, a falta de jurisdição ou a inconstitucionalidade, em geral, não estão acima de toda dúvida razoável, interpreta-se e resolve-se pela manutenção do deliberado por qualquer dos três ramos em que se divide o Poder Público, entre

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 75
Rubrica

duas exegeses possíveis, prefere-se a que não infirma o ato de autoridade."

15. Além do mais, como muito bem observado pelo Eminente Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, em seu voto no julgamento do MS supracitado (item "13"),

> *"O problema da inconstitucionalidade por exclusão indevida de benefício, em nosso sistema jurídico, pode ser encarado de duas maneiras. Ou se respeita a inconstitucionalidade comissiva, e a consequência é a invalidade da lei discriminatória, ou se considera a inconstitucionalidade omissiva e, nesse caso, a sua declaração não leva à extensão da vantagem por meio de sentença judicial, mas tão-somente a ciência ao Poder competente para a adoção das providências cabíveis. (CF. art. 103, parágrafo 2º).*
>
> *Por outro lado, a pretensão vindicada de haver melhores proventos encontra óbice legal no parágrafo único do artigo 169 da Constituição Federal, que assim dispõe:*
>
> *'Art. 169 .....*
>
> *Parágrafo único- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:*
>
> *I- Se houver dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;*
>
> *II- Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."*

16. Colime-se, que a pretensão deduzida na peça exordial, além de não se coadunar com as disposições do art. 37, ***caput***, (princípio da legalidade), e do seu inciso XIII, e dos incisos do parágrafo único do art. 169,

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

todos da Constituição Federal, também não se harmoniza com o enunciado da Súmula nº 339, do Egrégio Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

> *"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia."*

17. Esclareça-se, por oportuno, que o Poder Executivo, com a edição das Leis 8.622/93 e 8.627/93, objetivou reposicionar os servidores civis nas respectivas tabelas e à adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares.

18. Esses reposicionamentos e adequações, concretizados nas tabelas anexas à Lei 8.627/93, obviamente resultaram da aplicação - dentro de um critério subjetivo de conveniência - de diferentes índices de reajustes a refletir números finais incoincidentes, relativamente às carreiras do servidor público civil e à hierarquia militar.

19. Assim, um cotejo daquelas tabelas com as tabelas a que se referiu a Lei nº 8.622/93, leva à seguinte amostragem:

1- ***Quanto aos militares, o soldo de:***

a) Almirante-de-Esquadra elevou-se de CR$9.528.660,00 para CR$12.279.540,00, **com aumento de 28,86%;**

b) Capitão-de-Mar-e-Guerra elevou-se de CR$7.322.880,00 para CR$9.528.660,00, **com aumento de 30,12%;**

c) Capitão-Tenente elevou-se de CR$5.776.860,00 para CR$7.327.560,00, **com aumento de 26,84%;**

d) Segundo-Tenente elevou-se de CR$4.711.680,00 para CR$5.964.560,00, **com aumento de 26,59%;**

e) Guarda-Marinha elevou-se de CR$4.579.680,00 para CR$5.022.040,00, **com aumento de 9, 65%;**

f) Suboficial elevou-se de CR$4.551.420,00 para CR$5.640.990,00, **com aumento de 23,93%;**

g) Terceiro-Sargento elevou-se de CR$2.854.620,00 para CR$3.535.140,00, **com aumento de 23,83%;**

h) Cabo Engajado elevou-se de CR$2.062.800,00 para CR$2.496.510,00, **com aumento de 21,02%.**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 77
Rubrica

2- ***Quanto aos servidores civis com regime de 40 horas:***

2.1- **Integrantes da Tabela II**:

a) ocupantes de cargo de nível superior que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$7.322.880,00 para CR$9.528.660,00, **com aumento de 30,12%;**

b) ocupante de cargo de nível intermediário que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$4.955.373,00 para CR$5.633.040,00, **com aumento de 13,67%;**

c) ocupante de cargo de nível auxiliar, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$2.880.104,00 para CR$3.335.685,00, **com aumento de 15,81%;**

2.2- **Integrante da Tabela III:**

a) ocupante de cargo de nível superior, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$6.545.668,00 para CR$8.628.258,00, **com aumento de 31,81%;**

b) ocupante de cargo de nível intermediário, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$3.802.059,00 para CR$4.230.000,00, **com aumento de 11,25%;**

c) ocupante de cargo de nível auxiliar, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, **com aumento de 14,95%;**

3- ***Quanto aos professores, o vencimento elevou-se:***

3.1- **Em relação ao magistério superior**:

a) o de Titular passou de CR$7.322.880,00 para CR$9.528.660,00, **com aumento de 30,12%;**

b) o de Adjunto "3" passou de CR$5.603.623,00 para CR$7.259.932,00, **com aumento de 29,55%;**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

c) o de Assistente "3" passou de CR$4.422.463,00 para CR$5.701.275,00, **com aumento de 28,91%;**

d) o de Auxiliar "3" passou de CR$3.494.899,00 para CR$4.264.048,00, **com aumento de 22,00%.**

3.2- **Em relação ao magistério de 1º e 2º graus:**

a) o de Titular passou de CR$6.781.971,00 para CR$8.814.877,00, **com aumento de 29,97%;**

b) o da Classe "E", Nível "3", passou de CR$5.403.564,00 para CR$6.995.934,00, **com aumento de 29,46%;**

c) o da Classe "D", Nível "3", passou de CR$4.265.355,00 para CR$5.493.956,00, **com aumento de 28,80%;**

d) o da Classe "C", Nível "3", passou de CR$3.494.889,00 para CR$4.477.251,00, **com aumento de 28,10%;**

e) o da Classe "B", Nível "3" , passou de CR$2.867.005,00 para CR$3.648.698,00, **com aumento de 27,76%;**

f) o da Classe "A", Nível "3", passou de CR$2.355.317,00 para CR$2.973.472,00, **com aumento de 26,24%.**

20. Como se observa, MM. Juiz, houve, sim, como resultante de incidência de percentuais diversos, aumento real para determinadas carreiras de servidores públicos federais civis e para a hierarquia militar. Esse aumento atendeu à conveniência da Administração Pública de proceder a correções de distorções remuneratórias.

21. Aliás, a Exposição de Motivos Interministerial nº 001-SAF/MT/MF/SEPLAN/EMFA, de 07 de janeiro de 1993, que encaminhou o projeto de lei que resultou na aprovação da Lei nº 8.622/93, já firmava, no seu item 2, as bastante esclarecedoras razões dos prefalados reposicionamentos e adequações:

> *"2. Objetiva o projeto, de acordo com as diretrizes estabelecidas por Vossa Excelência, a par da revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo,* ***eliminar defasagens remuneratórias existentes entre vencimentos de cargo de carreira, corrigir algumas distorções no que se refere ao posicionamento de servidores civis e de servidores militares nas respectivas tabelas***

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 79
Rubrica

> ***de cargos e salários*** *e propiciar condições para que se estabeleça, conforme comando constitucional, a isonomia salarial entre os servidores dos Três Poderes." (destacamos)*

22. Dando seguimento ao processo de isonomia entre as tabelas de vencimentos dos servidores civis da União, em agosto/94 foi editada a MP 583 - transformada na Lei 9.367/96 - , que concedeu um reajuste, a partir de setembro de 1994, na ordem de 12,99%, para todos os servidores da tabela I, e diferenciado para os servidores da tabela II - máximo de 20,48% e mínimo de 14,49% - , cujo percentual médio correspondeu a 16,75% no caso do nível superior; 18,53% para o nível intermediário; e 15,08% para o nível auxiliar. Os professores também tiveram um reajuste linear de 12,99%.

23. Em dezembro/94 foi implementada outra etapa do processo de unificação das tabelas dos servidores civis federais, através da MP 806 - que também transformou-se na Lei 9.367/96. Por ela, os servidores que se reportavam à tabela I não tiveram nenhum reajuste, e os da tabela II tiveram reajuste entre 24,88% e 5,29%. Os professores também obtiveram reajuste de até 9,48% nessa ocasião, unificando os valores das suas tabelas I e II.

24. Em janeiro de 1995 houve o último reajuste linear para os servidores civis da União, na ordem de 22,07%.

25. Vê-se, assim, MM. Juiz, que após a edição das Leis 8.622 e 8.627/93, que concederam equacionamento de soldo aos militares, de forma diferenciada ao reenquadramento remuneratório dos servidores civis, estes tiveram reajustamentos em suas respectivas tabelas básicas, sem que tais reajustes tenham sido estendidos aos servidores militares.

26. Diante disso, se algum reajuste salarial for concedido ao(s) Autor(es), o que se admite apenas ***ad argumentandum tantum***, os percentuais já concedidos após janeiro/93 deverão ser devidamente descontados e compensados, sob pena de contemplar-se os servidores civis com aumento de natureza geral, sem que os militares também os perceba, em desrespeito aos ditames constitucionais insculpidos no inciso X, do seu art. 37.

27. Finalmente, MM. Juiz, impende rememorar a decisão proferida pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em julgamento concernente a tema virtualmente idêntico ao que emerge da presente causa, ocasião em que foram assentadas as seguintes diretrizes:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 80
Rubrica
.17

> *"O Poder Judiciário, que não dispõe de função legislativa, não pode conceder a servidores civis, sob fundamento de isonomia, extensão de vantagens pecuniárias que foram exclusivamente outorgadas por lei aos servidores militares.*
>
> *A Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal - que consagra, na jurisprudência desta Corte, uma específica projeção do princípio da Separação de Poderes - foi recebida pela Carta Política de 1988. Reveste-se, em conseqüência, de plena eficácia e de integral aplicabilidade sob a vigente ordem constitucional.*
>
> *(...)*
>
> *A extensão jurisdicional, em favor dos servidores preteridos, do benefício pecuniário que lhes foi indevidamente negado pelo legislador encontra obstáculo no princípio da separação de poderes. A disciplina jurídica da remuneração devida aos agentes públicos em geral está sujeita ao princípio da reserva legal absoluta. Esse postulado constitucional submete ao domínio normativo da lei formal a veiculação das regras pertinentes ao instituto do estipêndio funcional.*
>
> *O princípio da divisão funcional do poder impede que, estando em plena vigência o ato legislativo, venham os Tribunais a ampliar-lhe o conteúdo normativo e a estender a sua eficácia jurídica a situações subjetivas nele não previstas, ainda que a pretexto de tornar efetiva a cláusula isonômica inscrita na Constituição." (RMS nº 21.662-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO)*

28. Nessa mesma linha de entendimento, o Eminente Ministro NÉRI DA SILVEIRA se manifestara, no julgamento do Mandado de Segurança nº 22.439-8/DF - Tribunal Pleno - , impetrado pelo Partido Democrático Trabalhista e Outros contra o Presidente da República, de cujo lúcido voto retira-se o seguinte trecho:

> *"(...) É certo que ao Poder Judiciário, que não tem competência legislativa, a teor da Súmula 339, não cabe aumentar vencimentos sob fundamento de isonomia, nem substituir-se aos Poderes Executivo e Legislativo, quanto à elaboração da lei, ou qualquer*

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 81
Rubrica

providência concernente ao reajuste a que se refere o art. 1º da Lei 7.707.

Não cabe, de outra parte, a esta Corte, conceder mandado de segurança a fim de o Congresso Nacional fazer a lei ou ao Presidente da República adotar a iniciativa de sua elaboração, em face do que prevê o art. 61, § 1º, II, letra "a", da Constituição. Não resulta, outrossim, comando, no particular, oriundo da Lei Maior, a tanto não correspondendo o disposto no art. 37, X, da Constituição.

(...) Sendo necessário, assim, ato presidencial privativo para iniciar a lei, com o encaminhamento do projeto respectivo, e depois, pendendo da soberana decisão do Congresso Nacional a sua aprovação, força é entender que, não obstante em vigor a data-base da revisão dos vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores, não é pelo mandado de segurança que se há de garantir o gozo do reajuste de vencimentos, porque há necessidade de elaborar-se a lei. Cumprirá aos Poderes Políticos Executivo e Legislativo fazer a Lei a que se refere o art. 1º da Lei nº 7.706, de 1988; antes disso, não há direito líquido e certo a proclamar, não cabendo ao Poder Judiciário, outrossim, compelir o Poder Executivo a tomar a iniciativa da lei, que privativamente lhe compete, como poder político, e ao Poder Legislativo elaborá-la."

29. É a mesma a questão aqui posta; se as Leis 8.622/93 e 8.627/93 não dispuseram acerca da extensão do reposicionamento às demais categorias de servidores civis, pelas razões postas acima não caberia ao Poder Judiciário suprir tal lacuna, de privativa competência do Chefe do Poder Executivo.

30. Tampouco se há de argumentar com o fato de o Poder Legislativo e o Poder Judiciário - cujos agentes administrativos, sabidamente, não se encontram organizados em carreiras - haverem outorgado reajuste linear naquele percentual de 28,86%, a modo de pretender-se demonstrar o cabimento de sua extensão ao(s) Autor(es), com base no princípio da isonomia.

31. Como já dito antes, não há negar ao Poder Executivo a exclusividade da ação que lhe compete privativamente, **afastada a de qualquer outro Poder** - art. 84, inciso II c/c art. 61, § 1º, inciso II, alínea "a",

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

da Constituição da República - , para a iniciativa de lei concessiva de aumento da remuneração dos seus servidores.

32. Relativamente aos procedimentos formais para a edição dos atos de concessão de aumento de remuneração dos servidores dos demais Poderes, estes seguem as normas constitucionais que lhes são pertinentes.

33. Assim, o art. 96, inciso II, alínea "b", no que se refere ao Poder Judiciário, e arts. 51, inciso IV, e 52, inciso VIII, no que compete ao Poder Legislativo.

34. Portanto, MM. Juiz, comprovado está que as Leis 8.622/93 - em especial os seus art. 3º, 4º e 6º - e 8.627/93 não trazem nenhuma eiva de inconstitucionalidade, capaz de possibilitar o "direito" de reajuste de vencimentos postulado pelo(s) Autor(es) na presente ação.

Em face de todo o exposto,

Considerando que as Leis nºs 8.622/93 - arts. 3º, 4º e 6º - e 8.627/93 são indiscutivelmente constitucionais, uma vez que não tiveram por escopo estabelecer ***revisão geral*** da remuneração dos servidores civis e militares, mas, sim, corrigir distorções nos quadros remuneratórios de tais servidores - civis e militares - , através de revisões parciais e não lineares;

Considerando que é de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre o aumento de remuneração dos servidores públicos federais - art. 61, § 1º, inc. II, alínea "a", da CF;

Considerando que, a teor do que dispõe o enunciado da Súmula nº 339, do Egrégio Supremo Tribunal Federal, "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.";

Considerando que o(s) Autor(es), após janeiro/93, teve (tiveram) sua(s) remuneração(ões) devidamente revista(s), que compensou(aram) o reajuste por ele(s) postulado na presente ação;

Considerando, finalmente, toda a matéria fática, jurídica, doutrinária e pretoriana ora esposada,

Requer a União:

a) seja o pedido julgado improcedente, ***in totum***, impondo-se ao(s) Autor(es), via de conseqüência, os consectários da sucumbência;

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

2ª VARA SJ - DF
Fls. 88
Rubrica
20

b) na eventualidade de Vossa Excelência assim não entender, requer a União as compensações e os descontos necessários, conforme for apurado em liquidação de sentença condenatória da revisão de remuneração do(s) Autor(es).

Protesta pelo depoimento pessoal do(s) Autor(es), sob pena de confesso; por juntada de documentos, caso se faça necessário; pela produção de prova pericial, exames, vistoria e pelos demais meios legais, inclusive requisição de documentos, quando for o caso.

P. deferimento

Brasília, 11 de junho de 1997.

Joaquim Machado Filho
Representante Judicial da União

CT28%

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 84
Rubrica

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal

Processo nº 97.10683.0

VISTOS EM INSPEÇÃO
Período: 14.07.97 a 18.07.97

( ) Registre-se para sentença.
( ) Fazer conclusão.
(X) Vista ao (à, às, aos) autor (a, as, es) sobre a(s) contestação(ões). Prazo: 10 (dez) dias.I.
( ) Especifiquem provas, indicando de logo sua finalidade. I.
( ) Não tendo as partes requerido a produção de novas provas, desnecessária a audiência. À conclusão para sentença.I.
( ) Vista às partes, sucessivamente, sobre os cálculos de fls. _____. I.
( ) Vista ao Ministério Público Federal.
( ) Vista ao (à, às, aos) autor (a, as, es). I.
( ) Vista ao (aos, à, às) réu (ré, rés, réus). I.
( ) Aguarde-se o pagamento do Precatório.
( ) Vista ao (aos, à, às) _____para, querendo, promover(em) a execução do julgado. Prazo: 10 (dez) dias. I.
( ) Reitere-se o Ofício de fls. _____.
( ) Solicitem-se informações sobre o cumprimento da carta precatória de fls._____.
( ) Arquivem-se os autos. I.
( ) Ao Contador.
( ) Redistribua-se, por dependência, a este Juízo_____ inversão de pólo.
( ) Cite(m)-se, nos termos e para os fins do art._____do CPC.
( ) Expeça(m)-se alvará(s) de levantamento.I.
( ) Extraia-se Precatório_____.I.

Brasília-DF, 16 de julho de 1997.

IVANI SILVA DA LUZ
Juíza Federal, no exercício da Titularidade da 2ª Vara

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi publicado(a) no Diário da Justiça, Seção II, o(a) despacho/decisão de fls. 84.

Brasília, 19 de setembro de 1997

Elizabete Vasconcelos de Souza
Técnico Judiciário
Mat. 11.800

JUNTADA

Aos 24 de 09 de 1997 faço a juntada a estes autos da petição nº 58764 que se segue

p/ Rose Anne Meneses Machado
Auxiliar Judiciário
Mat. 9799

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 85
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo n. 1997.34.00.010683-0

Autores : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
Ré : UNIÃO FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - DF
24 OUT 1997 058764
SECRETARIA DA 2ª VARA

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificado(s) nos autos do Processo em epígrafe, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, tendo em vista o r. despacho de fls..., apresentar ***RÉPLICA***, sob os fundamentos a seguir expostos:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA S.J. - DF
Fls. 86
Rubricas

QUANTO À IMPUGNAÇÃO E AO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA TUTELA

1. As matérias argüidas pela contestante, em nenhum momento devem prevalecer, pois contrariam em seu totum, as determinações legais e as jurisprudências de nossos Tribunais superiores.

2. Conforme se observa do pleito presente na peça vestibulanda, é perfeitamente cabível a antecipação da tutela no presente caso, pois, trata-se inquestionavelmente de matéria referente a ALIMENTOS, estes "pinçados" dos agravados, portanto dentro das regras estabelecidas pelo artigo 273 e incisos do CPC, senão vejamos:

3. Em recentes decisões, tanto do EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, e principalmente do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ficou demonstrado claramente, o entendimento de que, os servidores civis do Poder Executivo têm direito à extensão em seus rendimentos, de 28,86%, por questões CONSTITUCIONAIS.

4. Apenas para ilustrar o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, como dito linhas atrás, em recente decisão no RMS n. 22307, por maioria de votos, deu provimento ao dito recurso, deferindo parcialmente a segurança aos impetrantes, ou seja, deferindo os 28,86% a partir de março de 1993, não cabendo assim, maiores discussões doutrinárias ou jurisprudências sobre a matéria.

5. Ora, se já existe decisão a favor do pleito dos autores, não há mais o que se discutir, pois claro está, e verdadeiro é, que a União Federal, através de atos discriminatórios, tenta a todo custo "pinçar" e RETARDAR o máximo possível, a extensão dos direitos (alimentos) ora pretendidos, atos estes inconstitucionais, que não deveriam ser, data vênia, tolerados pela JUSTIÇA BRASILEIRA.

6. Dúvidas também não restam, de que existe fundado receio de dano irreparável ou DE DIFÍCIL REPARAÇÃO, face ao caráter alimentar das remunerações dos agravados, que, caso não recebam agora os direitos ora reivindicados, terão apenas aumentado a privação de seus familiares, visto que, seus rendimentos ou proventos, estarão sendo depauperados com o passar dos tempos.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 87
Rubrica

7. Presente portanto o periculum in mora, pois o dano que a União vem provocando nos alimentos dos autores está claro, e a restituição destes, data vênia, **só DEUS sabe a época que serão realizados**. Ora se alguém está sofrendo algum tipo de dano EXCELÊNCIA, este alguém sem dúvidas alguma são os autores, e não a União Federal, como quer deixar claro a mesma.

8. Em momento algum a r decisão, poderia ou poderá trazer perigo de dano irreparável ou de difícil reparação à União Federal.

9. Uma porque, a matéria em litígio já se encontra pacificada em nossos Tribunais, conforme decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no RMS 22307, no qual, foi reconhecido o direito dos impetrantes e concedido aumento de 28,86% a partir de março de 1993.

10. Outra porque, conforme já salientado, quem está sofrendo um dano irreparável ou de difícil reparação são os autores e não a União Federal, pois estão tendo seus alimentos "pinçados", aumentando assim apenas privação de seus familiares.

11. Portanto, amparada está a antecipação da tutela requerida e concedida por este r. juízo , tendo em vista o preceituado no art. 273 e seus parágrafos, bem como que, a matéria já se encontra pacificada em nossos Tribunais Superiores, inclusive com recente decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em favor do pleito dos agravados em sua peça inaugural.

12. Isto porque, presentes os pressupostos para a antecipação, qual seja, a prova inequívoca que comprova a verossimilhança da alegação, existindo ainda, sem margens de dúvidas o fundado receio de dano irreparável ou principalmente **de difícil reparação.**

QUANTO AO MÉRITO

1. Data vênia, **EXCELÊNCIA**, os argumentos expendidos pela União Federal, não podem prosperar, pois não possuem o condão de elidir o direito pleiteado pelos requerentes; assim, a pretensão dos autores são legítimas, em conseqüência ratificam o pedido contido na Exordial, como consta dos autos.

2ª VARA S.J - DF
Fls. 88
Rubrica

2. A peça contestatória apesar de todo seu brilhantismo, data máxima vênia, peca por não se ater aos fatos alencados, busca fundamentar seus argumentos em decisões que não se aplicam ao caso, sendo portanto, de pronto derrubadas em confronto às jurisprudências alencadas pela autora.

2.1 A ré, União Federal, tenta impedir os autores ao recebimento do seu pedido com base em jurisprudências quanto a aplicação de reajuste 45% (quarenta e cinco por cento), concedido aos militares, que não é a pretensão no presente feito, alegando ainda incidência de percentuais diversos para determinadas carreiras de servidores, o que em momento algum provam, apenas alegam, e principalmente, não têm o condão de elidir o direito ora pleiteado pelo autores.

3. Por outro lado, as jurisprudências citadas na Petição Inicial, do Tribunal Regional Federal da 1a. Região, e do Tribunal Regional Federal da 3a. Região, são decisões que guardam harmonia com a decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal, que, concede e ratifica o direito pretendido pelos autores, à toda a categoria do Judiciário, conforme consta as fls.. dos autos, quando cristalinamente afirma:

> **"...finalmente, a premissa segundo a qual ocorre real revisão remuneratória, RESOLVEU por maioria de votos, determinar a observância do acréscimo percentual de 28,86%, a partir de 1o. de janeiro de 1993, às remunerações dos respectivos servidores (inclusive aposentados e pensionistas)..."** (destacamos).

3.1 Assim **EXCELÊNCIAS**, se o próprio EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, reconheceu administrativamente que houve "real revisão remuneratória", a defesa apresentada nos autos não resiste ao primeiro confronto, sob o prisma das fundamentações expendidas pela autora.

3.2 **NOBRE JULGADOR**, no entender do EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO, SILVÉRIO CABRAL, DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3a. REGIÃO, Rel. da AC. n. 68007/RJ, Processo Origem n. 94.02.16999-7, confirmando a r. sentença do Juízo "ad quo", conforme transcrição às fls. dos autos,

2ª VARA SJ - DF
Fls. 99
Rubrica

sabiamente aborda pontos fundamentais sobre o caso em tela, dos quais pedimos vênia para destacar partes conforme transcrevemos abaixo:

> a - O primeiro deles é de que "...a aplicação, pura e simples, da Súmula 339, da Suprema Corte, corta àqueles que se sintam lesados, por desrespeito à isonomia, a possibilidade até de recurso ao judiciário, pois ninguém o provocará, se disso coisa alguma poder resultar..."
>
> b - Em segundo lugar, está a premissa verdadeira de que "...se nem a lei pode excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça do direito (art. 5o., inc. XXXV, da Carta Magna) muito menos uma Súmula..." .

4. No mesmo sentido do entendimento exposto, foi também a decisão do Tribunal Regional Federal da 1a. Região, em Acórdão Publicado no Diário de Justiça de 31.08.95, em que condenou a União Federal ao pagamento , a servidores civis, do reajuste pretendido, a partir do mês de janeiro de 1993, conforme transcrição às fls. dos autos.

5. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, assim decidiu o r. Juízo Federal da 14a. Vara de Brasília da Seção Judiciária do Distrito Federal, cuja sentença foi publicada no DJ. de 5 de julho de 1997, pág. 46599, in verbis:

> " "...Por todo o exposto, e sobretudo considerando a decisão administrativa do Supremo Tribunal Federal, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DOS AUTORES, condenando a União a reajustar-lhes os respectivos vencimentos em 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis porcento), a partir de janeiro de 1993, inclusive, com o pagamento das diferenças vencimentais daí decorrentes, devidamente corrigidas e com juros, de 0,5%, sobre cada parcela devida, a partir da citação.
> Condeno a União a ressarcir os Autores as custas judiciais adiantadas e a pagar-lhes honorários advocatícios, que arbitro em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 89
Rubrica

Oportunamente, subam os autos para o reexame necessário da sentença.
P.R.I. Em 27.06.96""

5.1 Não menos brilhante foi a decisão, foi a decisão do Eminente Juiz Federal da 7a. Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL NOVÉLY VILANOVA DA SILVA REIS, in verbis:

"**SENTENÇA N. 563/96**

.....

DISPOSITIVO

7. ACOLHO o pedido para que a ré incorpore aos vencimentos/pensões/proventos dos autores o reajuste de 28,86%, a partir de jan/93, e pague as diferenças desde então, incluída qualquer remuneração percebida sem esse reajuste. O crédito será acrescido de:

a) correção monetária e juros moratórios mensais de 0,5% (meio) a partir de cada prestação mensal vencida (Súmulas 43 e 54/STJ);
b) verba honorária de 5% (cinco) sobre o valor da condenação;
c) reembolso das custas antecipadas.

8. Registrar, publicar e intimar a ré. Decorrido o prazo recursal (30 dias), remeter os autos para o Tribunal Federal da 1a. Região (CPC, art. 475/II).

Brasília, DF 23/07/1996 (3a. feira)

NOVÉLY VILANOVA DA SILVA REIS
Juiz Federal da 7a. Vara"

5.2 **Confirmando o entendimento administrativo, bem como as decisões acima citadas, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em recente decisão (RMS n. 22307 - RECORRENTE: JANETE BALZANI MARQUES E OUTROS), por maioria de votos deu provimento, deferindo parcialmente a segurança aos impetrantes, ou seja, OS 28,86% A PARTIR DE MARÇO DE 1993, de acordo com o ora pleiteado pelos autores** em

2ª VARA SJ - DF
Fls. 90
Rubrica

tela, não restando assim, dúvidas quanto ao direito pleiteado pelos autores.

6. Portanto, ÍNCLITO JULGADOR, indiscutivelmente a União Federal, **"pinçou"** os servidores públicos civis dos benefícios ou do aumento espontâneo auferido pelos seus colegas segundo a própria posição da SUPREMA CORTE, que reconhece tal direito quando "ocorre real revisão remuneratória". Os fatos alencados cria uma situação discriminatória em afronta à comutatividade e ao equilíbrio previsto na **LEX MAIOR.**

6.1 Como se inferi, a pretensão dos autores é legítima, em conseqüência ratificam o pedido constante da Inicial, tendo em vista, o grande dano que incide sucessivamente sobre seus patrimônios.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, os autores reiteram o pleito inicial, impugnando todas as alegações feitas na peça contestatória da ré, requerendo o julgamento pela procedência da ação, tendo em vista que os fatos alencados pela suplicada não tem o poder de impedir o direito pleiteado, devendo esta ser condenada nos termos já requeridos na EXORDIAL, ,ou seja **28,86% (VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO) EM SEU TOTAL, sobre a remuneração dos autores,** por ser de direito e da mais lídima ***JUSTIÇA!***

Termos em que,

Pede(m) deferimento.

Brasília (DF), 23 de setembro de 1997.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

REPLIC4g.DOCRS

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 91
Rubrica

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal
97.10683-0

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos à MMa. Juíza Federal em exercício na 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dra. Ivani Silva da Luz, do que lavro este termo. Em 09/10/97.

Bela. ROSE ANNE MENEZES MACHADO
Supervisora de Processamentos Cíveis
da 2ª Vara

REGISTRADO
Livro V — Fl. 137
BsB 09/10/97

Keila de Freitas Borges
Técnico Judiciário
Mat. 11.958

Sentença em 04 **laudas datilografadas.**
Em 23 **de** outubro **de** 1997

IVANI SILVA DA LUZ
Juíza Federal,
em exercício na 2ª Vara

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

FOLHA EM BRANCO

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 92
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

SENTENÇA Nº0808 /97-B

AÇÃO ORDINÁRIA (1300) Nº 97.10683-0

AUTORES: 01. ANA MARIA ORTIZ MACHADO
02. ARLINDO JOÃO SCHIO
03. GILBERTO HILGERT FONSECA
04. LOURDES SCHIRMER
05. NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
06. NILO MANOEL MATTIA
07. SANTO MARCUZZO
08. URBANO NAUE

RÉ: UNIÃO FEDERAL

Os autores, servidores públicos civis federais, propuseram esta ação ordinária, postulando o reajuste de vencimento no mesmo percentual de 28,86% aplicado à remuneração dos militares pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93.

Embasaram eles suas razões de direito no art. 37, X, da Constituição Federal. Invocaram, ainda, ato administrativo do Poder Judiciário que estendeu aos seus servidores o postulado reajuste.

A petição inicial veio instruída com os documentos de fls. 12-57.

Indeferido o pedido de antecipação da tutela, às fls. 59

97.10683-0
2886c224.doc

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 93
Rubrica

A ré ofereceu contestação, sustentando que a pretensão dos autores esbarra no *caput* e no inciso XIII do art. 37, bem como nos incisos do parágrafo único do art. 169, ambos da Constituição Federal, estando contrária também ao enunciado da Súmula 339-STF, forte em que a Lei 8.627/93 não fez revisão geral da remuneração dos servidores públicos, na dicção do art. 37, X, da Lei Maior, mas, sim, uma revisão parcial para corrigir distorções verificadas na remuneração dos militares federais. Requer, ainda, caso procedente o pedido, "as compensações e os descontos necessários", em face de revisões de vencimentos percebidas pelos autores, após janeiro/93.

Houve réplica.

Sem especificação de provas.

FUNDAMENTAÇÃO

A Primeira Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a partir do julgamento dos Embargos Infringentes na Apelação Civil nº 95.01.27069-6/DF/93, firmou o magistério jurisprudencial no sentido de que os servidores públicos civis têm direito ao reajuste salarial de 28,86% antes concedidos aos servidores militares, nos termos das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93. A ementa ficou concebida nestes termos:

> **"EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nºs. 8.622/93 E 8.627/93.**
>
> 1 - A matéria referente ao reajuste de 28,86% concedido aos militares pela Lei nº 8.622/93 e 8.627/93 é apenas parecida com relacionada com o reajuste de 45%, concedido, igualmente, aos militares, pela Lei nº 8.237/91.
>
> 2 - O art. 37, X, da Constituição, tem o claro objetivo de evitar que a revisão geral de remuneração dos servidores públicos, quer sejam civis, quer sejam militares, tenha não só data mas índices diversos.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 94
Rubrica

3 - As Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 vieram a lume na data da revisão geral da remuneração dos servidores públicos e tratam, sem margem de dúvida, de revisão geral de remuneração.

4 - O direito pretoriano tem-se inclinado, de modo majoritário, porque o reajuste de 28,86% estenda-se a todos os servidores públicos, indistintamente.

5 - Embargos não providos." (EIAC, TRF 1ª Região, Rel. Juiz Carlos Fernando Mathias, DJU de 17/06/96, p. 41.186).

Nesse sentido, mui recentemente, decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RMS nº 22.307-7, Rel. Min. Marco Aurélio, consoante se colhe da ementa publicada no DJU de 13.06.97, *in verbis:*

"**RECURSO ORDINÁRIO - PRAZO - MANDADO DE SEGURANÇA - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**.

O silêncio da legislação sobre o prazo referente ao recurso ordinário contra decisões denegatórias de segurança, ou a estas equivalentes, como é o caso da que tenha implicado a extinção do processo sem julgamento do mérito - mandado de segurança nº 21.112-1/PR (AGRG), relatado pelo Ministro Celso de Mello, perante o Plenário, cujo acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 29 de junho de 1990, à página 6.220 - é conducente à aplicação analógica do artigo 33 da Lei nº 8.038/90. A oportunidade do citado recurso submete-se à dilação de quinze dias.

REVISÃO DE VENCIMENTOS - ISONOMIA.

A revisão geral de remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data" - inciso X - sendo irredutíveis, sob o ângulo não simplesmente da forma (valor nominal), mas real (poder aquisitivo) os vencimentos dos servidores públicos civis e militares - inciso XV, ambos do artigo 37 da Constituição Federal."

97.10683-0
2886c224.doc

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 95
Rubrica

Tendo presente o magistério jurisprudencial supra, não devo insistir na defesa de posição pessoal que há tempos assumi, em sentido contrário, pelo que adoto, como razões de decidir, os fundamentos dos precededentes citados.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, **julgo procedente o pedido**, para condenar a ré a reajustar os vencimentos dos autores pelo índice de 28,86%, a partir de janeiro de 1993, implantando em folha de pagamento, devendo pagar-lhes as diferenças a serem apuradas em liquidação de sentença, acrescidas de correção monetária, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora de 6%, a partir da citação inicial.

Pagará ainda as custas e os honorários advocatícios, que fixo em 10%(dez por cento), sobre o valor da condenação.

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição.

P.R.I.

Brasília, 23 de outubro de 1997.

Ivani Silva da Luz

IVANI SILVA DA LUZ
Juíza Federal, em exercício na 2ª Vara

97.10683-0
2886c224.doc

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 98
Rubrica

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

98

REF. AÇÃO ORDINÁRIA - OBJETO: REAJUSTE 28,86%
PROCESSO Nº : 1997.34.00.010683-0
AUTOR (ES) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
RÉ : UNIÃO

JUSTIÇA FEDERAL - DF
20 NOV 17 15 57 060302
SECRETARIA DA 2ª VARA

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, Lei nº 3.071, de 01.01.16, art. 14, inciso I, por seu Representante Judicial, Lei Complementar nº 73/93, nos autos epigrafados, vem à presença de Vossa Excelência, com o apreço devido, opor ao r. **decisum**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO,

conforme preceitua o inciso II de art. 535 do CPC, pelos fatos e fundamentos que passa a expor e requerer.

DA OMISSÃO

Em que pesem os doutos conhecimentos jurídicos do eminente Juiz prolator da r. decisão embargada, **permissa venia**, esta deixou de apreciar questão jurídica desenvolvida na defesa, concernente às

EMBD2-

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 96
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico que a r. sentença de fl.(s) 92 / 95 foi devidamente registrada em Livro próprio à fl. 137 sob o nº 0808 /97.
Brasília-DF, 23 de outubro de 1997.

Elizabete Vasconcelos de Souza
Técnico Judiciário
Mat. 11.800

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi publicada no Diário da Justiça, Seção II, a sentença de fls. 92/95
Brasília, 14 de novembro de 1997.

Keila de Freitas Borges
Supervisora da Seção de
Apoio Administrativo

2ª VARA SJ-DF
Fls. 97
Rubrica

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal
97.10683-0

REMESSA

Aos 14 de novembro de 1997
na Secretaria da 2.ª Vara, nesta cidade de Brasília
Remeto estes autos à Advocacia Geral da União

Para constar lavrei este têrmo. Eu, Tâmara
Tâmara Lopes da Silva
Técnico Judiciário
Mat. 9.628

RECEBIMENTO

Em 20 de 11 de 19 97
na Secretaria da 2.ª Vara, recebi estes autos com
o petição 060302
do que lavro êste têrmo.
Eu,

Valter Alves de Sousa
Técnico Judiciário

JUNTADA

Aos 20 de 11 de 1997

faço a juntada a estes autos da petição

nº 060302 que se seguem

Rose Anne Menezes Machado

Rose Anne Menezes Machado
Técnico Judiciário
Mat. 9.199

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 99
Rubrica

compensações e aos descontos incidentes a serem apurados em liquidação de sentença.

O ponto omissivo reside no pedido formulado nestes termos:

"Requer a União:

a) **omissis**

b) Na eventualidade de Vossa Excelência assim não entender, requer a União as compensações e os descontos necessários, conforme for apurado em liquidação de sentença condenatória de revisão de remuneração do(s) Autor(es)."

Dispõe o art. 535, inciso II, do CPC:

"Art. 535 - Cabem embargos de declaração quando:

I - **omissis**

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."

Configurado, pois, como já visto, que a r. decisão deixou de apreciar o pedido contido na letra "b" da contestação.

DO CERCEAMENTO DE DEFESA

Insta ainda observar que, no caso versado nos presentes autos, houve flagrante inobservância aos princípios basilares da AMPLA DEFESA e do DEVIDO PROCESSO LEGAL, inscupidos no texto Constitucional, em seu art. 5º, inciso LV.

Com efeito, esse douto julgador monocrático deixou de oferecer à Requerida a oportunidade processual legalmente facultada de

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 100
Rubrica

especificar e requerer, no momento processual adequado, as provas imprescindíveis à comprovação dos fatos alegados na peça Contestatória, e que, certamente, influenciaram, de forma decisiva, no deslinde da questão submetida ao crivo jurisdicional.

Assim, verifica-se que, mesmo em face do requerimento formulado pela demandada, ao final da contestação apresentada, que manifesta expresso interesse na produção das provas documentais que seriam oportunamente apresentadas, houve por bem esse respeitável juízo de primeiro grau em proceder ao julgamento antecipado da lide, sem que fosse oportunizada a produção das provas requeridas, suprimindo uma fase processual e prejudicando os interesses da recorrente, culminando por malferir, flagrantemente, o seu direito de defesa.

É certo que, em questão unicamente de direito, é facultado ao magistrado julgar antecipadamente a lide. Porém, na hipótese dos autos, esta faculdade não pode ocorrer porque a União comprovará, a inexistência do direito pleiteado, mediante prova documental. Por outro lado, a tese da defesa é no sentido de que o percentual pedido não decorre de revisão linear de vencimento, mas de mero reposicionamento concedido aos servidores militares federais para estabelecer a isonomia com os servidores civil federais.

Poder-se-á dizer que a matéria aqui discutida é puramente de direito. Todavia, na hipótese dos autos, não se pode olvidar que a Constituição Federal protege o Erário, submetendo o pagamento de dívida resultante de sentença judicial à habilitação de precatório e à inclusão do valor pertinente no orçamento do ano subsequente. Logo, antes da r. decisão recorrida determinar e impor o reajuste e o pagamento do percentual de 28,86%, mediante julgamento antecipado da lide, dever-se-á, antes, oportunizar à pessoa jurídica de direito público interno, o amplo direito de defesa, isto porque, em última análise, estar-se-á sempre envolvendo e

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 101
Rubrica

decidindo-se sobre recursos financeiros da Coletividade, matéria de Direito Público.

CONCLUSÃO

Nestas condições, exsurge, de forma irrefragável, o fato de que, a despeito da possibilidade do julgamento antecipado da lide, a r. sentença combatida deve ser alterada através dos presentes Embargos de Declaração, atribuindo-lhes os efeitos modificativos autorizados pela doutrina e pela jurisprudência, sob pena de estar-se eivando o respeitável decisório embargado de nulidade absoluta, em face da ofensa ao texto constitucional, além de apresentar omisso no tocante a um dos pontos relevantes da defesa, referente à compensação dos reajustes pretendidos, e que não pode ser olvidado, justificando-se pois, o objeto do presente recurso.

O Egrégio Superior Tribunal da Justiça já firmou entendimento nesse sentido, merecendo transcrição o julgado que restou assim ementado, verbis:

> **"Dá-se excepcionalmente, efeito modificativo aos embargos declaratórios, quando manifesto o erro do Julgamento"**
> (M.S. nº 287/DF, Rel. Min. Peçanha Martins, RSTJ 39/289).

Destarte, em conclusão, depreende-se que os presentes Embargos merecem ser acolhidos a fim de que sejam sanados os vícios apontados, nos termos do que preceitua o art. 245 do CPC, para que seja oportunizada à UNIÃO, ora recorrente, a produção das provas necessárias à comprovação dos argumentos expendidos em sua defesa, além de restar imperiosa a manifestação expressa desse douto órgão julgador, sobre o pedido de compensação dos percentuais, formulado na contestação, até mesmo para que sejam evitados os efeitos decorrentes do fenômeno processual da preclusão.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 102
Rubrica

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

Com estes fundamentos, requer a União/Embargante sejam os presentes embargos conhecidos e acolhidos a fim de que sejam sanados os vícios apontados na r. decisão e, consequentemente, modificando o decisório embargado naqueles aspectos ora impugnados.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Brasília, 18 de novembro de 1997

Vânia Rapis Lamoi Pinheiro
Assistente Judicial - OAB/DF nº 8889
AGU/PU-DF

Sonira Adelar
Procuradora Chefe Substituta da
Procuradoria da União/DF

EMBD2

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 103
Rubrica

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal
97.10683-0

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que os Embargos de Declaração de fls. 98/102 são tempestivos.

Brasília, 20 de 11 de 1997.

Rose Anne Menezes Machado
Técnico Judiciário - 9199

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos à MM. Juíza Federal, Dra. Ivani Silva da Luz, em função de auxílio na 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (Ato nº 1114/97), do que lavro este termo.

Em 16/12/97.

Bel. SÉRGIO PEREIRA DA SILVA
Diretor de Secretaria

REGISTRADO
Livro I — fl. 06
FsB 16/12/97

Keila de Freitas Borges
Supervisora da Seção de
Apoio Administrativo

Sentença em 02 laudas datilografadas.
Em 19 de dezembro de 1997

Ivani Silva da Luz
Juíza Federal
em função de auxílio na 2.ª Vara

2ª VARA SJ - DF
Fls. 104
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

SENTENÇA Nº 1077 /97-B
AÇÃO ORDINÁRIA (1300) Nº 1997.34.00.010683-0
EMBTE : UNIÃO FEDERAL
EMBDOS : 01. ANA MARIA ORTIZ MACHADO
02. ARLINDO JOÃO SCHIO
03. GILBERTO HILGERT FONSECA
04. LOURDES SCHIRMER
05. NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS
06. NILO MANOEL MATTIA
07. SANTO MARCUZZO
08. URBANO NAUE

A sentença julgou procedente o pedido dos autores reconhecendo-lhes o direito ao reajuste de seus vencimentos pelo índice de 28,86%, a partir de janeiro de 1993, deixando consignado ser devido o pagamento de diferenças a serem apuradas em liquidação de sentença.

Opôs a União Federal embargos de declaração, com fundamento no art. 535, II, do CPC, alegando omissão do julgado ao não examinar o pedido de compensação, conforme for apurado em liquidação, formulado na contestação. Além disso, alegou, em razão do julgamento antecipado da lide, cerceamento de defesa, porque não lhe foi assegurada a oportunidade de produzir provas para comprovar os os fatos alegados em sua resposta.

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 105
Rubrica

FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se, de pronto, que a petição dos embargos não demonstrou a ocorrência de qualquer das restritas hipóteses legais referidas no art. 535, I e II, do Código de Processo Civil.

Na verdade, a argumentação desenvolvida pela parte embargante objetiva a modificação da sentença, fim para o qual não se prestam os embargos declaratórios, salvo em circunstâncias excepcionais, segundo pacífico entendimento jurisprudencial. Não é esse, porém, o caso dos autos.

Com efeito, inexiste o alegado cerceamento de defesa, porque a causa reclamava julgamento antecipado, por envolver matéria exclusivamente de direito. Nesse sentido: TRF/1ª Região, AC nº 1997.01.00.036062-7/DF, Rel. Juiz Jirair Aram Meguerian, DJU 24.11.97.

No que diz respeito à compensação dos alegados reajustes diferenciados, a pretensão tem base frágil, porque o legislador ordinário não se pronunciou sobre este específico aspecto, vez que as medidas provisórias convertidas na Lei 9.367/96, invocadas pela embargante, não fazem qualquer menção à compensação, o que inibe o Judiciário de autorizá-la.

DISPOSITIVO

Por tais fundamentos, **rejeito os presentes embargos de declaração.**

P.R.I.

Brasília, 19 de dezembro de 1997.

Ivani Silva da Luz

IVANI SILVA DA LUZ
Juíza Federal, em função de auxílio na 2ª Vara

97.10683-0
2886ed49.doc

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 106
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

C E R T I D Ã O

Certifico que a r. sentença de fl.(s) 104/105 foi devidamente registrada em Livro próprio à fl. 06 sob o nº 1077 /97.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 1997.

Keila de Freitas Borges
Técnico Judiciário
Matrícula 11959

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi publicada no Diário da Justiça, Seção III, a sentença de fls. 104/105

Brasília 23 de janeiro de 1998

Elizabete Vasconcelos de Souza
Técnico Judiciário
Mat. 11.800

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal

2ª VARA SJ - DF
Fls. 107
Rubrica

REMESSA

Aos 26 de janeiro de 1998
na Secretaria da 2.ª Vara, nesta cidade de Brasília,
Remeto estes autos à Advocacia Geral da União.

Para constar lavrei êste têrmo, Eu,

Valter Alves de Sousa
Técnico Judiciário
Matrícula 8.222

RECEBIMENTO

Em 29 de 01 de 199
na Secretaria da 2.ª Vara, recebi estes autos com
Apelação 06 folhas
de que lavro este termo.
Eu

Câmara Ropes da Silva
Técnico Judiciário
Mat. 9.528

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

JUNTADA

Aos 29 de janeiro de 1998
faço juntada a estes autos da petição nº 61600

que se segue(m).
Do que para constar lavrei este termo.

Tâmara

Tâmara Lopes da Silva
Supervisora da Seção de Atendimento
e Informações Processuais

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

2ª VARA SJ - DF
Fls. 108
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

REFERÊNCIA : AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO Nº: 1997.34.00.010683-0
AUTOR(ES) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
RÉ : UNIÃO

JUSTIÇA FEDERAL - DF
29 MAI 1998 061600
SECRETARIA DA 2ª VARA

UNIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, por seu Representante Judicial, nos autos epigrafados, não se conformando com a r. decisão proferida, que acolheu o pedido inicial e determinou a incorporação na remuneração do(s) Autor(es) o reajuste de 28,86%, a contar de janeiro de 1993 e, ainda, que determinou o pagamento das diferenças vencidas acrescidas de juros e correção monetária, vem, tempestivamente, à presença de V. Exª, com o apreço devido, contra a mesma interpor recurso de

APELAÇÃO

para o Egrégio Tribunal Regional da Primeira Região, com base no art. 513, do Código de Processo Civil.

Requer, pois, a V.Exa. se digne a receber a presente apelação nos seus regulares efeitos, determinando processá-la e que sejam as razões da Apelante, anexadas a esta, consideradas parte integrante desta, remetendo-se os autos ao ilustrado e egrégio Tribunal **ad quem**.

A. deferimento

Brasília-DF, 26 de janeiro de 1.998.

Assistente Judicial
AGU/PU-DF

Sonira Avelar
Procuradora Chefe Substituta da
Procuradoria da União/DF

RA28CH-

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

2ª VARA SJ - DF
Fls. 109
Rubrica

RAZÕES DE APELAÇÃO

REFERÊNCIA : AÇÃO ORDINÁRIA
PROCESSO Nº: 1997.34.00.010683-0
ORIGEM : 2ª VARA FEDERAL - DF
APELANTE : UNIÃO
APELADO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

COLENDO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO.
DOUTA TURMA.
EMINENTE JUIZ RELATOR.

A UNIÃO, tempestivamente, em sede de apelação, sem prejuízo do duplo grau de jurisdição, espera e requer a esse douto e ilustrado Colegiado seja apreciada a preliminar que se segue.

I - PRELIMINARMENTE

DO CERCEAMENTO DE DEFESA

Apriorísticamente, insta observar que, no caso versado nos presentes autos, houve flagrante inobservância aos princípios basilares da AMPLA DEFESA e do DEVIDO PROCESSO LEGAL, insculpidos na Carta Magna, em seu artigo 5º, inciso LV.

Com efeito, o douto julgador monocrático deixou de oferecer à Apelante a oportunidade processual legalmente facultada de especificar e requerer, no momento processual adequado, as provas imprescindíveis à comprovação dos fatos alegados na peça Contestatória, e que, certamente, influenciariam, de forma decisiva, no deslinde da questão submetida ao crivo jurisdicional.

RA28CH-

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA - SJ - DF
Fls. 110
Rubrica

Assim, verifica-se que, mesmo em face do requerimento formulado pela demandada, ao final da contestação apresentada, que manifesta expresso interesse na produção das provas documentais que seriam oportunamente apresentadas, houve por bem o respeitável juízo de primeiro grau em proceder ao julgamento antecipado da lide, sem que fosse oportunizada a produção das provas requeridas, suprimindo uma fase processual e prejudicando os interesses da recorrente, culminando por malferir, flagrantemente, o direito de defesa da ora Apelante.

É certo que, em questão unicamente de direito, é facultado ao magistrado julgar antecipadamente a lide. Porém, na hipótese dos autos, esta faculdade não pode acorrer porque a União comprovará, a inexistência do direito pleiteado, mediante prova documental, porquanto a tese da defesa é no sentido de que o percentual pedido não decorre de revisão linear de vencimentos, mas de mero reposicionamento concedido aos Servidores Públicos Militares Federais para estabelecer a isonomia com os Servidores Públicos Civis Federais.

Pode-se dizer que a matéria aqui discutida é puramente de direito. Todavia, na hipótese dos autos, não se pode olvidar que a Constituição Federal protege o erário, submetendo o pagamento de dívida resultante de sentença judicial à habilitação de precatório e à inclusão do valor pertinente no orçamento do ano subseqüente. Logo, antes da r. decisão recorrida determinar e impor o reajuste e o pagamento do percentual de 28,86%, mediante julgamento antecipado da lide, dever-se-á, antes, oportunizar à pessoa jurídica de direito público interno, o amplo direito de defesa, isto porque, em última análise, estar-se-á sempre envolvendo e decidindo-se sobre recursos financeiros da Coletividade, matéria de Direito Público.

Nestas condições, exsurge, de forma irrefragável, o fato de que, a despeito da possibilidade do julgamento antecipado da lide , a r. sentença combatida não pode subsistir, eis que proferida com ofensa ao texto

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

4.
2ª VARA SJ-DF
Fls.
Rubrica

constitucional, estando, destarte, conspurcada por eiva indelével, fazendo-se imperiosa a sua cassação, a fim de que seja oportunizada à UNIÃO, ora recorrente, a produção das provas necessárias à comprovação dos argumentos expendidos em sua defesa.

Isto posto, requer a Apelante, seja a preliminar ora argüída acolhida nesta Colenda Instância Recursal, decretando-se a NULIDADE da Sentença recorrida, com o retorno dos autos à primeira Instância, para que seja deferida à União a oportunidade processual que lhe foi suprimida, com a produção das provas que entender necessárias à comprovação do seu direito.

SENTENÇA DE MÉRITO - VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI - NULIDADE.

A r. sentença invade, **concessa maxima venia**, a um só tempo, a competência privativa do Presidente da República de conceder aumento salarial aos servidores públicos da União, bem como ofende a jurisprudência pretoriana da Suprema Corte consubstanciada na Súmula 339/STF, **in verbis**: "**Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia**".

No caso vertente, a reivindicação ajuizada não se comporta dentro da hipótese permitida pelo ordenamento jurídico. Aliás, a questão jurídica concernente à revisão de remuneração é de índole constitucional e privativa, como dito, do Presidente da República, jamais, portanto, poderia a r. decisão recorrida exercer função legislativa para rever remuneração do(s) Apelado(s).

Nestas circunstâncias, não poderia o r. **decisum** olvidar a função constitucional de julgador para invadir, frontalmente, a competência do legislador e a do Presidente da República para rever a remuneração dos servidores civis federais. Logo, as condições da ação, como a possibilidade

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

5.
2ª VARA SJ - DF
Fls.
Rubrica

jurídica, não se afiguram presentes, atraindo, na hipótese, a regra do § 3º do art. 267 do CPC que estabelece: "*O juiz conhecerá de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, da matéria constante dos nºs. IV, V e VI....*".

É pertinente esperar e confiar desse Colendo Tribunal assim encarar a questão jurídica porque toda a matéria está amparada pelo princípio devolutivo, quer pelo aspecto do duplo grau de jurisdição, consoante art. 475, inciso II, quer por força do recurso voluntário, ora interposto, à vista dos arts. 515 e 516, todos CPC.

Assim sendo, requer seja o recurso admitido, conhecido e provido para, nesta fase preliminar, cassar a d. sentença recorrida é extinguir o feito, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, incisos I, IV, VI e § 3º, do CPC, impondo-se os consectários da sucumbência.

Em assim não entendendo essa d. Turma, requer a União seja apreciado o mérito destas razões de apelação.

II - MÉRITO

DA REVISÃO REMUNERATÓRIA

A r. sentença proferida está a reclamar por parte dessa ilustrada e egrégia Turma, inteira reforma.

Sem embargo dos doutos suprimentos jurídicos que sempre estribam e norteiam os fundamentos das decisões proferidas pelo pelo MM. Juiz Federal, na visão da União/Apelante não foi feita a merecida prestação jurisdicional, uma vez que a r. decisão recorrida violou de forma direta e frontal preceitos constitucionais (CF, arts. 37, inciso X e 61, § 1º, inciso II, letra a), entrou em testilha com a Súmula 339 do Excelso Pretório e, finalmente, estabeleceu revisão remuneratória para os servidores civis federais, tendo como parâmetro **o reposicionamento** dos servidores militares

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 8/13
Rubrica

federais, configurando inegável revisão geral de remuneração, o que é vedado por regra constitucional, frise-se, além de acolher um mero pedido linear de reajuste de remuneração sem que se fosse apresentado na inicial uma única prova que pudesse evidenciar, de plano, o exato valor diferenciado e indicador do percentual deferido.

A r. decisão recorrida ao deferir o reajuste linear de 28,86% incidente sobre remuneração apenas partiu de um pedido genérico e desacompanhado de qualquer prova demonstrativa do cabimento do percentual reivindicado e a diferença com a remuneração do paradigma indicado (servidor militar federal). Por outro lado, o **decisum** impugnado não evidencia e nem fundamenta sobre a razão de ser devido ou não tal reajuste. Olvidou-se, ainda, que aos servidores militares federais, em obediência ao princípio isonômico, deferiu-se-lhes apenas o **reposicionamento** e não o reajuste linear de 28,86%.

Assim, com todas as venias devidas ao Autor e ao MM. Juiz sentenciante, à inicial não se fez acompanhar a prova aritmética do exato percentual e a r. sentença não a exigiu e nem fundamentou acerca da dispensa da mesma, pelo que se impõe trazer nessas razões de apelação as seguintes ponderações.

A edição das Leis 8.622/93 e 8.627/93, objetivou reposicionar os servidores civis nas respectivas tabelas e a adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares.

Esses reposicionamentos e adequações, concretizados nas tabelas anexas à Lei 8.627/93, obviamente resultaram da aplicação dentro de um critério subjetivo de conveniência de diferentes índices de reajustes a refletir números finais incoincidentes, relativamente às carreiras do servidor público civil e a hierarquia militar.

RA28CH-

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 114
Rubrica

Portanto, um cotejo daquelas tabelas com as tabelas a que se referiu a Lei nº 8.622/93, leva à seguinte amostragem:

1- **Quanto aos militares, o soldo de:**

a) Almirante-de-Esquadra elevou-se de CR$9.528.660,00 para CR$12.279.540,00, **com aumento de 28,86%;**

b) Capitão-de-Mar-e-Guerra elevou-se de CR$7.322.880,00 para CR$9.528.660,00, **com aumento de 30,12%;**

c) Capitão-Tenente elevou-se de CR$5.776.860,00 para CR$7.327.560,00, **com aumento de 26,84%;**

d) Segundo-Tenente elevou-se de CR$4.711.680,00 para CR$5.964.560,00, **com aumento de 26,59%;**

e) Guarda-Marinha elevou-se de CR$4.579.680,00 para CR$5.022.040,00, **com aumento de 9, 65%;**

f) Suboficial elevou-se de CR$4.551.420,00 para CR$5.640.990,00, **com aumento de 23,93%;**

g) Terceiro-Sargento elevou-se de CR$2.854.620,00 para CR$3.535.140,00, **com aumento de 23,83%;**

h) Cabo Engajado elevou-se de CR$2.062.800,00 para CR$2.496.510,00, **com aumento de 21,02%.**

2- ***Quanto aos servidores civis com regime de 40 horas:***

2.1- **Integrantes da Tabela II**:

a) ocupantes de cargo de nível superior que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$7.322.880,00 para CR$9.528.660,00, **com aumento de 30,12%;**

b) ocupante de cargo de nível intermediário que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$4.955.373,00 para CR$5.633.040,00, **com aumento de 13,67%;**

c) ocupante de cargo de nível auxiliar, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$2.880.104,00 para CR$3.335.685,00, **com aumento de 15,81%;**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA 8. SJ - DF
Fls. 115
Rubrica

2.2- **Integrante da Tabela III:**

a) ocupante de cargo de nível superior, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$6.545.668,00 para CR$8.628.258,00, **com aumento de 31,81%;**

b) ocupante de cargo de nível intermediário, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, elevou-se de CR$3.802.059,00 para CR$4.230.000,00, **com aumento de 11,25%;**

c) ocupante de cargo de nível auxiliar, que se encontrava na Classe "B", Padrão VI, e foi reenquadrado na Classe "A", Padrão III, **com aumento de 14,95%;**

3- ***Quanto aos professores, o vencimento elevou-se:***

3.1- **Em relação ao magistério superior**:

a) o de Titular passou de CR$7.322.880,00 para CR$9.528.660,00, **com aumento de 30,12%;**

b) o de Adjunto "3" passou de CR$5.603.623,00 para CR$7.259.932,00, **com aumento de 29,55%;**

c) o de Assistente "3" passou de CR$4.422.463,00 para CR$5.701.275,00, **com aumento de 28,91%;**

d) o de Auxiliar "3" passou de CR$3.494.899,00 para CR$4.264.048,00, **com aumento de 22,00%.**

3.2- **Em relação ao magistério de 1º e 2º graus:**

a) o de Titular passou de CR$6.781.971,00 para CR$8.814.877,00, **com aumento de 29,97%;**

b) o da Classe "E", Nível "3", passou de CR$5.403.564,00 para CR$6.995.934,00, **com aumento de 29,46%;**

c) o da Classe "D", Nível "3", passou de CR$4.265.355,00 para CR$5.493.956,00, **com aumento de 28,80%;**

d) o da Classe "C", Nível "3", passou de CR$3.494.889,00 para CR$4.477.251,00, **com aumento de 28,10%;**

e) o da Classe "B", Nível "3" , passou de CR$2.867.005,00 para CR$3.648.698,00, **com aumento de 27,76%;**

RA28CH-

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 116
Rubrica

f) o da Classe "A", Nível "3", passou de CR$2.355.317,00 para CR$2.973.472,00, **com aumento de 26,24%.**

Como visto, houve a incidência de percentuais diversos, aumento real para determinadas carreiras de servidores públicos federais civis e para a hierarquia militar. Esse **reposicionamento** atendeu à conveniência da Administração Pública de proceder correções de distorções remuneratórias e estabelecer o princípio isonômico.

Aliás, a Exposição de Motivos Interministerial nº 001-SAF/MT/MF/SEPLAN/EMFA, de 07 de janeiro de 1993, que encaminhou o projeto de lei que resultou na aprovação da Lei nº 8.622/93, em seu item 2, elucida a questão concernente ao reposicionamento, **in verbis**:

> *"2. Objetiva o projeto, de acordo com as diretrizes estabelecidas por Vossa Excelência, a par da revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo,* **eliminar defasagens remuneratórias existentes entre vencimentos de cargo de carreira, corrigir algumas distorções no que se refere ao posicionamento de servidores civis e de servidores militares nas respectivas tabelas de cargos e salários** *e propiciar condições para que se estabeleça, conforme comando constitucional, a isonomia salarial entre os servidores dos Três Poderes." (grifou-se)*

Na eventualidade de ser inacolhida a tese esposada na sua plenitude, requer seja reformada a r. decisão para o efeito de determinar-se a compensação do percentual já concedido aos Servidores Públicos Civis Federais, tudo conforme for apurado em liqüidação prévia de sentença, evitando-se, assim, o enriquecimento sem justa causa.

DOS HONORÁRIOS (CPC, § 4º, ART. 20)

Outro ponto da r. sentença que está a reclamar reforma é no que tange à verba honorária. É que esta fora arbitrada sem observância à

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª TURMA S.J - DF
Fls. 113
Rubrica

regra do § 4º do art. 20 do CPC, que trata da questão nas hipóteses de condenação contra a Fazenda Pública, especialmente em razão da singeleza da causa.

Existindo norma federal regulamentadora da fixação dessa verba (CPC, art. 20, § 4º), requer a União sejam os honorários advocatícios fixados sobre o valor dado à causa e não sobre a condenação, sob pena de ficar configurada violação literal de norma infraconstitucional.

DA RECIPROCIDADE (CPC, ART. 21)

Finalmente, outra parte a ser reformada na r. sentença é no que pertine à inversão da sucumbência, na hipótese de o(s) Recorrido(s) já ter(em) recebido, parcial ou totalmente, o percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) e, ainda, a reciprocidade prevista no art. 21 do CPC, tudo conforme ficar apurado em sede de liqüidação do julgado.

III - DO PEDIDO

Isto posto, a União/Recorrente espera e requer seja o recurso conhecido e provido para reformar, a r. decisão nos pontos hostilizados, e, via de conseqüência, julgar improcedente o pedido deduzido na peça inicial ou como melhor entender de direito essa ilustrada e egrégia Turma, impondo-se os consectários da sucumbência, estes na base de 20% sobre o valor econômico perseguido pelo(s) Recorrido(s).

É o que se colima.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 1.998.

Aquiles Jr. C. Silva Dias
Assistente Judicial - OAB/nº 6891
AGU/PU-DF

Sonira Abdar
Procuradora Chefe Substituta da
Procuradoria da União/DF

RA28CH-

2ª VARA SJ-DF
Fls. 115
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

1997.34.00.010683-0

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o recurso de apelação interposto pela União Federal é tempestivo.
Brasília, 02 de fevereiro de 1998.

Rose Anne Menezes Machado
Técnico Judiciário - 9199

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos à MMa. Juíza Federal, Dra. Ivani Silva da Luz, em função de auxílio na 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (TRF-1ª Região, Ato nº 1114/97), do que lavro este termo.
Em 04.02.98

Bel. SÉRGIO PEREIRA DA SILVA
Diretor de Secretaria

Recebo a apelação da União Federal nos seus efeitos devolutivo e suspensivo.

Vista aos autores, apelados, por 15 (quinze) dias.

Após, com ou sem contra-razões, subam os autos ao egrégio TRF/1ª Região.

Publique-se.

Em 05.02.98

IVANI SILVA DA LUZ
Juíza Federal, em função de auxílio na 2ª Vara

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi publicado(a) no Diário da Justiça, Seção II, o(a)despacho/decisão de fls. 118.

Brasília, 20 de março de 1998

Keila de Freitas Borges
Supervisora da Seção de
Apoio Administrativo

JUNTADA

Aos 02 de abril de 1998 faço a juntada a estes autos da petição nº 62947. que se segue

Marcelo Borges Soares

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 119
Rubrica

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. VENÂNCIO VI – SLS. 435/437 – CEP: 70393-900
BRASÍLIA – DF - FONES: (061) 225.3402 - 321.0167

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - DF
SECRETARIA DA 2ª VARA
062847

Processo n. : 1997.34.00.010683-0
Autor(es) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
Réu : UNIÃO FEDERAL

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificado(s) nos autos do Processo em epígrafe, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, tendo em vista o r. despacho de fls...., apresentar

CONTRA RAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO

interposto contra a r. sentença prolatada, conforme segue em anexo.

Termos em que,
Pede(m) deferimento.

Brasília/DF, 31 de março de 1998.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

"DOMINUS ILUMINATIO MEA"
(DEUS É MINHA LUZ)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 100
Rubrica

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. VENÂNCIO VI – SLS. 435/437 – CEP: 70393-900
BRASÍLIA – DF - FONES: (061) 225.3402 - 321.0167

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a REGIÃO

Processo Origem: 1997.34.00.010683-0
2ª VARA FEDERAL.

APELANTE : UNIÃO FEDERAL
APELADO(S): ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

EMINENTES JULGADORES:

O(s) AUTOR(ES)/APELADO(S) ingressaram perante a 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF, requerendo a concessão de reajuste a base de 28,86% a partir de janeiro/93, **deferido aos militares em face do disposto na Lei n. 8622,/93, bem como aos funcionários, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CÂMARA DOS DEPUTADOS procedendo assim também, os Tribunais da União (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal) e o Ministério Público da União, todos com fundamento na decisão administrativa do Excelso Supremo Tribunal Federal**, pelo fato de a CONSTITUIÇÃO FEDERAL em seu art. 37 inciso X, assegurar a revisão geral da remuneração sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares.

"DOMINUS ILUMINATIO MEA"
(DEUS É MINHA LUZ)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 121
Rubrica

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. VENÂNCIO VI – SLS. 435/437 – CEP: 70393-900
BRASÍLIA – DF - FONES: (061) 225.3402 - 321.0167

1.1 Observa-se que o reajuste concedido, **foi de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), não havendo compensação alguma, conforme quer a UNIÃO FEDERAL.**

2. A r. sentença entendeu, fazer jus aos apelados o referido reajuste, conforme se observa às fls..."

2.1 Não se conformando com a resplandecente sentença acima mencionada, a UNIÃO FEDERAL, com o intuito apenas de procrastinar a matéria, da mesma apelou, alegando preliminarmente **"CERCEAMENTO DE DEFESA" E "VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI - NULIDADE"**, bem como, no mérito impugna a r. sentença, requerendo sua inteira reforma

3. Data vênia EXCELÊNCIAS, referida decisão com todo o seu brilhantismo deve ser mantida, uma vez que a mesma está em sintonia com os diversos julgados de nossos Tribunais **e, principalmente com recente decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, o qual, em sessão plenária, acordaram seus MINISTROS, em dar provimento em parte, no RMS n. 22307-7 DF, em favor dos impetrantes, ou seja, julgaram procedente a concessão do reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) retroativos a janeiro de 1993 aos impetrantes (estes funcionários do Poder Executivo).**

4. As matéria alegadas preliminarmente, datíssima máxima vênia, em momento algum devem prosperar, tendo em vista que não passam de verdadeiras aberrações jurídicas.

4.1 O pedido ora guerreado, já se encontra pacificado em nossos Tribunais Superiores, não encontrando guarida para maiores discussões.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 1222
Rubrica

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. VENÂNCIO VI – SLS. 435/437 – CEP: 70393-900
BRASÍLIA – DF - FONES: (061) 225.3402 - 321.0167

4.2. Conforme se observa nos autos, e nas diversas decisões de nossas Cortes de Justiça, os fatos para a solução do litígio já se encontram suficientemente comprovados, dispensando assim qualquer tipo de produção de prova em audiência, ou juntada de novos documentos, não existindo em momento algum, fatos controvertidos, ou necessidade de novas provas.

4.3 Entendimento contrário ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do inciso I, do art. 330, do CPC, concessa venia, estariam apenas trazendo prejuízo para a celeridade processual.

4.4. Quanto à violação literal de lei, venia máxima, não deve prosperar, tendo em vista a brilhante fundamentação do DOUTO JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL, verbis:

> "……
> A isonomia, que resulta do comando constitucional,, em referência (art. 37, inciso X) afasta a orientação da Súmula nº 339/STF, na espécie.
> Tanto assim é, que o próprio Supremo Tribunal, por decisão administrativa, determinou a extensão do aludido percentual de 28,86% às remunerações de seus Juizes e dos demais servidores de seu quadro de pessoal, no que fora seguido pelos outros Tribunais Federal do País. De igual forma procedeu o Poder Legislativo.
> A pretensão dos autores portanto, vinga sob o impulso dirigente do princípio da igualdade, constitucionalmente assegurado sem distinção de qualquer natureza, na espécie (CF, art. 5º, **caput** e 37, inc. X).
> ……"

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 123
Rubrica

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. VENÂNCIO VI – SLS. 435/437 – CEP: 70393-900
BRASÍLIA – DF - FONES: (061) 225.3402 - 321.0167

5. **EMÉRITOS JULGADORES, quanto ao mérito, observa-se nas decisões administrativas, e principalmente na decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no RMS n. 22307-7 - DF, que foi concedido o reajuste exato de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), retroativos a janeiro de 1993, SEM determinação alguma de qualquer compensação de diferenças entre servidores civis federais e o paradigma desses, diferenças estas, inexistentes, e sem amparo legal, pois não consta dos autos nenhuma prova de pagamento relativo aos 28,86% concedidos aos militares, sendo portanto sem base legal a PRELIMINAR argüida pela apelante, bem como a matéria de mérito.**

6. No mesmo sentido, essa Egrégia Corte de Justiça, bem como o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3a. Região e outros, já decidiram em harmonia com a decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal, que, concede e ratifica o direito pretendido pelo autor, à toda a categoria do Judiciário, conforme consta às fls. dos autos, quando cristalinamente afirma:

> **"...finalmente, a premissa segundo a qual ocorre real revisão remuneratória, RESOLVEU por maioria de votos, determinar a observância do acréscimo percentual de 28,86%, a partir de 1o. de janeiro de 1993, às remunerações dos respectivos servidores (inclusive aposentados e pensionistas)..."**(negritamos)

7. Assim, **EXCELÊNCIAS**, se o próprio EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, reconheceu que houve "real revisão remuneratória", data vênia a peça de apelação, bem como a defesa da APELANTE aos autos, não resiste aos confrontos, sob o prisma das fundamentações expendidas pelos autores/apelados.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. VENÂNCIO VI – SLS. 435/437 – CEP: 70393-900
BRASÍLIA – DF - FONES: (061) 225.3402 - 321.0167

8. **NOBRES JULGADORES**, no entender do EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO, SILVÉRIO CABRAL, DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3a. REGIÃO, Rel. da AC. n. 68007/RJ, Processo Origem n. 94.02.16999-7, confirmando a r. sentença do Juízo "ad quo", conforme transcrição às fls. dos autos, sabiamente aborda pontos fundamentais sobre o caso em tela, dos quais pedimos vênia para destacar partes conforme transcrevemos abaixo:

> A - O primeiro deles é de que "...a aplicação, pura e simples, da Súmula 339, da Suprema Corte, corta àqueles que se sintam lesados, por desrespeito à isonomia, a possibilidade até de recurso ao judiciário, pois ninguém o provocará, se disso coisa alguma poder resultar..."
>
> B - Em segundo lugar, está a premissa verdadeira de que "...se nem a lei pode excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça do direito (art. 5o., inc. XXXV, da Carta Magna) muito menos uma Súmula..." .

9. No mesmo sentido do entendimento exposto, foi também a decisão desse Egrégio Tribunal Regional Federal da 1a. Região, em Acórdão Publicado no Diário de Justiça de 31.08.95, em que condenou a União Federal ao pagamento , a servidores civis, do reajuste pretendido, a partir do mês de janeiro de 1993, conforme transcrição, in verbis:

> "EMENTA
> Administrativo. Servidores Públicos. Aumento Leis n. 8622/93 e 8627/93. Extensão a servidores Civis do Poder Executivo. Súmula 339/STF.
>
> I. afastado a aplicação da súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

5ª VARA SJ - DF
Fls: 126
Rubrica

II- estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.

III- desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.

IV- apelação improvida.

V- Sentença mantida.

ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
(2a. Turma do TRF da 1a. Região - 27-06-95)."

10. Portanto, ÍNCLITOS JULGADORES, dúvidas não restam de que a União Federal/Apelante, **"pinçou"** os APELADOS do aumento espontâneo auferido pelos seus colegas segundo a própria posição da SUPREMA CORTE, que reconhece tal direito quando "ocorre real revisão remuneratória". Os fatos alencados cria uma situação discriminatória em afronta à comutatividade e ao equilíbrio previsto na **LEX MAIOR.**

11 Como se inferi, a pretensão dos autores/apelados é legítima, em conseqüência ratificam o pedido constante da Inicial, amparados em nossa CARTA MAGNA, conforme decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, tendo em vista, o grande dano que incide sucessivamente sobre seus patrimônios.

12. Data vênia EXCELÊNCIAS, a UNIÃO FEDERAL apenas faz referências quanto a "compensação de diferenças", não comprovando em momento algum nos autos suas alegações, ou seja, comprovante de pagamento efetuado a este título, assim,

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 127
Rubrica

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. VENÂNCIO VI – SLS. 435/437 – CEP: 70393-900
BRASÍLIA – DF - FONES: (061) 225.3402 - 321.0167

os autores esperam que a decisão desse ÍNCLITO COLEGIADO, seja no sentido de afastar esta hipótese de "compensação de diferenças", pois o que, não está nos autos, não está no mundo do direito a ser analisado.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, esperam os autores/apelados seja a r. sentença mantida em sua totalidade, ou seja, **28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), sem "desconto ou compensação alguma", tendo em vista ter sido esta as decisões administrativas dos TRIBUNAIS DA UNIÃO, bem como a decisão do COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no RMS n. 22.307-7, rejeitando-se AS MATÉRIAS ARGÜIDAS PRELIMINARMENTE, por não terem o condão de elidir o direito ora pleiteado, bem como, TODAS AS RAZÕES DE APELAÇÃO**, por não terem amparo jurídico algum e por ser de direito e da mais lídima ***J U S T I Ç A!***

Termos em que,

Pede(m) deferimento.

Brasília/DF, 31 de março de 1998.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

CONTRA6

"DOMINUS ILUMINATIO MEA"
(DEUS É MINHA LUZ)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

2ª VARA SJ - DF
Fls. 128
Rubrica

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal
97.10683-0

R E M E S S A

Aos 06 de abril de 1998
na Secretaria da 2.ª Vara, nesta cidade de Brasilia
Remeto estes autos ao TRF/1ª Regiao - Guia
nº 012/98
Para constar lavrei este têrmo. Eu,
Tâmara Lopes da Silva
Técnico Judiciário
Mat. 9.628

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TERMO DE RECEBIMENTO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Estes autos foram recebidos, registrados, autuados e a seguir distribuídos por processamento informatizado, de acordo com as normas regimentais, na data e com as observações abaixo:

AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF

ÚLTIMA FOLHA REGISTRADA/Nº : 128
VOLUMES : 1 APENSOS :
PROCESSO ORIGINARIO: 199734000106830
DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 24/04/98
RELATOR : JUIZA ASSUSETE MAGALHAES - SEGUNDA TURMA
ANOTACOES: DUPLO GRAU

VÃO ESTES AUTOS COM CONCLUSÃO AO EXMO. SR. JUIZA ASSUSETE MAGALHAES.

BRASÍLIA 24 DE ABRIL DE 1998.

Subsec. de Reg. e Informacoes Processuais

VISTOS, PEÇO DIA
Brasília 26/05/98

Juiza Assusete Magalhães
RELATORA

IMP.11-001 - 01/95

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PROCESSO: FLS. 130

C E R T I D Ã O

Certifico que os presentes autos recebidos do Exmº Sr. Juiz Relator em 06.05.98, foram incluídos na pauta de julgamentos de 20.05.98, publicada no Diário da Justiça de 14.05.98, por determinação do Exmo. Sr. Juiz Presidente.

Brasília - DF, 14 de maio de 1998.

Maria Angélica da Silva
Diretora da Divisão de Coordenação de Julgamentos da
Subsecretaria da Segunda Turma

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
APELANTE : UNIÃO FEDERAL
APELADOS : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

R E L A T Ó R I O

A EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA): - Recorre a União Federal contra a sentença proferida pela ilustrada Juíza Federal em exercício na 2ª Vara/DF, Drª Ivani Silva da Luz, que a condenou a conceder o reajuste de 28,86% (vinte e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais) sobre os vencimentos dos autores, a partir de janeiro de 1993, com fulcro nas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, pagando-lhes as diferenças decorrentes, com juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, a contar da citação, correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, além do pagamento de honorários de advogado de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação e das custas processuais (fls. 92/95 e 104/105).

Argúi a recorrente, preliminarmente, a nulidade do **decisum**, por cerceamento de seu direito de defesa, e a impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, sustenta, em síntese, que a Lei nº 8.627/93 não concedeu revisão geral de vencimentos, como previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, procedendo, ao contrário, à adequação dos soldos dos militares; que o deferimento do pedido afronta os arts. 37, X, e 61, § 1º, II, **a**, da CF/88, bem assim a Súmula nº 339 do STF; que os honorários de advogado devem ser fixados sobre o valor da causa, e não sobre a condenação, levando-se em conta, ainda, o art. 21 do CPC. Pede, a final, a reforma integral da sentença, julgando-se improcedente a ação (fls. 108/118).

Contra-razões de recurso pugnando pela manutenção do ***decisum*** (fls. 119/127).

Há remessa oficial.

Fapo/windows/a:/98/95.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

É o relatório.

Fapo/windows/a:/98/95.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
APELANTE : UNIÃO FEDERAL
APELADOS : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

V O T O

A EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA): - Rejeito a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, tal como formulada, por confundir-se com o mérito da postulação, pelo que com ele a matéria será apreciada.

Rejeito igualmente a preliminar de nulidade da sentença, de vez que se trata de matéria de direito, para cujo deslinde não são necessárias outras provas, a teor do art. 330, I, do CPC.

Em diversos votos que proferi sobre a matéria, entendi que o percentual de reajuste de 28,86% (vinte e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais) - outorgado, pela tabela do Anexo V da Lei nº 8.622/93, aos oficiais-generais, quando de ulterior adequação de soldos levada a efeito pela Lei nº 8.627/93 - não é extensivo aos demais servidores militares e aos servidores públicos federais civis, pelos fundamentos do voto proferido na AC nº 95.01. 14901-3/MG, da qual fui Relatora e cuja cópia faço juntar ao presente voto, dele fazendo parte integrante.

Entretanto, minha posição restou vencida e isolada na 2ª Turma, como se colhe, **inter plures**, dos seguintes julgados:

> "ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8622/93 E 8627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULA 339/STF.
> I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.

Fapo/windows/a:/98/95.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias." (AC nº 95.01.14901-3/MG, Relatora originária Juíza Assusete Magalhães, Relator para o acórdão Juiz Jirair Meguerian, 2ª T. do TRF/1ª Região, maioria, julgado em 03/10/95)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8622/93 E 8627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULA 339/STF.
I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.
II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias." (AC nº 95.01.13751-1/MG, Relatora originária Juíza Assusete Magalhães, Relator para o acórdão Juiz Jirair Meguerian, 2ª T. do TRF/1ª Região, maioria, julgado em 03/10/95)

"ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8622/93 E 8627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULA 339/STF.
I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.
II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias." (AC nº 95.01.10866-

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675360 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.1.pdf)

0/MG, Rel. Juiz Jirair Meguerian, 2ª T. do TRF/1ª Região, unânime, **in** DJU de 31/08/95, pág. 55.938)

Também na 1ª Turma do TRF/1ª Região o entendimento majoritário, vencido o Juiz Aldir Passarinho Júnior, orientou-se no sentido de que devida a extensão do aludido reajuste de 28,86% (vinte e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais) aos vencimentos dos servidores públicos federais civis:

"SERVIDOR PÚBLICO - REMUNERAÇÃO - REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS E SOLDOS PELAS LEIS Nº S 8.622/93 E 8.627/93 - REAJUSTE DE 28,86% CONCEDIDO SOMENTE AOS SERVIDORES MILITARES - INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO - SENTENÇA QUE DISPÕE NORMATIVIDADE SOBRE A MATÉRIA, ESTENDENDO O REAJUSTE AOS SERVIDORES CIVIS, PARA TORNAR EFETIVO O CUMPRIMENTO DO PRECEITO CONSTITUCIONAL SOBRE ISONOMIA SALARIAL ATÉ QUE A OMISSÃO SEJA SUPRIDA PELO LEGISLADOR - LEGITIMIDADE - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 37, X.
1 - Vedando o art. 37, X, da Constituição Federal, discriminação remuneratória entre servidores públicos quando concedida revisão geral de vencimentos, lídima a sentença que, reconhecendo omissão legislativa em relação aos servidores civis, disponha normativamente sobre a matéria, estendendo-lhes reajustes concedidos somente aos servidores militares, para tornar efetivo o cumprimento do preceito constitucional isonômico até que a omissão seja suprida pelo legislador.
2 - Apelação e Remessa Oficial denegadas.
3 - Sentença confirmada." (AC nº 94.01.10227-9/DF, Rel. Juiz Catão Alves, 1ª Turma do TRF/1ª Região, maioria, **in** DJU de 22/05/95, pág. 30618)

Fapo/windows/a:/98/95.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:19
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810151900000000335897043
Número do documento: 20092810151900000000335897043

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DISTINÇÃO ENTRE LEI DE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES E LEI DE REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS.

Constitui ofensa à norma constitucional que proíbe índices diferenciados na lei de revisão geral da remuneração de servidores públicos civis e militares (CF, art, 37, inc. X), introduzir nessa lei dispositivo que, a pretexto de corrigir disparidade salarial, prevê maior percentual para determinadas categorias (Leis n. 8.622/93 e Lei n. 8.627/93).

As situações de desigualdade salarial, reconhecidamente injustas, devem ser enfrentadas, com superação de eventuais óbices de tratamento isonômico, mediante lei específica para reajuste específico. A isonomia como imposição de natureza constitucional (CF, art. 39, § 1º)." (AC nº 95.01.04576-5/MG, Rel. para o acórdão Juiz Aloísio Palmeira, 1ª Turma do TRF/1ª Região, maioria, **in** DJU de 23/05/95, pág. 30906)

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS CONCEDIDO AOS MILITARES PELAS LEIS Nº S 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 37, INCISO X. DEFERIMENTO. LEI N. 8.237/91, ARTIGOS 37, INCISO XIII, E 169, INCISOS I E II, DA CARTA MAGNA, E SÚMULA N. 339, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, INAPLICÁVEIS.

1 - O reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 ofende o princípio insculpido no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, visto que, ao contrário da Lei n. 8.237/91, cuidam elas, sem nenhuma dúvida, da revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

Fapo/windows/a:/98/95.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2 - Por outro lado, **in casu**, os artigos 37, inciso XIII, e 169, incisos I e II, da Constituição Federal, e a Súmula n. 339, do Supremo Tribunal Federal, não constituem obstáculo à pretensão deduzida na exordial.
3 - Apelo improvido.
4 - Remessa não conhecida.
5 - Sentença mantida." (AC nº 95.01.05338-5/DF, Rel. Juiz Plauto Ribeiro, 1ª Turma do TRF/1ª Região, unânime, **in** DJU de 15/05/95, pág. 28708)

Posteriormente a matéria foi apreciada pela 1ª Seção do TRF/1ª Região, que, por maioria, firmou o entendimento pela extensão do aludido reajuste aos vencimentos dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo, como se colhe do seguinte aresto:

"EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nº S 8.622/93 E 8.627/93.
1 - A matéria referente ao reajuste de 28,86% concedido aos militares pela Lei nº 8.622/93 e 8.627/93 é apenas parecida com a relacionada com o reajuste de 45%, concedido, igualmente, aos militares, pela Lei nº 8.237/91.
2 - O art. 37, X, da Constituição, tem o claro objetivo de evitar que a revisão geral de remuneração dos servidores públicos, quer sejam civis, quer sejam militares, tenha não só data mas índices diversos.
3 - As Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 vieram a lume na data da revisão geral da remuneração dos servidores públicos e tratam, sem margem de dúvida, de revisão geral de remuneração.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

> 4 - O direito pretoriano tem-se inclinado, de modo majoritário, porque o reajuste de 28,86% estenda-se a todos os servidores públicos, indistintamente.
> 5 - Embargos não providos." (Embargos Infringentes em AC nº 95.01.27069-6/DF, Rel. Juiz Carlos Fernando Mathias, 1ª Seção do TRF/1ª Região, maioria, julgado em 22/11/95)

Embora, **data maxima venia**, não esteja convencida do desacerto dos fundamentos de meu voto vencido, curvo-me à posição majoritária da 1ª Seção do TRF/1ª Região, fazendo juntar a íntegra dos votos proferidos na AC nº 95.01.10866-0/MG, Relator o eminente Juiz Jirair Meguerian, e nos Embargos Infringentes em AC nº 95.01.27069-6/DF, Relator o ilustre Juiz Carlos Fernando Mathias, fazendo, de seus fundamentos, parte integrante do presente voto, para confirmar a sentença que concedeu o aludido reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) sobre os vencimentos dos autores, deduzidas, entretanto, as compensações e reposições determinadas pela legislação posterior, a tal título.

Observo que, se os autores estão, na presente ação, postulando isonomia de reajuste de vencimentos, em revisão geral, com os servidores públicos federais **militares**, por força do art. 37, X, da CF/88, e não com os servidores públicos federais **civis**, não podem ser deduzidos os percentuais de reajuste de vencimentos decorrentes da Lei nº 9.367, de 16/12/96, e antecedente MP nº 583, de 16/08/94, diplomas legais que adotaram medidas para implementação da isonomia do vencimento básico dos servidores **civis** do Poder Executivo ao dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, do TCU e do Ministério Público da União.

Os honorários de advogado foram razoavelmente fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, pelo que ficam mantidos, não cabendo

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

a aplicação do art. 21 do CPC, por inexistente sucumbência recíproca.

Pelo exposto, rejeito as preliminares, nego provimento à apelação e dou parcial provimento à remessa oficial, para que a condenação da ré ao pagamento de custas processuais limite-se ao reembolso daquelas recolhidas pelos autores (art. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289, de 04/07/96, e Súmula nº 01 do TRF/1ª Região).

É como voto.

Fapo/windows/a:/98/95.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 95.01.14901-3/MG
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
APELANTES : ANTONIO JOSE DE SANTANA E OUTROS
APELADA : UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA-UFV

R E L A T Ó R I O

A EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA) : - Recorrem os autores contra a sentença proferida pela ilustrada Juíza Federal Substituta da 7ª Vara/MG, Drª. Maria Edna Fagundes Veloso, que julgou improcedente ação ordinária movida contra a Universidade Federal de Viçosa, pleiteando a concessão do reajuste de 28,86% (vinte e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais) sobre os seus vencimentos, a partir de janeiro de 1993, reajuste este que teria sido concedido aos servidores públicos federais militares pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, com o pagamento das diferenças e reflexos decorrentes, com os acréscimos e sanções legais (fls. 66/72).

Sustentam os apelantes, em síntese, que a concessão do referido reajuste apenas aos servidores públicos federais militares, sem sua extensão aos servidores civis, resulta afrontosa ao art. 37, X, da Constituição Federal. Alegam que o referido reajuste foi posteriormente estendido aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário federais, por atos e decisões administrativos, pelo que a exclusão, do benefício, apenas dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo, afronta também o art. 37, XII e XV, e o art. 39, § 1º, da Constituição vigente. Pedem, a final, a reforma integral da sentença, julgando-se procedente a ação (fls. 74/77).

Contra-razões de recurso pugnando pela manutenção da sentença ***a quo*** (fls. 74/79).

É o relatório.

ala/windows/a:/95/59.

IMP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 95.01.14901-3/MG
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
APELANTES : ANTONIO JOSE DE SANTANA E OUTROS
APELADA : UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA-UFV

V O T O

A EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA): - O Direito Administrativo Brasileiro distingue duas espécies de aumento de vencimentos dos servidores públicos: uma, genérica, que visa tão somente recuperar a perda do poder aquisitivo da moeda, e outra, específica, que institui reestruturação, reclassificação funcional ou revisão parcial, relativa a determinadas categorias funcionais, visando corrigir distorções no funcionalismo, com vistas à revalorização profissional de determinadas carreiras diante do mercado de trabalho.

Sobre o assunto assim se pronuncia o saudoso administrativista Hely Lopes Meireles, **in verbis**:

> "Há duas espécies de aumento de vencimentos: uma genérica, provocada pela alteração do poder aquisitivo da moeda, à qual poderíamos denominar aumento impróprio, por se tratar na verdade de um reajustamento destinado a manter o equilíbrio da situação financeira dos servidores públicos; e outra específica, geralmente feita à margem da lei que concede o aumento geral, abrangendo determinados cargos ou classes funcionais e representando realmente uma elevação de vencimentos, por se fazer em índices não proporcionais ao do decréscimo do poder aquisitivo. A segunda espécie ocorre através das chamadas reestruturações, pelas quais se corrigem as distorções existentes no funcionalismo, tendo em vista a valorização profissional observada no setor empresarial, para que a Administração não fique impossibilitada de satisfazer as suas necessidades de

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

> pessoal. A fim de facilitar a ação do poder público e evitar a descaracterização das reestruturações, anteriormente transformadas em verdadeiros aumentos gerais, pela reação em cadeia que provocavam relativamente aos vencimentos de cargos não abrangidos diretamente pela lei reestruturadora, foi que as Constituições desde 1967, passaram a proibir a "vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público", ressalvado o direito de paridade previsto nos arts. 37, XII, e 39, § 1º (Const. Rep., art. 37, XIII)." (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 14ª ed., 1989, pág. 398).

O art. 37, X, da Constituição Federal vigente, dispõe que "a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data".

Resta, pois, perquirir sobre a natureza do aumento previsto no referido art. 37, X, da Carta Constitucional, fundamento do pedido vestibular.

Os constitucionalistas brasileiros que se ocuparam do estudo da nova Constituição Federal ensinam que o art. 37, X, da nova Carta cuida apenas da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, decorrente da alteração do poder aquisitivo da moeda, não ficando a Administração impedida, pelo referido dispositivo constitucional, de proceder a revisões parciais ou reestruturações funcionais, com vistas a corrigir distorções existentes no funcionalismo, em determinados cargos ou carreiras que necessitem de valorização profissional, em face do mercado de trabalho.

Neste sentido manifesta-se Celso Ribeiro Bastos, citando, no mesmo sentido, Dallari, em comentários ao referido art. 37, X, da Constituição Federal:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

"Cumpre notar que ele cuida tão somente da revisão geral da remuneração dos servidores. Por revisão geral deve-se entender aquele aumento que é concedido em razão da perda do poder aquisitivo da moeda. Não visa a corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de determinadas carreiras mercê de alterações ocorridas no próprio mercado de trabalho, nem objetiva contraprestar pecuniariamente níveis superiores de responsabilidades advindas de reestruturações ou re-classificações funcionais. Restam, portanto, abertas as portas para esse tipo de aumento restrito aos cargos e carreiras especificamente atingidos por estas medidas.

.....

Parece plenamente razoável esta extensão, visto que de defesa do poder aquisitivo da moeda se trata, atingindo este fenômeno os servidores quer da área civil quer da militar, não havendo porque deixar-se de trazer um reparo a esta situação, sem preterições que só poderiam estimular um ânimo de competição absolutamente evitável.

.....

De resto, o nosso ponto de vista encontra inteira correspondência no de Dallari, que de forma escorreita sintetizou a questão: "Por 'revisão geral' deve ser entendido apenas o reajuste decorrente da perda do valor aquisitivo da moeda, que atinge a todos os servidores indistintamente. A administração não está proibida de proceder a revisões parciais, ou seja, de alterar a situação remuneratória de específicas ou determinadas categorias profissionais, seja para corrigir injustiças, seja para proceder a uma melhor adequação ao mercado de trabalho, seja para dar um tratamento mais consentâneo com uma nova estruturação da carreira, inclusive mediante a criação de estímulos à evolução funcional.

Não é determinação constitucional que todos os reajustes ou aumentos reais de remuneração sejam

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

> feitos sempre na mesma data e com os mesmos índices para todos os servidores. Isso deverá ser assim apenas quando se tratar de revisão geral" (Regime Constitucional dos Servidores Públicos, 2ª ed., Revista dos Tribunais, 1990, p. 58)." (Celso Ribeiro Bastos, Comentários à Constituição do Brasil, Saraiva, 1992, 3° vol., Tomo III, págs. 105/106)

Também J. Cretella Júnior, em comentários ao aludido art. 37, X, da Constituição Federal, entende decorrer a "revisão geral" ali prevista de recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda, esclarecendo que "a perda acelerada do valor da moeda impõe a revisão da remuneração percebida pelo servidor público, civil ou militar" (J. Cretella Júnior, Comentários à Constituição de 1988, Ed. Forense Universitária, 1991, vol. IV, pág. 2206).

Fixado que o art. 37, X, da Constituição Federal cuida, tão somente, de revisão geral de remuneração, passo à análise das Leis n° 8.622/93 e 8.627/93, fundamento do pedido vestibular:

A Lei n° 8.622, de 19/01/93, concedeu, aos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal da administração direta, autárquica e fundacional, bem como dos extintos Territórios, a partir de 01/01/93, uma revisão geral de remuneração, tal como prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, no percentual de 100% (cem por cento), incidente sobre os vencimentos, soldos e demais retribuições vigentes em dezembro de 1992, acrescido da importância de Cr$ 102.000,00 (cento e dois mil cruzeiros), que passou a integrar os soldos e vencimentos, para todos os fins, pelo que os soldos e vencimentos dos servidores do Poder Executivo passaram a ser os constantes dos Anexos I a IV da aludida Lei n° 8.622/93, **in verbis**:

> "Art. 1° - Fica concedido aos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal da administração direta, autárquica e fundacional, bem como dos extintos Territórios, a partir de 1° de janeiro de

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

1993, reajustamento de cem por cento incidente sobre os valores dos vencimentos, soldos e demais retribuições, vigentes em dezembro de 1992.

Art. 2º - Os soldos e vencimentos fixados nos Anexos I a IV da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, uma vez reajustados na forma do artigo anterior, serão ainda acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 1993, da importância de Cr$ 102.000,00 (cento e dois mil cruzeiros), que passará a integrá-los para todos os fins.

Art. 3º - Em decorrência do disposto nos arts. 1º e 2º, os valores dos soldos e vencimentos dos servidores do Poder Executivo são os constantes dos Anexos I a IV desta Lei."

Do exame detido da aludida Lei convenci-me de que a mesma, além de conceder, em seus arts. 1º a 3º, revisão geral de remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal - no mesmo índice e na mesma data, como previsto no art. 37, X, da Constituição - remeteu, a projeto futuro de lei, o estabelecimento de critérios para reestruturação, reposicionamento, adequação e reavaliação da carreira dos militares, e também das dos civis, inclusive do magistério. Aliás, a aludida Lei nº 8.622/93, em seu preâmbulo, estatui, expressamente, que, além de dispor sobre "revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal", também "dá outras providências".

Assim, ao remeter à legislação posterior o disciplinamento da reestruturação funcional, tanto dos militares quanto dos civis, fixou a Lei nº 8.622/91 alguns critérios que deveriam ser observados nos aludidos reposicionamento e adequação funcionais, estatuindo que, para os militares e para os civis, não ultrapassariam "três padrões de soldo ou de vencimento" previstos nas tabelas dos Anexos I, II e III daquele diploma legal (art. 4º e parágrafo único); que, "quando da adequação da tabela constante

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

do Anexo I desta Lei, nos termos do art. 4º", os oficiais-generais passariam a perceber os soldos constantes da tabela do Anexo V, isto porque, se, com o reposicionamento funcional a ser regulado pela legislação ulterior, haveria elevação de até três padrões de soldo, e se os oficiais-generais estavam no topo da tabela do Anexo I (relativa aos militares) da referida Lei, evidentemente que, na reestruturação funcional, a eles deveria ser aplicada a nova tabela do Anexo V, sob pena de se igualarem aos oficiais-superiores, em ofensa à hierarquização militar (art. 6º); que, no posterior reposicionamento, os vencimentos da carreira do magistério - previstos no Anexo IV da aludida Lei nº 8.622/91 - seriam revistos, "tendo em vista o maior valor de vencimento constante do Anexo II desta Lei", Anexo que se refere aos diplomatas, auditores do Tesouro Nacional, etc ... (art. 5º); que os efeitos financeiros do reposicionamento e adequação funcionais dos militares e dos civis, incluída a carreira do magistério, retroagiriam a 01/01/93 (art. 7º).

Com efeito, assim dispõem os aludidos dispositivos da Lei nº 8.622, de 19/01/93, **in verbis**:

> "Art. 4º - O Poder Executivo enviará, até 28 de fevereiro de 1993, projeto de lei especificando os critérios para reposicionamento dos servidores civis nas respectivas tabelas e a adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares, tendo em vista as tabelas constantes dos Anexos I, II, III e V desta Lei.
>
> Parágrafo Único. O reposicionamento e a adequação não ultrapassarão três padrões de soldo ou de vencimento.
>
> Art. 5º - Os titulares dos cargos de magistério superior e de magistério de 1º e 2º graus perceberão, a partir de 1º de janeiro de 1993, os vencimentos constantes do Anexo IV, cujos valores serão objeto de projeto de lei a ser enviado pelo Poder Executivo,

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

até 28 de fevereiro de 1993, tendo em vista o maior valor de vencimento constante do Anexo II desta Lei.

Art. 6° - Quando da adequação da tabela constante do Anexo I desta Lei, nos termos do art. 4°, os oficiais-generais passarão a perceber os soldos constantes do Anexo V.

Art. 7° - Os reposicionamentos e adequação a que se referem os arts. 4°, 5° e 6° desta Lei produzirão efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1993 e as diferenças de remuneração referentes aos meses de janeiro e fevereiro serão pagas em março de 1993."

Assim sendo, a Lei nº 8.627, de 19/02/93, veio a dispor sobre os critérios para reposicionamento dos servidores públicos federais militares e civis, inclusive os da carreira do magistério, estatuindo, em seus arts. 1° a 4°, **in verbis**:

"Art. 1° - O reposicionamento dos servidores públicos civis e a adequação dos postos e graduações dos servidores militares do Poder Executivo Federal, nas respectivas tabelas de vencimentos e de soldos, serão feitos de acordo com o previsto na Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993, conforme o disposto nesta Lei.

Art. 2° - A adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares será feita de acordo com a tabela constante do Anexo I desta Lei, tendo em vista os seguintes critérios:
I - elevação de até três valores de padrões de soldo, com preservação da hierarquia entre os diferentes círculos de oficiais e de praças, conforme estatuto dos militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980) e tabela do Anexo I da Lei nº 8.622, de 1993;

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

II - aplicação dos tetos de soldos constantes da tabela do Anexo I e do disposto no art. 6° da Lei n° 8.622, de 1993;
III - alteração de valores de soldos, a fim de preservar o critério de hierarquização a que se refere o inciso I deste artigo e a adequação constante do art. 4° da Lei n° 8.622, de 1993;
IV - observância do disposto nos arts. 26 e 27 da Lei n° 8.460, de 17 de setembro de 1992.

Art. 3° - O reposicionamento dos servidores civis nas tabelas de vencimentos, conforme os Anexos II e III desta Lei, será feito de acordo com os seguintes critérios:
I - reenquadramento nas tabelas constantes dos Anexos VII e VIII da Lei n° 8.460, de 1992, com preenchimento dos padrões da classe "A", dos diferentes níveis;
II - reposicionamento de até três padrões de vencimento, tendo em vista o número de servidores das diferentes classes, em cada nível, de forma a manter a hierarquia dos vencimentos;
III - utilização dos valores de vencimentos constantes das tabelas dos Anexos II e III da Lei n° 8.622, de 1993.

Art. 4° - Os vencimentos dos titulares dos cargos de magistério superior e de magistério de 1° e 2° graus passam a ser os constantes do Anexo IV desta Lei."

Confrontando a Lei n° 8.627/93 com a Lei n° 8.622/93, e, especialmente, com a Lei n° 8.460/92, infere-se que ocorreu efetiva reestruturação ou reposicionamento funcionais, tanto dos servidores militares, quanto dos civis, inclusive dos da carreira do magistério.

Com efeito, também os servidores públicos federais civis foram reposicionados, em face das aludidas Leis n° 8.622/93

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

e 8.627/93, em até três padrões de vencimento, com preenchimento dos padrões da Classe A de cada categoria funcional, e de conformidade com o número de servidores das diferentes classes, em cada nível, de forma a manter a hierarquia dos vencimentos. A comprovar tal assertiva basta examinar-se os Anexos VII e VIII da Lei nº 8.460/92, nos quais os servidores da Classe Especial ou da última classe de várias carreiras - Auditoria do Tesouro Nacional, Polícia Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Orçamento, Finanças e Controle, dentre outras - passaram a posicionar-se na Classe B da respectiva carreira, ficando vagos os cargos da Classe A, ápice da carreira respectiva, enquanto, com o reposicionamento das aludidas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 em até três padrões de vencimentos, foram os servidores públicos federais civis alçados até o ápice das carreiras respectivas (Classe A ou última classe, vaga com a Lei nº 8.460/92).

Não é exato afirmar-se que a Lei nº 8.622/93, ao deferir a revisão geral de remuneração dos servidores públicos federais, concedeu um reajuste diferenciado, de 28,86%, para os oficiais-generais, mais tarde estendido, pela Lei nº 8.627/93, a todos os servidores públicos federais militares.

Com efeito, em face da concessão do reajuste linear de 100% (cem por cento), acrescido de Cr$ 102.000,00 (cento e dois mil cruzeiros), aos servidores civis e militares, pela Lei nº 8.622/93, os oficiais-generais passaram a perceber o soldo de Cr$ 9.528.660,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil e seiscentos e sessenta cruzeiros), tal como expressamente previsto na tabela do Anexo I da referida Lei.

O art. 4º da Lei nº 8.622/93 é por demais claro quando dispõe que, quando da adequação ou reposicionamento funcionais a serem implementados pela legislação posterior, os soldos dos oficiais-generais passariam a ser os previstos no Anexo V daquela Lei, porquanto, como se ressaltou, se o reposicionamento funcional previa a elevação dos servidores militares e civis em até três padrões de soldo ou vencimento, a não instituição de uma tabela especial para os oficiais-generais quebraria a hierarquização

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

militar, porquanto passariam a perceber o mesmo que os oficiais-superiores.

Também não é exato afirmar-se que a Lei nº 8.627/93 estendeu, a todos os servidores militares, o reajuste de 28,86% (vinte e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais), que teria sido outorgado, pela tabela do Anexo V da Lei nº 8.622/93, aos oficiais-generais.

Quando o art. 2º, II, segunda parte, da Lei nº 8.627/93 manda aplicar o disposto no art. 4º da Lei nº 8.622/93 - que prevê os soldos do Anexo V, para o reposicionamento dos oficiais-generais - não está a determinar que o percentual de 28,86% se estenda a todos os servidores militares, mas apenas a determinar a observância, no reposicionamento, daquele Anexo, relativamente aos oficiais-generais. Para chegar-se a tal conclusão, basta observar-se a tabela de soldos da Lei nº 8.627/93 para inferir-se que, dos oficiais superiores aos alunos, foram aplicados reajustes diferenciados, maiores ou menores que o percentual de 28,86%, em função do reposicionamento previsto na Lei nº 8.627/93 e de acordo com os critérios ali mencionados.

Assim, a Lei nº 8.627/93 não concedeu aumento linear (28,86%) aos servidores públicos federais militares, mas aumentos diferenciados, maiores ou menores que o percentual de 28,86%, em função do reposicionamento determinado pelo aludido diploma legal.

Também os servidores da carreira de magistério tiveram, em função do reposicionamento e reestruturação funcionais, aumento superior a 28,86%, conforme se vê do Anexo da referida Lei nº 8.627/93.

Tendo a Lei nº 8.627/93 promovido reposicionamento e reestruturação funcionais, que beneficiaram, tanto os servidores públicos federais militares quanto os civis, o que não afronta o art. 37, X, da Constituição Federal - aplicável apenas à revisão geral de remuneração dos servidores públicos - não vislumbro inconstitucionalidade nas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93.

ala/windows/a:/95/59.

IMP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

É certo que o Supremo Tribunal Federal estendeu o reajuste de 28,86% aos seus servidores, a partir de 01/01/93, em sessão administrativa de 29/04/93, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão, Néri da Silveira, Moreira Alves e Sydney Sanches, que entendiam que não houvera revisão geral de vencimentos dos servidores do Poder Executivo, sendo necessária, ademais, para a outorga de aumento de vencimentos, o instrumento legislativo hábil, a teor da Súmula nº 339 do STF.

Entretanto, tal decisão - como as demais, dos Poderes Legislativo e Judiciário, mencionadas nos autos - é meramente administrativa, não tendo sido proferida pelo STF em seu ofício jurisdicional, no qual, ao apreciar o assunto, poderá dar-lhe solução diversa, mesmo porque aquele Pretório, na esfera jurisdicional, ao examinar matéria análoga, a respeito da Medida Provisória nº 296/91, além de entender possível a revisão parcial ou a reestruturação funcional de determinadas carreiras, para corrigir distorções existentes, sem ofensa ao art. 37, X, da Constituição Federal, inadmitiu a extensão de aumentos de vencimentos independentemente de lei, a teor da Súmula nº 339 do STF, como se colhe do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 526-DF, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence:

> " I - Medida provisória: controle jurisdicional dos pressupostos de relevância e urgência (possibilidade e limites); recusa, em princípio, da plausibilidade da tese que nega, de logo, a ocorrência daqueles pressupostos, dado o curso paralelo de projeto de lei, ao tempo da edição da medida provisória questionada.
>
> **II - Funcionário público: remuneração: revisão geral (CF, art. 37, X) e reavaliação de cargos, grupos ou carreiras: diferença.**
>
> **O art. 37, X, da Constituição, que impõe se faça na mesma data "a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares", é um**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

corolário do princípio fundamental da isonomia; não é, nem razoavelmente poderia ser, um imperativo de estratificação perpétua da escala relativa dos vencimentos existentes no dia da promulgação da Lei Fundamental: não impede, por isso, a nova avaliação, por lei, a qualquer tempo, dos vencimentos reais a atribuir a carreiras ou cargos específicos, com a ressalva expressa da sua irredutibilidade (CF, art. 37, XV).

Não obstante, constitui fraude ao mandamento constitucional do art. 37, X, dissimular a verdade do reajuste discriminatório mediante reavaliações arbitrárias.

III - Medida Provisória 296/91: reavaliações aparentemente legítimas de carreiras e cargos específicos (arts. 2º e 6º); suspeita plausível de dissimulação abusiva de mero reajuste geral da expressão monetária da remuneração do funcionalismo com exclusões discriminatórias (art. 1º).

IV - Isonomia: dilema da caracterização do vício de legitimidade da lei por "não favorecimento arbitrário" ou "exclusão inconstitucional de vantagem:" inconstitucionalidade por ação ou por omissão parcial: conseqüências diversas da correspondente declaração de inconstitucionalidade, conforme a caracterização positiva ou negativa da inconstitucionalidade argüida, que, em qualquer das hipóteses, induzem ao indeferimento da liminar requerida.

No quadro constitucional brasileiro, constitui ofensa à isonomia a lei que, à vista da erosão inflacionária do poder de compra da moeda, não dá alcance universal à revisão de vencimentos destinada exclusivamente a minorá-la (CF, art. 37, X), ou que, para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, fixa vencimentos díspares (CF, art. 39, § 1º).

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

> Se, entretanto, admitida a plausibilidade da argüição assim dirigida ao art. 1º da MProv. 296/91, se entende ser o caso de inconstitucionalidade por ação e se defere a suspensão do dispositivo questionado, o provimento cautelar apenas prejudicaria o reajuste necessário dos vencimentos da parcela mais numerosa do funcionalismo civil e militar, sem nenhum benefício para os excluídos do seu alcance.
>
> **Se, ao contrário, se divisa, no caso, inconstitucionalidade por omissão parcial, jamais se poderia admitir a extensão cautelar do benefício aos excluídos, efeito que nem a declaração definitiva da invalidade da lei poderá gerar (CF, art. 103, § 2º).**
>
> V - Ação direta de inconstitucionalidade: legitimação ativa das entidades nacionais de classe (inteligência): afirmação da ilegitimidade **ad causam** da Federação Nacional dos Sindicatos Brasileiros e Associações de Trabalhadores da Justiça do Trabalho." (RTJ 145/101)

Com efeito, a jurisprudência do STF tem entendido que pretensões como a presente encontram óbice nos arts. 61, § 1º, II, a, e 169, da Constituição Federal, bem assim na Súmula nº 339 daquela Corte.

Se a própria Constituição Federal assegurou, em seus arts. 37, XII, e 39, § 1º, a paridade de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo ou dos três Poderes, e sendo público e notório que distorções e diversidades existem, especialmente entre os três Poderes, não se pode negar à Administração a faculdade de, em reestruturação, buscar corrigir distorções no funcionalismo, com vistas a alcançar a revalorização profissional de determinadas carreiras e a paridade de vencimentos assegurada pela Constituição. A se entender de modo diverso, as tabelas de vencimentos das diversas carreiras do funcionalismo público estariam congeladas, com todas as suas

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

distorções, que não seriam passíveis de correção via de reestruturação ou reclassificação funcional, já que a Administração só poderia promover revisões gerais da remuneração dos servidores públicos, na mesma data, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal. A conclusão, realmente, não pode subsistir, já que, se a Constituição fixou um fim a ser alcançado - a paridade de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo ou dos três Poderes - não se pode inferir que a mesma Constituição não tenha dado à Administração os meios para buscar aquela consagrada paridade.

Assim sendo, tendo a Lei nº 8.627/93 procedido a reposicionamento ou reestruturação funcionais, tanto em relação aos servidores militares quanto aos civis, visando corrigir distorções existentes, em face dos vencimentos dos outros Poderes e do mercado de trabalho, resta compatível com a Constituição Federal, a ela não se podendo opor o art. 39, § 1º, da Constituição ou o art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90, porquanto o princípio de isonomia de vencimentos ali previsto pressupõe atividade igual ou assemelhada, o que não ocorre quanto à atividade dos servidores militares, em relação à dos civis, em face de suas naturais peculiaridades.

Por derradeiro, ao apreciar, em seu ofício jurisdicional, a matéria em apreço, o egrégio STJ negou a extensão do referido reajuste de 28,86% aos servidores públicos federais civis, o mesmo o fazendo o TRF/5ª Região:

> "FUNCIONÁRIO PÚBLICO CIVIL. VENCIMENTOS DOS MILITARES. ISONOMIA.
>
> - Lei 8.627/93. Mandado de segurança improsperável, tanto porque interposto contra lei em tese, ou também porque o pretendido tratamento isonômico (C.F., art. 37, X) não alcança os reajustes diferenciados em função do

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

reposicionamento dos padrões remuneratórios de determinada classe de servidor.

Precedentes do Superior Tribunal de Justiça." (MS nº 3.118-0/DF, Rel. Min. José Dantas, 3ª Seção do STJ, unânime, **in** DJU de 07/02/94, pág. 1103)

"Senhor Presidente, quer quanto à preliminar de ilegitimidade passiva de causa da autoridade impetrada, quer no tocante ao mérito, relembre-se que a matéria **sub judice** já registra precedentes nesta Eg. Seção, da forma como foram julgados, na sessão de 18 de novembro p.p., os MS 2.836, Rel. Min. Vicente Cernicchiaro, e 3.014, relatoria do Min. Pedro Acioli, conhecidos por maioria de votos, mas indeferidos pelo mérito.

Por isso que me reporto a tais casos, a fundamento de que, em primeiro lugar, seria de ver-se a carência da postulação mandamental, desde que interposta contra lei em tese; e em segundo lugar, pela compreensão de que a invocada Lei 8.627, de 19/2/93, estabelecendo o chamado reajuste diferenciado de vencimentos, especificamente em relação aos postos militares, não alcança o princípio da isonomia relativamente aos servidores civis, a cujo respeito tem-se entendido que a regra do art. 37, X, da Constituição Federal, estende-se exclusivamente à chamada **revisão geral da remuneração**, qualificação essa ausente do conteúdo e forma da examinada Lei nº 8.627. Donde a excelência das informações da autoridade impetrada, neste tópico:

> "6. Determina o art. 37, inciso X, da Constituição:
>
> > "X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

distinção de índice entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data."

7. Garantiu o dispositivo transcrito a isonomia de tratamento no que é pertinente ao índice de revisão geral da remuneração dos servidores ora substituídos.

8. A Lei nº 8.622, de 19.01.93, art. 4º, fixou prazo para o "Poder Executivo propor ao Congresso Nacional projeto de lei especificando os critérios para reposicionamento dos servidores civis nas respectivas tabelas e a adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares tendo em vista as tabelas constantes dos Anexos I, II, III e V desta lei".

9. Com esse desiderato, promulgou-se a Lei nº 8.627, de 19.02.93, que estabelece critérios de reposicionamento, com preenchimento dos padrões da classe "A", dos diferentes níveis, e elevação de até 3 (três) padrões, e de conformidade com o número de servidores das diferentes classes, em cada nível. Tais critérios foram observados no reposicionamento dos servidores aqui substituídos pela entidade de classe.

10. Assim, diversamente do que pretende o impetrante, a Lei nº 8.627 não concedeu aumento linear (28,86% ou 31,87%) aos servidores federais, mas diferenciados, em função do reposicionamento deles nas tabelas então instituídas.

11. Afirma o autor, em sua peça inaugural, que as autoridades dos Poderes Legislativo e Judiciário já concederam a diferença de 28,86% aos seus servidores através de atos administrativos, que, no entanto, não vinculam o Poder Executivo.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

12. A esse respeito, seria de todo conveniente lembrar que os Poderes Legislativo e Judiciário em agosto/92, baseados na Lei nº 8.460/92, reposicionaram todos os seus servidores até a classe "A", padrão III, antes mesmo da promulgação da referida Lei nº 8.627, de 19.02.93." - fls. 105.

Pelo exposto, conheço do pedido, mas o indefiro." (trecho do voto do Min. José Dantas, no julgamento do MS nº 3.118-0/DF)

"MS - CONSTITUCIONAL - SERVIDOR PÚBLICO - VENCIMENTOS - ISONOMIA - A Constituição da República determina que o aumento de vencimentos dos servidores seja elaborado no mesmo período, obedecendo à mesma alíquota e com vigor na mesma data. Esse comando refere-se à norma geral. Não se confunde com a norma específica. A segunda encerra os elementos da primeira e acrescenta o **quid** que a distingue. Em se tratando de norma especial, a aplicação é restrita aos seus limites. Raciocínio contrário impediria corrigir eventual distorção, com afronta ao princípio da isonomia." (MS nº 2.836-7/DF, Rel. Min. Vicente Cernicchiaro, 3ª Seção do STJ, maioria, **in** DJU de 28/03/94, pág. 6289)

"MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIOS CIVIS. REAJUSTE DE VENCIMENTOS.

1. Os impetrantes buscam receber diferenças de vencimentos, a partir de janeiro de 1.993 de acordo com a Lei nº 8.627/93, indicando como autoridades coatoras Ministros de Estado, mas não se preocuparam, sequer, em indicar qualquer ato concreto que lhes esteja lesionando direito líquido e certo.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2. O artigo 37 inciso X da Constituição foi respeitado pela Lei nº 8.627/93, cuja finalidade foi expungir distorções nos soldos dos militares e vencimentos de algumas categorias de servidores civis.
3. Segurança denegada." (MS nº 3.074-4/DF, Rel. para o acórdão o Min. Jesus Costa Lima, 3ª Seção STJ, maioria, **in** DJU de 21/02/94, pág. 2090)

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. REAJUSTE DE 28,86%. LEI 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.

- A Lei nº 8.627/93 ao mesmo tempo que promoveu a adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores militares, igualmente regulou o reposicionamento dos servidores civis, a fim de diminuir os desnivelamentos existentes no quadro de servidores da Administração Pública e cumprir com o preceito do art. 39, parágrafo primeiro, da CF.
- Apelação improvida." (AC nº 94.05.10620-1/AL, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª T. TRF/5ª Região, unânime, **in** DJU de 07/10/94, pág. 56827)

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. REAJUSTE DE 28,86%. LEI Nº 8.627/93. ISONOMIA COM OS MILITARES. PEDIDO IMPROCEDENTE. PRECEDENTE DESTA CORTE.

- A concessão do índice de 28,86% aos militares, inversamente ao que se supunha, já foi uma maneira de se corrigir a perda que os mesmos vinham sofrendo, pela não observância ao princípio da isonomia.
- Assim, não há o que se falar em equiparação com os militares.
- Preliminar de decadência rejeitada.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

- Apelação provida." (AC nº 94.05.10156-0/RN, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª T. TRF/5ª Região, unânime, **in** DJU de 12/08/94, pág. 43508).

Pelo exposto, nego provimento à apelação.

É como voto.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

RELATOR P/ O ACÓRDÃO: EXMO. SR. JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
APTE : ANTONIO JOSÉ DE SANTANA E OUTROS
ADV : DR. HUMBERTO BARRETO FILHO E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA-UFV
PROCUR : DR. JOSÉ MARIA DOS SANTOS E OUTROS

1605

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8622/93 E 8627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULA 339/STF.
I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.
II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.

A C Ó R D Ã O

"Decide a Turma, por maioria, dar provimento à Apelação."
2ª Turma do TRF da 1ª Região - 03.10.95.

Juíza ASSUSETE MAGALHÃES
Presidente

Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Relator p/ o acórdão

0/ac-acc013-d28

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
APELAÇÃO CÍVEL Nº 95.01.10866-0 / MG

R_E_L_A_T_Ó_R_I_O

O EXMO. SR. JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN (Relator):

Trata-se de apelação interposta pelo(a)(s) autor(a)(es), de sentença que julgou improcedente o pedido contra a Universidade Federal de Viçosa/MG, visando ao reajuste em seus vencimentos/proventos, no percentual de 28,86%, a partir do mês de janeiro de 1993, consoante Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, por concedido exclusivamente a servidores militares.

2. Contra-arrazoado, subiram os autos a este Tribunal.

É o relatório.

Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Relator

RCP/RAC964/D8/27.06.95

IMP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

VOTO

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8622/93 E 8627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULAS 339/STF.
I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.
II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.

O EXMO. SR. JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN (RELATOR):

Nos termos dos precedentes que já relatei nesta Turma, consoante voto na AC nº 95.01.03731-2/GO, cuja cópia do voto ora junto, afasto, no caso, a aplicabilidade da Súmula 339 do Colendo STF pelas razões que seguem:

> ".....
> Tal qual o Supremo Tribunal Federal, em sessão administrativa, por sua maioria, repeliu a exegese da Súmula em comento, mas acatou (fls. 73/74): "...a) a inviabilidade de cogitar-se de aumento da remuneração dos servidores públicos sem que seja reposto o poder aquisitivos dos vencimentos; b) a abrangência das Leis nºs 8.622, de 19 de janeiro de 1993 e 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, que beneficiaram a todos os servidores militares; c) a auto-aplicabilidade e, portanto, a imperatividade, com eficácia imediata, da norma constitucional asseguradora da revisão geral da remuneração de civis e militares na mesma data, sem distinção de índice - inciso X do artigo 37 - respeitado, inclusive, o princípio da isonomia; d) o fato de o soldo mais alto haver sido reajustado em 28,86%, além do reajuste previsto no artigo 1º da Lei nº 8.622/93; e) a uniformidade de tratamento que deve haver quando em jogo a revisão remuneratória, a implicar a reposição, ainda que parcial, do poder aquisitivo dos vencimentos; f) a circunstância de os servidores da Câmara dos Deputados haverem sido contemplados com o percentual de 28,86% - Ato da mesa

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

163

nº 60, de 20 de janeiro de 1993; finalmente, a premissa segundo a qual ocorreu real revisão remuneratória, RESOLVEU, por maioria de votos determinar a observância do acréscimo percentual de 28,86%, a partir de 1º de janeiro de 1993, às remunerações dos respectivos servidores Inclusive aposentados e pensionistas).", natural que se aplique aos postulantes, as mesmas razões de decidir.

Entender de modo contrário, seria, além do desrespeito as regras já ventiladas, malferir, também, o princípio da igualdade, contido no inciso I, do art. 5º, da lei Fundamental. Aliás, a lição de Celso Antônio Bandeira de mello, o Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade, RT, 2ª ed., 1984, pág. 60, é no sentido de se afastar, por desacato ao referido ideal, o entendimento do discrímen legal, em sua interpretação, ser contrário aos interesses e direitos elencados na Lei Maior:

"Há ofensa ao preceito constitucional da isonomia quando:

I - omissis.

IV - a norma supõe relação de pertinência lógica existente em abstrato, mas o discrímen estabelecido conduz a efeitos contrapostos ou de qualquer modo dissonantes dos interesses prestigiados constitucionalmente.

V - A interpretação da norma extrai dela distinções, discrímens, desequiparações que não foram professadamente assumidos por ela de modo claro, ainda que por via implícita."

Corolário de tais afirmações é não se aplicar a Súmula 339 à espécie, uma vez que a mais alta Corte do País entendeu que, na hipótese, a mesma não é indicada para si, vicissitude que também não a torna incindível para outrens.

Há, ainda, outra contingência a ser esclarecida. Inobstante evidenciado o direito dos servidores federais civis e militares aos 28,86% epigrafados, em exteriorizando a hipótese de elevação das remunerações em comento a valores superiores ao teto máximo previsto no art. 37, X, da CEF, dever-se-á observar, em liquidação de sentença, os limites ali expressos..

....."

2. Ademais, a douta 1ª Turma já possui precedente no mesmo

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

sentido, AC 94.01.10227-9/DF, Relator eminente Juiz Catão Alves, data do julgamento 19.10.94, com a seguinte ementa:

> "SERVIDOR PÚBLICO - REMUNERAÇÃO - REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS E SOLDOS PELAS LEIS N°s 8.622/93 E 8.627/93 - REAJUSTE DE 28,86% CONCEDIDO SOMENTE AOS SERVIDORES MILITARES - INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO - SENTENÇA QUE DISPÕE NORMATIVAMENTE SOBRE A MATÉRIA, ESTENDENDO O REAJUSTE AOS SERVIDORES CIVIS, PARA TORNAR EFETIVO O CUMPRIMENTO DO PRECEITO CONSTITUCIONAL SOBRE ISONOMIA SALARIAL ATÉ QUE A OMISSÃO SEJA SUPRIDA PELO LEGISLADOR - LEGITIMIDADE - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 37, X.
> 1 - Vedando o art. 37, X, da Constituição Federal, discriminação remuneratória entre servidores públicos quando concedida revisão geral de vencimentos, lídima a sentença que, reconhecendo omissão legislativa em relação aos servidores civis, disponha normativamente sobre a matéria, estendendo-lhes reajustes concedidos somente aos servidores militares, para tornar efetivo o cumprimento do preceito constitucional isonômico até que a omissão seja suprida pelo legislador.
> 2 - Apelação e Remessa Oficial denegadas.
> 3 - Sentença confirmada."

Pelo exposto, dou provimento à apelação e julgo procedente a ação, condenando a parte ré a pagar a diferença de vencimentos devidamente atualizado pelo INPC/IRSM/IPC-r, e índices que a legislação posterior vier a adotar, conforme cada período, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano a partir da citação e a pagar honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, além de ressarci as custas adiantadas, se for o caso, devidamente atualizadas. Obviamente serão compensadas as parcelas que já tenham sido pagas administrativamente, cessando os efeitos desta decisão, a partir do reconhecimento administrativo do pleito, que tenha incorporado as parcelas ora vindicadas.

É como voto.

Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Relator

c-vac177/disco 10-pauta 27/06/95

IMP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 95.01.10866-0 / MG
RELATOR : EXMO. SR. JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
APTE : DOMITILDES DOS SANTOS E OUTROS
ADV : DR. JOÃO BOSCO BORGES ALVARENGA E OUTROS
APDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PROCUR. : DR. JOSÉ MARIA DOS SANTOS

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8622/93 E 8627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULAS 339/STF.
I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.
II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.

A C Ó R D Ã O

"Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à Apelação."

2ª Turma do TRF da 1ª Região - 27.06.95.

Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Presidente-Relator

RCP-EAC660-d13

IMP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO

SESSÃO DA SEGUNDA TURMA

Pauta de: 27/06/95 Julgado em: 27/06/95 AC 95.01.10866-0/MG

RELATOR: Exmo(a). Sr(a). JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
PRESIDENTE DA SESSÃO: Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) JIRAIR ARAM MEGUERIAN
PROC. DA REPÚBLICA: Exmo(a). Sr(a). Dr(a) PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
SECRETÁRIO(A): DRª KÁTIA MARIA SOARES FREIRE

AUTUAÇÃO

APTE	: DOMITILDES DOS SANTOS E OUTROS		
ADV	: JOAO BOSCO BORGES ALVARENGA E OUTROS		
APDO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA		
PROCUR.	: JOSE MARIA DOS SANTOS		
Nº DE ORIGEM	: 9300228633	VARA	: 13
JUSTIÇA	: JUSTICA FEDERAL	ESTADO/COM.	: MG

SUSTENTAÇÃO ORAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA , ao apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, deu provimento à Apelação, nos termos do voto do Juiz Relator".
Participaram do julgamento os Exmos. Juízes Carlos Fernando Mathias e Hércules Quasímodo. Ausente, ocasionalmente, a Exma. Juíza Assusete Magalhães.

Brasília, 27 de JUNHO de 1995

DRª KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
Secretário(a)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

153

R_E_L_A_T_Ó_R_I_O

O EXMO. SR. JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN (Relator):

Assim relata o feito cuja sentença é objeto de remessa e de apelação da União Federal:

> "Em 06.04.94, **AGOSTINHO BATISTA NETO, ATHILIO ELIAS, JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA, ODORICA DE SOUZA SANTANA, ONDINO DE QUEIROZ TEIXEIRA** e **WANDA NUNES D´ALMEIDA**, qualificados e via de advogados, adentraram com ação de reposição salarial em desfavor da UNIÃO, igualmente identificada, objetivando a concessão do reajuste de 28,86% às suas remunerações e proventos, retroativamente a janeiro/93, a partir da publicação das Leis nº 8.622/93, art. 7º e 8.627/93, art. 5º, incidindo tais diferenças "sobre o 13º salário, férias, horas extras, gratificações, abonos, anuênios, etc.", bem como diferenças posteriores, com base nos vencimentos majorados, tudo incluído, administrativamente, em folha de pagamento e acrescido de juros e correção monetária.
>
> Embasando-se no princípio da isonomia previsto constitucionalmente, alegaram ser servidores públicos federais regidos pela Lei nº 8.112/90, fazendo jus ao reajuste que foi concedido apenas aos militares, evitando-se, assim, situação de discriminação e o que configuraria apropriação indébita. Sustentaram, ainda, que referido percentual foi estendido pelos Tribunais Superiores a seus funcionários.
>
> Anexaram documentos (fls. 12/64).
>
> Em resposta (fls. 69/76), a União aduziu, preliminarmente, a extinção do processo pela falta de interesse e possibilidade jurídica.
>
> No mérito, asseverou inocorrer ofensa ao princípio da isonomia, salientando que, na hipótese de alguma alteração trazida pela legislação indicada pelos autores, esta teria ocorrido para "adequação e reestruturação específica a título de atualização legislativa". Ademais, invocou a aplicabilidade do art. 37, inciso XIII, da Carta Magna e da Súmula nº 339, do STF, transcrevendo julgados.
>
> Impugnando a defesa, os autores ratificaram

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

168/5

se pleito (fls. 79/85).

Na fase de detalhamento de provas (fls. 86), os autores manifestaram-se às fls. 86 vº pelo julgamento antecipado da lide e a União disse não pretender outras provas (fls. 88).

....."

2. No seu recurso a União insiste na inaplicabilidade do art. 37 incisos X e XI e art. 39, § 1º da Constituição de 1988 e traz à colação precedente do colendo STJ relativo à isonomia dos vencimentos de Almirante de Esquadra com os de Ministros do colendo STM. Argumenta, ainda, que o pleito encontra óbice no art. 169, parágrafo único da mesma Carta. Finalmente reitera na aplicação da Súmula nº 339 do colendo STF.

3. Contra-arrazoado, subiram os autos a este Tribunal.

É o relatório.

Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Relator

RCP/RAC314/D7/30.05.95

IMP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

1673

V_O_T_O

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULAS 339/STF.
I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.
II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da Lei com a extenção aos servidores dos demais poderes, deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.
IV - Apelação e remessa improvidas.

O EXMO. SR. JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN (Relator):

A sentença merece ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, a saber:

".....

Tratando-se de matéria unicamente de direito, julga-se antecipadamente a lide, com fulcro no artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

A preliminar cogitada na contestação, **permissa venia**, não prospera, uma vez que nenhuma das condições da ação referida no inciso VI, do art. 267, do CPC, mostrou-se maculada na petição inicial dos autores. Ao contrário, há possibilidade jurídica do pedido e o interesse processual exteriorizou-se, fazendo com que seja improsperável a solicitação de carência de ação.

No tocante à impossibilidade jurídica do pedido, esta não se aplica, em atenção ao entendimento hodierno sobre o tema, cuja noção prende-se a só determinar a consubstanciação de mencionada figura, quando a própria legislação veda a existência do direito buscado, consoante entendimento de E.D. Moniz de Aragão, Comentários ao Código de Processo Civil, 7ª ed., vol. II, Forense, 1992, pág. 563:

> **"A possibilidade jurídica, portanto, não deve ser conceituada, como se tem feito, com vistas à existência de uma previsão no ordenamento jurídico, que torne o pedido viável em tese, mas, isto sim, com vistas à inexistência, no ordenamento jurídico, de uma pre-**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

visão que o torne inviável. Se a lei contiver um tal veto, será caso de impossibilidade jurídica do pedido; faltará uma das condições da ação."

Também está presente o interesse de agir que deve ser analisado sob o prisma da resistência à pretensão deduzida e da necessidade de ver reconhecido o direito pleiteado, qual seja, o da incorporação do reajuste em tela às remunerações e proventos dos autores.

Neste sentido, preleciona Humberto Theodoro Júnior **in** Curso de Direito Processual Civil, vol. I, 7ª ed., Forense, 1991, pág. 59:

"Localiza-se o interesse processual não na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgada sem uma necessidade, como adverte Allorio. Essa necessidade se encontra naquela situação "que nos leva a procurar uma solução judicial, sob pena de, se não o fizermos, vermo-nos na contingência de não podermos ter satisfeita uma pretensão (o direito de que nos afirmamos titulares)." Vale dizer: o processo jamais será utilizável como simples instrumento de indagação ou consulta acadêmica. Só o dano ou o perigo de dano jurídico, representado pela efetiva existência de uma lide, é que autoriza o exercício de ação."

No pertinente ao mérito, a requerida ora sustentou a inexistência de reajuste na remuneração dos militares pelas leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, ora argumentou que a remuneração decorreu das disparidades entre os vencimentos dos servidores civis e militares, mencionando garantias constitucionais nesse sentido, invocando também a aplicabilidade ao caso da Súmula 339, do STF.

As leis nºs 8.622, de 19.01.93 e 8.627, de 19.02.93, embora tratem da revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos federais civis e militares, estabelecem o percentual de 28,86% apenas para a remuneração dos militares, negando, de conseguinte, vigência à norma do artigo 37, inciso X, da Carta Magna, posto que não contemplam os servidores civis, ferindo, portanto, o princípio constitucional da isonomia. Improcedem, pois, as argüições da peça contestatória.

O outro asserto desenvolvido pelo ré, indubitavelmente é extremamente vigoroso, haja vista que a Súmula 339, do STF, impede o aumento de vencimentos por parte do Judiciário, **in verbis:**

"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores pú-

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

blico sob fundamento de isonomia."

Aliás, mencionado enunciado não sofreu alteração com a edição da atual Constituição Federal, de conformidade com o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 21512-7, ventilado no DJU, I, de 19.12.93, pág. 2034.

Destarde, seria o caso de se indeferir a pretensão do requerente.

Contudo, em se mantendo tal idéia (de indeferimento), estar-se-ia, em detrimento de regras constitucionais (art. 37, X e XI e § 1º, do cânon 39) e infraconstitucionais (Lei 8.448/92, parágrafo único, do art. 1º e preceptivo 2º, item I), dando proeminência a verbete jurisprudencial.

Tal qual o Supremo Tribunal Federal, em sessão administrativa, por sua maioria, repeliu a exegese da Súmula em comento, mas acatou outra diretriz (fls. 19/20): "...a) a inviabilidade de cogitar-se de aumento da remuneração dos servidores públicos sem que seja reposto o poder aquisitivo dos vencimentos; b) a abrangência das Leis nºs 8.622, de 19 de janeiro de 1993 e 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, que beneficiaram a todos os servidores militares; c) a auto-aplicabilidade e, portanto, a imperatividade, com eficácia imediata, da norma constitucional asseguradora da revisão geral da remuneração de civis e militares na mesma data, em distinção de índice - inciso X do artigo 37 - respeitado, inclusive, o princípio da isonomia; d) o fato de o soldo mais alto haver sido reajustado em 28,86%, além do reajuste previsto no artigo 1º da Lei nº 8.622/93; e) a uniformidade de tratamento que deve haver quando em jogo a revisão remuneratória, a implicar a reposição, ainda que parcial, do poder aquisitivo dos vencimentos; f) a circunstância de os servidores da Câmara dos Deputados haverem sido contemplados com o percentual de 28,86% - Ato da Mesa nº 60, de 20 de janeiro de 1993; finalmente, a premissa segundo a qual ocorreu real revisão remuneratória, RESOLVEU, por maioria de votos, determinar a observância do acréscimo percentual de 28,86%, a partir de 1º de janeiro de 1993, às remunerações dos respectivos servidores (inclusive aposentados e pensionistas).", natural que se aplique aos postulantes, as mesmas razões de decidir.

Entender de modo contrário, seria, além do desrespeito as regras já ventiladas, malferir, também, o princípio da igualdade, contido no inciso I, do art. 5º, da Lei Fundamental. Aliás, a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade, RT, 2ª ed., 1984, pág. 60, é no sentido de se afastar, por desacato ao referido ideal, o entendimento do discrímen legal, em sua interpretação, ser contrário

RCP/VAC312/D7/30.05.95

IMP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

aos interesses e direitos elencados na Lei Maior:

> **"Há ofensa ao preceito constitucional da isonomia quando:**
> **I — omissis.**
> **IV — A norma supõe relação de pertinência lógica existente em abstrato, mas o discrímen estabelecido conduz a efeitos contrapostos ou de qualquer modo dissonantes dos interesses prestigiados constitucionalmente.**
> **V — A interpretação da norma extrai dela distinções, discrímens, desequiparações que não foram professadamente assumidos por ela de modo claro, ainda que por via implícita."**

Corolário de tais afirmações é não se aplicar a Súmula 339 à espécie, uma vez que a mais alta Corte do País entendeu que, na hipótese, a mesma não é indicada para si, vicissitude que também não a torna incindível para outrem.

Há, ainda, outra contingência a ser esclarecida. Inobstante evidenciado o direito dos servidores públicos federais civis e militares aos 28,86% epigrafados, em exteriorizando a hipótese de elevação das remunerações em comento a valores superiores ao teto máximo previsto no art. 37, XI, da CF, dever-se-á observar, em liquidação de sentença, os limites ali expressos.

....."

Pelo exposto, nego provimento à apelação e à remessa oficial, esclarecendo que, na fase de liquidação, deverão ser compensados os valores porventura já pagos, administrativamente a título do aumento ora concedido judicialmente.

É como voto.

Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Relator

RCP/VAC312/D7/30.05.95

MP.15-02-09

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 95.01.03731-2 / GO

RELATOR : EXMO. SR. JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
APTE : UNIÃO FEDERAL
PROCUR : DRA. MAURA CAMPOS DOMICIANA
APDO : AGOSTINHO BATISTA NETO E OUTROS
ADV : DR. REGINALDO BARROS DE SANTANA E OUTROS
REMTE : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA-GO

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO LEIS Nº 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO A SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO SÚMULAS 339/STF.
I - Afastada a aplicação da Súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.
II - Estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.
III - Desvirtuada a finalidade da Lei com a extenção aos servidores dos demais poderes, deve o benefício também ser outorgado aos servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.
IV - Apelação e remessa improvidas.

A C Ó R D Ã O

"Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à Apelação e à Remessa Oficial."
2ª Turma do TRF da 1ª Região - 13.06.95.

Juiz ASSUSETE MAGALHÃES
Presidente

Juiz JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Relator

axs/eac312/d12

MP.15-02-00

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO

SESSÃO DA SEGUNDA TURMA

Pauta de: 30/05/95 Sessão de: 30/05/95 AC 95.01.03731-2/GO

RELATOR: Exmo(a). Sr(a). JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
PRESIDENTE DA SESSÃO: Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) ASSUSETE MAGALHÃES
PROC. DA REPÚBLICA: Exmo(a). Sr(a). Dr(a) PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
SECRETÁRIO(A): DRª KÁTIA MARIA SOARES FREIRE

AUTUAÇÃO

APTE	: UNIAO FEDERAL		
PROCUR.	: MAURA CAMPOS DOMICIANA		
APDO	: AGOSTINHO BATISTA NETO E OUTROS		
ADV	: REGINALDO BARROS DE SANTANA E OUTROS		
REMTE	: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-GO		
Nº DE ORIGEM	: 9400026773	VARA	: 4
JUSTIÇA	: JUSTICA FEDERAL	ESTADO/COM.	: GO

SUSTENTAÇÃO ORAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA , ao apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do Juiz Relator, no que foi acompanhado pelo Juiz Carlos Fernando Mathias, negando provimento à Apelação e à Remessa Oficial, pediu vista o Juiz Hércules Quasímodo".

Brasília, 30 de MAIO de 1995

DRª KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
Secretário(a)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

195

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO

SESSÃO DA SEGUNDA TURMA

Pauta de: 30/05/95 Julgado em: 13/06/95 AC 95.01.03731-2/GO

RELATOR: Exmo(a). Sr(a). JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
PRESIDENTE DA SESSÃO: Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) ASSUSETE MAGALHÃES
PROC. DA REPÚBLICA: Exmo(a). Sr(a). Dr(a) PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
SECRETÁRIO(A): DRª KÁTIA MARIA SOARES FREIRE

AUTUAÇÃO

APTE	: UNIAO FEDERAL		
PROCUR.	: MAURA CAMPOS DOMICIANA		
APDO	: AGOSTINHO BATISTA NETO E OUTROS		
ADV	: REGINALDO BARROS DE SANTANA E OUTROS		
REMTE	: JUIZO FEDERAL DA 4A VARA-GO		
Nº DE ORIGEM	: 9400026773	VARA	: 4
JUSTIÇA	: JUSTICA FEDERAL	ESTADO/COM.	: GO

SUSTENTAÇÃO ORAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA , ao apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do Juiz Relator, no que foi acompanhado pelo Juiz Carlos Fernando Mathias, negando provimento à Apelação e à Remessa Oficial, pediu vista o Juiz Hércules Quasímodo".

Brasília, 30 de MAIO de 1995

"Prosseguindo no julgamento, a Turma, por unanimidade, negou provimento à Apelação e à Remessa Oficial, nos termos do voto do Juiz Relator". Participaram do julgamento os Exmos. Juízes Carlos Fernando Mathias e Hércules Quasímodo.

Brasília, 13 de JUNHO de 1995

DRª KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
Secretário(a)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

EMBARGOS INFRINGENTES EM AC Nº 95.01.27069-6/DF

RELATOR	EXMO SR JUIZ CARLOS FERNANDO MATHIAS
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV
ADVOGADOS	DRS OTÁVIO BRITO LOPES E OUTRO
EMBARGADOS	ADÃO DO CARMO E OUTROS
ADVOGADOS	DRS ALUISIO XAVIER DE ALBUQUERQUE E OUTROS

RELATÓRIO

1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA interpõe os presentes Embargos Infringentes, irresignada com o v. acórdão, que por maioria deu provimento ao apelo dos autores, acabando por conceder-lhes o reajuste de 28,86% previsto na Lei nº 8.627/93;

2. Louva-se a Embargante na inexistência, a seu ver, de violação ao artigo 37, inciso X, da Constituição;

3. Entende que houve equívoco no voto vencedor, afirmando:

> *"O r voto vencedor, ao analisar a questão, assim se pronunciou (fls 97), verbis:*
>
> > *"Entendo que, para revisão específica, é indispensável lei específica, porque, se o aumento diferenciado é concedido dentro da lei geral de aumento do funcionalismo público, creio que esse destaque acarreta burla à norma constitucional contida no art. 37, inciso X, como bem salientou o Sr. Juiz Catão Alves, com a veemência do seu lapidar voto.*
> >
> > *Assim, chego à conclusão de que, se pretende o Executivo dar aumento maior a uma categoria funcional no sentido de valorização da carreira, quer dos professores, quer dos militares, uns e outros merecedores de melhor remuneração, que se encontra defasada, deve tratar do assunto em lei especial, e não restringir-se, apenas, a um dispositivo dentro da lei geral"...*
>
> *Com a devida venia, o equívoco em que incorreu a Egrégia 1ª Turma, em sua maioria, é manifesto.*
>
> *De efeito, constitui erro crasso de hermenêutica intitular uma lei como geral ou especial simplesmente pelos efeitos visados por parte de seus dispositivos, até porque, não raramente, o legislador, por economia, insere providências especiais dentro de disposições gerais, sem, com isso, transmudar a natureza especial da providência criada.*
>
> *Tem-se, pois, que não é a lei que deve ser tida como geral ou especial, mas, isto sim, a disposição normativa que emerge de cada um de seus artigos, conforme a vontade externada pelo seu criador".* (fls. 105)

4. Ademais, arrima-se no voto do sempre brilhante Juiz Aldir Passarinho Júnior, ressaltando tópicos e aduzindo os argumentos seguintes:

> *"Em meu pensamento, a Lei nº 8.622/93 não é apenas uma norma*

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

que trata do aumento geral e linear dos vencimentos e soldos dos servidores públicos civis e militares. Como diz a sua própria ementa, ela também "...dá outras providências", entre as quais exsurge, nitidamente, a reestruturação, adequação e reavaliação de outras carreiras, quais sejam, a dos militares (arts. 4º e 6º) e a do magistério superior (art. 5º)

Assim, a par do aumento linear concedido ao funcionalismo em geral, equivalente a 100% (cf. art. 1º), previu a Lei nº 8.622/93, também, uma futura alteração das tabelas absolutamente distinta da norma de atualização comum a todos, exatamente para proporcionar uma revalorização de determinadas carreiras.

Tanto é verdade, que a Lei nº 8.627, de 19/02/93, invocada pelos autores, limita-se a dar execução ao que já dispunham os citados dispositivos da Lei nº 8.622/93, pela aplicação aos militares da Tabela constante do anexo I (art. 2º) e aos membros do magistério superior e de 1º e 2º graus a Tabela referida no Anexo IV (art. 4º)

Nada impede, data maxima venia, que em uma única lei sejam disciplinadas matérias diversas, exatamente como aconteceu, em que a Lei nº 8.622/93, afora a revisão geral, esta, sim, obrigatoriamente linear, no percentual de 100% (art. 1º), encomendou a lei posterior a reestruturação de determinadas categorias, para sua revalorização especifica, o que veio a se tornar concreto por força da Lei nº 8.627/93".

E conclui, com a sapiência jurídica que lhe é peculiar, o Eminente Juiz ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, verbis:

"Em palavras mais simples, além do reajuste geral de 100%, os membros do magistério superior, revalorizados, como admissível sem qualquer ofensa ao art. 37, X, da Constituição Federal, tiveram também um aumento próprio, ficando equiparada a sua Tabela de vencimento base, que é a IV, à de nº II da Lei nº 8.622/93, que se referia, então, aos Diplomatas, Auditores do Tesouro Nacional, Polícia Federal, etc. Um aumento até maior de que o dos militares: aproximadamente 30,12%.

Concluindo, pois, o aumento que resultou da aplicação de nova Tabela aos militares não se confunde, em absoluto, assim como o dos professores igualmente não, com o reajuste geral e linear de 100% previsto no art. 1º, da Lei nº 8.622/93 e no art. 37, X, da Constituição Federal. Na realidade, trata-se de aumentos específicos, que visaram corrigir desvalorização havida em relação a ambas as carreiras, que tanto a doutrina, como a jurisprudência desta Corte, agora cristalizada na Súmula nº 24 ("o reajuste

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

concedido pela Lei nº 8.237/91 aos militares das Forças Armadas não é extensivo aos servidores civis"), aceitam sem considerar como ofensa à já multicitada norma constitucional".

O acerto do magnânimo voto vencido é irrepreensível.

MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO (in "Comentários à Constituição Brasileira de 1988", Saraiva, 1990, pág. 249), leciona sobre a correta interpretação a ser conferida ao art. 37, inciso X, da Lex Legum, verbis:

> *"Esta norma tem claramente por objetivo evitar que a revisão "geral" dos vencimentos dos servidores civis tenha data diversa da dos servidores militares, como tantas vezes ocorreu. Mas, não impede, como é evidente, revisão específica, relativa a determinados cargos, ou postos".*

No mesmo sentido é o escólio de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO (in "Direito Administrativo", Atlas, pág. 313), verbis:

> *"O intuito do constituinte é claro: as revisões gerais, ou seja, feitas para atualização monetária dos vencimentos, têm de ser iguais para todos e na mesma época.*
>
> *Isto não impede a reestruturação de carreiras, com a outorga de vantagens pecuniárias a determinados cargos, quando se reconheça, por razões várias, essa necessidade, por exemplo, para ajustar os seus vencimentos aos correntes no mercado do trabalho; ou para contabilizá-los com acréscimo de carga horária, ou novo regime de trabalho ou aumento de atribuições".*

O próprio Excelso STF, ao se deparar com tese em tudo idêntica à dos presentes autos, na época envolvendo a MP nº 296/91 (Lei nº 8237/91) assentou, verbis:

> *"II. FUNCIONÁRIO PÚBLICO: REMUNERAÇÃO: REVISÃO GERAL (CF, ART. 37, X) E REAVALIAÇÃO DE CARGOS, GRUPOS OU CARREIRAS: DIFERENÇA.*
>
> *O art. 37, X, da Constituição, que impõe se faça na mesma data "A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares", é um corolário do princípio fundamental da isonomia; não é, nem razoavelmente poderia ser, um imperativo de estratificação perpétua da escala relativa dos vencimentos existente no dia da promulgação da Lei Fundamental: não impede, por isso, a nova avaliação, por lei, a qualquer tempo, dos vencimentos reais a atribuir a carreiras ou cargos específicos, com a ressalva expressa de sua*

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

irredutibilidade (CF, art. 37, XV)" (STF, Pleno, ADIMC nº 526/91, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, in DJ 05/03/93, pág. 2896)" (fls. 106/108)

5. Finalmente, entende que a hipótese é rigorosamente idêntica à da Súmula 24 desta própria Corte:

> *"Registre-se, inclusive, que esse Egrégio Tribunal da 1ª Região chegou a editar a Súmula nº 24 sobre a matéria, segundo a qual "o reajuste concedido pela Lei nº 8.237/91 aos militares das Forças Armadas não é extensivo aos servidores civis".*
>
> *Nem se diga que a realidade da Lei nº 8.622/93 é distinta ou diferente da realidade implantada pela Lei nº 8.337/91.*
>
> *Os princípios jurídicos reguladores da matéria são os mesmos, até porque idênticas são as causas de pedir (violação do art. 37, X, da CF), sendo óbvio que em ambas as legislações há disposições especiais conferindo tratamento diferenciado a categorias especificadas.*
>
> *Importa em inegável sofisma jurídico, permissa venia admitir-se que a revisão procedida pela Lei nº 8.337/91 é especial, porque editada fora da data-base dos servidores públicos, enquanto a das Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 não o é.*
>
> *Insista-se, mesmo correndo o risco de ser enfadonho, que constitui erro crasso de hermenêutica intitular uma lei como geral ou especial simplesmente pelos efeitos visados por parte de seus dispositivos. Não é a lei que deve ser tida como geral ou especial, mas, isto sim, a disposição normativa que emerge de cada um de seus artigos, conforme a vontade externada pelo seu criador.*
>
> *Ninguém ousa discordar que a revisão procedida pelos arts. 4º a 6º, da Lei 8.622/93, visou dar tratamento diferenciado e, destarte, excepcional, às carreiras dos militares e do magistério superior, mediante reestruturação, adequação e reavaliação de seus quadros.*
>
> *Como, então, lançar-se à vala comum dos demais servidores públicos tais disposições especialmente destinadas a categorias distintas e carentes de tratamento não uniforme?*
>
> *Ainda que se pudesse conceber a Lei nº 8.622/93 como uma lei geral, ad argumentandum, seria lícito, a pretexto de se preservar o art. 37, inciso X, da Constituição, estender uma pretensa inconstitucionalidade por omissão aos demais servidores públicos por ela não contemplados? É possível se obter direito decorrente de tratamento isonômico para com uma ilegalidade ou inconstitucionalidade por omissão? A resposta, irrefutavelmente, impõe-se negativa".* (fls. 108/109).

6. O Exmo. Sr. Juiz Aloísio Palmeira, admitiu os Embargos (fls. 118).
7. Aos fls. 126 a 128 tem-se a impugnação dos Embargos.

É o relatório.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

VOTO

Com efeito a **vexata quaestio** está a exigir pacificação.

Aqui mesmo, nesta Primeira Seção, tem-se de um lado, por exemplo, brilhantes, lúcidos e sólidos votos dos eminentes Juízes Aldir Passarinho Júnior e Assusete Magalhães, no sentido da tese dos embargantes, e de outro, não menos brilhantes, lúcidos e sólidos votos como os já referidos dos ilustres Juízes Plauto Ribeiro e Aloísio Palmeira.

Este relator roga vênia aos dois ilustres e ilustrados juízes por primeiro nominados, para subscrever os votos dos Juízes Plauto Ribeiro e Aloísio Palmeira e até mesmo para transcrevê-los em grande parte, como efetivamente o faz:

> *"O EXMº SR. JUIZ PLAUTO RIBEIRO (RELATOR): A matéria discutida neste recurso - reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622 e 8.627, de 19 de janeiro de 1993 e 19 de fevereiro de 1993, respectivamente -, é parecida, apenas parecida, com a questão analisada e decidida por esta eg. Turma e, também, pela col. Primeira Seção deste Tribunal, relacionada com o reajuste de 45% (quarenta e cinco por cento) concedido, igualmente, aos militares, pela Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991.*
>
> *A polêmica aqui, neste apelo, como lá, nas dezenas de casos que apreciamos, na Turma e na Seção, gira, e girava, em torno do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, segundo o qual "a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data" (cf. inc. cit.).*
>
> *O Constituinte de 1988, ao escrever essa norma na Carta Magna, tinha um objetivo muito claro: evitar que a revisão geral da remuneração dos servidores militares tivesse não só data, mas, também, índices diversos dos servidores civis, como tantas e tantas vezes ocorreu no período de duração da Revolução de 1964.*
>
> *Pois bem, por ocasião do julgamento da questão relacionada com o reajuste de 45% (quarenta e cinco por cento) concedido aos militares pela Lei nº 8.237/91, entendi, com fundamento na doutrina e na jurisprudência deste Tribunal, hoje consolidada na Súmula nº 24, que o reajustamento ali previsto não se tratava de uma revisão geral, mas apenas de uma reestruturação do quadro remunerativo dos servidores militares, corrigindo-se, então, no momento de sua edição, algumas distorções existentes.*
>
> *Todavia, no que diz respeito ao reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) concedido aos mesmos militares pela Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, em discussão aqui e agora, penso que a hipótese não é igual, mas, ao revés, é bastante diferente.*
>
> *Com efeito, a Lei nº 8.237/91 não foi editada na mesma data da revisão geral da remuneração dos servidores públicos e cuida,*

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

especificamente, da estrutura remuneratória dos servidores militares da ativa e na inatividade (art. 2º), revogando totalmente a estrutura anterior (art. 102).

Diferentemente, as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 vieram a lume na data da revisão geral da remuneração dos servidores públicos e tratam, sem nenhuma margem de dúvida, porque expressamente declarado, de "...revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal" (cf. Lei nº 8.622/93).

Deste modo, ficou-me não só a impressão, mas a certeza, de que o Poder Executivo, ao enviar os projetos das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 ao Congresso, pretendeu embutir no bojo de uma revisão genuinamente global, geral, uma outra, parcial, com o objetivo de beneficiar uma ou outra categoria, à conta de isonomia com outras categorias, mas, sem dúvida, numa clara e afrontosa violação ao contido no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, mesmo porque a estruturação do quadro remunerativo dos servidores militares já havia sido feita recentemente, com a publicação da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991.

Ora, eu confesso que sou francamente favorável à isonomia de vencimentos entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois essa é uma imposição de natureza constitucional (C.F., art. 39, § 1º), mas essa igualdade deve ser feita às claras, sem rodeios ou subterfúgio, a fim de não beneficiar, a pretexto de isonomia, apenas uma ou outra categoria, como é a hipótese, principalmente quando se sabe, de antemão, porque público e notório, que não são somente os militares que estão com os vencimentos defasados em relação aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, mas, também, grande parte dos servidores do Poder Executivo, que, por ironia, foram os únicos excluídos do reajuste em discussão.

Ocorre que esse não é o único motivo pelo qual entendo que a hipótese da Lei nº 8.237/91 não é idêntica à hipótese das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93. Há uma razão mais forte e até mesmo mais convincente. O Poder Legislativo, que, pela Constituição Federal, é o responsável pela elaboração das leis, por força do Ato nº 60/93, da Mesa da Câmara dos Deputados, e do Ato nº 42/93, da Comissão Diretora do Senado, já concedeu aos seus servidores, a partir de janeiro de 1993, o aludido reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), em obediência à norma constitucional asseguradora da revisão geral da remuneração dos servidores civis e militares na mesma data, sem distinção de índices.

Mas não é só. Com fundamento no mesmo princípio constitucional, insculpido no artigo 37, inciso X, da Carta Magna de 1988, o Supremo Tribunal Federal também concedeu aos seus Ministros e aos servidores da Casa, a partir de 1º de janeiro de 1993, o mesmo reajuste, numa demonstração, a meu ver, inequívoca, de que o entendimento do Pretório Excelso, que é o guardião da Constituição Federal, é no sentido de que as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 cuidam, na verdade, de revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

Federal. Os demais órgãos do Poder Judiciário seguiram o exemplo da Corte Suprema, concedendo aos seus ministros, juízes e servidores, a partir do mesmo mês e ano, o reajustamento de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento).

Portanto, se a revisão prevista nas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 não é apenas geral, mas, também, parcial, específica, eis que cuida, igualmente, de restruturação, adequação e reavaliação de outras carreiras, como pensa e defende brilhantemente o Juiz ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, no seu bem fundamentado voto, na prática, passou a ser, de forma irreversível, sem volta, tão-só geral, eis que não acredito que o Supremo Tribunal Federal, ao reapreciar a matéria, ainda que em processo judicial, prestando ofício jurisdicional, tenha argumentos jurídicos e até éticos para mudar de entendimento.

Por outro lado, penso que, in casu, os artigos 37, inciso XIII, e 169, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988, e a Súmula nº 339, do Supremo Tribunal Federal, não constituem obstáculo à pretensão deduzida na exordial.

Nesse particular, concordo com o Juiz CATÃO ALVES, quando, no julgamento da Apelação Cível nº 94.01.10227-9-DF, da qual foi Relator, argumentou que, in verbis:

"...Não fora isso, os arts. 37, XIII, e 169, I e II, da Constituição Federal, não constituem óbice à pretensão, seja por não estarmos diante de vinculação ou equiparação de vencimentos, mas de REVISÃO GERAL isonômica de remuneração, garantida por outro preceito constitucional expresso (art. 37, X), seja por decorrerem as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 de autorização e dotação orçamentárias prévias, que, em face do aludido preceito, não iriam, evidentemente, sob pena de, também, serem inconstitucionais, restringir o reajuste altercado"

.....

"...Não é só; também a Súmula nº 339, do Supremo Tribunal Federal, não impede o deferimento do reajuste vindicado, já que, por ser pertinente a isonomia funcional, é inaplicável ao caso em exame, isonomia constitucional, em que os Apelados procuram tornar efetiva norma constitucional isonômica auto-aplicável até que o Poder competente supra a omissão ocorrida na norma que deveria respeitá-la, apenas isso, nada mais" (cf. AC nº 94.01.10227-9-DF, julg. em 28.03.95).

Contudo, quero deixar bem claro que, se porventura alguma reposição, a título deste reajuste, por lei ou por medida provisória, já foi feita, ou vier a ser feita futuramente, deverá haver imediata compensação, desde a vigência do ato legislativo, absorvendo, por inteiro, o reajuste, ora concedido, se o percentual reposto atingir a cifra de 28,86% (vinte e oito vírgula e seis por cento).

Pelo exposto, pedindo vênia ao eminente Relator Juiz ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, acompanho a divergência, dando provimento à apelação." (fls. 92/97)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

Assim, e ainda pedindo vênia aos doutos patronos dos embargantes - o que peço em particular em homenagem à bem cuidada peça que constitui o pedido de Embargos Infringentes - para negar-lhe provimento, mantendo íntegro o v. acórdão embargado.

É como voto.

Juiz CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

lpd

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

Assim, e ainda pedindo vênia aos doutos patronos dos embargantes - o que peço em particular em homenagem à bem cuidada peça que constitui o pedido de Embargos Infringentes - para negar-lhe provimento, mantendo íntegro o v. acórdão embargado.

É como voto.

Juiz CARLOS FERNANDO MATHIAS
Relator

lpd

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

185

EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 95.01.27069-6/DF
RELATOR : EXMO. SR. JUIZ CARLOS FERNANDO MATHIAS
EMBARGANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
ADVOGADOS : DRS. OTÁVIO BRITO LOPES E OUTRO
EMBARGADOS : ADÃO DO CARMO E OUTROS
ADVOGADOS : DRS. ALUISIO XAVIER DE ALBUQUERQUE E OUTROS

EMENTA

EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. LEIS Nºs 8.622/93 E 8.627/93.

1 - A matéria referente ao reajuste de 28,86% concedido aos militares pela Lei nº 8.622/93 e 8.627/93 é apenas parecida com a relacionada com o reajuste de 45%, concedido, igualmente, aos militares, pela Lei nº 8.237/91.

2 - O art. 37, X, da Constituição, tem o claro objetivo de evitar que a revisão geral de remuneração dos servidores públicos, quer sejam civis, quer sejam militares, tenha não só data mas índices diversos.

3 - As Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 vieram a lume na data da revisão geral da remuneração dos servidores púbicos e tratam, sem margem de dúvida, de revisão geral de remuneração

4 - O direito pretoriano tem-se inclinado, de modo majoritário, porque o reajuste de 28,86% estenda-se a todos os servidores públicos, indistintamente.

5 - Embargos não providos.

ACÓRDÃO

Decide a Seção negar provimento aos Embargos Infringentes, por maioria.

1ª Seção do TRF da 1ª Região - 22/11/95.

JUIZ CATÃO ALVES
PRESIDENTE

(aposentado)

JUIZ CARLOS FERNANDO MATHIAS
RELATOR

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

185

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO

SESSÃO DA SEGUNDA TURMA

Pauta de: 20/05/98 Julgado em: 20/05/98 AC 1998.01.00.024836-3/DF

RELATOR(a): Exmo(a). Sr(a). JUIZA ASSUSETE MAGALHAES
PRESIDENTE DA SESSÃO: Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) JIRAIR ARAM MEGUERIAN
PROC. DA REPÚBLICA: Exmo(a). Sr(a). Dr(a) MARINHO MENDES DOMENICI
SECRETÁRIO(A): DRª. KÁTIA MARIA SOARES FREIRE

AUTUAÇÃO

APTE	: UNIAO FEDERAL		
PROCUR.	: AMAURY JOSE DE AQUINO CARVALHO		
APDO	: ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)		
ADV	: AMARIO CASSIMIRO DA SILVA		
REMTE	: JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-DF		
Nº DE ORIGEM	: 199734000106830	VARA	: 2
JUSTIÇA	: JUSTICA FEDERAL	ESTADO/COM.	: DF

SUSTENTAÇÃO ORAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA , ao apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou as preliminares argüidas e, no mérito, negou provimento à Apelação e deu provimento parcial à Remessa Oficial, nos termos do voto da Juíza Relatora".
Participaram do julgamento os Exmos. Juízes Jirair Aram Meguerian e Carlos Fernando Mathias.

Brasília, 20 de MAIO de 1998

DRª. KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
Secretário(a)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

187

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
APELANTE : UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR : AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
APELADOS : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
ADVOGADO : AMÁRIO CASSIMIRO DA SILVA
REMETENTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA/DF

EMENTA

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - FUNCIONÁRIO PÚBLICO - REAJUSTE DE VENCIMENTOS, EM JANEIRO DE 1993 (28,86%) - LEIS Nº 8.622/93 E 8.627/93 - CUSTAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO.

I - A jurisprudência majoritária da 1ª Seção do TRF/1ª Região orientou-se no sentido de que devida a extensão, aos vencimentos dos servidores públicos federais civis, do reajuste de soldos de 28,86%, concedido, aos militares, pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, em face do art. 37, X, da Constituição Federal, que assegura a igualdade de índices e de data para a revisão geral de remuneração dos servidores públicos (Embargos Infringentes em AC nº 95.01.27069-6/DF, Rel. Juiz Carlos Mathias, 1ª Seção do TRF/1ª Região, maioria).

II - Ressalva do entendimento em contrário da Relatora.

III - A condenação das entidades isentas, quando vencidas, ao pagamento de custas processuais, deve limitar-se ao reembolso das recolhidas pela parte vencedora, a teor do art. 4º, I, e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96 e da Súmula nº 01 do TRF/1ª Região.

IV - Preliminares rejeitadas. Apelação improvida.

V - Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar as preliminares, negar provimento à Apelação e dar parcial provimento à Remessa Oficial, à unanimidade.

2ª Turma do TRF da 1ª Região - 20.05.98.

Juíza ASSUSETE MAGALHÃES
RELATORA

Fapo/windows/a:/98/95.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

EM BRANCO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

AC nº 1998.01.00.024836-3/DF

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o acórdão de folhas retro foi publicado no Diário da Justiça, Seção II, de 15 / 06 /98 .

Brasília, 15 de junho de 1998 .

Maria Angélica da Silva
Diretora da Divisão de Coordenação de Julgamentos
da Subsecretaria da Segunda Turma

JUNTADA

Aos 18 de junho de 1998 junto a estes autos cópia do Mandado de Intimação nº 126/98 - SSTUR do que eu , Técnico Judiciário lavrei este termo.

EM BRANCO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

185

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Mandado de Intimação nº 126/98 - SSTUR/DIJUL

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O Juiz Presidente da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

MANDA

a qualquer Oficial de Justiça deste Tribunal que, em cumprimento ao presente mandado, passado na forma do artigo 6º da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, **INTIME** a União Federal na pessoa do Exmº Sr. Procurador Regional da Advocacia-Geral da União, no Setor de Autarquias Sul Quadra 02 Bloco E, do(s) Acórdão (s) publicado(s) no Diário da Justiça de 15 de junho de 1998, do(s) processo(s) nº(s) : **AC 91.01.08896-3/MG, AC 95.01.27327-0/DF, AC 96.01.35532-4/PI, AC 96.01.39829-5/MG, AMS 96.01.45756-9/DF, AC 96.01.49903-2/DF, AC 96.01.52147-0/DF, AC 96.01.56438-1/MG, AC 1997.01.00.033248-1/DF, AC 1997.01.00.047228-7/DF, AC 1997.01.00.055303-0/MG, AC 1997.01.00.056362-8/AC, AG 1998.01.00.001905-2/DF, AC 1998.01.00.005332-2/DF, AC 1998.01.00.006303-9/DF, AC 1998.01.00.018647-0/DF, AC 1998.01.00.020372-7/MG, AC 1998.01.00.023481-0/MG, AC 1998.01.00.024392-6/PA, AC 1998.01.00.024836-3/DF, AC 1998.01.00.024853-8/DF, AC 1998.01.00.024854-1/DF, AC 1998.01.00.025093-5/DF, AC 1998.01.00.025312-5/RO, AC 1998.01.00.025349-9/DF, AC 1998.01.00.025465-1/RO, AC 1998.01.00.025773-2/MG, AC 1998.01.00.026345-5/DF,** cuja(s) cópia(s)em anexo, fica(m) fazendo parte integrante deste.

O QUE CUMPRA, lavrando as certidões necessárias, que trará a Juízo, para os devidos e legais efeitos. Dado, passado e assinado pela Diretora da Subsecretaria da Segunda Turma, por ordem do Exmº Sr Juiz Presidente da Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nesta cidade de Brasília-DF, em 15 de junho de 1998.

CIENTE EM 15/06/98

Manoel Lopes de Sousa
Procurador Regional da União
1.ª Região - Substituto

KATIA MARIA SOARES FREIRE
Diretora da Subsecretaria da Segunda Turma

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

CERTIDÃO

Certifico que nesta data cumpri o presente mandado em todos os seus termos. O referido é verdade e dou fé.

Brasília-DF, 16 de junho de 1998.

Maria Lúcia Pereira dos Santos
Oficiala de Justiça Avaliadora

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PROCESSO: AC 199[illegible].01. 00. 0 24836-3/DF

FLS. 190

JUNTADA

Aos 12 de agosto de 1998, junto a estes autos **a petição nº** 370534-Embargos de declaração, do que eu _____, Técnico Judiciário, lavrei este termo.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

EM BRANCO

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 191

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ RELATOR DA 2ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

REF. PROC. : AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF
APELANTE(S) : UNIÃO
APELADO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
19 JUN 1998 370534
PROTOCOLO
SJ-SUBSEC.REG.E INF.PROC.

A **UNIÃO**, por seu Procurador Regional que esta subscreve, com fundamento no art. 9º da Lei Complementar nº 73/93, vem, à respeitável presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 535, I do Código de Processo Civil e art. 261 do Regimento Interno do Egrégio TRF - 1ª Região, opor os presentes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ao v. Acórdão de fls. , pelas razões que passa a expor:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª Região - Fls. 192

PRELIMINARMENTE

I - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O recurso ora oposto encontra-se em tempo hábil, sendo tempestivo, ***ex vi*** art. 188, c/c os arts. 241 e 536 do CPC.

II - DO MÉRITO

Os Embargos ora opostos são, perfeitamente, cabíveis, porquanto houve contradição e obscuridade no v. Acórdão, que encontra-se assim ementado, ***verbis:***

> CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - FUNCIONÁRIO PÚBLICO - REAJUSTE DE VENCIMENTOS, EM JANEIRO DE 1993 (28,86%) - LEIS Nº 8.622/93 E 8.627/93 - CUSTAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO.
>
> I - A jurisprudência majoritária da 1ª Seção do TRF/1ª Região orientou-se no sentido de que devida a extensão, aos vencimentos dos servidores públicos federais civis, do reajuste de soldos de 28,86%, concedido, aos militares, pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, em face do art. 37, X, da Constituição Federal, que assegura a igualdade de índices e de data para a revisão geral de remuneração dos servidores públicos (Embargos Infringentes em AC nº 95.01.27069-6/DF, Rel. Juiz Carlos Mathias, 1ª Seção do TRF/1ª Região, maioria).
>
> II - Ressalva do entendimento em contrário da Relatora.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª Região - Fls. 193

III - A condenação das entidades isentas, quando vencidas, ao pagamento de custas processuais, deve limitar-se ao reembolso daquelas recolhidas pela parte vencedora (art. 4º , I e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96) .

IV - Preliminares rejeitadas. Apelação improvida.

V - Remessa oficial parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar as preliminares, negar provimento à Apelação e dar parcial provimento à Remessa Oficial, à unanimidade.

Por sua vez, a União ao interpor sua Apelação requereu expressamente:

"Na eventualidade de ser inacolhida a tese esposada na sua plenitude, requer seja reformada a r. decisão para o efeito de determinar a compensação de diferenças existentes entre os servidores civis federais, tudo conforme for apurado em fase satisfativa, se na verdade vier a ocorrer evitando-se, assim, o enriquecimento sem justa causa."

O Exmo. Relator do acórdão ao proferir seu voto assim se manifestou, ***verbis***:

"……

Embora, **data maxima venia**, não esteja convencida do desacerto dos fundamentos de meu voto vencido, curvo-me à posição majoritária da 1ª Seção do TRF/1ª Região, fazendo juntar a íntegra dos votos proferidos na AC nº 95.01.10866-0/MG, Relator o eminente Juiz Jirair Meguerian, e nos Embargos Infringentes em AC nº 95.01.27069-6/DF, Relator o ilustre Juiz Carlos Fernando Mathias, fazendo, de seus fundamentos, parte integrante do presente voto, para confirmar a sentença que concedeu o aludido reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seus por cento) sobre os vencimentos dos autores, deduzidas, entretanto, as compensações e reposições determinadas pela legislação posterior, a tal título.

98AS510Db-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª Região - Fls. 194

.....

Pelo exposto, rejeito as preliminares, nego provimento à apelação e dou parcial provimento à remessa oficial, para que a condenação da Ré ao pagamento de custas processuais limite-se ao reembolso daquelas adiantadas pelos autores (art. 4º, I e parágrafo único, da Lei nº 9.289).

É como voto."

Entretanto, o eminente Relator ao concluir sua decisão, por equívoco, "negou provimento à apelação e deu parcial à remessa oficial", quando na verdade deveria ter **"dado parcial provimento à apelação e à remessa oficial",** com condenação de sucumbências recíprocas, vez que o mesmo reconheceu expressamente em seu voto a procedência da compensação das parcelas que tenham sido pagas administrativamente.

Dessa forma, observa-se a nítida contradição existente no Voto do Relator e no Acórdão, que apesar de ter ressalvado a compensação de reajustes, em sua parte conclusiva, no entanto, negou provimento à apelação e deu parcial à remessa oficial, quando o correto seria **dar parcial provimento à apelação e à remessa oficial**, e, por conseguinte, ter reformado em parte a douta decisão monocrática, vez que deferiu a compensação.

Referido julgado, foi, ainda, obscuro, pois tratou de ressalvar só a compensação das parcelas que tenham sido pagas administrativamente, a título de reposição expressa e específica do reajuste médio de 28,86% das Leis nº 8.622 e nº 8.627/93, sem explicitar, no entanto, se deveriam **ser deduzidas as compensações e reposições determinadas tanto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627/93, quanto por legislação posterior.**

98AS510Db-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª Região - Fls. 195

Tal esclarecimento é fundamental, pois as Leis nºs 8.622 e 8.627/93, além de não terem concedido índice linear de 28,86% a todos os servidores militares, também, contemplou várias categorias de servidores civis, razão pela qual deveria ser feita a respectiva compensação de aumento já concedido, pelas citadas leis e até por diplomas legais posteriores, pois, do contrário estaria possibilitando-se o recebimento de reajuste sobre reajustes em flagrante completamente ilícito, vez que é notório que inúmeras categorias funcionais de servidores públicos civis obtiveram os mais diversificados reajuste, como por exemplo, os integrantes da carreira de magistério com índice muito além dos 28,86%.

Aliás, outro não tem sido o entendimento dessa Egrégia Corte que pacificamente vem reconhecendo e ressalvando que se por ventura alguma reposição à título deste reajuste, por lei ou medida provisória, já foi feita, ou vier a ser feita futuramente, deverá haver a imediata compensação, desde a vigência do ato legislativo, absorvendo, por inteiro, o reajuste concedido, até o percentual reposto atingir a cifra de 28,86% (***ex vi*** decisão anexas).

Tal entendimento, por sinal, guarda perfeita consonância com recente decisão do Excelso Supremo Tribunal Federal, que reconheceu que deveriam ser compensados não só os aumentos decorrentes de leis posteriores, quantos os resultantes das próprias Leis nºs 8.622 e 8.627/93, senão vejamos, ***in verbis***:

"……

Acompanhou o eminente Relator, o Ministro Maurício Corrêa, enquanto o eminente Min. Nelson Jobim acolheu os embargos apenas para declarar **que haverão de ser compensadas, na remuneração dos embargos, os aumentos resultantes de leis posteriores.**

Pedi vistas dos autos, **para afastar dúvidas que me ocorreram acerca desses acréscimos, não os decorrentes de leis posteriores, mas os decorrentes da própria Lei nº 8.627/93.**

98AS510Db-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª Região
Fls. 196

Registro, preliminarmente, que tenho **eventuais reajustes remuneratórios ocorridos posteriormente à referida lei (ex: MP nº 583 de agosto/94)** como irrelevantes para o deslinde da controvérsia, **havendo de ser considerados,** em sua aplicação, os valores tal qual apurados em razão da presente decisão.

Na verdade, como se recorda, para chegar-se ao índice de 28,86%, que foi tido como correspondente ao reajuste geral concedido a todo o funcionalismo, civil e militar, e , como tal, aplicado aos servidores do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos servidores do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal, considerou-se a média percentual resultante da adequação dos postos e graduações dos servidores militares.

Melhor exame da Lei nº 8.627/93, entretanto, revela que não apenas os servidores militares resultaram por ela beneficiados, por meio da "adequação dos postos e graduações", mas também nada menos que vinte categorias de servidores civis, contemplados pelo eufêmico "reposicionamento" previsto em seus artigos 1º e 3º, entre elas a dos "servidores do Plano de Classificação de Cargos das Leis nº 5.645/70 e 6.550/78".

Assim, conforme enfatizou o em. Ministro Otávio Gallotti, quando do julgamento ora embargado, "não houve... uma singela extensão, a servidores civis, de valores de soldos de militares", o que a jurisprudência do STF não tolerava, mas a extensão de reajuste concedido aos militares e a numerosíssima carreiras do funcionalismo civil.

Trata-se de circunstância que não se pode deixar de ter em conta, quando se cuida de estender o percentual de 28,86% às categorias funcionais que restaram excluídas da revisão geral. É certo que a matéria não chegou a ser argüida pela União, no curso do processo, não tendo restado esclarecido, senão por meio de memorial do Advogado-Geral da União, datado do último dia 02 de setembro, que alguns dos impetrantes integram categorias beneficiadas pela referida lei. Assim é que três deles (Helena da Silva Simões, Lázaro José Casimiro e Aluísio Oliveira de Queiroga) tiveram seus vencimentos reajustados em mais de 28,86%; enquanto seis outros (Janete Balzani Marques, Leonardo Soares do

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª Região - Fls. 197

.7

Nascimento, Clara Diana de Souza Pinto, Nilton Antônio dos Santos, Adélia da Silva Aguiar e Nilza Maria de Paula Pires) foram beneficiados com aumentos variáveis de 3,55 a 11,29%. Um deles apenas Edna Kinoshita, ocupante de cargo em comissão, não teve os vencimentos reajustados pela referida lei.

A Lei nº 8.627/93 contém elementos concretos que permitem chegar a esses resultados; elementos, aliás, a partir dos quais foi deduzida a regra que resultou aplicada. Não poderiam eles, portanto, ter sido desprezados pelo acórdão, que julgou o recurso como se apenas os servidores militares houvessem sido beneficiados pelo mencionado diploma legal, não obstante as observações contidas no voto do eminente Ministro Otávio Gallotti.

A hipótese, portanto, não é de simples obscuridade, mas de erro material, corrigível pelo órgão julgador a qualquer tempo (art. 463 do CPC).

Assim, meu voto acolhe parcialmente os embargos, para o fim de declarar que o recurso foi provido apenas em relação à recorrente Edna Kinoshita; foi provido, em parte, quanto aos seis impetrantes supra relacionados; e foi desprovido no tocante aos demais."

(EMB. DECL. EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.307/7-DF, STF, Relator Min. Ilmar Galvão, ***in*** DJ. 18/03/98, p. 1).

Dessa forma, observa-se a nítida obscuridade no Voto e na Ementa, pois é preciso o acórdão dispor, por dele constar que da conjugação das Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 foi extraído o entendimento de ter havido uma **revisão geral,** que os reajustes já concedidos, pela própria Lei 8.627/93 (conforme os seus anexos) e por atos legais posteriores, aos apelados deverão ser deduzidos, por ocasião da liquidação da decisão.

Considere-se que tal **esclarecimento**, no que viesse a **integrar** o Voto do Relator e Acórdão, ora embargado, creditaria ao ***decisum***, **maior**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª Região - Fls. 198

inteireza e completitude, a contribuírem para evitarem-se desgastantes delongas processuais por desentendimentos, nos milhares de processos já instaurados.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a UNIÃO o conhecimento e provimento dos Embargos ora opostos, para o fim de que seja suprida a contradição e a obscuridade verificadas no Voto do Relator e no v. Acórdão.

Brasília-DF, 19 de junho de 1998.

MANOEL LOPES DE SOUSA
Procurador-Regional da União - 1ª Região
Substituto - OAB/RJ 564-B

ALEXANDRE DO COUTO E SILVA COSTA
Advogado - OAB/DF 11.646

98AS510Db-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PROCESSO: AC nº 1998.01.00.024836-3/DF

FLS. 199

CONCLUSÃO

Aos 17 de agosto de 1998

faço estes autos conclusos ao(à) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Assusete Magalhães - Relatora - com Embargos de Declaração

Diretora da Subsecretaria da Segunda Turma.

RECEBIDO EM 19/08/98

Domingos Fco. Mendes Filho
Técnico Judiciário
Gab. Juiza Assusete Magalhães
TRF/1ª Região

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : UNIÃO FEDERAL
EMBARGADO : V. ACÓRDÃO DE FLS. 131/187

R E L A T Ó R I O

A EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA): - Opõe a União Federal embargos de declaração ao acórdão proferido na AC nº 1998.01.00.024836-3/DF, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - FUNCIONÁRIO PÚBLICO - REAJUSTE DE VENCIMENTOS, EM JANEIRO DE 1993 (28,86%) - LEIS Nº 8.622/93 E 8.627/93 - CUSTAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO.

I - A jurisprudência majoritária da 1ª Seção do TRF/1ª Região orientou-se no sentido de que devida a extensão, aos vencimentos dos servidores públicos federais civis, do reajuste de soldos de 28,86%, concedido, aos militares, pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, em face do art. 37, X, da Constituição Federal, que assegura a igualdade de índices e de data para a revisão geral de remuneração dos servidores públicos (Embargos Infringentes em AC nº 95.01.27069-6/DF, Rel. Juiz Carlos Mathias, 1ª Seção do TRF/1ª Região, maioria).

II - Ressalva do entendimento em contrário da Relatora.

III - A condenação das entidades isentas, quando vencidas, ao pagamento de custas processuais, deve limitar-se ao reembolso das recolhidas pela parte vencedora, a teor do art. 4º, I, e parágrafo único, da Lei nº 9.289/96 e da Súmula nº 01 do TRF/1ª Região.

IV - Preliminares rejeitadas. Apelação improvida.

wsi/windows/a:/98/70.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

V - Remessa oficial parcialmente provida." (fls. 187).

Sustenta a embargante, em síntese, que existe contradição e obscuridade no acórdão e no voto da Relatora, pois, apesar de ter ressalvado a compensação de reajustes, em sua parte conclusiva, entretanto, negou provimento à apelação e deu parcial provimento à remessa oficial, quando deveria ter dado parcial provimento à apelação e à remessa; que o julgado é obscuro, "pois tratou de ressalvar só a compensação das parcelas que tenham sido pagas administrativamente, a título de reposição expressa e específica do reajuste médio de 28,86% das Leis nº 8.622 e nº 8.627/93, sem explicitar, no entanto, se deveriam **ser deduzidas as compensações e reposições determinadas tanto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627/93, quanto por legislação posterior**"; que "tal esclarecimento é fundamental, pois as Leis nºs 8.622 e 8.627/93, além de não terem concedido índice linear de 28,86% a todos os servidores militares, também, contemplou várias categorias de servidores civis, razão pela qual deveria ser feita a respectiva compensação de aumento já concedido, pelas citadas leis e até por diplomas legais posteriores, pois, do contrário estaria possibilitando-se o recebimento de reajuste sobre reajustes em flagrante locupletamento ilícito, vez que é notório que inúmeras categorias funcionais de servidores públicos civis obtiveram os mais diversos reajustes, como por exemplo, os integrantes da carreira de magistério com índice muito além dos 28,86%"; que tal entendimento guarda sintonia com recente decisão do colendo STF, ao julgar a matéria; que, dessa forma, "observa-se a nítida obscuridade no Voto e na Ementa, pois é preciso o acórdão dispor, por dele constar que da conjugação das Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 foi extraído o entendimento de ter havido uma **revisão geral**, que os reajustes já concedidos, pela própria Lei 8.627/93 (conforme os seus anexos) e por atos legais posteriores, aos apelados deverão ser deduzidos, por ocasião da liquidação da decisão." Pede, a

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

202
C

final, o acolhimento dos embargos de declaração, para que sejam supridas a contradição e obscuridade apontadas (fls. 191/198).

É o relatório.

wsi/windows/a:/98/70.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : UNIÃO FEDERAL
EMBARGADO : V. ACÓRDÃO DE FLS. 131/187

V O T O

A EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA): - Inexistem, em verdade, as alegadas contradição e obscuridade no voto e no acórdão, tendo o voto da Relatora, na forma da jurisprudência majoritária do TRF/1ª Região, determinado a dedução, em execução de sentença, apenas das compensações e reposições determinadas pela legislação posterior, a título de reajuste de vencimentos de 28,86% (vinte e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais) (fls. 138).

O mesmo ocorreu no voto de fls. 164, que faz parte integrante do voto da Relatora (fls. 138).

Se a jurisprudência majoritária do TRF/1ª Região — à qual me tenho curvado (pelo menos até a publicação do acórdão do STF, nos Embargos de Declaração no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7/DF, no DJU de 26/06/98) — entende que não podem ser deduzidos os percentuais de reajuste decorrentes do reposicionamento procedido pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 — como requereu a apelante — admitindo a compensação, em execução de sentença, apenas de eventual reposição específica do reajuste de vencimentos de 28,86%, e não provando a ré a existência da aludida reposição, inexiste obscuridade ou contradição no acórdão, ao negar provimento à apelação, com a ressalva de fls. 138, e dar parcial provimento à remessa oficial, quanto às custas processuais.

Conquanto perfilhe entendimento contrário, como se vê de fls. 138 e 140/159, tenho-me curvado à jurisprudência majoritária do TRF/1ª Região, que entende que as Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de remuneração, na forma do

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

art. 37, X, da CF, pelo que inadmite sejam feitas deduções do reposicionamento concedido pelas aludidas Leis.

À época do julgamento havia notícia de recente julgamento do STF sobre a matéria, nos embargos de declaração no Recurso Ordinário em MS nº 22.307-7/DF.

Em face, entretanto, de não ter logrado obter, à época do julgamento do presente feito, acesso aos votos dos eminentes Ministros, proferidos no mencionado julgamento, por ainda não publicado o acórdão, na ocasião desconhecia, efetivamente, qual a corrente que restara vitoriosa, motivo pelo qual continuei a me curvar à orientação majoritária da jurisprudência do egrégio TRF/1ª Região.

De qualquer sorte, inexistindo, no acórdão, as alegadas contradição e obscuridade, nos termos do art. 535, I, do CPC, sua eventual reforma deverá ser buscada pela via recursal própria.

Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração.

É como voto.

wsi/windows/a:/98/70.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

2051

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
Certidão de Julgamento

08/09/1998

Sessão da(o) SEGUNDA TURMA

Pauta de: 20/05/1998 Julgado em: 01/09/1998 AC 1998.01.00.024836-3 / DF

Relator: Exmo(a). Sr(a) JUIZA ASSUSETE MAGALHAES
Revisor: Exmo(a). Sr(a)

Presidente da Sessão: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Proc. Reg. da República: Exmo(a). Sr(a). Dr(a) FERNANDO HENRIQUE O. DE MACEDO
Secretário(a): DRA. KÁTIA MARIA SOARES FREIRE

APTE : UNIAO FEDERAL
PROCUR. : AMAURY JOSE DE AQUINO CARVALHO
APDO : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)
ADV : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
REMTE : JUIZO FEDERAL DA 2A VARA-DF

Nº de Origem: 1997.34.00.010683-0 Vara: 2 Estado/Com.: DF
Justiça de Origem JUSTICA FEDERAL

Sustentação Oral

Certidão

Certifico que a(o) egrégia(SEGUNDA TURMA , ao apreciar o processo em epígrafe, em Sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embte : União Federal
Proc. : Dr. Manoel Lopes de Sousa
Embdo: V. Acórdão de fl. 131/187

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Juíza Relatora".
Participaram do Julgamento os Excelentíssimos Senhores Juízes JIRAIR ARAM MEGUERIAN E CARLOS FERNANDO MATHIAS.

Brasília, 01 de setembro de 1998.

DRA. KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
Secretário(a)

206

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF
RELATORA : EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES
APELANTE : UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR : AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
APELADOS : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
ADVOGADO : AMÁRIO CASSIMIRO DA SILVA
REMETENTE : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA/DF

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF
EMBARGANTE : UNIÃO FEDERAL
PROCURADORES: MANOEL LOPES DE SOUSA
EMBARGADO : V. ACÓRDÃO DE FLS. 131/187

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES - ART. 535, I, DO CPC.

I - Inexistindo contradição e obscuridade no acórdão, a serem sanadas via de embargos de declaração, nos termos do art. 535, I, do CPC, rejeitam-se os embargos.
II - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Decide a Turma rejeitar os Embargos de Declaração, à unanimidade.
2ª Turma do TRF da 1ª Região - 01.09.98.

Juíza ASSUSETE MAGALHÃES
RELATORA

wsi/windows/a:/98/70.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

20
C

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o acórdão de folhas retro foi publicado no Diário da Justiça, Seção II, de 24 / 09 /98 .

Brasília, 24 de setembro de 1998 .

Maria Angélica da Silva
Diretora da Divisão de Coordenação de Julgamentos
da Subsecretaria da Segunda Turma

JUNTADA

Aos 28 de setembro de 1998 junto a estes autos cópia do Mandado de Intimação nº 209/98 - SSTUR do que , Técnico Judiciário

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIÃO

208
C

SUBSECRETARIA DA 2a TURMA
DIV COORDENACAO DE JULGAMENTOS - 2T

Mandado de Intimação Nº 209 / 98

O JUIZ JIRAIR ARAM MEGUERIAN
Presidente da 2ª Turma do TRF da 1ª Região

MANDA

a qualquer Oficial de Justiça deste Tribunal, que em cumprimento ao presente mandado, passado na forma do artigo 6º da Lei nº 9.028 de 12/04/1995, INTIME a UNIÃO FEDERAL, na pessoa do Exmº Sr. Procurador Regional da Advocacia Geral da União, dos acórdãos publicados no Diário da Justiça do dia 24 de setembro de 1998, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s), que se segue(m) e cuja(s) cópias, em anexo, faz(em) parte integrante deste.

PROCESSOS

AC	94.01.27411-8 / MG	AMS	96.01.21465-8 / DF	AMS	96.01.37566-0 / DF
AG	96.01.39206-8 / MG	AC	96.01.44450-5 / DF	AMS	1997.01.00.006189-3 / DF
AMS	1997.01.00.006609-3 / DF	AC	1997.01.00.031131-0 / DF	AC	1997.01.00.051996-0 / RR
AC	1997.01.00.057912-4 / DF	AC	1997.01.00.058461-6 / DF	AC	1998.01.00.000249-4 / MT
AC	1998.01.00.001176-0 / DF	AC	1998.01.00.001407-0 / PI	AC	1998.01.00.002625-3 / DF
AC	1998.01.00.002817-1 / RO	AC	1998.01.00.003474-0 / DF	AC	1998.01.00.004837-9 / DF
AC	1998.01.00.005351-4 / DF	AC	1998.01.00.005360-3 / DF	AC	1998.01.00.005581-6 / DF
AC	1998.01.00.006302-5 / DF	AC	1998.01.00.006770-4 / DF	AC	1998.01.00.006772-1 / DF
AC	1998.01.00.006784-1 / DF	AC	1998.01.00.007136-5 / DF	AC	1998.01.00.007207-2 / DF
AC	1998.01.00.007492-2 / DF	AC	1998.01.00.007839-9 / DF	AC	1998.01.00.007869-7 / PA
AC	1998.01.00.007948-0 / PA	AC	1998.01.00.008934-3 / DF	AC	1998.01.00.008963-8 / DF
AC	1998.01.00.009599-1 / DF	AC	1998.01.00.011607-3 / DF	AC	1998.01.00.012007-3 / RR
AC	1998.01.00.012014-5 / RR	AC	1998.01.00.012035-4 / RR	AC	1998.01.00.012833-1 / RR
AC	1998.01.00.012957-3 / DF	AC	1998.01.00.013641-4 / RR	AC	1998.01.00.014104-6 / DF
AC	1998.01.00.014964-7 / DF	AC	1998.01.00.015445-7 / DF	AC	1998.01.00.016531-2 / MG
AC	1998.01.00.016570-0 / DF	AC	1998.01.00.018389-3 / BA	AC	1998.01.00.018632-0 / AC
AC	1998.01.00.020372-7 / MG	AC	1998.01.00.022307-8 / DF	AC	1998.01.00.022939-4 / DF
AC	1998.01.00.023240-2 / DF	AC	1998.01.00.023275-9 / DF	AC	1998.01.00.023481-0 / MG
AC	1998.01.00.023706-2 / DF	AC	1998.01.00.024392-6 / PA	AC	1998.01.00.024836-3 / DF
AC	1998.01.00.024853-8 / DF	AC	1998.01.00.024854-1 / DF	AC	1998.01.00.024955-7 / MT
AC	1998.01.00.024995-8 / DF	AC	1998.01.00.025050-3 / MG	AC	1998.01.00.025345-4 / DF
AC	1998.01.00.025531-0 / DF	AC	1998.01.00.025866-2 / DF	AC	1998.01.00.026240-5 / DF
AC	1998.01.00.026272-0 / DF	AC	1998.01.00.026598-3 / DF	AC	1998.01.00.026607-7 / MG
AC	1998.01.00.026690-6 / DF	AC	1998.01.00.026746-6 / DF	AC	1998.01.00.027983-0 / MG
AC	1998.01.00.028380-0 / MG	AC	1998.01.00.028845-6 / MG	AC	1998.01.00.029241-1 / DF
AC	1998.01.00.029567-4 / MG	AC	1998.01.00.030537-7 / RR	AC	1998.01.00.030557-2 / DF
AC	1998.01.00.032108-7 / DF	AC	1998.01.00.035603-0 / DF	AC	1998.01.00.035607-5 / DF
AC	1998.01.00.040043-5 / MG	AC	1998.01.00.040229-5 / MG	AC	1998.01.00.043341-6 / DF
AC	1998.01.00.044073-7 / MG	AC	1998.01.00.044873-1 / DF	AC	1998.01.00.045559-3 / DF
AC	1998.01.00.046562-1 / DF	AC	1998.01.00.049408-8 / DF	AC	1998.01.00.049609-5 / MG
AC	1998.01.00.049760-0 / DF	AC	1998.01.00.053319-6 / MG		

O QUE CUMPRA, lavrando as certidões necessárias, que trará a Juízo, para os devidos e legais efeitos. Dado, passado e assinado pelo(a) DIRETOR(A) DA(O) SUBSECRETARIA DA 2a TURMA, por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente da 2ª Turma do TRF da 1ª Região, nesta cidade de Brasília-DF, em 24 de setembro de 1998.

VISTO. ARQUIVE-SE.
EM 25/9/98

Manoel Lopes de Sousa
Procurador Regional da
União - 1ª Região
Substituto

Kátia Maria Soares Freire
KÁTIA MARIA SOARES FREIRE
DIRETOR(A) DA(O) SUBSECRETARIA DA 2a TURMA

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

CERTIDÃO

Certifico que nesta data cumpri o presente mandado em todos os seus termos. O referido é verdade e dou fé.

Brasília-DF., 25 de setembro de 1998.

Valéria Moreira Pereira Camargo
Oficiala de Justiça Avaliadora

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Processo : Ac nº 1998.01.00. 024836-3/DF Fls. 209

C E R T I D Ã O

Certifico que os presentes autos foram retirados desta Subsecretaria pelo (a) **A.G.U.** em 01 / 10 / 1998, e devolvidos em 06/10/1998.
Brasília - DF, 01 de outubro de 1998.

Técnico Judiciário

J U N T A D A

s 13 de Outubro de 1998
to a estes autos a petição nº 409256.
do que
u , Técnico Judiciário,
vrei este termo.

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 210

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ RELATOR DA 2ª TURMA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

REF. PROC. : AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF
APELANTE(S) : UNIÃO
APELADO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
15 OUT 1040 09256
PROTOCOLO
SJ-SUBSEC.REC.E INF.PROC.

A **UNIÃO**, por seu Procurador Regional que esta subscreve, com fundamento na Lei Complementar nº 73/93, nos autos do processo acima referido, vem, respeitosamente, presença de Vossa Excelência expor e requerer o que segue:

A vantagem do art. 1º da Medida Provisória nº 1.704-I, de 30.07.98 (cópia anexa, reedição), poderá ser estendida aos autores da presente ação, na forma facultada pelo art. 7º do referido diploma legal, o que representa a extensão da decisão proferida pelo STF nos autos do RMS nº 22.307-7-DF, ou seja, a incorporação aos vencimentos do percentual dos 28,86%, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627/93, a partir de julho de 1998.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 211

Quanto à questão relativa aos valores atrasados período de 01 de janeiro de 1993 a 30 de junho de 1998 – está igualmente previsto o pagamento pela via administrativa, mediante transação, na forma disciplinada pelos arts. 7º da referida medida provisória.

Por isto, requer a União sejam os autores intimados para, no prazo fixado por Vossa Excelência, manifestarem seu eventual assentimento - expresso ou tácito (considerado este com a simples ausência de manifestação, no prazo) - ao pagamento na forma estabelecida no art. 6º da MP nº 1.704-I/93, caso em que, desde logo, pede a indispensável homologação judicial, para todos os fins de direito, e a extinção do processo.

P. deferimento,

Brasília, 05 de outubro de 1998.

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador Regional da União
1ª Região

Manoel Lopes de Sousa
Procurador Regional da União - 1ª Região
Substituto

ALEXANDRE DO COUTO E SILVA COSTA
Advogado - OAB/DF 11.646

98AS402Pb-B

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 213

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

REF. PROC. : AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF
APELANTE(S) : UNIÃO
APELADO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
- 5 OUT 10 33 09 409230
PROTOCOLO
SJ-SURSEC-REP E INF-PROC.

A **UNIÃO**, por seu Procurador-Regional-1ª Região que esta subscreve, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 73/93, no feito em epígrafe, inconformada com os termos do v. acórdão recorrido, vem interpor o presente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO,

conforme previsto no artigo 102, inciso III, alíneas "**a**" e "**b**", da Constituição Federal, com fulcro no artigo 541 e seguintes do Código Civil, com a nova redação da Lei nº 8.950/94, o que faz com base na argüição consubstanciada na petição anexa.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 214

A espécie contempla os pressupostos genéricos e específicos e suficientes à interposição do presente recurso ante o Supremo Tribunal Federal, circunstância que autoriza a remessa do apelo extremo ao Pretório Excelso, a fim de que, ali recebido em seu efeito regular, seja conhecido e provido, nos termos postulados pela Recorrente.

Ante o exposto, e exercido por Vossa Excelência o juízo provisório de admissibilidade, vem requerer a remessa do feito ao Supremo Tribunal Federal, de molde a ensejar a prestação jurisdicional, conforme requerido.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Brasília-DF, 05 de outubro de 1998.

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador Regional da União
1ª Região

Manoel Lopes de Sousa
Procurador Regional da União - 1ª Região
Substituto

ALEXANDRE DO COUTO E SILVA COSTA
OAB/DF 11646

98AS299Eg-C

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 215

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

RAZÕES DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

REF. PROC. : 1998.01.00.024836-3/DF
APELANTE(S) : UNIÃO
APELADO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)

Excelentíssimos Senhores Ministros,

Inconformada com os termos do v. acórdão recorrido, ***data venia*** do Tribunal ***a quo***, a UNIÃO vem requerer a reforma do mesmo, eis que o aludido julgado não se acha em harmonia com as disposições constitucionais aplicáveis à hipótese versada nos autos, conforme passa a demonstrar.

I - EXPOSIÇÃO DOS FATOS

A pretensão deduzida da inicial, resistida pela União, refere-se à cobrança de supostas diferenças salariais da ordem de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), decorrente de alegada omissão legislativa, em face das Leis nºs 8.622 e 8.627, de 19 de janeiro e 19 de fevereiro de 1993, respectivamente.

O Egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região houve por bem julgar procedente o pedido formulado, ao argumento de que o constitui orientação majoritária naquela Corte que o aludido índice de reajuste salarial, concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622 e 8.627/93, é extensivo aos servidores civis, em face do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, que assegura igualdade na revisão geral da remuneração do funcionalismo.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 216

A União opôs Embargos de Declaração no intuito de sanar a contradição existente no Acórdão, que negou provimento à apelação e à remessa oficial. Entretanto, deixou de ressalvar, se deveriam **ser deduzidas as compensações e reposições determinadas tanto pelas Leis nºs 8.622 e 8.627/93, quanto por legislação posterior**, a teor do recente pronunciamento do Colendo Supremo Tribunal Federal.

O Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, decidiu, entretanto, rejeitar os Embargos de Declaração, por entender inexistente a contradição, estando o voto da eminente Relatora, Juíza Assusete Magalhães, vazado nos seguintes termos, ***in verbis:***

"V O T O

A EXMª SRª JUÍZA ASSUSETE MAGALHÃES (RELATORA): - Inexiste, em verdade, a contradição e obscuridade no voto e no acórdão, tendo o voto da Relatora, na forma da jurisprudência majoritária do TRF/1ª Região, determinado a dedução, em execução de sentença apenas das compensações e reposições determinadas pela legislação posterior, a título de vencimento de 28,86% (vinte e oito inteiros e oitenta e seis centésimos percentuais) (fls.399).

O mesmo ocorreu no voto de fls. 428, que faz parte integrante do voto da relatora (fls. 399).

Se a jurisprudência majoritária do TRF/ 1ª Região - à qual me tenho curvado (pelo menos até a publicação do acórdão do STF, nos Embargos de Declaração no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 22.307-7/DF, no DJU de 26/06/98) - entende que não podem ser deduzidos os percentuais de reajuste decorrentes do reposicionamento procedido pelas Leis nº 8.622/93 e 8.627/93 - como requereu a apelante - admitindo a compensação, em execução de sentença, apenas de eventual reposição específica do reajuste de vencimentos de 28,86%, e não provando a ré a existência da aludida reposição, inexistente obscuridade ou contradições no acórdão, ao negar provimento à apelação, com a ressalva de fls. 399, e dar parcial provimento á remessa oficial, quanto á correção monetária.

98AS299Eg-C

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 21P

Conquanto perfilhe entendimento contrário, como se vê de fls. 399 e 404/423, tenho-me curvado à jurisprudência majoritária do TRF/1ª Região, que entende que as Leis n.°s 8.622/93 e 8.627/93 concederam revisão geral de remuneração, na forma do art. 37, X, da CF, pelo que inadmite sejam feitas deduções do reposicionamento concedido pelas aludidas leis.

Á época do julgamento havia notícia de recente julgamento do STF sobre a matéria, nos embargos de declaração no Recurso Ordinário em MS nº 22.307-7/DF.

Em face, entretanto, de não ter logrado obter, à época do presente feito, acesso aos votos dos eminentes Ministros, proferidos no mencionado julgamento, por ainda não publicado o acórdão, na ocasião desconhecida, efetivamente, qual a corrente que restara vitoriosa, motivo pelo qual continuei a me curvar à orientação mejoritária da jurisprudência do egrégio TRF/1ª Região.

De qualquer sorte, inexistente, no acórdão, as alegadas contradição e obscuridade, nos termos do art. 535, I, do CPC, sua eventual reforma deverá ser buscada pela via recursal própria.

Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração.

É como voto."

Irresignada, a União interpôs o presente Recurso Extraordinário.

II - CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

O presente recurso extraordinário enquadra-se na moldura da alínea "a", inciso III, do art. 102 da Constituição Federal, tendo em vista que a decisão recorrida contrariou direta e frontalmente as disposições do inciso II do art. 5°, da Constituição Federal, o qual dispõe que:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei".

Cabível, também, o apelo extremo com fundamento na alínea "b", inciso III, do art. 102 da Carta Magna, eis que o acórdão impugnado, conforme consta de sua fundamentação, sustenta que há, na espécie, inconstitucionalidade por omissão de preceito constitucional em face das Leis nº 8.622 e 8.627/93, respectivamente, tendo em vista que os referidos diplomas legais teriam excluído os servidores civis de sua clientela beneficiária, o que seria de molde a afrontar o princípio constitucional insculpido no art. 37, inciso X da Lei Maior.

Com efeito, as questões constitucionais suscitadas emergem cristalinas dos fundamentos do acórdão recorrido, eis que o Eg. Tribunal ***a quo*** examinou e decidiu a questão posta nos autos à luz da inconstitucionalidade por omissão dos diplomas legais antes referidos, o que ensejou o prequestionamento explícito do tema ***sub judice***, circunstância que satisfaz por inteiro o pressuposto específico de recorribilidade a que alude a súmula da jurisprudência do Pretório Excelso.

Aliás, a causa é de última instância, julgada à unanimidade pelos membros da Turma a quem competiu esse mister, sendo juridicamente impossível a interposição de quaisquer recursos contra a respectiva decisão na instância inferior, à míngua de previsão legal, estando a matéria, pois, em condições de ser reapreciada pela Corte Suprema.

III - RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA

No Mérito, a decisão do Tribunal ***a quo*** haverá de ser reformada, porquanto o entendimento daquela Corte, tem sido pacífico no sentido de reconhecer e ressalvar que se por ventura alguma reposição a título deste reajuste, por lei

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

ou medida provisória, já foi feita, ou vier a ser feita futuramente, deverá haver imediata compensação, desde a vigência do ato legislativo, absorvendo, por inteiro, o reajuste concedido, até o percentual reposto atingir a cifra de 28,86%.

Tal esclarecimento, é fundamental, pois as Leis nºs 8.622 e 8.627/93, além de não terem concedido índice linear de 28,86% a todos os servidores militares, também, contemplou várias categorias de servidores civis, razão pela qual que deveria ser feita a respectiva compensação de aumento já concedido, pelas citadas leis e até por diplomas legais posteriores, pois, do contrário estaria possibilitando-se o recebimento de reajuste sobre reajustes em flagrante locupletamento ilícito, vez que é notório que inúmeras categorias funcionais de servidores públicos civis obtiveram os mais diversificados reajuste, como por exemplo, os integrantes da carreira de magistério com índice muito além dos 28,86%.

Com efeito, o reajuste salarial de 28,86%, concedido aos militares que compõem o círculo de Oficiais Generais, através das Leis nºs 8.622, de 19.01.93, e 8.627, de 19.02.93, não se constitui em revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares, senão um reajustamento específico, que teve por fim a adequação dos postos, graduações e soldos dos servidores públicos militares, de molde a reduzir os desnivelamentos existentes, então, nos quadros da administração pública, em consonância, de resto, com o disposto no art. 39, § 1º, da Constituição Federal, conforme lembrou o eminente Juiz Francisco Falcão, do TRF/5ª Região, Maria Sylva Zanella Di Pietro, AMS 49010-CE, **in** DJU de 07.07.95, ***in verbis*:**

> "O intuito do constituinte é claro: as revisões gerais, ou seja, as feitas para atualização monetária dos vencimentos têm que ser iguais para todos e na mesma época. Isto não impede a reestruturação de carreiras, com a outorga de vantagens pecuniárias a determinados cargos, quando se reconheça, por razões várias, essa necessidade, por exemplo, para ajustar os seus vencimentos aos correntes no mercado de trabalho, ou para compatibilizá-lo com acréscimo de carga horária, ou novo regime de trabalho ou aumento de atribuições".

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

A adequação dos postos de graduação dos servidores militares nas respectivas tabelas de vencimentos e soldos, à feição da que ocorreu através da Lei nº 8.627/93, constitui prática legislativa autorizada pelo art. 39, § 1º, da Constituição Federal, além do art. 37, inciso X, da Lei Maior, ao referir-se à revisão geral de vencimentos com aumentos lineares e identidade de índices e de época, não vedar a concessão de reajustamentos específicos que tenham por finalidade a correção de eventuais distorções em categorias isoladas, sendo certo que "se invocado o Princípio da Isonomia toda vez que se proceda a uma correção de distorções entre a remuneração de determinada carreira do serviço público, localizada em um certo patamar, e as demais do mesmo nível, nunca ocorrerá a correção de desnivelamento por ventura existente".

Observe-se o que ***punctum dolens*** da questão reside no equivocado entendimento de que as Leis nºs 8.622 e 8.627, ambas de 1993, teriam concedidos exclusivamente aos servidores militares um reajuste linear de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), acima do aumento geral dado pela Lei nº 8.622/93, em afronta ao princípio da isonomia encartado no art. 37, inc. X, da Lei Maior.

Ledo engano! A Lei nº 8.460, de setembro de 92, criou uma nova estrutura para as tabelas de vencimentos do funcionalismo público federal, ao tempo de que estabeleceu, para efeitos de enquadramento, a correspondência entre as diversas estruturas anteriores e a proposta. Na nova estrutura os três níveis mais elevados deveriam permanecer vagos, de forma a possibilitar o seu preenchimento através de futuras promoções à exceção dos diplomatas, professores e militares, cujas carreiras estruturadas de forma própria e diversa, não comportam níveis vagos.

De conseguinte, a estrutura das tabelas de vencimento dos servidores civis foi unificada, ao passo que a dos militares permaneceu inalterada. Foram estabelecidas três tabelas de vencimentos baseadas na nova estrutura, a das carreiras de Estado (a chamada tabela I); a do PCC (tabela II). Resultou, então, que os valores da

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

tabela I ficaram superiores aos da tabela II, e estes, por sua vez superiores ao maior valor da tabela dos militares.

Com o advento da Lei nº 8.622/93, foi concedido reajuste linear a todo o funcionalismo (arts. 1º e 2º) e fixado que o Executivo encaminharia, até 28 de fevereiro, projeto de lei redefinindo em até três níveis, o posicionamento dos servidores civis na chamada tabelas I e II, levando à ocupação, inclusive, daqueles padrões vagos reservados às promoções (art. 4º e parágrafo c/c inc. I do art. 3º da Lei nº 8.627/93). No que concerne aos militares, determinou o projeto de lei a adequação dos postos (art. 4º), reajustando os soldos no valor equivalente a até três padrões (parágrafo único do art. 4º).

Ocorreu, no entanto, que essa alteração acarretou, no caso dos militares, uma sobreposição nos vencimentos, comprometendo a própria hierarquia militar, pois os soldos para todos os níveis, até os oficiais, seriam reajustados na forma descrita acima, enquanto os oficiais-generais (almirantes, generais e brigadeiros), como já se encontravam nos últimos níveis da tabela, não teriam qualquer reajuste. Para solucionar o impasse, o art. 6º da Lei nº 8.662/93 determinou que os oficiais-generais fossem reposicionados em outra tabela, com majoração dos respectivos soldos (no valor de 28,86% para os almirantes, generais de exército e tenentes-brigadeiros), tão logo tal projeto de lei fosse aprovado.

Editada a Lei nº 8.627/93, com efeitos retroativos a janeiro de 93, os militares, em decorrência da adequação dos padrões de soldo, tiveram reajuste (em média de 21,91% e 28,86% para os oficiais-generais), e os civis que se encontravam nos níveis mais altos das respectivas tabelas de vencimentos foram nelas reposicionados, ensejando um aumento, diferenciado em função da carreira e da posição que o servidor até então ocupava.

Em agosto de 1994, a Medida Provisória nº 583 (convertida na **Lei nº 8.367**, em dezembro de 96) deu início ao processo de isonomia entre os

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 223

vencimentos dos servidores civis do Executivo com os dos demais Poderes (art. 1º). foi concedido, então, um aumento, a vigorar a partir de setembro, de 12,99% para todos os servidores da chamada tabela I (à qual se reportavam os servidores civis das carreiras de Estado), e diferenciado para os servidores civis da chamada tabela II (máximo de 20,48% e mínimo de 14,49%) cujo percentual médio correspondeu a 16,75% no caso do nível superior, 18,53% para o nível intermediário e 15,08% para o nível auxiliar. Já em dezembro do mesmo ano, através da Medida Provisória nº 806 (**Lei nº 9.637/96**, em decorrência do projeto de conversão que juntou essa M.P. com a anterior 583/94), foi implementada a segunda etapa do processo de isonomia, unificando os valores das tabelas de vencimento básico dos servidores civis. Os da tabela I não tiveram alteração no respectivo vencimento; os da chamada tabela II, tiveram aumento entre 24,88% e 5,29% (média de 12,87% no nível superior, 18,67% no intermediário e 7,26% no auxiliar).

Finalmente, em janeiro de 1995 houve o último reajuste linear para todos os servidores, civis e militares. Devido a regra de reajuste pela média estabelecida na lei de implantação do Plano Real, os percentuais concedidos aos civis e militares foram distintos, para os primeiros atingiu 22,07% e para os demais 25,94%.

Em suma, durante o período de janeiro de 93 a dezembro de 94, os servidores da então tabela I (hoje 92.500 servidores ativos e inativos) tiveram um reajuste de 12,99%; os da tabela II, de 31,8% em média para o nível superior (290.000 servidores), de 40,7% em média para o nível intermediário (555.000 servidores) e de 23,4% em média para o nível auxiliar (55.000 servidores), calculados a partir dos percentuais que, de uma forma ou de outra, **foram concedidos apenas aos civis.**

As tabelas a seguir apresentam a evolução salarial dos militares e dos servidores da Polícia Federal, numa demonstração inequívoca de que as duas categorias de servidores (como de resto todos os funcionários públicos) tiveram reajustes equiparados, sem prejuizo vencimental. Vejamos:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

SERVIDORES DA CARREIRA DE POLÍCIA FEDERAL NÍVEL SUPERIOR					
Sit. Anterior à Lei nº 8.480/92	Situação após Enquadramento na Lei nº 8.460/92	Situação após Reposicionamento na Lei nº 8.627/93	Variação % Decorrente do Reposicionamento	Isonomia MP nº 583/94 %	Variação Total %
	AIII				
	AII				
	AI				
E-III	BVI				
E-II	BVI				
E-I	BIV				
1-VI	BIII				
		AIII		12.99	12.99
		AII		12.99	12.99
		AI		12.99	12.99
		BVI		12.99	12.99
		BV		12.99	12.99
1-V	BII	BIV	6.0	12.99	19.80
		BII		12.99	12.99
1-V	CVI	BII	6.0	12.99	19.80
1-III	CV	BI	6.0	12.99	19.79
		CVI		12.99	12.99
1-II	CIV	CV	3.0	12.99	16.34
1.I	CIII	CIV	3.0	12.99	16.33
		CIV		12.99	12.99
2-V	CI	CII	3.0	12.99	16.33
2-IV	DV	CI	3.0	12.99	16.33
		DV		12.99	12.99
2-III	DIV	DIV	0.0	12.99	12.99
2-II	DIII	DIII	0.0	12.99	12.99
		DII		12.99	12.99
2-I		DI	0.0	12.98	12.98
	AIII				
	AII				
	AI				
E-III	BVI				
E-II	BV				
E-I	BIII				
		AIII		12.99	12.99
		AII		12.99	12.99
	AIII				
	AII				
	AI				
	AIII				
	AII				

98AS299Eg-C

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

Fls. 224

SERVIDORES DA CARREIRA DE POLÍCIA FEDERAL NÍVEL INTERMEDIÁRIO					
Sit. Anterior à Lei nº 8.480/92	Situação após Enquadramento na Lei nº 8.460/92	Situação após Reposicionamento na Lei nº 8.627/93	Variação % Decorrente do Reposicionamento	Isonomia MP nº 583/94 %	Variação Total %
	AIII				
	AII				
	AI				
E-III	BVI				
E-II	BV				
E-I	BIII				
		AIII		12.99	12.99
		AII		12.99	12.99
		BVI		12.98	12.98
		BV		12.99	12.99
1-IV	BII	BIV	8.9	12.99	23.03
		BIII		12.98	19.98
1-III	CVI	BII	8.9	12.99	23.00
		BI		12.99	12.99
1-II	CV	CVI	4.3	12.99	17.88
		CV		12.98	12.98
		CIV		12.98	12.98
C.I	CII	CIII	4.3	12.99	17.86
2-IV	CI	CII	4.3	12.98	17.85
		CI		12.99	12.99
2-III	DV	DV	0.0	12.99	12.99
		DIV		12.99	12.99
2-II	DIII	DIII	0.0	12.98	12.98
				12.99	12.99
2-I	DI	DI	0.0	12.99	12.99

98.AS299Eg-C

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

ANEXO II

ALTERAÇÕES NA TABELA DE SOLDOS DOS MILITARES EM JAN/93

Hierarquização	POSTO OU GRADUÇÃO	VALOR DO SOLDO NA LEI Nº 8.622	VALOR DO SOLDO NA LEI Nº 8.627	% AUMENTO
Círculo de Oficiais Generais	Almirante de Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro	9.528.680	12.279.540,00	2887
	Vice Almirante, General de Divisão e Major Brigadeiro	8.915.940,00	11.633.250,00	3048
	Contra Almirante, General de Brigada e Brigadeiro	8.331.480,00	10.986.960,00	3187
Círculo de Oficiais Superiores	Capitão de Mar e Guerra e Coronel	7.322.880,00	9.528.660,00	30.12
	Capitão de Fragata e Tenente Coronel	6.889.200,00	8.918.850,00	29.46
	Capitão de Corveta e Major	6.493.320,00	8.337.600,00	28.40
Círculo de Oficiais Intermediários	Capitão Tenente e Capitão	5.776.860,00	7.327.560,00	26.84
Círculo de Oficiais Subalternos	Primeiro Tenente	5.145.300,00	6.508.080,00	26.49
	Segundo Tenente	4.711.680,00	5.964.960,00	26.60
Alunos	Guarda Marinha e Aspirante a Oficial	4.579.680,00	5.822.040,00	27.13
	Aspirante e Cadete (último ano)	1.091.820,00	1.276.860,00	16.95
	Aspirante e Cadete (demais anos), alunos do CFOAER e de OFOR	1.016.400,00	1.191.090,00	17.19
	Aluno do Colégio Naval e da Escola Preparatória de Cadetes	959.880,00	1.124.400,00	17.14
	aluno do Colégio Naval e da Escola Preparatória de Cadetes (demais alunos)	875.040,00	1.019.580,00	16.52
Círculo de Sub Oficiais, Subtenentes e Sargentos	Suboficiais e Subtenentes	4.551.420,00	5.640.990,00	23.94
	Primeiro Sargento	3.834.960,00	4.754.820,00	23.99
	Segundo Sargento	3.382.600,00	4.192.620,00	23.95
	Terceiro Sargento	2.854.620,00	3.535.140,00	23.84
Alunos	Alunos da Escola de Formação de Sargentos	875.040,00	1.019.580,00	16.52
Círculo de Cabos e Soldados	Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	2.062.800,00	2.496.510,00	21.03
	Cabo (não engajado)	875.040,00	1.019.580,00	16.52
	Taifeiro de Primeira Classe	1.874.220,00	2.267.850,00	21.00
	Taifeiro de Segunda Classe	1.704.540,00	2.058.210,00	20.75
	Marinheiro, Soldados Fuzileiros Naval, do Exército e de 1ª Classe (espc, curs. e eng.) Clarim ou Corneteiro 1ª Classe e Paraquedistas (engajados)	1.431.180,00	1.656.110,00	15.72
	Marinheiros, Soldados Fuzileiros Naval e de 1ª Classe (não espec.) do Exército (esp. e eng.) Clarim ou Corneteiro 2ª Classe	1.308.660,00	1.553.190,00	18.69
	Soldados do Exército e de 2ª Classe (engajados e não esp.)	1.252.080,00	1.353.090,00	8.07
	Soldado Clarim ou Corneteiro 3ª Classe	875.040,00	1.019.500,00	16.51
	Marinheiro Recruta e Soldados Recruta	856.140,00	1.000.530,00	16.87
Alunos	Grumete	856.140,00	1.019.580,00	19.09
	Aprendiz Marinheiro e Alunos de Órgãos de Formação de Praças da Reserva	856.140	1.000.530,00	16.87
MÉDIA				**21.91**

98AS299Eg-C

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 226

Os demonstrativos das tabelas acima deixam claro que a Lei nº 9.622/93, procedeu a uma revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal, concedendo-lhes "... um reajustamento de cem por cento incidente sobre os valores dos vencimentos, soldos e demais retribuições vigentes em dezembro de 1992." Seu objeto, portanto, atendeu ao precito constitucional erigido no art. 37, inc. X..

À evidência, conclui-se que não houve aumento linear de 28,86% concedido a qualquer categoria de servidor público, civil ou militar. Os diplomas legais questionados não padecem do menor vício de inconstitucionalidade, vez que promulgados com o claro objetivo, (aliás, ressaltado na Exposição de Motivos que encaminhou o projeto convertido na Lei nº 9.622/93), de realizar a isonomia de vencimentos no âmbito do Poder Executivo e entre os Poderes da União. A E.M. está assim redigida:

> **"2. Objetiva o projeto, de acordo com as diretrizes estabelecidas por Vossa Excelência, a par da revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo, eliminar defasagens remuneratórias existentes entre vencimentos de cargo de carreira, corrigir algumas distorções no que se refere ao posicionamento de servidores civis e de servidores militares nas respectivas tabelas de cargos e salários, e propiciar condições para que se estabeleça, conforme comando constitucional, a isonomia salarial entre os servidores dos Três Poderes".**

Deste modo, impende reafirmar que os termos da Lei nº 8.627/93, arts. 1º e 2º, o percentual de 28,86% somente foi concedido aos almirantes de esquadra, generais de exército e tenentes-brigadeiros. Os demais postos e graduações foram adequados de tal forma que resultaram em aumentos diferenciados, como ocorreu com os servidores civis. Enquanto os soldados de 1ª e 2ª classes foram aquinhoados apenas 8,07% (oito vírgula sete por cento), os contra-almirantes, generais de brigada e

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

brigadeiros perceberam um reajuste de 31,87% (trinta e um vírgula oitenta e sete por cento).

Provado está, portanto, que o percentual deferido liminarmente aos Recorridos não corresponde ao menor, nem à média, nem ao maior reajuste dado aos militares. Eis por que sua Exa., o ilustre Juiz ***a quo*** não logrou explicitar, em sua Decisão, em que se apoia o entendimento segundo o qual os militares de todos os postos e graduações tiveram aumento linear de 28,86%.

IV - JURISPRUDÊNCIA A RESPEITO DA MATÉRIA SUB-JUDICE

Recente decisão do Excelso Supremo Tribunal Federal, em sede de Embargos de Declaração interpostos pela União, reconheceu que deveriam ser compensadas não só os aumentos decorrentes de leis posteriores, quantos os resultantes das próprias Leis nºs 8.622 e 8.627/93, senão vejamos, ***in verbis***:

> "……
>
> Acompanhou o eminente Relator, o Ministro Maurício Corrêa, enquanto o eminente Min. Nelson Jobim acolheu os embargos apenas para declarar **que haverão de ser compensadas, na remuneração dos embargos, os aumentos resultantes de leis posteriores.**
>
> Pedi vistas dos autos, **para afastar dúvidas que me ocorreram acerca desses acréscimos, não os decorrentes de leis posteriores, mas os decorrentes da própria Lei nº 8.627/93.**
>
> Registro, preliminarmente, que tenho **eventuais reajustes remuneratórios ocorridos posteriormente à referida lei (ex: MP nº 583 de agosto/94)** como irrelevantes para o deslinde da controvérsia, **havendo de ser**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

considerados, em sua aplicação, os valores tal qual apurados em razão da presente decisão.

Na verdade, como se recorda, para chegar-se ao índice de 28,86%, que foi tido como correspondente ao reajuste geral concedido a todo o funcionalismo, civil e militar, e , como tal, aplicado aos servidores do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos servidores do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal, considerou-se a média percentual resultante da adequação dos postos e graduações dos servidores militares.

Melhor exame da Lei nº 8.627/93, entretanto, revela que não apenas os servidores militares resultaram por ela beneficiados, por meio da "adequação dos postos e graduações", mas também nada menos que vinte categorias de servidores civis, contemplados pelo eufêmico "reposicionamento" previsto em seus artigos 1º e 3º, entre elas a dos "servidores do Plano de Classificação de Cargos das Leis nº 5.645/70 e 6.550/78".

Assim, conforme enfatizou o em. Ministro Otávio Gallotti, quando do julgamento ora embargado, "não houve... uma singela extensão, a servidores civis, de valores de soldos de militares", o que a jurisprudência do STF não tolerava, mas a extensão de reajuste concedido aos militares e a numerosíssima carreiras do funcionalismo civil.

Trata-se de circunstância que não se pode deixar de ter em conta, quando se cuida de estender o percentual de 28,86% às categorias funcionais que restaram excluídas da revisão geral. É certo que a matéria não chegou a ser argüida pela União, no curso do processo, não tendo restado esclarecido, senão por meio de memorial do Advogado-Geral da União, datado do último dia 02 de setembro, que alguns dos impetrantes integram categorias beneficiadas pela referida lei. Assim é que três deles (Helena da Silva Simões, Lázaro José Casimiro e Aluísio Oliveira de Queiroga) tiveram seus vencimentos reajustados em mais de 28,86%; enquanto seis outros (Janete Balzani Marques, Leonardo Soares do Nascimento, Clara Diana de Souza Pinto, Nilton Antônio dos Santos, Adélia da Silva Aguiar e Nilza Maria de Paula Pires) foram beneficiados com aumentos variáveis de 3,55 a 11,29%. Um deles apenas Edna Kinoshita, ocupante de cargo em comissão, não teve os vencimentos reajustados pela referida lei.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

A Lei nº 8.627/93 contém elementos concretos que permitem chegar a esses resultados; elementos, aliás, a partir dos quais foi deduzida a regra que resultou aplicada. Não poderiam eles, portanto, ter sido desprezados pelo acórdão, que julgou o recurso como se apenas os servidores militares houvessem sido beneficiados pelo mencionado diploma legal, não obstante as observações contidas no voto do eminente Ministro Otávio Gallotti.

A hipótese, portanto, não é de simples obscuridade, mas de erro material, corrigível pelo órgão julgador a qualquer tempo (art. 463 do CPC).

Assim, meu voto acolhe parcialmente os embargos, para o fim de declarar que o recurso foi provido apenas em relação à recorrente Edna Kinoshita; foi provido, em parte, quanto aos seis impetrantes supra relacionados; e foi desprovido no tocante aos demais."

(EMB. DECL. EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.307/7-DF, STF, Relator Min. Ilmar Galvão, ***in*** DJ. 18/03/98, p. 1).

No mesmo sentido, vêm julgando o Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, conforme mostram os acórdãos reproduzidos a seguir:

"E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. REAJUSTE DE 28,86% (VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO). ISONOMIA SALARIAL. ART. 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88. PRECEDENTES DO TRF/1ª REGIÃO.

1.O reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93 ofende o princípio inscrito no art. 37, X, da Constituição Federal, cuidando, sem dúvida, de revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 230 1ª REGIÃO

2.Ressalvada, no entanto, **a compensação com reajustamento que eventualmente beneficiaram os autores, a teor de recente decisão do egrégio STF, em embargos de declaração interpostos pela União.**

3.Precedentes deste egrégio Tribunal.

4.Apelo provido.

ACÓRDÃO

Decide a Primeira Turma, por unanimidade, nos termos do voto do Exmº Sr. Juiz-Relator, dar provimento à apelação."(AC nº 1997.01.00.057726-5/MG, TRF/1ª Região, 1ª Turma, Rel. Juiz Fagundes de Deus).

"E M E N T A

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86% CONCEDIDO AOS MILITARES. LEIS NºS 8.622 E 8.627/93. INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO PELA VIA ORDINÁRIA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 103, § 2º E 5º, INCISO LV - REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE DE SER PRIVILEGIADA DETERMINADA CATEGORIA. ART. 37, X, DA CARTA DE 1988. COMPENSAÇÃO DAS REPOSIÇÕES POSTERIORES. FIXAÇÃO DA VERBA HONRÁRIA. PARÂMETROS.

I. Se a ação de inconstitucionalidade tem sua legitimidade ativa restrita aos titulares dos cargos e entidades taxativamente elencadas nos incisos I a X, do art. 103, da Constituição Federal, o entendimento de que o servidor lesado não poderia discutir a questão por outra via levaria, em caso de omissão daqueles, à injusta supressão do direito de recorrer ao Poder Judiciário, que é assegurado aos cidadãos, nos termos do art. 5º, LV, da mesma Carta da República.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

Cabimento, assim, do uso de ação própria para o reclamo da prestação jurisdicional perante a Justiça Federal.

II. Constitui orientação majoritária nesta Corte que o índice de reajuste de 28,86% concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/03 é extensivo aos servidores civis, em face do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição, que assegura igualdade na revisão geral da remuneração do funcionalismo.

III. Compensação das reposições posteriores, nos termos da decisão do E. STF nos ED-RMS nº 22307-7 (Pleno, Rel. p/ acórdão Min. Ilmar Galvão, por maioria, julgados em 11.03.98).

IV. Honorários advocatícios nos termos do art. 20, § 3º, do CPC.

I. Apelação improvida. Remessa oficial parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento à apelação e dar parcial provimento à remessa oficial, à unanimidade." (AC nº 1998.01.00.007415-1/DF, TRF/1ª Região, 1ªTurma, Rel. Juiz Aldir Passarinho Júnior).

"E M E N T A

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86% CONCEDIDO AOS MILITARES. LEIS NºS 8.622 E 8.627/93. INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO PELA VIA ORDINÁRIA. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 103, § 2º E 5º, INCISO LV - REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE DE SER PRIVILEGIADA DETERMINADA CATEGORIA. ART. 37, C, DA CARTA DE 1988.

I. Se a ação de inconstitucionalidade tem sua legitimidade ativa restrita aos titulares dos cargos e entidades

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 232

taxativamente elencadas nos incisos I a X, do art. 103, da Constituição Federal, o entendimento de que o servidor lesado não poderia discutir a questão por outra via levaria, em caso de omissão daqueles, à injusta supressão do direito de recorrer ao Poder Judiciário, que é assegurado aos cidadãos, nos termos do art. 5º, LV, da mesma Carta da República. Cabimento, assim, do uso de ação própria para o reclamo da prestação jurisdicional perante a Justiça Federal.

II. Constitui orientação majoritária nesta Corte que o índice de reajuste de 28,86% concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/03 é extensivo aos servidores civis, em face do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição, que assegura igualdade na revisão geral da remuneração do funcionalismo.

III. Compensação das reposições posteriores, nos termos da decisão do E. STF na ED-RMS nº 22.307-7 (Pleno, Rel. p. acórdão Min. Ilmar Galvão, por maioria, julgados em 11.03.98).

I. Apelação improvida. Remessa oficial parcialmente provida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Turma negar provimento à apelação e dar parcial à remessa oficial, à unanimidade." (AC nº 1998.01.00.006819-2/MG, TRF – 1ª Região, 1ª Turma, Rel. Juiz Aldir Passarinho Júnior).

"E M E N T A

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86% (VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO) CONCEDIDO AOS MILITARES. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 37, INCISO X. PRECEDENTES.

1. O reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) concedido aos militares pelas Leis 8.622/93

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 233

e 8.627/93 ofende o princípio insculpido no art. 37, X, da Constituição Federal, cuidando, sem dúvida, de revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

2. **Ressalvada, no entanto, a compensação com reajustamentos que eventualmente beneficiaram os autores, a teor de recente decisão do egrégio STF, em embargos de declaração interpostos pela União.**

3. Precedentes deste egrégio Tribunal.

4. Apelo provido." (AC nº 1997.01.00.0179799-8/DF, TRF – 1ª Região, 2ª Turma, Rel. Juiz Luciano Tolentino Amaral).

V - CONCLUSÃO

É lícito concluir, por tudo o que foi exposto, que o reajuste de 28,86%, deferido aos militares nos termos dos arts. 4º e 6º da Lei nº 8.622, de 19.01.93, c/c o art. 4º da Lei nº 8.627, de 19.02.93, não tratou de reajustamento linear, razão pela qual, não pode ser estendido ***integralmente*** aos servidores civis, havendo de ser compensado tanto os aumentos decorrentes de leis posteriores, quantos os resultantes das próprias Leis nºs 8.622 e 8.627/93.

VI - PEDIDO

Ante o exposto, a UNIÃO vem requerer a Vossas Excelências a procedência do presente recurso, com base na argüição de mérito consubstanciada acima, para o fim de reformar o v. acórdão, para que seja determinada ***expressamente a compensação não só dos aumentos decorrentes de leis posteriores, quantos os***

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 212
1ª REGIÃO

JUNTADA

s 13 de Outubro de 19 98.
to a estes autos a petição nº 409230
Recurso Extraordinário do que
, Técnico Judiciário
vrei este termo.

EM BRANCO

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

resultantes das próprias Leis nºs 8.622 e 8.627/93, eis que assim decidindo estarão Vossas Excelências fazendo justiça.

Requer, por fim, a inversão do ônus da sucumbência.

Brasília-DF, 05 de outubro de 1998.

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador Regional da União
1ª Região

Manoel Lopes de Souza
Procurador Regional da União - 1ª Região
Substituto

ALEXANDRE DO COUTO E SILVA COSTA
OAB/DF 11646

98AS299Eg-C

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

FLS. 235

PROCESSO: AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, os presentes autos são remetidos ao encarregado do expediente a fim de publicar no Diário da Justiça a VISTA ao(a) recorrido (a) para contra-razões (art. 542 do CPC., caput).
PROCURADOR Dr. _____
ADVOGADO Dr . AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
Brasília-DF, 14 de outubro de 1998
Eu, _____ Técnico Judiciário, lavrei este termo.

PUBLICAÇÃO

Certifico que foi publicado no Diário da Justiça de 20 / 10 / 1998 a **"VISTA"** referida na certidão supra.
Brasília-DA 20 de outubro de 1998.

_____
Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que os presentes autos foram retirados desta Subsecretaria pelo (a) advº (01-A990) em 23/10/98, e devolvidos em 29/10/98
Brasília-DF 23 de outubro de 1998

_____
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

JUNTADA

Aos 03 de Novembro de 1998
junto a estes autos a petição nº 478876
Contra-Razões do que
eu, Técnico Judiciário,
lavrei este termo.

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 236
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
OUT 16 8 98 118876
PROTOCOLO SUBSECRETARIA DE INF. PROC

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - DF

2ª TURMA
Apelação Cível nº 1998.01.00.024836-3/DF

APELANTE: **UNIÃO FEDERAL**
APELADO(S): **ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS**

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS já qualificado(s) nos autos supra, por seu advogado que esta subscreve, vem (vêm), mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, apresentar

CONTRA-RAZÕES AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

interposto pela apelante, como segue.

Termos em que,
Pede(m) deferimento.

Brasília (DF), 29 de outubro de 1998.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 237 1ª REGIÃO

COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Oriundo da AC. n. 1998.01.00.024836-3/DF
2ª. TURMA - TRF - 1ª REGIÃO

RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL
RECORRIDO(S): ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

ÍNCLITA CORTE,

1. Os recorridos, ingressaram perante a 2ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, pleiteando o reajuste dos vencimentos, proventos ou pensões e demais gratificações e vantagens, na porcentagem de 28,86%, relativo ao benefício concedido aos Militares àquela época, sendo acolhido o pleito dos mesmos.

2. Inconformada com a r. sentença a Recorrente, apelou para o EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, e este, consultando suas orientações, bem como seus diversos julgados, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, conforme se observa do ACÓRDÃO de fls. .... .

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 238
1.ª REGIÃO

I- PRELIMINARMENTE

1. O Recurso Extraordinário interposto, data venia, não poderá ser apreciado pelos Eminentes Julgadores, posto que ausentes os requisitos exigidos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso III do artigo 102 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL vigente.

2. Ao contrário do que alega a recorrente, a r. Turma do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, ao prolatar o acórdão, limitou-se a seguir e transcrever decisões dos nossos Tribunais .

3. Evidencia-se, assim, a total impossibilidade de apreciação por essa Egrégia Corte de Justiça, das razões do recurso interposto pela Recorrente.

4. Por outro lado ÍNCLITOS JULGADORES, constitucionalmente, caberia o Recurso Extraordinário, se a decisão recorrida: "a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

5. Data vênia, conforme se observa do v. acórdão, este apenas procurou acompanhar nossa Lei Maior, bem como, dar continuidade à interpretação deste EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, quando este ultimo através de decisão administrativa, resolveu conceder aos funcionários do poder judiciário o aumento aqui almejado.

5.1. Claro está ainda, EXCELÊNCIAS, que em momento algum, o v. acórdão ora recorrido, declarou inconstitucional as Leis 8.622 e 8.627/93, pelo contrário, procurou o mesmo apenas em interpretar corretamente as Leis acima citadas, bem como, e principalmente, seguir corretamente o estabelecido em nossa CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

5.2. A recorrente procura apenas, através do presente recurso distorcer a realidade de nossas normas constitucionais, dando interpretação divergente a nossa CARTA MAIOR.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 239
REGIÃO

5.3. DOUTOS JULGADORES, em simples análise das Leis, objeto do presente processo, e do v. acórdão ora recorrido, evidencia-se com facilidade, o intuito procrastinatória da recorrente, em retardar o máximo possível os alimentos dos recorridos, sendo portanto, incabível e infundado o recurso extraordinário ora combatido, devendo de plano, ser julgado improcedente, consequentemente, não merecendo ser acolhido por este EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

6. No mesmo sentido do não cabimento do presente recurso, assim decidiu o EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO em processo idêntico, verbis:

> "**APELAÇÃO CÍVEL Nº 96.01.46758-0/DF**
>
> .....
>
> **Despacho:** Vistos etc.
>
> Trata-se de recurso extraordinário, interposto com base no art. 102, inciso III, alíneas **a** e **b**, da Constituição Federal, contra acórdão de Turma deste Tribunal que reconheceu a omissão legislativa em relação aos Servidores civis, estendendo-lhes o reajuste de 28,86% concedido aos militares pelas Leis nºs. 8.622/93 e 8.627/93, sob pena de afrontar o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
>
> O Recurso não merece seguimento.
>
> A questão jurídica discutida nestes autos foi decidida recentemente pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 19.2.97 (D.J. de 26.2.97, pág. 3.722/33;723), nos autos do RMS nº 22.307-7/DF, relator Ministro MARCO AURÉLIO, no mesmo sentido da decisão impugnada.
>
> O "único escopo possível do recurso extraordinário é desautorizar uma tese jurídica proferida pela instância de origem estimada errônea pelo Supremo Tribunal. Não se mostra razoável fazer subir o apelo extremo quando a jurisprudência da Casa é, desenganadamente, contrária à tese sustentada na pretensão recursiva." (AgRg no AI nº 137.800-1/DF, Rel. Min. FRANSCISO RESEK, **in** D.J. de 9.6.95, Seção I, pág. 17.237; dentre outros).
>
> Frente ao exposto, **INADMITO** o recurso extraordinário apresentado.
>
> Publique-se.
>
> Brasília-DF, 29 de abril de 1997.
>
> Juiz **NELSON GOMES DA SILVA**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 240 1ª REGIÃO

Presidente".

EMÉRITOS JULGADORES, concessa vênia,, pelo exposto, no juízo provisório de admissibilidade, não deverá ser admitido o Recurso Extraordinário em tela, por este COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no entanto se esta for ultrapassada, no juízo decisório deverá ser negado seguimento ao recurso, mantendo intacto o v. acórdão, tendo em vista que, não houve divergência constitucional e não foram citados ou juntados arestos contrários.

II- DOS FATOS E DO DIREITO

1. Caso reste vencida a preliminar, no mérito, o v. acórdão deverá ser mantido intacto, em sua parte atacada, pois coaduna o mesmo com as jurisprudências de nossos Tribunais, bem como com o determinado pela Lei Federal, como demonstraremos:

DA LEI E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

2. Pretende a recorrente, com o presente recurso, que seja modificado o v. acórdão prolatado pela Egrégia 2ª Turma do Colendo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

2.1. Alega a mesma, que o v. acórdão é ilegal, por ter declarado insconstitucional as Leis 8.622 e 8.627/93, contrariando os artigos 37, XIII; 39, parágrafo 1º; 97 e 169, I e II da C.F.

3. Concessa vênia, EMÉRITOS JULGADORES, referidas alegações não merecem prosperar, tendo em vista que, constitucional seria que as Leis 8622/93 e 8627/93, fossem elaboradas para contemplar todas as classes dos

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 247

Servidores Públicos da União, e não apenas uma ou privilegiada categoria, **respeitando assim o inciso X do artigo 37 da nossa CARTA MAGNA.**

A) DO DIREITO
QUANTO AO VERDADEIRO HISTÓRICO SOBRE OS 28,86% E SUA COMPENSAÇÃO

4. Como existiam várias tabelas de vencimentos e de cargos para os diversos servidores, de acordo com a Pasta que exerciam suas atividades, o Governo Federal resolveu aglutinar os funcionários em três tabelas de vencimentos/soldos, um para os militares e duas para os civis. Assim, com a Lei nº 8.460/92, a partir de 1º/09/92, de acordo com o Anexo II e III, os servidores passaram a ser classificados de acordo com uma classe (D,C,B,A) e um padrão, que varia de classe para classe (D,I a V; C e B, ! a VI; e A, I a III). Dessa forma, ingressava-se a partir daí, como D-I e por merecimento ou antigüidade atingia-se o fim de carreira A-III. Ocorre, que no enquadramento de NS-1 a 25 nas devidas classes e padrões a legislação não classificou qualquer servidor na classe A, o antigo NS-25 - em final de carreira - foi enquadrado como B-VI, tendo, a partir daquele momento mais três padrões na classe A para promoção por merecimento ou antigüidade (A-I, A-II e A,III).

5. Pois bem, a Lei nº 8.622/93, concedeu o reajuste salarial aos servidores civis e militares, na qual conservou o enquadramento citado acima e reajustou o soldo de três níveis militares (os maiores) em percentual superior ao concedido ao restante dos servidores. O maior nível militar teve um reajuste de 28,86% superior ao concedido aos demais servidores da União - objeto da presente ação.

6. Com a Lei 8.627/93 de fevereiro de 1993, o restante dos níveis militares também tiveram um reajuste superior ao concedido aos servidores civis. E nessa Lei, os servidores sofreram um reenquadramento, sendo que aqueles que estavam em final de carreira, os NS-25, foram reenquadrados no final de carreira, A-III; todos os servidores, de NS-16 a 25, sofreram um reenquadramento em classe e/ou

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 242

padrão superiores ao que tinha sido enquadrados em setembro/92, ocasionando um aumento em seus vencimentos; apenas os NS-1 a 15 permaneceram na mesma classe e padrão em que já tinham sido enquadrados anteriormente, não tendo qualquer aumento em seus vencimentos.

7. E é esse aumento salarial ocorrido aos antigos NS 16 a 25 que a recorrente quer ver compensado na concessão dos 28,86%.

8. **No entanto, *data vênia,* esse aumento salarial verificado aos servidores (antigos NS 16 a 25) não pode jamais ser compensado, pois trata-se de promoção concedida por Lei ao servidor ora recorrido, e promoção é ganho real, jamais podendo ser compensado.**

9. A título exemplificativo, tenhamos por base um servidor em final de carreira NS-25, em setembro/92 ele foi enquadrado com B-VI e em fevereiro/93 ele foi reenquadrado, diga-se **promovido**, para A-III, isto é, ele mudou de classe e padrão, ou seja, **foi promovido**.

10. Já o reajuste concedido aos militares em 28,86%, foi pura e simplesmente um reajuste, pois os militares não foram promovidos, o Major continuou Major, o Capitão continuou Capitão, o 1º Tenente continuou 1º Tenente, etc. ..., mas com seu soldo restando superior ao reajuste concedido aos servidores civis. Assim, os militares não foram promovidos, isto é, por força de lei o soldado não passou a sargento, o sargento não passou a tenente, ... Portanto o que os militares tiveram **foi um reajuste, na proporção de 28,86%, enquanto os civis tiveram apenas promoção.**

11. E esse é um ponto crucial, e como pode agora, a recorrente querer tirar um direito, compensando um reajuste concedido aos militares com uma promoção, que revela ganho real de salário e não reajuste.

12. Ora, se nossos TRIBUNAIS, julgarem improcedente referido pleito inicial, julgando que deva haver compensação, *datíssima máxima vênia*, estaríamos aí, tirando, subtraindo um direito adquirido dos servidores públicos civis pertencentes ao quadro do Poder Executivo, além de "bagunçar" a tabele de vencimentos dos mesmos.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 243

Vejamos a tabela em anexo:

- o servidor NS 16 enquadrado como C-VI e **promovido** para B-I terá o mesmo valor de vencimento do servidor NS-15 enquadrado como C-VI e que não obteve promoção, isto é, **os vencimentos de C-VI e B-I serão idênticos**, sendo que quando alguém for promovido de C-VI para B-I não terá qualquer reflexo financeiro, **o mesmo ocorre com os vencimentos de B-III e B-IV.**

- o servidor NS 23 enquadrado como B-V e **promovido** para A-II teve um ganho real de 33,10%, superior aos 28,86%, portanto os vencimentos desse servidor A-II permanecerá o mesmo; já o servidor NS 24 enquadrado com B-VI e **promovido** para A-II teve um ganho real de 24.38%, compensando-se esse valor dos 28,86% resta um reajuste de 3,60%; assim o antigo NS 23 que hoje é A-II permanecerá com o mesmo vencimento e o antigo NS 24 que hoje também é A II terá um reajuste de 2,60%, **criando-se dois vencimentos diferentes para a mesma classe padrão.**

13. É de todo exposto, pela anarquia a que estará sujeita a tabela de vencimentos e por serem institutos diferentes a promoção e o reajuste salarial, **que a compensação dos 28,86% com os reflexos - diga-se promoções concedidas - da Lei nº 8.627/93 é inviável e ilegal, devendo ser rejeitada de todo por este EGRÉGIO TRIBUNAL, sob pena de contraria seus objetivos, princípios, praticando a verdadeira injustiça.**

14. Ademais, é bom lembrar que os servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário tiveram o reajuste **integral de 28,86%, sem qualquer compensação, e não seria justo nem legal, que apenas os servidores do Poder Executivo, tivessem descontados os seus direitos, pois assim, estaríamos patrocinando a discriminação, a injustiça.**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 244

B) QUANTO AO PROCESSO - AÇÃO ORDINÁRIA

15. **POR OUTRO LADO,** pedimos todas as vênias possíveis a VOSSAS EXCELÊNCIAS, tendo em vista que. o presente RECURSO, tenta desvirtuar a realidade dos fatos, **contrariando os mais nobres princípios do DIREITO, do PROCESSO CIVIL, bem como de nossas LEIS VIGENTES, e em especial no tocante aos conceitos de objeto de provas do presente processo (AÇÃO ORDINÁRIA - PROCESSO DE CONHECIMENTO),** senão vejamos:

16 . O (s) recorrido (s) ingressou (aram) perante 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF, requerendo a concessão de reajuste à base de 28,86% , **DEFERIDO** aos militares em face do disposto na Lei n. 8.622/93, **BEM COMO AOS FUNCIONÁRIOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CÂMARA DOS DEPUTADOS procedendo assim também os TRIBUNAIS DA UNIÃO (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal etc..) e o Ministério Público Federal, pelo fato de a CONSTITUIÇÃO FEDERAL em seu art. 37 inciso X, assegurar a revisão geral da remuneração sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares.**

17. **Sabe-se que o reajuste concedido administrativamente aos funcionários do PODER LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, foi no percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), NÃO HAVENDO COMPENSAÇÃO ALGUMA.**

17.1.. Assim, EXCELÊNCIAS, o v. acórdão ora recorrido, **deve ficar intacto**, tendo em vista que o mesmo está em sintonia com as decisões de nossas ALTAS CORTES DE JUSTIÇA, bem como, contraria o preceituado em nosso CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, mais especificadamente, em seu artigo 396.

18. Trata-se o presente processo de AÇÃO ORDINÁRIA, requerendo a concessão de reajuste à base de 28,86%.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 245

Reajuste este, concedido aos funcionários dos PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, sem desconto algum.

19. Data venia, não há o que se falar em compensação ou dedução de índices já aplicados, **tendo em vista que, em momento algum no presente feito, provou a recorrente através de documentação idônea, tal assertiva.**

20. Sabedor é que para haver referidas compensações, deveria a recorrente, junto com sua peça contestatória, demonstrar através de documentos (**CONTRACHEQUES**) os índices acrescidos ou aumentados ao (s) recorridos, passando desta fase processual e não comprovado se houve pseudos-aumentos, não há mais o que se cogitar sobre compensação ou não.

21. **A Lei processual é expressa no sentido de que o momento adequado para juntada de documentos é com a inicial e ou com a defesa.**

22. Ora, se discutido na fase de conhecimento, se o (s) recorrido (s) tem (têm) ou não o direito ao reajuste de 28,86%, e ao final concedido fora, não há mais o que se discutir, ou o que se modificar, pois as decisões de nossos TRIBUNAIS, sempre foram, e sempre devem ser, de acordo com o que está nos autos, pois o que não está nos autos, não está no mundo do direito.

23. Incontestável, DOUTOS JULGADORES, é que houve uma revisão de remuneração para servidores públicos militares, e que tal índice, que foi no percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), não beneficiou os servidores públicos civis.

24. Tanto é verdade, que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **CONCEDEU** com base no artigo 37, X da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, **AOS SEUS FUNCIONÁRIOS O ÍNDICE DE 28,86%, SEM MENCIONAR OU DESCONTAR PERCENTAGEM ALGUMA**.

25. Dispõe o artigo 37, X da CF/88 que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos será feita sem distinção de índices, entre servidores civis e militares, e far-se-á sempre na mesma data.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 246

26. Trata-se a presente, como já dito, **de revisão geral da remuneração dos servidores públicos**, não podendo ser deduzido do percentual pretendido para fins de tratamento isonômico. **Os aumentos concedidos de forma voluntária e aqueles decorrentes de atos específicos e individualizados refogem do caráter de revisão geral da remuneração e, por isso mesmo, não alcançados pelo comando constitucional do princípio da isonomia.**

27. Não há, portanto, que se falar em compensações, que tomem por base algo que realmente era devido, por direito aos servidores, e que veio a ser reconhecido e concedido.

28. Caso persista referidas compensações, com base em reajuste que lhes era devido, data vênia DOUTOS JULGADORES, estaríamos ai, ferindo o direito já adquirido pelos servidores federais. **Mesmo porque o momento para discutir referidas compensações, seria junto ao processo de conhecimento, e não posteriormente. Se não existe provas de pseudos-descontos, não há mais o que se discutir, pois, o que não está nos autos, não está no mundo do direito.**

29. Neste sentido, assim foi a brilhante decisão da EXMA. SR.ª. DR.ª MAGNÓLIA SILVA DA GAMA E SOUZA - MERITÍSSIMA JUÍZA SUBSTITUTA DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIARIA DO DISTRITO FEDERAL, no processo 1997.34.00.014207-3, *verbis:*

> "...
>
> O art. 396 do Código de Processo Civil é claro ao estabelecer que o momento próprio para produção de prova documental pelo réu é a contestação verbis:
>
> "*Art. 396. Compete à parte instruir a petição inicial (art. 283), ou a resposta (art. 297) com os documentos destinados a provar-lhe as alegações.*
>
> Além desses dois momentos próprios para produção de prova documental - com a petição inicial ou com a resposta -, a lei somente permite que as partes juntem documentos aos autos se forem novos, como se inferi da leitura do art. 397 do CPC:
>
> *Art. 397. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois de articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos."*

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 247

Ocorre que a própria ré deixou *in albis* o prazo para produzir prova documental, na medida em que não instruiu sua contestação com os documentos destinados a provar-lhe as alegações e não pode alegar que se tratam de documentos novos, já que se referiam a fatos ocorridos antes da contestação.

Cumpre lembrar, ainda, que o ônus da prova incumbe ao réu, quanto a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 333).

Ora, se a ré alega que "os autores tiveram suas remunerações revistas após janeiro de 1993, que compensaram o reajuste postulado na presente ação" deveria ter apresentado prova documental cabal do fato extintivo do direito dos autores, como não o fez no momento próprio, embora tivesse prazo quádruplo para contestar, OPEROU-SE A PRECLUSÃO ..." (destacamos)

30. Sobre o mesmo prisma, pedimos venia a VOSSAS EXCELÊNCIAS, para transcrevermos o v. acórdão prolatada pelo EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, na APELAÇÃO CÍVEL nº 1998.01.00.024846-6/DF, *verbis:*

" **EMENTA**

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86% (VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO) CONCEDIDO AOS MILITARES. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. HONORÁRIOS. LIMITES CUSTAS. INDEVIDAS. COMPENSAÇÕES. RESSALVA DO RELATOR.

1. O reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) concedido aos militares pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93 ofende o princípio inscrito no art. 37, X, da Constituição Federal, cuidando, sem dúvida, de revisão geral da remuneração.

2. Custas devidas em ressarcimento.

3. Indevida compensação desse reajuste de 28,86%, ressalvado o ponto de vista do relator.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 248

4. Honorários conforme orientação desta Corte e precedente do STJ, limitados em até 10% sobre o valor da condenação, ou da causa.

5. Apelo improvido. Remessa parcialmente provida quanto às custas. Sentença reformada.

ACÓRDÃO

Decide a Segunda Turma, por unanimidade, rejeitar as preliminares argüidas e, no mérito provimento à apelação e dar provimento parcial à remessa oficial, nos termos do Voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator.

Segunda Turma do TRF da 1ª Região - 16/06/98" (destacamos)

30.1. Confirmando os ensinamentos alegados acima, assim acordaram os Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº 212732-9 - MG, em 14 de abril de 1998, *verbis:*

"...

EMENTA: Servidores Civis da União: Extensão do reajuste de 28,86% concedido pelas LL. 8.622/93 e 8.627/93 aos servidores militares: acórdão que, na linha da decisão plenária do STF no RMS 22.307, reconheceu o direito ao reajuste, sem, contudo, cogitar da subtração do que houvesse sido concedido a cada servidor, **questão, aliás, não suscitada pela União, mediante embargos de declaração, como aqui ocorreu.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental em recurso extraordinário.

Brasília, 14 de abril de 1998.

....."

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 249

31. **Portanto ÍNCLITOS JULGADORES, claro está e dúvidas não nos restam de que se algum percentual fora pago, este foi realizado dentro das comportas da Lei, não havendo o que compensar no pleito do (s) recorrido (s), não servindo como fundamento também, os embargos opostos pela UNIÃO FEDERAL no ROMS DE 22.307/DF, tendo em vista que o mesmo não transitou em julgado, e nossa Legislação não abriga o efeito vinculante.**

32. Assim, EXCELÊNCIAS, data venia, **se o próprio EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, bem como os nossos TRIBUNAIS REGIONAIS, reconheceram que houve "real revisão remuneratória", quanto ao acórdão recorrido, não há o que se falar em Recurso Extraordinário, pois referido acórdão está em consonância com os arestos transcritos não contrariando em momento algum o preceituado em nossa Carta Magna, bem como, não diverge em momento algum das jurisprudências predominantes de nossos Tribunais.

33. EMINENTES JULGADORES, dúvidas não restam de que a recorrente, "pinçou" os recorridos do aumento espontâneo auferido pelos seus colegas, **segundo a própria posição da SUPREMA CORTE**, que reconhece tal direito, quando "ocorre real revisão remuneratória". Os fatos alencados pela recorrente, cria uma situação discriminatória em afronta à comutatividade e ao equilíbrio previsto em NOSSA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

34. Como se inferi, a pretensão dos autores/recorridos é legitima, ou seja têm os mesmos direito aos **28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) sem desconto algum,** e em conseqüência ratifica o pedido constante da inicial, e das contra-razões de apelação, tendo em vista, o grande dano que incide sucessivamente sobre seus patrimônios.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 250
REGIÃO

Por todo o exposto, os recorridos requerem a esse COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, se ultrapassados o juízo de admissibilidade e as preliminares argüidas, se digne de não conhecer o Recurso Extraordinário interposto, mantendo intacto o v. acórdão ora atacado, concedendo ao final aos recorridos os **28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento)** ***em todo o seu teor***, por ser da mais lídima **J U S T I Ç A !**

Pedem deferimento.

Brasília (DF), 29 de outubro de 1998.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

ctrnovo1.doc

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 351 Proc.

Servidores do Plano de Classificação de Cargos das Leis nºs 5.645/70 e 6.550/78.

Lei nº 8.460//92			Leis nºs 8.622 e 8.627/93			Vencimento Básico	Reajuste devido	
Nível Superior			Nível Superior					
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO	SITUAÇÃO	
Atual	Proposta		31/08/92	Proposta				
REF	CLASSE	PADRÃO	REF	CLASSE	PADRÃO			
01	D	I	01	D	I	3.582.000,00	28,86%	
02		II	02		II	3.711.300,00	28,86%	
03 e 04		III	03 e 04		III	3.845.404,00	28,86%	
05 e 06		IV	05 e 06		IV	3.984.490,00	28,86%	
07		V	07		V	4.128.744,00	28,86%	
08	C	I	08	C	I	4.278.358,00	28,86%	⇐ Classe Inicial
09 e 10		II	09 e 10		II	4.433.531,00	28,86%	
11		III	11		III	4.594.469,00	28,86%	
12 e 13		IV	12 e 13		IV	4.761.387,00	28,86%	
14		V	14		V	4.934.506,00	28,86%	
15 e 16		VI	15		VI	5.114.058,00	28,86%	
17	B	I	16	B	I	5.300.282,00	25,21%	(Dif. C VI para B I)
18 e 19		II	17		II	5.493.424,00	25,21%	(Dif. B I para B II)
20		III	18		III	5.693.743,00	25,21%	(Dif. B II para B III)
21 e 22		IV	19		IV	5.901.504,00	21,43%	(Dif. B II para B IV)
23		V	20		V	6.116.985,00	21,43%	(Dif. B III para B V)
24 e 25		VI	21		VI	6.545.668,00	17,94%	(Dif. B IV para B VI)
	A	I	22	A	I	7.671.819,00	0,00%	(Dif. B IV para A I)
		II	23		II	8.141.464,00	0,00%	(Dif. B V para A II)
		III	24		II	8.141.464,00	4,23%	(Dif. B VI para AII)
			25		III	8.628.258,00	0,00%	(Dif. B VI para A III) ⇐ Classe Final

1) Lei nº 8.460 - publicada no DOU de 17.09.92, com efeitos financeiros a partir de 01.08.92;
2) Lei nº 8.622 - publicada no DOU de 20.01.93, com efeitos financeiros a partir de 01.01.93;
3) Lei nº 8.627 - publicada no DOU de 20.02.93, com efeitos financeiros a partir de 01.01.93.
4) A tabela da Lei nº 8.627/93 é idêntica à da Lei nº 8.622/93.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 252

JUNTADA

Aos 03 de Novembro de 1998
junto a estes autos a petição nº 41885f
Contra Razões do que
eu , Técnico Judiciário
lavrei este termo.

EM BRANCO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 253

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - DF

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
29 JUL 1998
PROTOCOLO
SJ-SUPERCRED/PROC.

2ª TURMA
Apelação Cível nº: 1998.01.00.024836-3/DF

APELANTE: **UNIÃO FEDERAL**
APELADO(S): **ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS**

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificado (s) nos autos supra, por seu advogado que esta subscreve, vêm, mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, apresentar

CONTRA-RAZÕES AO RECURSO ESPECIAL

interposto pela apelante, como segue.

Termos em que,
Pede (m) deferimento.
Brasília (DF), 29 de outubro de 1998.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 254

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Oriundo da AC. n. 1998.01.00.024836-3/DF
2ª Turma - TRF da 1ª REGIÃO

RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL
RECORRIDO(S): ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

ÍNCLITA CORTE,

1. O (s) recorrido(s), ingressou (aram) perante a 2ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, pleiteando o Reajuste dos vencimentos, proventos ou pensões e demais gratificações e vantagens, na porcentagem de 28,86%, a partir de suas posses, relativo ao benefício concedido aos Militares àquela época.

2. Inconformados os RECORRENTES, apelaram para o EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, e este, consultando suas orientações, bem como seus diversos julgados, decidiram julgar manifestamente

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 255 1ª REGIÃO

improcedentes o recurso de apelação, negando seguimento ao mesmo, conforme se observa no acórdão de fls. 89/91.

I- PRELIMINARMENTE

1. O Recurso Especial interposto, data vênia, não poderá ser apreciado pelos Eminentes Julgadores, posto que ausentes os requisitos exigidos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso III do artigo 105 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL vigente.

2. Ao contrário do que alega a recorrente, a r. Turma do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, ao prolatar o acórdão, limitou-se a seguir e transcrever decisões dos nossos Tribunais .

3. Evidencia-se, assim, a total impossibilidade de apreciação por essa Egrégia Corte de Justiça, das razões do recurso interposto pela Recorrente.

4. Por outro lado ÍNCLITOS JULGADORES, constitucionalmente, caberá Recurso Especial, quando a decisão recorrida: "a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

4.1. A alegação de que o presente recurso está amparado pelo art. 105, III, data vênia, não deve prosperar, tendo em vista que não cabe recurso especial se a divergência jurisprudencial alegada já não é mais atual. Se o contraste não mais representa o entendimento do Tribunal *ad quem*, que os tem como superados, é claro que em tais condições o recurso especial não poderá ser admitido, por falta de causa.

4.2. Ora, claro é, que, se a tese do acórdão divergido não é mais de atualidade, tendo sido superado por outra linha exegética que se mostra consoante com a do

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 256

acórdão do Tribunal *a quo*, não existe divergência a ser dirimida. Conforme nos ensina o ILUSTRADO MESTRE VICENTE GRECO FILHO: *"Não se trata de problema ligado à antigüidade da decisão. Esta pode ter sido proferida há anos e será adequada para o confronto se se referir ao mesmo texto legal.* ***O que não se admite é a utilização de jurisprudência ultrapassada, quando o tema já foi interpretado de maneira diferente no próprio Tribunal, no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça."***

5. Data vênia, conforme se observa do v. acórdão, este apenas procurou acompanhar nossa Lei Maior, bem como, dar continuidade à interpretação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, quando este através de decisão administrativa, resolveu conceder aos funcionários do poder judiciário o aumento aqui almejado **indistintamente de data de ingresso no serviço público**.

6. No sentido do não cabimento do presente recurso, assim decidiu o EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO em processo idêntico, verbis:

> "**APELAÇÃO CÍVEL Nº 96.01.46758-0/DF**
>
> .....
>
> **Despacho:** Vistos etc.
>
> Trata-se de recurso especial, interposto com base no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição Federal, contra acórdão de Turma deste Tribunal que reconheceu a omissão legislativa em relação aos servidores civis, estendendo-lhes o reajuste de 28,86% concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, sob pena de afronta ao disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
>
> A súplica não merece trânsito.
>
> A alteração do julgado hostilizado, necessariamente, pressupõe juízo de constitucionalidade. Consequentemente, por esse prisma, a reforma do acórdão só pode ocorrer no âmbito de recurso extraordinário.
>
> Aliás, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem-se orientado no sentido de que impossível é a apreciação do recurso especial quando a discussão travada nos autos versa sobre

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 257

matéria de caráter exclusivamente constitucional. (REsp. nº 14.033/MG, Rel. Min. DEMÓCRITO REINALDO, **in** D.J. de 11.12.91, Seção I, pág. 18.204; REsp. nº 2.408/SP, Rel. Min. CLÁUDIO SANTOS, **in** D.J. de 26.6.90, Seção I, pág. 6.037; dentre outros).

Por outro lado, a questão jurídica discutida nestes autos foi decidida recentemente pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 19.2.97 (D.J. de 26.2.97, pág. 3.722/3.723) nos autos do RMS nº 22.307-7/DF, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, no mesmo sentido da decisão impugnada.

Frente ao exposto, **INADMITO** o recurso especial apresentado.

Publique-se

Brasília-DF, 29 de abril de 1997.

Juiz **NELSON GOMES DA SILVA**
Presidente".

7. EMÉRITOS JULGADORES, concessa venia, pelo exposto, no juízo provisório de admissibilidade, não deverá ser admitido o Recurso Especial em tela, por esta EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA, no entanto se esta for ultrapassada, no juízo decisório deverá ser negado seguimento ao recurso mantendo intacto v. acórdão, tendo em vista que, não houve divergência e não foram citados ou juntados arestos contrários ao v. acórdão.

II- DOS FATOS E DO DIREITO

1. **Caso reste vencida a preliminar, no mérito, o v. acórdão deverá ser mantido intacto, pois coaduna o mesmo com as jurisprudências de nossos Tribunais, bem como com o determinado pela nossa CARTA MAIOR, e, conforme se observa, o RECURSO ESPECIAL interposto pela recorrente, em momento algum ataca os fundamentos do v. acórdão, não tendo respaldo jurídico algum, como demonstraremos**:

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 258

2. Pretende a recorrente, com o presente recurso, que seja modificado o v. acórdão prolatado pela Egrégia 2ª Turma do Colendo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

2.1. Alega a mesma, que o v. acórdão é ilegal, não tendo havido revisão geral de remuneração quanto a matéria ora em discussão, bem como, que não cabe ao Poder Judiciário, aumentar vencimentos de servidores públicos.

3. Concessa vênia, EMÉRITOS JULGADORES, referidas alegações não merecem prosperar, tendo em vista que, constitucional seria que as Leis 8622/93 e 8627/93, fossem elaboradas para contemplar todas as classes dos Servidores Públicos da União, e não apenas uma ou privilegiada categoria, **respeitando assim o inciso X do artigo 37 da nossa CARTA MAGNA.**

A) DO DIREITO - QUANTO AO VERDADEIRO HISTÓRICO SOBRE OS 28,86% E SUA COMPENSAÇÃO

4. Como existiam várias tabelas de vencimentos e de cargos para os diversos servidores, de acordo com a Pasta que exerciam suas atividades, o Governo Federal resolveu aglutinar os funcionários em três tabelas de vencimentos/soldos, um para os militares e duas para os civis. Assim, com a Lei nº 8.460/92, a partir de 1º/09/92, de acordo com o Anexo II e III, os servidores passaram a ser classificados de acordo com uma classe (D,C,B,A) e um padrão, que varia de classe para classe (D,I a V; C e B, ! a VI; e A, I a III). Dessa forma, ingressava-se a partir daí, como D-I e por merececimento ou antigüidade atingia-se o fim de carreira A-III. Ocorre, que no enquadramento de NS-1 a 25 nas devidas classes e padrões a legislação não classificou qualquer servidor na classe A, o antigo NS-25 - em final de carreira - foi enquadrado como B-VI, tendo, a partir daquele momento mais três padrões na classe A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 259

para promoção por merecimento ou antigüidade (A-I, A-II e A,III).

4.1. Pois bem, a Lei nº 8.622/93, concedeu o reajuste salarial aos servidores civis e militares, na qual conservou o enquadramento citado acima e reajustou o soldo de três níveis militares (os maiores) em percentual superior ao concedido ao restante dos servidores. O maior nível militar teve um reajuste de 28,86% superior ao concedido aos demais servidores da União - objeto da presente ação.

4.2. Com a Lei 8.627/93 de fevereiro de 1993, o restante dos níveis militares também tiveram um reajuste superior ao concedido aos servidores civis. E nessa Lei, os servidores sofreram um reenquadramento, sendo que aqueles que estavam em final de carreira, os NS-25, foram reenquadrados no final de carreira, A-III; todos os servidores, de NS-16 a 25, sofreram um reenquadramento em classe e/ou padrão superiores ao que tinha sido enquadrados em setembro/92, ocasionando um aumento em seus vencimentos; apenas os NS-1 a 15 permaneceram na mesma classe e padrão em que já tinham sido enquadrados anteriormente, não tendo qualquer aumento em seus vencimentos.

4.3. E é esse aumento salarial ocorrido aos antigos NS 16 a 25 que a recorrente quer ver compensado na concessão dos 28,86%.

4.4. **No entanto, *data vênia,* esse aumento salarial verificado aos servidores (antigos NS 16 a 25) não pode jamais ser compensado, pois trata-se de promoção concedida por Lei ao servidor ora recorrido, e promoção é ganho real, jamais podendo ser compensado.**

4.4.1. A título exemplificativo, tenhamos por base um servidor em final de carreira NS-25, em setembro/92 ele foi enquadrado com B-VI e em fevereiro/93 ele foi reenquadrado, diga-se **promovido**, para A-III, isto é, ele mudou de classe e padrão, ou seja, **foi promovido**.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 260

4.5. Já o reajuste concedido aos militares em 28,86%, foi pura e simplesmente um reajuste, pois os militares não foram promovidos, o Major continuou Major, o Capitão continuou Capitão, o 1º Tenente continuou 1º Tenente, etc. ..., mas com seu soldo restando superior ao reajuste concedido aos servidores civis. Assim, os militares não foram promovidos, isto é, por força de lei o soldado não passou a sargento, o sargento não passou a tenente, ... Portanto o que os militares tiveram **foi um reajuste, na proporção de 28,86%, enquanto os civis tiveram apenas promoção.**

4.6. E esse é um ponto crucial, e como pode agora, a recorrente querer tirar um direito, compensando um reajuste concedido aos militares com uma promoção, que revela ganho real de salário e não reajuste.

4.7. Ora, se nossos TRIBUNAIS, julgarem improcedente referido pleito inicial, julgando que deva haver compensação, *datíssima máxima vênia*, estaríamos aí, tirando, subtraindo um direito adquirido dos servidores públicos civis pertencentes ao quadro do Poder Executivo, além de "bagunçar" a tabele de vencimentos dos mesmos.

Vejamos a tabela anexa:

- o servidor NS 16 enquadrado como C-VI e **promovido** para B-I terá o mesmo valor de vencimento do servidor NS-15 enquadrado como C-VI e que não obteve promoção, isto é, **os vencimentos de C-VI e B-I serão idênticos**, sendo que quando alguém for promovido de C-VI para B-I não terá qualquer reflexo financeiro, **o mesmo ocorre com os vencimentos de B-III e B-IV.**

- o servidor NS 23 enquadrado como B-V e **promovido** para A-II teve um ganho real de 33,10%, superior aos 28,86%, portanto os vencimentos desse servidor A-II permanecerá o mesmo; já o servidor NS 24 enquadrado com B-VI e **promovido** para A-II teve um ganho real de 24.38%, compensando-se esse valor dos 28,86% resta um reajuste de

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL Fls. 261 1ª REGIÃO

3,60%; assim o antigo NS 23 que hoje é A-II permanecerá com o mesmo vencimento e o antigo NS 24 que hoje também é A II terá um reajuste de 2,60%, **criando-se dois vencimentos diferentes para a mesma classe padrão.**

4.8. É de todo exposto, pela anarquia a que estará sujeita a tabela de vencimentos e por serem institutos diferentes a promoção e o reajuste salarial, **que a compensação dos 28,86% com os reflexos - diga-se promoções concedidas - da Lei nº 8.627/93 é inviável e ilegal, devendo ser rejeitada de todo por este EGRÉGIO TRIBUNAL, sob pena de contraria seus objetivos, princípios, praticando a verdadeira injustiça.**

5. Ademais, é bom lembrar que os servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário tiveram o reajuste **integral de 28,86%, sem qualquer compensação, e não seria justo nem legal, que apenas os servidores do Poder Executivo, tivessem descontados os seus direitos, pois assim, estaríamos patrocinando a discriminação, a injustiça.**

B) QUANTO AO PROCESSO - AÇÃO ORDINÁRIA

6. **POR OUTRO LADO,** pedimos todas as vênias possíveis a VOSSAS EXCELÊNCIAS, tendo em vista que. o presente RECURSO, tenta desvirtuar a realidade dos fatos, **contrariando os mais nobres princípios do DIREITO, do PROCESSO CIVIL, bem como de nossas LEIS VIGENTES, e em especial no tocante aos conceitos de objeto de provas do presente processo (AÇÃO ORDINÁRIA - PROCESSO DE CONHECIMENTO),** senão vejamos:

7. O (s) recorrido (s) ingressou (aram) perante 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF, requerendo a concessão de reajuste à base de 28,86% , **DEFERIDO** aos militares em face do disposto na Lei n. 8.622/93, **BEM COMO AOS**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL Fls. 262

FUNCIONÁRIOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CÂMARA DOS DEPUTADOS procedendo assim também os TRIBUNAIS DA UNIÃO (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal de Justiça do Distrito Federal etc..) e o Ministério Público Federal, pelo fato de a CONSTITUIÇÃO FEDERAL em seu art. 37 inciso X, assegurar a revisão geral da remuneração sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares.

7.1.. **Sabe-se que o reajuste concedido administrativamente aos funcionários do PODER LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, foi no percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), NÃO HAVENDO COMPENSAÇÃO ALGUMA.**

7.2. Assim, EXCELÊNCIAS, o v. acórdão ora recorrido, **deve ficar intacto**, tendo em vista que o mesmo está em sintonia com as decisões de nossas ALTAS CORTES DE JUSTIÇA, bem como, contraria o preceituado em nosso CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, mais especificadamente, em seu artigo 396.

7.3. Data venia, não há o que se falar em compensação ou dedução de índices já aplicados, **tendo em vista que, em momento algum no presente feito, provou a recorrente através de documentação idônea, tal assertiva.**

7.4. Sabedor é que para haver referidas compensações, deveria a recorrente, junto com sua peça contestatória, demonstrar através de documentos (**CONTRACHEQUES**) os índices acrescidos ou aumentados ao (s) recorridos, passando desta fase processual e não comprovado se houve pseudos-aumentos, não há mais o que se cogitar sobre compensação ou não.

7.5. **A Lei processual é expressa no sentido de que o momento adequado para juntada de documentos é com a inicial e ou com a defesa.**

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 263

7.6. Ora, se discutido na fase de conhecimento, se o (s) recorrido (s) tem (têm) ou não o direito ao reajuste de 28,86%, e ao final concedido fora, não há mais o que se discutir, ou o que se modificar, pois as decisões de nossos TRIBUNAIS, sempre foram, e sempre devem ser, de acordo com o que está nos autos, pois o que não está nos autos, não está no mundo do direito.

7.7. Incontestável, DOUTOS JULGADORES, é que houve uma revisão de remuneração para servidores públicos militares, e que tal índice, que foi no percentual de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento), não beneficiou os servidores públicos civis.

7.8. Tanto é verdade, que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **CONCEDEU** com base no artigo 37, X da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, **AOS SEUS FUNCIONÁRIOS O ÍNDICE DE 28,86%, SEM MENCIONAR OU DESCONTAR PERCENTAGEM ALGUMA**.

7.9. Dispõe o artigo 37, X da CF/88 que a revisão geral da remuneração dos servidores públicos será feita sem distinção de índices, entre servidores civis e militares, e far-se-á sempre na mesma data.

7.10. Trata-se a presente, como já dito, **de revisão geral da remuneração dos servidores públicos**, não podendo ser deduzido do percentual pretendido para fins de tratamento isonômico. **Os aumentos concedidos de forma voluntária e aqueles decorrentes de atos específicos e individualizados refogem do caráter de revisão geral da remuneração e, por isso mesmo, não alcançados pelo comando constitucional do princípio da isonomia.**

7.11. Não há, portanto, que se falar em compensações, que tomem por base algo que realmente era devido, por direito aos servidores, e que veio a ser reconhecido e concedido.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 264

7.12. Caso persista referidas compensações, com base em reajuste que lhes era devido, data vênia DOUTOS JULGADORES, estaríamos ai, ferindo o direito já adquirido pelos servidores federais. **Mesmo porque o momento para discutir referidas compensações, seria junto ao processo de conhecimento e não posteriormente. Se não existe provas de pseudos-descontos, não há mais o que se discutir, pois, o que não está nos autos, não está no mundo do direito.**

7.13. Continuando sobre este mesmo prisma, assim foi a brilhante decisão da EXMA. SR.ª. DR.ª MAGNÓLIA SILVA DA GAMA E SOUZA - MERITÍSSIMA JUÍZA SUBSTITUTA DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIARIA DO DISTRITO FEDERAL, no processo 1997.34.00.014207-3, *verbis:*

> "...
>
> O art. 396 do Código de Processo Civil é claro ao estabelecer que o momento próprio para produção de prova documental pelo réu é a contestação verbis:
>
> "*Art. 396. Compete à parte instruir a petição inicial (art. 283), ou a resposta (art. 297) com os documentos destinados a provar-lhe as alegações.*
>
> Além desses dois momentos próprios para produção de prova documental - com a petição inicial ou com a resposta -, a lei somente permite que as partes juntem documentos aos autos se forem novos, como se inferi da leitura do art. 397 do CPC:
>
> *Art. 397. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois de articulados, ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos."*
>
> Ocorre que a própria ré deixou *in albis* o prazo para produzir prova documental, na medida em que não instruiu sua contestação com os documentos destinados a provar-lhe as alegações e não pode alegar que se tratam de documentos novos, já que se referiam a fatos ocorridos antes da contestação.
>
> **Cumpre lembrar, ainda, que o ônus da prova incumbe ao réu, quanto a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 333).**

Fls. 265

Ora, se a ré alega que "os autores tiveram suas remunerações revistas após janeiro de 1993, que compensaram o reajuste postulado na presente ação" deveria ter apresentado prova documental cabal do fato extintivo do direito dos autores, como não o fez no momento próprio, embora tivesse prazo quádruplo para contestar, OPEROU-SE A PRECLUSÃO ..." (destacamos)

7.14. Confirmando as alegações acima mencionadas, pedimos venia a VOSSAS EXCELÊNCIAS, para transcrevermos o v. acórdão prolatada pela 2ª TURMA deste EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, na APELAÇÃO CÍVEL nº 1998.01.00.024846-6/DF, *verbis:*

"

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86% (VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO) CONCEDIDO AOS MILITARES. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. HONORÁRIOS. LIMITES CUSTAS. INDEVIDAS. COMPENSAÇÕES. RESSALVA DO RELATOR.

1. O reajuste de 28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) concedido aos militares pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93 ofende o princípio inscrito no art. 37, X, da Constituição Federal, cuidando, sem dúvida, de revisão geral da remuneração.

2. Custas devidas em ressarcimento.

3. Indevida compensação desse reajuste de 28,86%, ressalvado o ponto de vista do relator.

4. Honorários conforme orientação desta Corte e precedente do STJ, limitados em até 10% sobre o valor da condenação, ou da causa.

5. Apelo improvido. Remessa parcialmente provida quanto às custas. Sentença reformada.

ACÓRDÃO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 266

Decide a Segunda Turma, por unanimidade, rejeitar as preliminares argüidas e, no mérito provimento à apelação e dar provimento parcial à remessa oficial, nos termos do Voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator.

Segunda Turma do TRF da 1ª Região - 16/06/98" (destacamos)

7.15. **Portanto ÍNCLITOS JULGADORES, claro está e dúvidas não nos restam de que se algum percentual fora pago, este foi realizado dentro das comportas da Lei, não havendo o que compensar no pleito do (s) recorrido (s), não servindo como fundamento também, os embargos opostos pela UNIÃO FEDERAL no ROMS DE 22.307/DF, tendo em vista que o mesmo não transitou em julgado, e nossa Legislação não abriga o efeito vinculante.**

7.16. Assim, EXCELÊNCIAS, data venia, **se o próprio EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, bem como os nossos TRIBUNAIS REGIONAIS, reconheceram que houve "real revisão remuneratória", quanto ao acórdão recorrido, não há o que se falar em Recurso Especial, pois referido acórdão está em consonância com os arestos transcritos não contrariando em momento algum o preceituado em nossa Carta Magna, bem como, não diverge em momento algum das jurisprudências predominantes de nossos Tribunais.

8. EMINENTES JULGADORES, dúvidas não restam de que a recorrente, "pinçou" o recorrido do aumento espontâneo auferido pelos seus colegas, **segundo a própria posição da SUPREMA CORTE**, que reconhece tal direito, quando "ocorre real revisão remuneratória". Os fatos alencados pela recorrente, cria uma situação discriminatória em afronta à comutatividade e ao equilíbrio previsto em NOSSA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

9. Como se inferi, a pretensão do(s) autor(es)/recorrido(s) é legitima, ou seja, têm os mesmos, direito aos **28,86% (vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento) sem desconto algum,** e em conseqüência ratificam o pedido

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 267

constante da inicial, e das contra-razões de apelação, tendo em vista, o grande dano que incide sucessivamente sobre seus patrimônios.

9.1. Claro é EXCELÊNCIAS, que se admitidos pseudos-descontos, estaríamos aí julgando extra petita a matéria, tendo em vista que, não consta dos autos, documento algum, que provem algum tipo de aumento concedido aos recorridos a título de isonomia com os militares. Ora, o processo deve ser julgado com os documentos ali constantes.

Por todo o exposto, o (s) recorrido (s) requer (em) a esse **COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA**, se ultrapassadas o juízo de admissibilidade e as preliminares argüidas, se digne de não conhecer o Recurso Especial interposto, mantendo intacto o v. acórdão recorrido, ora atacado, por ser da mais lídima **J U S T I Ç A !**

Termos em que,
pede(m) deferimento.

Brasília (DF), 29 de outubro de 1998.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603ctresm4a.doc

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO Fls. 268

Servidores do Plano de Classificação de Cargos das Leis nºs 5.645/70 e 6.550/78.

Lei nº 8.460//92			Leis nºs 8.622 e 8.627/93			Vencimento Básico	Reajuste devido	
Nível Superior			Nível Superior					
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO	SITUAÇÃO	
Atual	Proposta		31/08/92	Proposta				
REF	CLASSE	PADRÃO	REF	CLASSE	PADRÃO			
01	D	I	01	D	I	3.582.000,00	28,86%	
02		II	02		II	3.711.300,00	28,86%	
03 e 04		III	03 e 04		III	3.845.404,00	28,86%	
05 e 06		IV	05 e 06		IV	3.984.490,00	28,86%	
07		V	07		V	4.128.744,00	28,86%	
08	C	I	08	C	I	4.278.358,00	28,86%	⇐ Classe Inicial
09 e 10		II	09 e 10		II	4.433.531,00	28,86%	
11		III	11		III	4.594.469,00	28,86%	
12 e 13		IV	12 e 13		IV	4.761.387,00	28,86%	
14		V	14		V	4.934.506,00	28,86%	
15 e 16		VI	15		VI	5.114.058,00	28,86%	
17	B	I	16	B	I	5.300.282,00	25,21%	(Dif. C VI para B I)
18 e 19		II	17		II	5.493.424,00	25,21%	(Dif. B I para B II)
20		III	18		III	5.693.743,00	25,21%	(Dif. B II para B III)
21 e 22		IV	19		IV	5.901.504,00	21,43%	(Dif. B II para B IV)
23		V	20		V	6.116.985,00	21,43%	(Dif. B III para B V)
24 e 25		VI	21		VI	6.545.668,00	17,94%	(Dif. B IV para B VI)
	A	I	22	A	I	7.671.819,00	0,00%	(Dif. B IV para A I)
		II	23		II	8.141.464,00	0,00%	(Dif. B V para A II)
		III	24		II	8.141.464,00	4,23%	(Dif. B VI para AII)
			25		III	8.628.258,00	0,00%	(Dif. B VI para A III) ⇐ Classe Final

1) Lei nº 8.460 - publicada no DOU de 17.09.92, com efeitos financeiros a partir de 01.08.92;
2) Lei nº 8.622 - publicada no DOU de 20.01.93, com efeitos financeiros a partir de 01.01.93;
3) Lei nº 8.627 - publicada no DOU de 20.02.93, com efeitos financeiros a partir de 01.01.93.
4) A tabela da Lei nº 8.627/93 é idêntica à da Lei nº 8.622/93.

PODER JUDICIÁRIO

FLS. 269

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PROCESSO: AC Nº 1998.01.00.024836-3/DF

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz Presidente (ASS. RE/RESP.).

Brasília-DF, 04 de novembro de 1998.

Diretora da Subsecretaria da Segunda Turma

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1.ª REGIÃO Fls. 270

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.01.00.024836-3/DF (RE)
RECORRENTE : UNIÃO FEDERAL
PROCURADOR : MANOEL LOPES DE SOUSA
RECORRIDO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS(AS)
ADVOGADO(S) : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA

Despacho: Vistos etc.

Cuida-se de recurso extraordinário, interposto com fundamento no permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, que reconheceu a omissão legislativa em relação aos servidores civis, estendendo-lhes o reajuste de 28,86% concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, sob pena de afrontar o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

O recurso não merece seguimento.

A questão jurídica discutida nestes autos foi decidida recentemente pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 19.2.97 *(D.J. de 26.2.97, pág. 3.722/3.723)*, nos autos do RMS nº 22.307-7/DF, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, no mesmo sentido da decisão impugnada.

Na aplicação da tese proclamada no *leading case*, tiveram seu seguimento negado por decisão monocrática do relator, os seguintes feitos: RE nº 198227-1-DF, RE nº 202228-4-DF, RE nº 203740-1-DF, RE nº 207880-8-MG, RE nº7896-4-MG, RE nº 208180-9-DF e RE nº 210431-1-DF, todos da relatoria do eminente Ministro CELSO DE MELLO *(in DJ de 14.4.97, Seção I, págs. 13.832/83 e 13.835 a 13.837, respectivamente)*.

O "*único escopo possível do recurso extraordinário é desautorizar uma tese jurídica proferida pela instância de origem estimada errônea pelo Supremo Tribunal. Não se mostra razoável fazer subir o apelo extremo quando a jurisprudência da Casa é, desenganadamente, contrária à tese sustentada na pretensão recursiva*" (*AgRg no AI nº 137.800-1/DF, Rel. Min. FRANCISCO REZEK, in D.J. de 9.6.95, Seção I, pág. 17.237; dentre outros*).

Frente ao exposto, **não admito** o recurso extraordinário apresentado.

Publique-se.

Brasília-DF, 9 de novembro de 1998.

JUIZ PLAUTO RIBEIRO
Presidente

AP/administrativo/28%milit.rex/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO

Fls. 271

98.01.00.024836-3/DF

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que foi (foram) publicado(s) o(s) r. **despacho (s)** fls 270 no Diário da Justiça de 05/03/99.

Advogado(s)Dr(s) Manoel Lopes de Sousa.

Brasília-DF, 05 de março de 1999.

Eu, _____, Técnico Judiciário, lavrei este termo.

JUNTADA

Aos 16 de março de 19 99
junto a estes autos cópia do mandado de intimação do que
eu _____, Técnico Judiciário
lavrei este termo.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1a. REGIÃO

COORDENADORIA DE FEITOS PROCESSUAIS
DIV. ACOMP. CONTROLE PROCES./PRESI

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 272

Mandado de Intimação Nº 153 / 99

O JUIZ PLAUTO RIBEIRO
Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

MANDA

a qualquer Oficial de Justiça deste Tribunal, que em cumprimento ao presente mandado, passado na forma do artigo 6º da Lei nº 9.028 de 12/04/1995, INTIME à UNIÃO FEDERAL, na pessoa do Exmº Sr. Procurador Regional da Advocacia Geral da União, DOS DESPACHOS PUBLICADOS no Diário da Justiça do dia 05 de março de 1999, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s), que se segue(m) e cuja(s) cópias, em anexo, faz(em) parte integrante deste.

----------PROCESSOS----------

AC	1998.01.00.015427-9 / MG	AG	1998.01.00.015631-3 / MA	AMS	1998.01.00.015720-9 / DF
AMS	1998.01.00.016114-0 / DF	AMS	1998.01.00.016407-4 / DF	AC	1998.01.00.016531-2 / MG
AC	1998.01.00.016570-0 / DF	AMS	1998.01.00.017633-2 / DF	AMS	1998.01.00.017644-9 / DF
AMS	1998.01.00.017646-6 / DF	AC	1998.01.00.018389-3 / BA	AC	1998.01.00.018632-0 / AC
AC	1998.01.00.018644-0 / DF	AC	1998.01.00.018727-7 / DF	AC	1998.01.00.019009-7 / DF
REOMS	1998.01.00.019415-2 / PI	REO	1998.01.00.019419-7 / DF	AMS	1998.01.00.019670-4 / DF
AMS	1998.01.00.019693-0 / PA	AMS	1998.01.00.019997-0 / DF	AMS	1998.01.00.020442-0 / MG
AMS	1998.01.00.020646-9 / DF	AC	1998.01.00.020898-3 / BA	AMS	1998.01.00.020949-5 / AM
AMS	1998.01.00.020956-7 / DF	AMS	1998.01.00.020975-9 / MG	REOMS	1998.01.00.021002-3 / PI
AC	1998.01.00.022307-8 / DF	AC	1998.01.00.022670-7 / DF	AC	1998.01.00.022939-4 / DF
AC	1998.01.00.023227-2 / DF	AC	1998.01.00.023236-1 / DF	AC	1998.01.00.023240-2 / DF
AC	1998.01.00.023268-7 / DF	AC	1998.01.00.023275-9 / DF	AC	1998.01.00.023303-4 / DF
AC	1998.01.00.023481-0 / MG	AC	1998.01.00.023545-6 / DF	AC	1998.01.00.023572-3 / PA
AMS	1998.01.00.023907-0 / DF	AMS	1998.01.00.023908-3 / MG	AMS	1998.01.00.023935-0 / AM
AMS	1998.01.00.023987-1 / DF	REOMS	1998.01.00.023998-8 / MG	AMS	1998.01.00.024006-0 / DF
AMS	1998.01.00.024007-4 / DF	AMS	1998.01.00.024302-1 / MG	REOMS	1998.01.00.024306-6 / MG
AMS	1998.01.00.024349-8 / PA	REOMS	1998.01.00.024432-1 / PA	AC	1998.01.00.024831-5 / DF
AC	1998.01.00.024836-3 / DF	AC	1998.01.00.024854-1 / DF	AMS	1998.01.00.024892-5 / DF
AMS	1998.01.00.024894-2 / DF	AMS	1998.01.00.024899-0 / DF	AC	1998.01.00.024995-8 / DF
AC	1998.01.00.025015-0 / DF	AC	1998.01.00.025050-3 / MG	AC	1998.01.00.025345-4 / DF
AC	1998.01.00.025863-1 / DF	AC	1998.01.00.025866-2 / DF	AC	1998.01.00.026240-5 / DF
AC	1998.01.00.026250-8 / MG	AC	1998.01.00.026272-0 / DF	AC	1998.01.00.026370-5 / RO
AC	1998.01.00.026434-0 / MG	AMS	1998.01.00.026602-9 / DF	AC	1998.01.00.026607-7 / MG
AC	1998.01.00.026690-6 / DF	AC	1998.01.00.026693-7 / DF	AC	1998.01.00.026746-6 / DF
AC	1998.01.00.026817-3 / DF	AMS	1998.01.00.027147-0 / DF	AMS	1998.01.00.027159-0 / DF
AMS	1998.01.00.027178-1 / DF	AMS	1998.01.00.027184-0 / DF	AMS	1998.01.00.027199-0 / DF
AMS	1998.01.00.027201-9 / DF	AMS	1998.01.00.027202-2 / DF	AMS	1998.01.00.027209-8 / DF
AC	1998.01.00.027549-4 / DF	AMS	1998.01.00.027631-4 / DF	AC	1998.01.00.030404-6 / DF
AC	1998.01.00.030479-3 / DF	AC	1998.01.00.030557-2 / DF	AC	1998.01.00.030558-6 / DF

O QUE CUMPRA, lavrando as certidões necessárias, que trará a Juízo, para os devidos e legais efeitos. Dado, passado e assinado pelo(a) DIRETOR DA COORDENADORIA DE FEITOS PROCESSUAIS, por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nesta cidade de Brasília-DF, em 05 de março de 1999.

Ciente em 17/03/99
Amaury José de Aquino Carvalho
Procurador Regional da
Advocacia-Geral da União
Primeira Região

AFRÂNIO ALVES PEREIRA
DIRETOR DA COORDENADORIA DE FEITOS PROCESSUAIS

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

CERTIDÃO

Certifico que nesta data cumpri o presente mandado em todos os seus termos. O referido é verdade e dou fé.

Brasília-DF, 12 de março de 1999.

MARIA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS
Of. de Justiça Avaliadora

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1.ª REGIÃO
Secretaria-Geral da Presidência
Confere com o original.
Div. de Acompanhamento e Controle
Processual - Coord. de Feitos

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO

Fls. 273

C E R T I D Ã O

Certifico que os presentes autos foram retirados desta Coordenadoria pela **A. G. U. em 16 /03 / 99** e devolvidos em 22/03/1999.

Brasília-DF, 22 **de** março **de 1999** .

Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

FLS. 274

PROCESSO Nº 98.01.00.024863/DF

CERTIDÃO

Certifico que, do(s) respeitável(is) despacho(s) de fls. 270 foi(foram) interposto(s) **AGRAVO(S) DE INSTRUMENTO** p/ União

Autuado(s) sob o(s) nº(s) AR/RG 99.01.00.050623-3

Brasília/DF 18 de junho de 1999

Técnico Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que os presentes **autos foram retirados** desta Coordenadoria pelo(a) adv.
em 13/07/99, e devolvidos em 14/07/99
Brasília - DF, 14 de 07 de 1999

TÉCNICO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico que o Agravo de Instrumento a que se refere a certidão supra foi remetida ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, nesta data
Brasília-DF, 15 de julho de 1999

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

RECEBIMENTO

Aos 09 de fevereiro de 2001 recebi estes autos.

De que, para constar, lavrei êste têrmo.

Aridecléia Dantas Mendonça
Técnico Judiciário
Mat. 12918

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal

2ª VARA SJ-DF
Fls. 275
Rubrica

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Resolução nº 11, de 3 de julho de 2000, publicada no DJ de 07.7.2000, procedi a juntada a estes autos das peças extraídas do AG/RE nº 1999.01.00.050623-3/DF, conforme determinado no supracitado artigo.
Em 09.02.2001.

ARIDECLÉIA DANTAS MENDONÇA
Técnico Judiciário

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 276
Rubrica

TRF
FLS. 0002

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

43
169
2/DF
13021
1312

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

AG 263552-9

REF. PROC. AC Nº 1998.01.00.0024836-3/DF (RE)
RECORRENTE(S) : UNIÃO
RECORRIDO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS (AS)

2

0-DF 6603 Amario

1999.01.00.050623-3

A **UNIÃO**, por seu Procurador-Regional-1ª Região que esta subscreve, nos termos da Lei Complementar nº 73/93, inconformada, ***data venia***, com o r. despacho proferido no feito em epígrafe, que negou seguimento ao recurso extraordinário manifestado pelo Ilustre Presidente do Eg. TRF/1ª Região, ao argumento de que a questão jurídica discutida nos autos foi decidida recentemente pelo plenário do STF, sobre o reajuste postulado, vem interpor contra o mesmo o presente

AGRAVO DE INSTRUMENTO

com suporte no artigo 544 e seu § 1º do CPC, c/c o art. 251 do Regimento Interno desse Egrégio Tribunal, fazendo-o amparada nos fundamentos jurídicos consubstanciados nas razões anexas.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 277
Rubrica

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

TRF
FLS. 0003
1ª REGIÃO

Em face da argüição contida nas razões que acompanham este recurso, a agravante confia no juízo de retratação de Vossa Excelência, de molde a possibilitar a remessa do Recurso ao STF. Na hipótese, contudo, de ser mantido o despacho agravado, requer a Vossa Excelência a remessa do Agravo de Instrumento ao Superior Tribunal de Justiça, para efeito de julgamento, na forma da lei.

Ante o exposto, e tendo em vista o que dispõe o art. 544 e seu § 1º do CPC, requer o processamento do presente recurso, juntando, para tanto, as peças abaixo indicadas, trasladadas do respectivo processo, as quais deverão ser conferidas e autenticadas pelo setor competente desse Tribunal, visando à formação do instrumento.

01. petição inicial, fls.
02. procuração, fls.
03. contestação, fls.
04. sentença, fls.
05. apelação, fls.
06. contra-razões, fls.
07. decisão do TRF, fls.
08. intimação da União, fls.
09. recurso extraordinário, fls.
10. contra-razões, fls.
11. despacho, fls.
12. intimação da União, fls.

Concluídas as providências tendentes à formação do instrumento, requer a Vossa Excelência vista do mesmo, para efeito de conferência.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Brasília-DF, 17 de março de 1999.

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Regional da União
1ª Região

FLEURIPES OLIVEIRA SABINO
Advogada – OAB/DF - 4521

99FS035Am-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 278
Rubrica

TRF
FLS. 0004
1ª REGIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

RAZÕES DA AGRAVANTE

REF. PROC. AC Nº 1998.01.00.0024836-3/DF (RE)
RECORRENTE(S) : UNIÃO
RECORRIDO(S) : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS (AS)

Excelentíssimos Senhores Ministros,

Inconformada, ***data venia,*** com o despacho proferido pelo eminente Juiz Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos autos em epígrafe, a União vem interpor contra ele o presente agravo de instrumento, tendo em vista que a reforma do acórdão recorrido prescinde do juízo de inconstitucionalidade, podendo ser obtida, por isso mesmo, em sede de Recurso Extraordinário, conforme passa a demonstrar.

I - EXPOSIÇÃO DO FATO E DO DIREITO

No Recurso Extraordinário interposto pela União, inadmitido através despacho pelo eminente Juiz Presidente do Tribunal ***a quo,*** cujo objeto do debate é a aplicabilidade do índice de 28,86%, deferido exclusivamente a servidores públicos militares, nos termos dos arts. 4º e 6º da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993, c/c o art. 4º da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, sendo certo que o acórdão recorrido

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRF
FLS. 0005

2ª VARA SJ - DF
Fls. 279
Rubrica

contrariou frontalmente estes dispositivos legais, eis que estendeu o aludido reajuste também aos servidores públicos civis, sem, entretanto, ressalvar a compensação das parcelas eventualmente já concedidas pelas Leis nºs 8.622 e 8.627/93, nos termos da recente decisão do Excelso Pretório EDRMS nº 22.307-7/DF.

O despacho agravado entendeu que a questão jurídica discutida nestes autos foi decidida recentemente pelo plenário do STF, circunstância que rendeu ensejo à inadmissão do apelo, através de despacho vazado nestes termos, ***verbis***:

> "**Despacho**: Vistos etc.
>
> Cuida-se de Recurso Extraordinário, interposto com fundamento no permissivo constitucional, contra acórdão de Turma deste Tribunal, que reconheceu a omissão legislativa em relação aos servidores civis, entendendo-lhes o reajuste de 28,86% concedido aos militares pelas Leis nºs 8.622 e 8.627/93, sob pena de afrontar o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
>
> O recurso não merece seguimento.
>
> A questão jurídica discutida nestes autos foi decidida recentemente pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 19.2.97, nos autos do RMS nº 22.307-7/DF, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, no mesmo sentido da decisão impugnada.
>
> Na aplicação da tese proclamada no ***leading case***, tiveram seu seguimento negado por decisão monocrática do relator, os seguintes feitos: RE nº 198227-1-DF, RE nº 202228-4-DF, RE nº 203740-1-DF, RE nº 207880-8-MG, RE nº 7896-4-MG, RE nº 208180-9-DF e RE nº 210431-1-DF, todos da relatoria do eminente Ministro CELSO DE MELLO (DJ de 14.04.97, Seção 1, págs. 13.832/83 e 13.835 a 13.837, respectivamente).
>
> O "único escopo possível do recurso extraordinário é desautorizar uma tese jurídica proferida pela instância de origem estimada errônea pelo Supremo Tribunal. Não se mostra razoável fazer subir o apelo extremo quando a jurisprudência da Casa é, desenganadamente, contrária à tese sustentada na

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 280
Rubrica

T.R.F
FLS. 0006

pretensão recursiva." (AgRg no AI nº 137.800-1/DF, Rel. Min. FRANCISCO REZEK, *in* D.J. de 9.6.95, Seção I, pág. 17.237; dentre outros).

Frente ao exposto, **não admito** o recurso extraordinário apresentado.

Publique-se.

Brasília-DF, 9 de novembro de 1998".

II - RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DO DESPACHO AGRAVADO

Data venia, a discussão sobre a matéria ainda resta controvertida, visto que a decisão proferida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, na Sessão do dia 19.02.97, foi objeto de Embargos de Declaração, interpostos pela União onde se reconheceu que deveriam ser compensados os aumentos decorrentes das próprias Leis nºs 8.622 e 8.627/93, senão vejamos, ***in verbis***:

"……

Acompanhou o eminente Relator, o Ministro Maurício Corrêa, enquanto o eminente Min. Nelson Jobim acolheu os embargos apenas para declarar **que haverão de ser compensadas, na remuneração dos embargos, os aumentos resultantes de leis posteriores.**

Pedi vistas dos autos, **para afastar dúvidas que me ocorreram acerca desses acréscimos, não os decorrentes de leis posteriores, mas os decorrentes da própria Lei nº 8.627/93.**

Registro, preliminarmente, que tenho **eventuais reajustes remuneratórios ocorridos posteriormente à referida lei (ex: MP nº 583 de agosto/94)** como irrelevantes para o deslinde da controvérsia, **havendo de ser considerados, em sua aplicação, os valores tal qual apurados em razão da presente decisão.**

99ES035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 281
Rubrica
TRF
FLS. 0007

Na verdade, como se recorda, para chegar-se ao índice de 28,86%, que foi tido como correspondente ao reajuste geral concedido a todo o funcionalismo, civil e militar, e , como tal, aplicado aos servidores do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos servidores do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal, considerou-se a média percentual resultante da adequação dos postos e graduações dos servidores militares.

Melhor exame da Lei nº 8.627/93, entretanto, revela que não apenas os servidores militares resultaram por ela beneficiados, por meio da "adequação dos postos e graduações", mas também nada menos que vinte categorias de servidores civis, contemplados pelo eufêmico "reposicionamento" previsto em seus artigos 1º e 3º, entre elas a dos "servidores do Plano de Classificação de Cargos das Leis nº 5.645/70 e 6.550/78".

Assim, conforme enfatizou o em. Ministro Otávio Gallotti, quando do julgamento ora embargado, "não houve... uma singela extensão, a servidores civis, de valores de soldos de militares", o que a jurisprudência do STF não tolerava, mas a extensão de reajuste concedido aos militares e a numerosíssima carreiras do funcionalismo civil.

Trata-se de circunstância que não se pode deixar de ter em conta, quando se cuida de estender o percentual de 28,86% às categorias funcionais que restaram excluídas da revisão geral. É certo que a matéria não chegou a ser argüida pela União, no curso do processo, não tendo restado esclarecido, senão por meio de memorial do Advogado-Geral da União, datado do último dia 02 de setembro, que alguns dos impetrantes integram categorias beneficiadas pela referida lei. Assim é que três deles (Helena da Silva Simões, Lázaro José Casimiro e Aluísio Oliveira de Queiroga) tiveram seus vencimentos reajustados em mais de 28,86%; enquanto seis outros (Janete Balzani Marques, Leonardo Soares do Nascimento, Clara Diana de Souza Pinto, Nilton Antônio dos Santos, Adélia da Silva Aguiar e Nilza Maria de Paula Pires) foram beneficiados com aumentos variáveis de 3,55 a 11,29%. Um deles apenas Edna Kinoshita, ocupante de cargo em comissão, não teve os vencimentos reajustados pela referida lei.

A Lei nº 8.627/93 contém elementos concretos que permitem chegar a esses resultados; elementos, aliás, a partir dos quais foi deduzida a regra que resultou aplicada. Não poderiam eles, portanto, ter sido desprezados pelo acórdão,

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 282
Rubrica
TRF
FLS. 0008

que julgou o recurso como se apenas os servidores militares houvessem sido beneficiados pelo mencionado diploma legal, não obstante as observações contidas no voto do eminente Ministro Otávio Gallotti.

A hipótese, portanto, não é de simples obscuridade, mas de erro material, corrigível pelo órgão julgador a qualquer tempo (art. 463 do CPC).

Assim, meu voto acolhe parcialmente os embargos, para o fim de declarar que o recurso foi provido apenas em relação à recorrente Edna Kinoshita; foi provido, em parte, quanto aos seis impetrantes supra relacionados; e foi desprovido no tocante aos demais."

(EMB. DECL. EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.307/7-DF, STF, Relator Min. Ilmar Galvão, ***in*** DJ. 18/03/98, p. 1).

O citado acórdão encontra-se ementado nos seguintes termos, ***in verbis:***

"EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE 28,86%, DECORRENTE DA LEI Nº 8.627/93. DECISÃO DEFERITÓRIA QYE TERIA SIDO OMISSA QUANTO AOS AUMENTOS DE VENCIMENTOS DIFERENCIADOS COM QUE O REFERIDO DIPLOMA LEGAL CONTEMPLOU DIVERSAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NELE ESPECIFICADAS.

Diploma legal que, de efeito, beneficiou não apenas os servidores militares, por meio da "adequação dos postos e graduações", mas também nada menos que vinte categorias de servidores civis, contemplados com "reposicionamentos" (arts. 1º e 3º, entre as quais aquelas a que pertence a maioria dos impetrantes.

Circunstância que não se poderia deixar de ser em conta, para fins da indispensável compensação, sendo certo que a Lei nº 8.627/93, contém elementos concretos que permitem calcular o percentual efetivamente devido a cada servidor.

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 283
Rubrica

TRF
FLS. 0009
1ª REGIÃO

Embargos acolhidos para o fim explicitado."

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por seu Tribunal pleno, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por votação majoritária, em acolher, em parte, os embargos de declaração, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator), Maurício Corrêa, Sepúlveda Pertence, Néri da Silveira e Presidente (Ministro Celso de Mello) que os rejeitavam. Retificou parcialmente o voto proferido o Ministro Nelson Jobim."

Por outro lado, quando à admissibilidade recursal, o Colendo Supremo Tribunal Federal, assim tem decidido, ***verbis***:

> Esse poder de controle processual dos requisitos de **admissibilidade** dos recursos interpostos - que apenas sofre explicita restrição na hipótese singular do agravo de instrumento, que constitui, "***ex vi***" do que dispõe o art. 528 do CPC, modalidade recursal de processamento e de seguimento obrigatórios (RT 503/236 - 596/164 - 620/111 - não constitui um poder jurídico de caráter absoluto, pois o juízo de simples delibação que lei é subjacente não obriga, não constrange e nem compele o Tribunal "***ad quem***" a aceitá-lo de moro incondicional.
>
> - O juízo de **admissibilidade** emandado do Presidente do Tribunal ***"a quo'*** não vincula, em conseqüência - porque meramente preliminar, precário e superficial - a atividade jurídico-processual de definitiva cognição,, pelo Tribunal ***"ad quem"***, da espécie recursal deduzida pela parte interessada. (RMS 21421/DF, Min. Celso de Mello, 5ª Turma)

Ora, é sabido que o Judiciário não pode apreciar a conveniência ou a oportunidade do ato administrativo, mas compete-lhe verificar se esse ato contém em si, alguma ilegalidade, e é justamente o que estamos a apontar.

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 284
Rubrica

TRF
FLS. 0010

A propósito, cumpre destacar que, outra contingência a ser esclarecida, dentro do direito postulado pelos servidores federais civis, no que diz respeito aos 28,86%, em exteriorizando a hipótese de elevação das remunerações em comento a valores superiores ao teto máximo previsto no art. 37, X, da CF, dever-se-á observar, em liquidação de sentença, os limites ali expressos. Pois, obviamente, deverão ser compensadas as parcelas que já tenham sido pagas administrativamente. Observando tal procedimento, estaria o Executivo a seguir o que determina a lei e o que preceitua a recente decisão do STF (EDRMS nº 22.307-7/DF).

É certo que a discussão jurídica da qual se ocupam os autos encerra matéria constitucional, até porque o eminente Presidente do Tribunal ***a quo*** já proferiu decisão admitindo o apelo extremo interposto pela Agravante. Não menos certo, porém, é que a decisão agravada encerra, ***data venia*** de Sua Excelência, um contundente debate dos juízes acerca da aplicabilidade das Leis nº 8.622 e 8.627/93, com respectiva compensação, contendo até mesmo análise sobre a natureza jurídica desses diplomas legais, circunstância que, ***per se***, dá ensejo à admissão do apelo extremo.

Na primeira apreciação crítica das condições de admissibilidade do Recurso Extraordinário de que se trata, Sua Excelência, por certo em razão do expressivo volume de trabalho a que estão submetidos os Tribunais, desapercebeu-se do fato de que no Relatório e nos Votos respectivos não se ressalvou a compensação nos exatos termos decidido pelo STF, o que serve como suporte jurídico para a interposição do Recurso Extraordinário tempestivamente oferecido pela União, ora agravante.

Assim, deve o Supremo Tribunal Federal manifestar-se, ***in casu***, de molde a uniformizar a divergência de entendimento suscitada pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região acerca da plausibilidade da disciplina, numa única lei, de matérias diversas, como ocorreu com a multicitada Lei 8.622/93, a qual, além da revisão

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

TRF
FLS. 0011
1ª REGIÃO
2ª VARA SJ - DF
Fls. 285
Rubrica

geral de vencimentos do funcionalismo público civil e militar, contém dispositivo específico que beneficia inúmeras categorias de servidores civis, razão pela qual deve ser efetuada a respectiva compensação dos percentuais por ventura já auferidos pela própria Lei nº 8.627/93, sendo certo, aqui também, que o prequestionamento dessa matéria se acha plenamente satisfeito, haja vista a abordagem explícita que a mesma mereceu no aludido precedente, o qual integra o julgado recorrido, para todos os fins de direito.

Finalmente, cumpre ressaltar que a importância da tese debatida em sede de Recurso Extraordinário manejado pela União autoriza a admissão desse apelo, não se aplicando ***in casu, data venia*** de Sua Excelência, os dois julgados pinçados da jurisprudência dessa Eg. Corte e referidos na decisão do eminente Presidente do Tribunal já que não abordam a recente decisão do STF (EDRMS nº 22.307-7/DF).

Tal esclarecimento, é fundamental, pois as Leis nºs 8.622 e 8.627/93, além de não terem concedido índice linear de 28,86% a todos os servidores militares, também, contemplou várias categorias de servidores civis, razão pela qual deveriam ser feita as respectivas compensações do aumento já concedido, pelas citadas leis pois, do contrário estaria possibilitando-se o recebimento de reajuste sobre reajustes em flagrante loculetamente ilícito, vez que é notório que inúmeras categorias funcionais de servidores públicos civis obtiveram os mais diversificados reajustes, como por exemplo, os integrantes da carreira de magistério com índice muito além dos 28,86%.

Portanto, os servidores do Poder Executivo apesar de terem direito ao reajuste previsto nas Leis nº 8.622 e 8.627/93, não pode ser estendido **integralmente** aos servidores civis, havendo de ser compensado os aumentos decorrentes das próprias Leis.

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 286
Rubrica

T.R.F.
FLS. 0012
1ª REGIÃO

III - DO PEDIDO

Por tudo o que foi exposto, requer a União que Vossa Excelência se digne a reconsiderar o r. despacho agravado, a fim de que seja admitido o presente Recurso Extraordinário para apreciação da Suprema Corte. Caso assim não entendo esse Nobre Julgador, requer a União o regular processamento e julgamento do presente Agravo de Instrumento, reformando-se ao final, a decisão agravada, para que seja reconhecida a compensação nos termos da decisão do STF (EDRMS nº 22.307-7/DF), por ser a forma da mais lídima Justiça.

Brasília-DF, 19 de março de 1999.

AMAURY JOSÉ DE AQUINO CARVALHO
Procurador-Regional da União
1ª Região

FLEURIPES OLIVEIRA SABINO
Advogada – OAB/DF - 4521

99FS035An-A

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

2ª VARA SJ - DF
Fls. 287
Rubrica
170

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TERMO DE RECEBIMENTO, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Estes autos foram recebidos, registrados, autuados e a seguir distribuídos por processamento informatizado, de acordo com as normas regimentais, na data e com as observações abaixo:

AG/RE Nº 1999.01.00.050623-3 / DF

Volumes: 1 **Autuado em 14/06/1999**

Última folha registrada/nº: 169 **Apensos:**

Processo Originário: 1998.01.00.024836-3

REGISTRADO em 14/06/1999

Relator: JUIZ PRESIDENTE

Assunto: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO EXTRAORDINARIO

Anotações:

AG/RE Nº 1999.01.00.050623-3 / DF

REMESSA

VÃO ESTES AUTOS A COORD. DE FEITOS PROC. DA PRESIDENCIA.

Brasília-DF, 14 de junho de 1999.

Subsec. de Reg. e Informações Processuais.

IMP.11-001 - 01/95

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO

Fls. 171

2ª VARA SJ - DF
Fls. 288
Rubrica

AG/RE 1999.01.00.0 50623-3

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que as peças apresentadas pelo(a) agravante às fls. 13/169 são reproduções das constantes nos autos principais.

Brasília - DF, 28 de junho de 1999

Técnico Judiciário

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA

Certifico e dou fé que foi publicada no Diário da Justiça de **01 / julho / 1999**, a "VISTA" ao(s) agravado(s) para os efeitos do artigo 527, III do C.P.C. com as alterações da Lei nº 9.139, de 30/11/95 c/c as Resoluções nºs 01/STJ, de 31/01/96 e 140/STF de 01/02/96.

Brasília-DF, 01 de julho de 1999.

Técnico Judiciário

C E R T I D Ã O

Certifico que os presentes autos foram retirados desta Coordenadoria pelo(a) AGDO em 13/07/99, e devolvidos em 14/07/99
Brasília - DF, 14 de julho de 1999

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

JUNTADA

Aos 15 de julho de 1999
junto a estes autos pet. 535610
do que
eu _____, Técnico Judiciário,
lavrei este termo.

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

434

2ª VARA SJ - DF
Fls. 289
Rubrica

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 172

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - DF

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
17 JUL 1999 53510
PROTOCOLO
SJ-SUBSEC. REG. E INF./PROC.

AG/RE nº: 1999.01.00050623-3

Agravante :UNIÃO FEDERAL
Agravados :ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente, perante esta COLENDA CORTE, em atenção ao r. despacho de fls...., apresentar

CONTRA-MINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO

que inadmitiu RECURSO EXTRAORDINÁRIO,

interposto pela agravante, conforme segue em anexo.

Termos em que,
Pedem deferimento.

Brasília (DF), 13 de julho de 1999.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

2ª VARA SJ - DF
Fls. 290
Rubrica

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 273
1ª REGIÃO

EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CONTRA-MINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA UNIÃO FEDERAL CONTRA DESPACHO QUE INADMITIU RECURSO EXTRAORDINÁRIO

EMÉRITOS JULGADORES

1. Pretende a UNIÃO FEDERAL, que seja reformado o r. despacho de fls., que **inadmitiu** o RECURSO EXTRAORDINÁRIO, o qual visava a reforma do v. acórdão do EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

2. Data vênia EMÉRITOS JULGADORES, o r. despacho, bem como o v. acórdão, devem-se ser mantidos intactos, pois ambos, estão de acordo com as jurisprudências mansas e pacíficas de nossos TRIBUNAIS SUPERIORES, seguindo ainda, o preceituado em nossa CARTA MAIOR.

3. ÍNCLITOS JULGADORES, as jurisprudências trazidas aos autos pelo Tribunal "a quo", e pelo EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, não deixam dúvidas, quanto ao não cabimento do RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pela AGRAVANTE.

4. Ora, se referida decisão foi embasada em jurisprudências de nossos TRIBUNAIS SUPERIORES, não há o que se falar em RECURSO EXTRAORDINÁRIO, tendo em vista que, o mesmo, só tem cabimento quando as causas decididas, "contrariar dispositivo constitucional; declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal".

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

2ª VARA SJ - DF
Fls. 291
Rubrica

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Fls. 174
1ª REGIÃO

4.1 Portanto, o Recurso Extraordinário interposto, data vênia, não poderá ser apreciado pelos Eminentes Julgadores, posto que ausentes os requisitos exigidos no inciso III do artigo 102 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL vigente.

5. Ao contrário do que alega a recorrente, a r. Turma do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, ao prolatar o acórdão, limitou-se a seguir e transcrever decisões dos nossos Tribunais, evidenciando-se assim, a total impossibilidade de apreciação pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, das razões do recursos interposto pela Recorrente/Agravante.

5.1 Concessa vênia, conforme se observa do v. acórdão, este apenas procurou acompanhar nossa Lei Maior, bem como, dar continuidade à interpretação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, quando este ultimo através de decisão administrativa, resolveu conceder aos funcionários do poder judiciário o aumento aqui almejado.

6. Neste mesmo diapasão, os nossos TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, vêm decidindo favoráveis quanto ao pleito dos recorridos, ou seja, julgando procedente o pedido de reajuste de 28,86%, deferido aos militares, estendendo assim a todos os servidores civis, o ora pleiteado.

7. NOBRES JULGADORES, no entender do EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO, SILVÉRIO CABRAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, Rel. da AC n. 688007/RJ, Processo Origem n. 94.02.16999-7, sabiamente aborda pontos fundamentais sobre o caso em tela, dos quais pedimos vênia para destacar partes conforme transcrevemos abaixo:

> a) O primeiro deles é de que "... a aplicação, pura e simples, da Súmula 339, da Suprema Corte, corta àqueles que se sintam lesados, por desrespeito à isonomia, a possibilidade

2ª VARA SJ - DF
Fls. 292
Rubrica

até de recurso ao judiciário, pois ninguém o provocará, se disso coisa alguma poder resultar.

b) Em segundo lugar, está a premissa verdadeira de que "...se nem a lei pode excluir da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça do direito (art. 5º, inc. XXXV, da Carta Magna) muito menos uma Súmula ..."

8. No mesmo sentido do entendimento exposto, foi também a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que assim vêm decidindo, in verbis:

"EMENTA
Administrativo. Servidores Públicos. Aumento Leis n. 8622/93 e 9627/93. Extensão a servidores Civis do Poder Executivo. Súmula 339/STF;

I- afastado a aplicação da súmula pelo próprio excelso pretório em decisão administrativa.

II- estendido o aumento aos servidores dos Poderes Legisiativos e Judiciário.

III- desvirtuada a finalidade da lei com a extensão aos servidores dos demais poderes deve o benefício também ser outorgado as servidores civis do Poder Executivo e de suas autarquias.

IV- apelação improvida.

V- Sentença mantida.

ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
2ª Turma do TRF da 1ª Região - 27-06-95)"

"...
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE VENCIMENTOS CONCEDIDO AOS MILITARES PELAS LEI Nºs. 8.622/93 E 8.627/93. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 37, INCISO X.

2ª VARA SJ - DF
Fls. 293
Rubrica

DEFERIMENTO. LEI N. 8.237/91, ARTIGOS 37, INCISO XIII, E 169. INCISOS I E II, DA CARTA MAGNA, E SUMULA N.339, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, INAPLICÁVEIS.
1. O REAJUSTE DE 28,86% (VINTE E OITO VÍRGULA OITENTA E SEIS POR CENTO) CONCEDIDO AOS MILITARES PELAS LEIS Nºs.8.622/93 E 8.827/93 OFENDE O PRINCÍPIO INSCULPIDO NO ARTIGO 37, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, VISTO QUE, AO CONTRARIO DA LEI N. 8.237/91, CUIDAM ELAS, SEM NENHUMA DUVIDA, DA REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.
2- POR OUTRO LADO, IN CASU, OS ARTIGOS 37, INCISO XIII, E N. 169, INCISOS I E II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E A SUMULA N. 339, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NÃO CONSTITUEM OBSTÁCULO À PRETENSÃO DEDUZIDA NA EXORDIAL.
3- APELO IMPROVIDO.
4- REMESSA NÃO CONHECIDA.
5- SENTENÇA MANTIDA.
(TRF 1ª Região - AC nº 0105338/95 - 1ª Turma - publ. DJ 15.05.95)."

"...
SERVIDOR PÚBLICO - REMUNERAÇÃO - REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS E SOLDOS PELAS LEIS Nºs. 8.622/93 E 8.627/93 - REAJUSTE DE 28,86% CONCEDIDO SOMENTE AOS SERVIDORES MILITARES - INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO - SENTENÇA QUE DISPÕE NORMATIVAMENTE SOBRE A MATÉRIA, ESTENDENDO O REAJUSTE AOS SERVIDORES CIVIS, PARA TORNAR EFETIVO O CUMPRIMENTO DO PRECEITO CONSTITUCIONAL SOBRE ISONOMIA SALARIAL ATÉ QUE A OMISSÃO SEJA SUPRIDA PELO LEGISLADOR - LEGITIMIDADE - CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 37, x.
1 - VEDANDO O ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISCRIMINAÇÃO REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS QUANDO CONCEDIDA REVISÃO GERAL DE VENCIMENTOS, LÍDIMA A SENTENÇA QUE, RECONHECENDO OMISSÃO LEGISLATIVA EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, DISPONHA NORMATIVAMENTE SOBRE A MATÉRIA, ESTENDENDO-LHES REAJUSTES CONCEDIDOS SOMENTE AOS CUMPRIMENTO DO PRECEITO CONSTITUCIONAL ISONÔMICO ATÉ QUE A OMISSÃO SEJA SUPRIDA PELO LEGISLADOR.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

2ª VARA SJ - DF
Fls. 294
Rubrica 4

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 177

2 - APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL DENEGADAS
3 - SENTENÇA CONFIRMADA "
(TRF 1ª REGIÃO - AC n. 0110227/94 - 1ª Turma - publ. DJ de 22.05.95)"

8. Assim, EXCELÊNCIAS, data vênia, se o próprio EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, bem como os nossos TRIBUNAIS REGIONAIS, reconheceram que houve "real revisão remuneratória", quanto ao acórdão recorrido, não há o que se falar em Recurso Extraordinário, pois referido acórdão está em consonância com os arestos transcritos, inclusive com a decisão administrativa do COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, não contrariando em momento algum o preceituado em nossa Carta Magna, bem como não divergindo das jurisprudências predominantes nos nossos Tribunais.

9. EMINENTES JULGADORES, dúvidas não restam de que a União Federal, "pinçou" os agravados do aumento espontâneo auferido pelos seus colegas segundo a própria posição da SUPREMA CORTE, que reconhece tal direito, quando "ocorre real revisão remuneratória". Os fatos alencados pela União Federal, cria uma situação discriminatória em afronta à comutatividade e ao equilíbrio previsto em NOSSA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

10. Portanto EXCELÊNCIAS, devem ser mantidos o r. despacho ora atacado, bem como, o v. acórdão, visto que, ambos estão em consonância com disposição de lei federal, coadunam com os diversos julgados de nossos TRIBUNAIS, principalmente com as r. decisões desta EGRÉGIA CORTE.

11. Assim sendo, com apoio nas referidas decisões que orientam as jurisprudências - hoje dominantes -, reportam-se os agravados, nas razões expendidas na peça inicial, réplica, contra-razões de recurso extraordinário e demais decisões de nossos TRIBUNAIS SUPERIORES.

2ª VARA SJ - DF
Fls. 295
Rubrica

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
Fls. 17

Em conseqüência, tendo em vista, os argumentos ora expostos, os agravados requerem seja negado seguimento, e consequentemente, improvido o presente agravo, posto que trata-se de verdadeira inovação à lide, bem como, comporta apenas caráter procrastinatório, merecendo aplicação da multa cabível à espécie, e, que, sejam, totalmente rejeitadas as razões expostas no agravo interposto, mantendo-se intacto o respeitável despacho, por ser de DIREITO e da mais lídima J U S T I Ç A !

Brasília (DF), 13 de julho de 1999.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

ctmrex.doc

2ª VARA SJ - DF
Fls. 296
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

179

J U N T A D A

Aos 15 de julho de 1999
junto a estes autos pet. 535253
do que
eu, Técnico Judiciário.
lavrei este termo.

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

434

2ª VARA SJ - DF
Fls. 297
Rubrica

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1.ª REGIÃO
Fls. 180

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO
PROTOCOLO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE INF-PROC
JUN 1999 535253

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Processo nº 1999.01.00.050623-3
Agravante: **UNIÃO FEDERAL**
Agravados: **ANA MARIA O. MACHADO E OUTROS**

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente, perante à digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, requerer a juntada do incluso substabelecimento e vista dos autos fora do cartório para as devidas providências que se fazem necessárias.

Requerendo, ainda, que as intimações publicadas no D.J., continuem sendo em nome do patrono inicial dos agravados, Dr. Amario Cassimiro da Silva, OAB/DF 6.603.

Termos em que,
pedem deferimento.
Brasília/DF, 05 de julho de 1999.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF - 6603

junta2.doc/antonio/amario

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1.ª REGIÃO Fls. 1

2ª VARA SJ - DF
Fls. 298
Rubrica

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas de poderes, aos advogados GERALDO DA SILVA CARDOSO, JOSÉ AMÉRICO CASTANHEIRA BORGES e ANTÔNIO SOARES FONSECA JÚNIOR, brasileiros, os dois primeiros casados e o último solteiro, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil/Distrito Federal, respectivamente, sob os nºs 9.145, 11.999 e 12.452, residentes e domiciliados nesta Capital, onde mantêm escritório no SDS, Edifício Venâncio VI, salas 435/437, os **poderes a mim conferidos na (s) procuração (ões) que me foi (ram) outorgada (aram) por ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, nos autos do processo nº 1997.34.00.010.683-0, originário da 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, encontrando-se atualmente em fase recursal junto ao E. TRF da 1ª Região.**

Brasília/DF, 05 de julho de 1999.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF - 6603

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

2ª VARA SJ - DF
Fls. 299
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO

Fls. 152

AG/RE 1999.01.00.050623-3 DF

R E M E S S A

Aos 15 de julho de 1999 faço remessa destes autos ao **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (conforme Portaria nº 218 de23/06/1998)**doque eu,_____,Técnico Judiciário, lavrei este termo. E eu, _____Afrânio Alves Pereira, Diretor da Coordenadoria de Feitos Processuais da Presidência,o subscrevo

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

Supremo Tribunal Federal

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 183

2ª VARA SJ - DF
Fls. 300
Rubrica

TERMO DE RECEBIMENTO, REVISÃO, AUTUAÇÃO E REGISTRO DE PROCESSO

ESTES AUTOS FORAM RECEBIDOS, REVISTOS, AUTUADOS E REGISTRADOS EM MEIO MAGNÉTICO NAS DATAS E COM AS OBSERVAÇÕES ABAIXO:

AGRAVO DE INSTRUMENTO 263552 - 4
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
QTD. FOLHAS : 182 QTD. VOLUMES: 1 QTD. APENSOS: 0 JUNTADAS: 0
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI DATA DA ENTRADA: 07-10-1999
DISTRIBUIÇÃO EM 14/12/1999

COORDENADORIA DE AUTUAÇÃO DE PROCESSOS,

Cláudio Rosário
ANALISTA JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a União Federal foi intimada, nos termos da Lei Complementar nº 73, de 10.02.93, em 17 de Dez. de 1999. Supremo Tribunal Federal, 25 de Fev. de 2000, Eu, _____, Analista Judiciário, lavrei este termo. E eu, _____, Coordenadora de Classificação e Distribuição de Processos, o subscrevi.

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Supremo Tribunal Federal

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 184

2ª VARA SJ - DF
Fls. 301
Rubrica

TERMO DE CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro Relator.
Supremo Tribunal Federal, 25 de fevereiro de 2000.

Coordenadora de Classificação e
Distribuição de Processos

102.002

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

2ª VARA SJ - DF
Fls. 302
Rubrica

185

Supremo Tribunal Federal

AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 263.552-4 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
AGRAVANTE : UNIÃO FEDERAL
ADVOGADO : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGRAVADOS : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
ADVOGADOS : AMARIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTROS

DESPACHO: O Supremo Tribunal, no julgamento do RMS 22.307 (D.J. 13-06-97), firmou entendimento no sentido de se achar configurada, na previsão da Lei nº 8.627-93, uma revisão geral de remuneração, extensiva a servidores públicos civis da União (art. 37, X, da Constituição). Entretanto, o recebimento, em parte, dos embargos declaratórios da União no referido julgamento, assegurou à recorrente o direito de compensar os reajustamentos eventualmente recebidos pelos recorridos em virtude do reposicionamento realizado pela lei 8.627/93, motivo pelo qual, com fundamento no art. 557, § 4º, do CPC, conhecendo do agravo, dou provimento, em parte, ao recurso extraordinário, eis que a compensação com reajustes decorrentes de leis posteriores foi deferida no acórdão recorrido, carecendo, pois, a recorrente de interesse nesse aspecto.

Publique-se.

Brasília, 07 de junho de 2000.

Octavio Gallotti

Ministro **OCTAVIO GALLOTTI**
Relator

/mamc

S.T.F. 102.002

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

Supremo Tribunal Federal

2ª VARA SJ - DF
Fls. 303
Rubrica 4

186

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o despacho de fls. 185 _____ foi publicado no "Diário da Justiça" de 08 de agosto de 2000 e que a União Federal foi intimada, nos termos da Lei Complementar nº 73/93, em 14 de agosto de 2000. Eu, Rodrigo p, Chefe da Seção de Anotações e Controle de Despachos, lavrei a presente.

CERTIDÃO DE TRÂNSITO

Certifico que o despacho/decisão de fls. 185 transitou em julgado em 24 de agosto de 2000. Brasília, 01 de setembro de 2000. Eu, Rodrigo, Analista/Técnico Judiciário, lavrei a presente.

TERMO DE REMESSA

Em 01 de setembro de 2000 faço remessa destes autos à Seção de Baixa de Processos. Eu, NA, Chefe da Seção de Anotações e Controle de Despachos, lavrei este termo.

S.T.F. 102.002

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

TERMO DE BAIXA

Ao(s) 04 dia(s) do mês de SETEMBRO de 2000, faço baixar estes autos ao(à) TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL / 1ª REGIÃO.

Eu, _____, Analista Judiciário, lavrei este termo.

RECEBIMENTO

Aos 05 / 09 /2000, foram-me entregues estes autos por parte do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, do que eu _____, Técnico Judiciário, lavrei este termo.

REMESSA

Aos 21 de 09 de 2000, faço remessa destes autos ao MM. Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, do que eu, _____ Téc. Judiciário, lavrei este termo. E eu, _____, Diretor de Divisão da Subsecretaria de Recursos, o subscrevo.

P.J. - Justiça Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal

2ª VARA SJ-DF
Fls. 304
Rubrica

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos ao MM. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Rodrigo Navarro de Oliveira, do que lavro este termo.
Em 20.02.2001.

ARIDECLÉIA DANTAS MENDONÇA
Técnico Judiciário

DESPACHO
Proc. nº 1997.34.00.010683-0

Intime(m)-se o(s) autor(es) (parte vencedora) do retorno dos autos, para que adote(m), em 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento, as providências da sua iniciativa, observando a **compensação** prevista no v. acórdão de fls.131/187.

Publique-se.

Em 05 .03 .2001.

RODRIGO NAVARRO DE OLIVEIRA
Juiz Federal Substituto da 2ª Vara/DF

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, foi publicado(a) no Diário da Justiça, Seção II, o(a)despacho/decisão de fls. retro.

Brasília, 28 de março de 2001

Keila de Freitas Borges
Técnico Judiciário
Mat. 11.959

JUNTADA

Aos 29 de 03 de 01
faço a juntada a estes autos da petição 335302 que se segue

Walter Alves de Souza
Técnico Judiciário
Mat. 9.292

Documento id 340675361 - Volume (2306-88.2002.4.01.3400 VOL 1.2.pdf)

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DR. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
SDS – ED. CONJUNTO BARACAT - SL. 201 – CEP: 70300-000
BRASÍLIA – DF - FONES: (0XX61) 225.3402 – FAX: 224.2444
Email: dramario@nutecnet.com.br

Fls. 307
Rubrica

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº **1997.34.00010683-0**
Autor: **ANA MARIA ORTIZ MACHADO (E OUTROS)**
Ré: **UNIÃO**

JUSTIÇA FEDERAL-DF
29 MAR 10 2001 335302
SECRETARIA DA 2ª VARA

ANA MARIA ORTIZ MACHADO (E OUTROS), já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu advogado, vem, respeitosamente, à presença de VOSSA EXCELÊNCIA, requerer a juntada do competente instrumento de substabelecimento em anexo e vista dos autos fora de cartório para as devidas providências que se fazem necessárias.

Na oportunidade requer que as intimações, publicadas no D.J., sejam feitas em nome do patrono Dr. AMARIO CASSIMIRO DA SILVA, OAB/DF 6.603.

Termos em que,
P. e espera deferimento.

Brasília, 29 de março de 2001.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6.603

"DOMINUS ILUMINATIO MEA"
(DEUS É MINHA LUZ)

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

2ª VaRa SJ-Br
Fls. 306
Rubrica

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de poderes, aos advogados **ANTÔNIO SOARES FONSECA JÚNIOR, GERALDO SILVA CARDOSO E JOSÉ AMÉRICO CASTANHEIRA BORGES**, brasileiro, o primeiro solteiro, os dois últimos casados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil/Distrito Federal, sob os nºs **12.452, 9.145 e 11.999**, respectivamente, residentes e domiciliados nesta Capital, onde mantêm escritório no SDS, Edifício Conjunto Baracat, sl 201, os poderes a mim conferidos na(s) procuração(ões) que me foi (ram) outorgadas por **ANA MARIA ORTIZ MACHADO (E OUTROS),** nos autos do **processo nº 1997.34.00010683-0 da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.**

Brasília/DF, 29 de março de 2001.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6.603

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:26
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810152600000000335897044
Número do documento: 20092810152600000000335897044

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE ENCERRAMENTO

No dia 16 de maio de 2001, para melhor manuseio dos autos, procedo ao encerramento deste volume, constante de 306 (TREZENTAS E SEIS) folhas, todas numeradas e rubricadas, e a seguir a abertura de outro que será denominado de volume VI. Do que para constar lavrei o presente.

Eu, _____, o datilografei e assino.

Vinicius Noé de Souza Cavalcante
Analista Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

AUTUAÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Processo: 2002.34.00.002288-1 Protocolado em 30/01/2002
Classe : 4100 - EXEC DIVERSA / TITULO JUDICIAL
Objeto : 01.12.03.01 - REAJUSTE DE 28,86% - REAJUSTE DE VENCIMENTOS - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR - ADMINISTRATIVO
Exqte : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
Advg. : DF00006603-AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
Excdo : UNIAO FEDERAL
Proc. : JOAQUIM MACHADO FILHO
00023068820024013400

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

AUTUAÇÃO NA SEGUNDA INSTÂNCIA

classe 4100

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO: 1997.34.00.010683-0 PROTOCOLADO EM 17/04/1997
CLASSE : 01300 - ACAO ORDINARIA/SERVICOS PUBLICOS
AUTOR : ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
ADVOGADO: DF6603 - AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
REU : UNIAO FEDERAL
PROCUR. : JOAQUIM MACHADO FILHO
VARA : 2a. DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 18/04/1997
OBJETO : FUNCIONARIO PUBLICO : REAJUSTE SALARIAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE ABERTURA

No dia 16 de maio de 2001, procedo à abertura do II volume do processo nº 1997-10683-0, que se inicia com a folha de número 302 (TREZENTA E SETE).

Eu, _____, o datilografei e assino.

Vinicius Noé de Souza Cavalcante
Analista Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

2ª Vara SJ/DF
Fls. 307
Rubrica

Entrega

Faço Entrega destes Autos ao Advogado
Geraldo Silva Cardoz

Em 29 de 03 de 2

Walter Alves de Sousa
Técnico Judiciário
Matrícula 8.999

RECEBIMENTO

Aos 07 de maio de 2001 recebi estes autos.
Do que, para constar, lavrei este termo.

Tâmara
Tâmara Lopes da Silva
Técnico Judiciário
Mat. 9.628

JUNTADA

Aos 16 de maio de 2002
faço juntada a estes autos da petição
de nº 24681-003

que se segue (m)
Do que para constar lavrei este termo.

Fls. 308

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo n° :1997.34.00.010683-0
Autores :ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS
Ré :UNIÃO

ANA MARIA ORTIZ MACHADO E OUTROS, já qualificados nos autos supra, por seu advogado, vêm, mui respeitosamente, perante a digna e honrosa presença de VOSSA EXCELÊNCIA, informar e requerer o seguinte:

Os autores em tela, por diversas vezes, diligenciaram junto MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/UNIÃO, na tentativa de obter a documentação necessária para a liquidação do julgado, e até a presente data, só conseguiram as fichas financeiras ora anexadas.

Isto posto, tendo em vista que o MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/UNIÃO, é detentora dos documentos indispensáveis para a execução do julgado, requerem a VOSSA EXCELÊNCIA, a intimação da parte ré para que a mesma apresente os seguintes documentos:

EVOLUÇÃO FUNCIONAL, demonstrando o percentual concedido a título das Leis 8.622/93 e 8.627/93, em relação a todos os autores;

Termos em que,
Pedem deferimento.

Brasília (DF), 4 de maio de 2001.

AMARIO CASSIMIRO DA SILVA
OAB/DF 6603

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 C VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1011 - 024000000 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 08

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	4.934.506,00	4.934.506,00	4.934.506,00	6.562.892,98	12.141.352,01	12.141.352,01
		0 *i*			1.628.386,98			
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	345.415,42	345.415,42	345.415,42	525.031,43	971.308,16	971.308,16
		0 *i*			113.987,08			
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0	1.235.312,40	1.235.312,40	1.235.312,40	1.642.965,49	3.039.486,15	3.039.486,15
		0 *i*			407.653,09			
00024 SUBSTITUICAO/INTERINO		6			1.333.180,20			
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	1.132.369,70	1.132.369,70	1.132.369,70	1.506.051,70	2.786.195,64	2.786.195,64
		0 *i*			373.682,00			
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	493.450,60	493.450,60	493.450,60	656.289,29	1.214.135,20	1.214.135,20
		1 *i*			162.838,69			
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		8	41.796.281,24					
00092 SALARIO FAMILIA		0	6.472,00	6.472,00	6.472,00	8.607,76	15.924,34	15.924,34
		0 *i*			2.135,76			
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		7			3.525.604,20	5.089.128,00		
		8	20.898.140,62					
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	28.204.833,60	37.161.774,00	47.890.206,00	66.960.462,00	123.876.854,40	123.876.854,40
		1 *i*			15.803.767,20			
		6	3.487.600,08	7.051.208,40		20.906.688,00		
IONAL 1/3 DE FERIAS		7			2.350.402,80	3.392.752,00		
		8	13.832.082,74					

00571	GRAT.NATALINA EXERC.ANTERI	6	3.487.600,08						
00620	OPCAO - GADF/ATIVO-LD.13/9	0	5.450.393,52	5.450.393,52	5.450.393,52	7.249.023,38	13.410.693,25	13.410.693,25
		0 *1*			1.798.629,86			
98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	6	76.095,50					
		7	180.628,57					
		8	19.975,07					
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	8		753.646,00	884.693,00	1.089.196,00	1.444.884,00	1.938.842,00

CONTINUA...

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/09/2002
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS PAGINA : 2
L.A54.120.DQ EMITIDO EM : 02ABR2001
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
CARGO/LOTACAO: 009033 C VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1011 - 024000000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 08

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
99004 IRRF - FERIAS	R	8		99.825,00				
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER	D	1	942.584,17	3.404.474,75	3.404.474,75	3.404.474,75	3.404.474,75	3.404.474,75
		6	11.311.009,98					
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		6	5.655.504,99					
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		6	3.770.336,66					
71000 AUXILIO ALIMENTACAO		1	49.345,06	49.345,06	49.345,06	65.628,92	121.413,52	121.413,52
		1	*1*		16.283,86			
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	106.958,95	106.958,95	106.958,95	142.255,40	263.172,49	263.172,49
		1	*1*		35.296,45			
		2		500.000,00				
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-RS		1	49.345,06	49.345,06	49.345,06	65.628,92	121.413,52	121.413,52
		1	*1*		16.283,86			
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	1.178.664,76	1.156.088,60	1.303.304,73	2.188.043,12	3.148.800,49	3.148.800,49
		1	*1*		405.778,90			
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	2.360.402,23	3.111.635,15	3.412.259,38	5.886.245,49	8.568.911,78	8.568.911,78
		0	*1*		1.099.648,58			
STO DE RENDA RETIDO FO		0	9.114.614,00	10.362.222,00	10.654.974,00	19.745.924,00	30.488.029,00	28.549.187,00
		0	*1*		4.797.324,00			
- FERIAS		0	99.825,00					

**** TOTAL BRUTO	**** 125.681.168,14	58.664.373,04	89.873.086,50	115.589.088,03	158.900.833,15	159.394.791,15
**** TOTAL DESCONTOS	**** 34.638.590,86	18.740.069,57	25.351.277,58	31.498.200,60	46.116.215,55	44.177.373,55
**** TOTAL LIQUIDO	**** 91.042.577,28	39.924.303,47	64.521.808,92	84.090.887,43	112.784.617,60	115.217.417,60

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/09/2020
Ass: [illegible]
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

PAGINA : 3
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 C VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1011 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 08

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	-16.819,88	-16.819,88	-31.306,84	-31.306,84	-44.198,99	-44.198,99
		6			-1.361,16			
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	-1.345,59	1.345,59	-2.504,54	-2.504,54	-3.535,91	-3.535,91
		6			-108,88			
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0	4.062,88	4.062,87	7.562,22	7.562,22	10.676,34	10.676,34
00024 SUBSTITUICAO/INTERINO		6				2.040,35		2.880,55
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	3.724,30	3.724,30	6.932,04	6.932,04	9.786,65	9.786,65
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	-1.681,98	-1.681,98	-3.130,68	-3.130,68	-4.419,89	-4.419,89
		6			-136,12			
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		0						388.772,71
00092 SALARIO FAMILIA		0	21,28	21,28	39,60	39,60	55,90	55,90
00176 GRATIFICACAO NATALINA		0					+555.389,59	
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		0						277.694,79
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	165.586,37	165.585,60	308.490,00	308.490,00	435.666,00	435.666,00
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		0						-185.129,86
00620 OPCAO - GADF/ATIVO-LD.13/9		0	17.926,07	17.926,07	33.365,78	33.365,78	47.105,81	47.105,81
00640 A.D.INC. NR 790-4/600(DIF.		6 *1*		44.719,73	3.886,83			
		7 *1*		16.408,56				
TO DE RENDA RETIDO FO		8	2.630,04	3.464,00		5.728,00	9.208,00	11.999,00
- GRATIFICACAO NATALI		8						11.999,00

00073	FERIAS ANTECIPADAS-FES.FER D	1	3.404,47	3.404,47	17.022,35			
00177	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI	0					29.512,86	
71000	AUXILIO ALIMENTACAO	1	168,19	168,19	313,06	313,06	441,98	4.048,00
71266	MENSALIDADE - AGITRA	1	351,78	1.068,36	1.988,53	1.988,53	2.807,40	2.807,40
71288	CSSOC.BEN SERV. DRT-RS	1	168,19	168,19	313,06	313,06	441,98	441,98
71678	SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABA	1				400,70	565,71	565,71
		2			4.139,64			
		3			7.712,25			

CONTINUA...

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/04/2007
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS PAGINA : 4
L.A54.120.DQ EMITIDO EM : 02ABR2001
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
CARGO/LOTACAO: 009033 C VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1011 - 024000000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: /02 T.SERV: 08

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
72507 ASSISTENCIA GEAP	D	1	4.222,94	4.222,92	7.897,96	7.906,64	11.107,79	14.868,00
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	11.492,34	11.492,29	21.495,94	28.706,86	60.463,66	66.992,41
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	38.615,04	35.150,00	73.864,00	65.470,00	88.337,00	75.426,00
		0 *1*		697,00				
		8			9.862,00			
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI		0					103.453,00	
**** T O T A L B R U T O		****	213.798,43	275.759,86	398.824,69	401.100,05	1.120.043,08	1.433.921,40
**** T O T A L D E S C O N T O S		****	58.422,98	56.371,42	144.608,79	105.098,85	297.131,38	165.149,50
**** T O T A L L I Q U I D O		****	155.375,44	219.388,44	254.215,90	296.001,20	822.911,70	1.268.771,90

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/07/2007
Ass.:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1994

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B IV - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 09

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	-129.480,94	-129.480,94	-211,45	-211,45	-211,45	-211,45
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	-10.358,47	-10.358,47	-16,91	-19,03	-19,03	-19,03
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0	31.276,35	31.276,35	49,28	6,57		
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	28.669,98	28.669,98	45,17	6,02		
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	-12.948,09	-12.948,09	-21,14	-21,14	-21,14	-21,14
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		0	750.112,11					
		1				4,00		
00079 IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1					24,31	21,88
00092 SALARIO FAMILIA		0	163,74	163,74	0,26	0,26	0,26	0,26
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		0	535.794,37					
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	1.276.248,00	1.276.248,00	2.011,20	2.011,20	2.011,20	2.011,20
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		0	-357.196,24					
00620 OPCAO - GADF/ATIVO-LD.13/9		0	137.996,49	137.996,49	217,44	28,99		
00656 IPMF-ART 19-LC 77/93 ATIVO		0		0,40			0,06	0,05
		8		0,40				
		9		0,13				
00675 ABONO 5% MP.433/94 - ATIVO		0	*1*	7.907,54				
00680 DIFERENCA DE URV		8					27,49	
		9				15,91	6,08	28,50
...UCAO DE PREV.SOCIAL -		0		942,23	1,42	1,42	1,42	1,42
		8		723,40				

		9		412,72				
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	8	15.421,00	19.093,00	57,00			
00073	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER D	6		569.442,41	617,14			
71266	MENSALIDADE - AGITRA	1	8.224,27	8.224,27	12,96	12,96	12,96	12,96
71288	CSSOC.BEN SERV. DRT-RS	1	1.294,80	1.294,80	2,00	2,00	2,00	2,00
71678	SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABA	1	1.657,27	1.657,27	2,61	2,61	2,61	2,61
72507	ASSISTENCIA GEAP	1	39.683,49	32.539,56	77,17	69,13	67,88	67,88

CONTINUA...

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/05/2007
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1994

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B IV - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 09

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
73359 TICKET REFEICAO/ALIMENTACA	D	0	3.960,00	5.500,00	9,54	9,90	10,34	10,25
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	195.237,39	195.237,39	308,71	276,52	266,71	266,71
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	301.577,00	282.484,00	434,58	358,24	236,26	234,48
		1					5,57	
		9						1,56
**** T O T A L B R U T O		****	3.285.665,78	1.656.221,88	2.631,27	2.325,99	2.322,44	2.314,93
**** T O T A L D E S C O N T O S		****	551.634,22	1.096.379,70	1.464,71	731,36	604,33	598,45
**** T O T A L L I Q U I D O		****	2.734.031,56	559.842,18	1.166,56	1.594,63	1.718,11	1.716,48

2ª VARA - S.J. DF
Fls. 315
Rubrica

315

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/02/2001
Assinatura
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e/Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS PAGINA : 3
L.A54.120.DQ EMITIDO EM : 02ABR2001
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1994

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
CARGO/LOTACAO: 009033 B IV - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 09

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	- 211,45		- 273,11	-273,11	-273,11	-301,52
		6			- 171,58			
00004 VENCIMENTO DAS/NES		0		111,51				
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	- 19,03	-21,18	-24,57	-24,57	-24,57	-27,13
		6			15,44			
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0		83,63	83,63	83,63	83,63	83,63
		6		11,15				
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0			61,33	61,33	61,33	61,33
		6		8,17				
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	- 21,14	-23,54	27,31	-27,31	-27,31	-30,15
		6			17,16			
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		9	*C1					2.035,29
00079 IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1	24,31	17,02				
00092 SALARIO FAMILIA		0	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
00176 GRATIFICACAO NATALINA		0						3.138,51
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		9	*C1					1.569,25
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	2.011,20	2.011,20	2.354,40	2.354,40	2.403,60	3.188,40
[illegible]IONAL 1/3 DE FERIAS		9	*C1					-1.046,17
.DESEMP.FUNCAO-GADF LD		0		448,57				
) - GADF/ATIVO-LD.13/9		0			278,75	278,75	278,75	278,75
		6		32,89				

00656 IPMF-ART 19-LC 77/93 ATIVO	0	0,06	0,04				
00678 VANTAGEM PES.ART 5 L 8852/	0						665,26
00680 DIFERENCA DE URV	9	32,71					
00702 ART 3 LEI 8911/94 - ATIVO	1						13,03
	2						99,19
	6						506,63
98012 DEVOLUCAO PLANO SEG.SOC -	0	1,42	1,42	1,54	1,54	1,54	1,54

CONTINUA...

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/04/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

316

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1994

PAGINA : 4
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B IV - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/33340-/00000282189-
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 09

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI D		0						1.286,28
00507 ABATE TETO (CF ART 37) ATI		0						887,33
00665 ABATE TETO LEI 8852/94 ATI		0						665,26
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96	12,96
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-RS		1	2,00	2,00	2,00	4,09	4,09	4,52
71678 SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABA		1	2,61	2,61	3,02	7,94	7,94	8,59
		6						80,12
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	67,88	82,55	99,21	93,09	94,56	109,35
73359 TICKET REFEICAO/ALIMENTACA		0	15,40	15,40	15,40	15,40	15,40	15,40
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		0	266,71	324,85	386,73	366,14	372,05	437,41
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	314,01	415,04	510,21	457,04	463,40	584,18
		9	0,69					
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI		0						550,53
**** T O T A L B R U T O		****	2.321,58	2.770,58	3.309,08	3.104,90	3.154,10	13.046,04
**** T O T A L D E S C O N T O S		****	682,26	855,41	1.029,53	956,66	970,40	4.641,93
A L L I Q U I D O		****	1.639,32	1.915,17	2.279,55	2.148,24	2.183,70	8.404,11

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 08/02/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1995

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B V - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03334-0/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 10

*R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	301,52	368,06	379,00	379,00	379,00	379,00
		0 *C1	66,54					
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	27,13	33,12	34,11	37,90	37,90	37,90
		0 *C1	5,99					
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0	83,63	102,09	102,09	175,20	175,20	175,20
		0 *C1	18,46			73,11		
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	61,33	74,86	74,86	128,48	128,48	128,48
		0 *C1	13,53			53,62		
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		9	66,73					
		9 *C1	468,29					
00092 SALARIO FAMILIA		0	0,26	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30
		0 *C1	0,04					
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		9 *C1	346,33					
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	3.188,40	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00
		1 *C1	705,60					
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9 *C1	230,88					
00620 OPCAO - GADF/ATIVO-LD.13/9		0	278,75	340,26	340,26	340,26	340,26	340,26
		0 *C1	61,51					
GEM PES.ART 5 L 8852/		0	665,26					
		0 *C1	148,75					
LEI 8911/94 - ATIVO		1	13,03	15,90	15,90	15,90	15,90	15,90

	1	*C1	2,87					
	2		99,19	121,08	121,08	121,08	121,08	121,08
	2	*C1	21,89					
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98	0	*AD				1.579,61	1.617,63	1.617,63
99004 IRRF - FERIAS	8			0,78				
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER D	9				2.570,31			
00507 ABATE TETO (CF ART 37) ATI	0		887,33					

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 08/07/2004
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

CONTINUA...

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1995

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B V - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000 LOCALIZ.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03334-0/000000028218-9
DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 10

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00507 ABATE TETO (CF ART 37) ATI D	0	*C1	197,74					
00665 ABATE TETO LEI 8852/94 ATI	0		665,26					
	0	*C1	148,75					
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98	0					1.579,61	1.617,63	1.617,63
71266 MENSALIDADE - AGITRA	1		12,96	16,10	16,10	19,66	19,66	19,66
71288 CSSOC.BEN SERV. DRT-RS	1		4,52	5,52	5,68	5,68	5,68	5,68
	1	*C1	1,00					
71678 SINAIT SID.AG.INSPEC.TRABA	1		8,59	10,48	10,48	10,48	10,48	20,97
	1	*C1	1,89					
72507 ASSISTENCIA GEAP	1		94,15	156,48	156,81	160,61	160,61	160,61
	1	*C1	20,78			3,80		
73359 TICKET REFEICAO/ALIMENTACA	0		15,40	15,40	15,40	15,40	15,40	15,40
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0		376,62	625,95	627,26	642,47	642,47	642,47
	0	*C1	83,12			15,21		
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0		451,18	939,13	941,95	960,00	529,71	529,71
	0	*C1	163,73			29,66		
	0	*AD					10,11	430,29
[illegible] - FERIAS	0	*C1	0,78					

**** TOTAL BRUTO	****	6.875,91	5.250,45	5.261,60	7.098,46	7.009,75
**** TOTAL DESCONTOS	****	3.133,80	1.769,06	4.343,99	3.442,58	3.011,75
**** TOTAL LIQUIDO	****	3.742,11	3.481,39	917,61	3.655,88	3.998,00

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/10/2020
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Medico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS PAGINA : 3
L.A54.120.DQ EMITIDO EM : 02ABR2001
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1995

ORGAO.: 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03334-0/000000028218-9
CARGO/LOTACAO: 009033 B V - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000 LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 10

	R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001	VENCIMENTO BASICO	R	0	379,00	379,00	379,00	379,00	379,00	379,00
00013	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	37,90	37,90	37,90	37,90	37,90	37,90
00015	REPRESENTACAO MENSAL		0	175,20	175,20	175,20	175,20	175,20	175,20
00025	OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	128,48	128,48	128,48	128,48	128,48	128,48
00073	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		9	*C1					3.667,84
00092	SALARIO FAMILIA		0	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30
00176	GRATIFICACAO NATALINA		0					5.411,88	9,61
00177	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		9	*C1					2.710,74
00192	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00
00220	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9	*C1					1.807,16
00620	OPCAO - GADF/ATIVO-LD.13/9		0	340,26	340,26	340,26	340,26	340,26	340,26
00702	ART 3 LEI 8911/94 - ATIVO		1	15,90	15,90	15,90	15,90	15,90	36,40
			1	*2*				163,95	
			2	121,08	121,08	121,08	141,14	141,14	130,25
			6				168,66		
			7						9,61
00743	ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0	*AD 1.617,54	1.617,54	1.617,54	1.623,56	1.623,56	1.626,44
	IT.GRATIF.NATALINA/ATI	D	0					1.915,58	
	IT.REMUN.MP1684-48/98		0	1.617,54	1.617,54	1.617,54	1.623,56	1.623,56	1.626,44
	IA/RS - MENSALIDADE		1	19,66	19,66	19,66	19,66	19.66	19.66

30389	SINAIT - MENSALIDADE	1		20,97	20,97	20,97	20,97	20,97
30657	GEAP PLANO SAUDE - MENSALI	1	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
30903	ASDERT/RS - MENSALIDADE	1	5,68	5,68	5,68	5,68	5,68	5,68
31000	GEAP - PLANO SAUDE - PARTI	1					11,13	
73359	TICKET REFEICAO/ALIMENTACA	0	15,40	15,40	15,40	15,40	15,40	15,40
98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0	642,47	642,47	642,47	665,11	644,87	647,18
		0 *2*					19,68	
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0	508,11	508,11	508,11	534,01	494,53	498,26

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 09/04/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

CONTINUA...

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
LLA54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1995

PAGINA : 4
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B V - 024000000 FUNCAO/EXERC.: DAS 1013 - 024000000

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03334-0/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 10

R Ú B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO D	0	*AD	408,64	430,26	430,26	415,19	431,86	432,63
	0	*2*					38,37	
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI	0						1.097,93	2,56
99004 IRRF - FERIAS	0	*C1						942,57
**** T O T A L B R U T O	****		7.009,66	7.009,66	7.009,66	7.204,40	12.611,57	15.253,19
**** T O T A L D E S C O N T O S	****		3.337,50	3.380,09	3.380,09	3.419,58	6.459,22	4.331,35
**** T O T A L L I Q U I D O	****		3.672,16	3.629,57	3.629,57	3.784,82	6.152,35	10.921,84

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 09.09.2020
Ass.
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1996

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03334-0/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	-379,00	-379,00	-402,92	-402,92	-402,92	-402,92
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	-37,90	-37,90	-40,29	-44,32	-44,32	-44,32
00015 REPRESENTACAO MENSAL		0	46,71					
00025 OPCAO DAS - PESSOAL PERMAN		0	34,25					
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1				-10,74	-40,29	-40,29
00079 IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1			15,07		18,08	60,29
00092 SALARIO FAMILIA		0	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00
00620 OPCAO - GADF/ATIVO-LD.13/9		0	90,73					
00702 ART 3 LEI 8911/94 - ATIVO		1	36,40	36,40	36,40			
		2	142,73	142,73	142,73			
00723 2. DECIMO - MP 1160/95 AT		1				142,73	142,73	142,73
		2				36,40	36,40	36,40
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0 *AD	1.484,77	370,53	1.437,00	1.449,33	1.458,19	1.458,19
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER	D	9		3.667,84				
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		9	229,88					
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9	153,26					
NT.REMUN.MP1684-48/98		0	1.484,77	370,53	1.437,00	1.449,33	1.458,19	1.458,19
RA/RS - MENSALIDADE		1	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66
IT - MENSALIDADE		1	20,97	20,97	20,97	20,97	20,97	20,97

30657	GEAP PLANO SAUDE - MENSALI	1		120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
30903	ASDERT/RS - MENSALIDADE	1		5,68	5,68	6,04	5,69	5,69	5,69
73359	TICKET REFEICAO/ALIMENTACA	0		15,40	15,40	15,40	15,40	15,40	15,40
98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0		590,85	570,25	573,12	573,12	573,12	573,12
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0		361,52		341,55	342,16	347,33	347,33
		0	*AD	302,30	92,63	80,76	362,33	364,55	364,55
****	T O T A L B R U T O	****		6.446,79	5.160,86	6.268,71	6.280,74	6.337,23	6.379,44
****	T O T A L D E S C O N T O S	****		3.304,29	4.882,96	2.614,50	2.908,66	2.924,91	2.924,91
****	T O T A L L I Q U I D O	****		3.142,50	277,90	3.654,21	3.372,08	3.412,32	3.454,53

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/04/2004
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1996

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03334-0/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	402,92	402,92	402,92	402,92	402,92	402,92
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	44,32	44,32	44,32	44,32	44,32	44,32
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	40,29	40,29	40,29	40,29	40,29	40,29
00073 FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		9						3.286,03
00079 IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1	57,27	60,29	60,29	60,29	60,29	60,29
00092 SALARIO FAMILIA		0	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30
00130 RENDIMENTO PASEP		5			2,56			
00136 AUXILIO ALIMENTACAO		0						77,00
00176 GRATIFICACAO NATALINA		0					4.860,66	
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		9						2.430,33
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00
00220 ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9					1/3	1.620,22
00723 2. DECIMO - MP 1160/95 AT		1	142,73	142,73	142,73	142,73	142,73	142,73
		2	36,40	36,40	36,40	36,40	36,40	36,40
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0 *AD	1.458,19	1.458,19	1.458,19	1.458,19	1.458,19	1.458,19
00177 ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI	D	0					2.480,86	
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0	1.458,19	1.458,19	1.458,19	1.458,19	1.458,19	1.458,19
[PREV/RS - MENSALIDADE		2	5,00					
[A/RS - MENSALIDADE		1	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66
[T - MENSALIDADE		1	20,97	20,97	20,97	20,97	20,97	20,97

30657	GEAP PLANO SAUDE - MENSALI	1		120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
30903	ASDERT/RS - MENSALIDADE	1		5,69	5,69	5,69	5,69	5,69	5,69
		2						7,00	
73359	TICKET REFEICAO/ALIMENTACA	0		15,40	15,40	15,40	15,40		
98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0		573,12	573,12	573,12	573,12	573,12	573,12
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0		347,33	347,33	347,33	347,33	347,33	347,33
		0	*AD	364,55	364,55	364,55	364,55	364,55	364,55
99003	IRRF - GRATIFICACAO NATALI	0						855,16	

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/10/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

CONTINUA...

223

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1996

PAGINA : 3
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 B VI - 024000000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03334-0/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
99004 IRRF - FERIAS	D	0						723,28
**** T O T A L B R U T O	****		6.376,42	6.379,44	6.382,00	6.379,44	11.240,10	13.793,02
**** T O T A L D E S C O N T O S	****		2.929,91	2.924,91	2.924,91	2.924,91	6.252,53	3.632,79
**** T O T A L L I Q U I D O	****		3.446,51	3.454,53	3.457,09	3.454,53	4.987,57	10.160,23

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:36
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810153600000000335897045
Número do documento: 20092810153600000000335897045

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 07/09/2001
Assr. 0244
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

324

325

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1997

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 A I - 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	402,92	402,92	458,43	458,43	458,43	458,43
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	44,32	44,32	50,42	50,42	50,42	50,42
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	40,29	40,29	45,84	45,84	45,84	45,84
00079 IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1	60,29		60,29	60,29	60,29	60,29
00092 SALARIO FAMILIA		0	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30
00136 AUXILIO ALIMENTACAO		0	77,00	77,00	77,00	77,00	77,00	77,00
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00
00723 2. DECIMO - MP 1160/95 AT		1	142,73	142,73	142,73	142,73	142,73	142,73
		2	36,40	36,40	36,40	36,40	36,40	36,40
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0 *AD	1.458,19	856,98	1.458,19	1.478,34	1.478,34	1.478,34
00826 CPMF - LEI 9.311/96 - ATIV		0			0,27	0,12	0,12	0,12
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC		6		7,87				
		7		21,49				
98012 DEVOLUCAO PLANO SEG.SOC -		0		0,67	0,67			
00098 RESTITUICAO DE FERIAS	D	9		3.286,03				
00136 AUXILIO ALIMENTACAO		1		77,00				
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0	1.458,19	856,98	1.458,19	1.478,34	1.478,34	1.478,34
[illegible]A/RS - MENSALIDADE		1	19,66	19,66	19,66	19,66	39,32	19,66
[illegible]T - MENSALIDADE		1	20,97	20,97	20,97	20,97	23,59	23,59
[illegible]PLANO SAUDE - MENSALI		1	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00

30703	ASDERTRS - MENSALIDADE	1	5,69	5,69	5,69	5,69	5,69	5,69
98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0	573,12	563,09	579,78	579,78	579,78	579,78
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0	347,33		362,46	357,42	357,42	357,42
		0 *AD	364,55	214,25	84,31	369,58	369,59	369,59
****	T O T A L B R U T O	****	6.456,44	5.824,97	6.524,54	6.543,87	6.543,87	6.543,87
****	T O T A L D E S C O N T O S	****	2.909,51	5.163,67	2.651,06	2.951,44	2.973,73	2.954,07
****	T O T A L L I Q U I D O	****	3.546,93	661,30	3.873,48	3.592,43	3.570,14	3.589,80

325

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 04/04/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1997

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 A I - 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A		R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001	VENCIMENTO BASICO	R	0	458,43	458,43	458,43	458,43	458,43	458,43
00013	ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	50,42	50,42	50,42	50,42	50,42	50,42
00058	PAGAMENTO EXERC. ANTERIOR(		5				2.816,60		
00067	ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1		45,84	45,84	45,84	45,84	45,84
00073	FERIAS ANTECIPADAS-PES.PER		9						3.331,21
00079	IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1	60,29	3,01	60,29	60,29	60,29	60,29
00092	SALARIO FAMILIA		0	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30
00136	AUXILIO ALIMENTACAO		0	77,00	77,00	77,00	77,00	77,00	77,00
00176	GRATIFICACAO NATALINA		0					4.927,82	
00177	ADIANT.GRATIF.NATALINA/ATI		9						2.463,91
00192	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00
00220	ADICIONAL 1/3 DE FERIAS		9						1.642,60
00723	2. DECIMO - MP 1160/95 AT		1	142,73	142,73	142,73	142,73	142,73	
			2	36,40	36,40	36,40	36,40	36,40	
00743	ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0	*AD 1.464,59	1.478,34	1.478,34	1.478,34	1.478,34	1.478,34
00826	CPMF - LEI 9.311/96 - ATIV		0	0,12		0,12	0,12	0,12	0,12
00852	VANTAGEM PESS.ART.15 L.952		1						179,13
	.IO ALIMENTACAO	D	2	77,00					
	IT.GRATIF.NATALINA/ATI		0					2.430,33	
	IT.REMUN.MP1684-48/98		0	1.464,59	1.478,34	1.478,34	1.478,34	1.478,34	1.478,34

30364	AGITRA/RS - MENSALIDADE	1		19,66	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66
30389	SINAIT - MENSALIDADE	1		23,59	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59
30657	GEAP PLANO SAUDE - MENSALI	1		120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
30903	ASDERT/RS - MENSALIDADE	1		5,69	5,69	5,69	5,69	5,69	5,69
98002	CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0		531,47	531,47	531,47	841,29	531,47	531,47
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0		361,48	369,50	369,50	996,19	369,50	369,50
		0	*AD	366,15	369,58	369,58	369,58	369,59	369,58
99003	IRRF - GRATIFICACAO NATALI	0						871,95	

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 01/07/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

CONTINUA...

326

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1997

PAGINA : 3
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: ATIVO PERMANENTE
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 A I - 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
99004 IRRF - FERIAS	D	0						750,58
**** T O T A L B R U T O	****		6.484,28	6.486,47	6.543,87	9.360,47	11.471,69	13.981,59
**** T O T A L D E S C O N T O S	****		2.969,63	2.917,83	2.917,83	3.854,34	6.220,12	3.668,41
**** T O T A L L I Q U I D O	****		3.514,65	3.568,64	3.626,04	5.506,13	5.251,57	10.313,18

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/12/2001
Ass.
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

327

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS PAGINA : 1
L'A54.120.DQ EMITIDO EM : 02ABR2001
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1998

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
CARGO/LOTACAO: 009033 A II - 024110000 FUNCAO/EXERC.: LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	458,43	458,43	490,57	490,57	490,57	490,57
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	50,42	50,42	53,96	53,96	53,96	53,96
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	45,84	45,84	49,05	49,05	49,05	49,05
00079 IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1	57,27			60,29	48,23	57,27
		2				57,27		
00092 SALARIO FAMILIA		0	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30
00136 AUXILIO ALIMENTACAO		0	77,00	77,00	77,00	77,00	77,00	77,00
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00	4.194,00
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0 *AD	1.478,34	973,50				
00826 CPMF - LEI 9.311/96 - ATIV		0	0,11			0,23	0,09	0,11
00852 VANTAGEM PESS.ART.15 L.952		1	179,13	179,13	179,13	179,13	179,13	179,13
00098 RESTITUICAO DE FERIAS	D	9		3.331,21				
00136 AUXILIO ALIMENTACAO		1	77,00					
00743 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0	1.478,34	973,50				
30364 AGITRA/RS - MENSALIDADE		1	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66
30389 SINAIT - MENSALIDADE		1	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59
PLANO SAUDE - MENSALI		1	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
RT/RS - MENSALIDADE		1	5,69	5,69	5,69	5,69	5,69	5,69
. PLANO SEGURIDADE SOC		0	531,47	531,47	535,00	535,00	535,00	535,00
IMP.DE RENDA-RETIDO-FO		0	392,95		834,42	809,22	809,22	809,22

	0 *AD	429,99	267,71				
**** TOTAL BRUTO ****	6.540,84	5.978,62	5.044,01	5.161,80	5.092,33	5.101,39
**** TOTAL DESCONTOS ****	3.078,69	5.272,83	1.538,36	1.513,16	1.513,16	1.513,16
**** TOTAL LIQUIDO ****	3.462,15	705,79	3.505,65	3.648,64	3.579,17	3.588,23

228

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/04/2021
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS PAGINA : 2
L.A54.120.DQ EMITIDO EM : 02ABR2001
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1998

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
CARGO/LOTACAO: 009033 A II - 024110000 FUNCAO/EXERC.: LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00001 VENCIMENTO BASICO	R	0	490,57	490,57				
00005 PROVENTO BASICO		0			408,80	408,80	408,80	408,80
		6			245,15			
00013 ADIC.TEMPO SERVICO LEI 811		0	53,96	53,96				
00018 ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0			53,96	53,96	53,96	53,96
00067 ADICIONAL DE PERICULOSIDAD		1	49,05	49,05				
00079 IND TRANSPORTE DEC 3184/99		1	48,23	51,24				
00090 SALARIO FAMILIA - APOSENTA		0			0,30	0,30	0,30	0,30
00092 SALARIO FAMILIA		0	0,30	0,30				
00136 AUXILIO ALIMENTACAO		0	77,00	77,00				
00181 GRATIFICACAO NATALINA - AP		0					3.957,76	
00192 GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1	4.194,00	4.194,00				
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS		1			3.495,00	3.495,00	3.495,00	3.495,00
		6			2.097,00			
00744 ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0	*AD					1.187,32
00826 CPMF - LEI 9.311/96 - ATIV		0	0,09	0,10				
00852 VANTAGEM PESS.ART.15 L.952		1	179,13		230,82			
		6			51,69			
		7			51,69			
.PESS.ART.15 LEI 9.527		1		179,13				
-PLANO SEGURIDADE SOC		4			327,82			

00001	VENCIMENTO BASICO	D	1			294,37			
00136	AUXILIO ALIMENTACAO		1			45,50			
00182	ADIANT.GRATIF.NATALINA - A		0					2.463,91	
00192	GRAT.EST.FISC.ARREC.TRIB.F		1			2.516,40			
00744	ADIANT.REMUN.MP1684-48/98		0						1.187,32
30364	AGITRA/RS - MENSALIDADE		1	39,32	39,32	19,66	19,66	19,66	19,66
30389	SINAIT - MENSALIDADE		1	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59

CONTINUA...

329

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/05/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1998

PAGINA : 3
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 009033 A II - 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
30657 GEAP PLANO SAUDE - MENSALI D	1		120,00	120,00	120,00	120,00	117,11	117,11
30903 ASDERT/RS - MENSALIDADE	1		5,69	5,69	5,69	5,69	5,69	5,69
98002 CONT. PLANO SEGURIDADE SOC	0		535,00	535,00				
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0		809,22	809,22	732,06	678,88	678,88	352,37
	0	*AD						16,09
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI	0						678,88	
**** T O T A L B R U T O	****		5.092,33	5.095,35	6.962,23	3.958,06	7.915,82	5.145,38
**** T O T A L D E S C O N T O S	****		1.532,82	1.532,82	3.757,27	847,82	3.987,72	1.721,83
**** T O T A L L I Q U I D O	****		3.559,51	3.562,53	3.204,96	3.110,24	3.928,10	3.423,55

Assinado eletronicamente por: NARA RAISSA DIAS GOMES - 28/09/2020 10:15:36
https://pje1g.trf1.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092810153600000000335897045
Número do documento: 20092810153600000000335897045

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/04/2004
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1999

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 239001 S IV- 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00005 PROVENTO BASICO	R	0	408,80	408,80	408,80	408,80	408,80	408,80
00018 ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0	53,96	53,96	53,96	53,96	53,96	53,96
00090 SALARIO FAMILIA - APOSENTA		0	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	
00182 ADIANT.GRATIF.NATALINA - A		1						1.978,88
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS		1	3.495,00	3.495,00	3.495,00	3.495,00	3.495,00	3.495,00
30364 AGITRA/RS - MENSALIDADE	D	1	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66	19,66
30389 SINAIT - MENSALIDADE		1	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59
30657 GEAP PLANO SAUDE - MENSALI		1	117,11	117,11	120,00	117,11	120,00	120,00
30903 ASDERT/RS - MENSALIDADE		1	5,69	5,69	6,87	6,87	6,87	6,87
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	678,88	678,88	678,88	678,88	678,88	678,88
**** T O T A L B R U T O		****	3.958,06	3.958,06	3.958,06	3.958,06	3.958,06	5.936,64
**** T O T A L D E S C O N T O S		****	844,93	844,93	849,00	846,11	849,00	849,00
**** T O T A L L I Q U I D O		****	3.113,13	3.113,13	3.109,06	3.111,95	3.109,06	5.087,64

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/07/2021
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

331

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1999

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 239001 S IV- 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO,- RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00005 PROVENTO BASICO	R	0	408,80	408,80	3.933,46	3.933,46	3.933,46	3.933,46
00018 ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0	53,96	53,96	519,21	519,21	519,21	519,21
		6			432,68			
00181 GRATIFICACAO NATALINA - AP		0					4.452,67	
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS		1	3.495,00	3.495,00				
00182 ADIANT.GRATIF.NATALINA - A D		0					1.978,88	
30364 AGITRA/RS - MENSALIDADE		1	19,66	19,66	39,32	48,20	24,10	24,10
30389 SINAIT - MENSALIDADE		1	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59
30657 GEAP PLANO SAUDE - MENSALI		1	117,11	117,11	117,11	117,11	118,00	118,00
30903 ASDERT/RS - MENSALIDADE		1	6,87	6,87	9,00	9,00	9,00	9,00
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	678,88	678,88	933,97	814,98	814,98	814,98
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI		0					814,98	
**** T O T A L B R U T O		****	3.957,76	3.957,76	4.885,35	4.452,67	8.905,34	4.452,67
**** T O T A L D E S C O N T O S		****	846,11	846,11	1.122,99	1.012,88	3.783,53	989,67
T A L L I Q U I D O		****	3.111,65	3.111,65	3.762,36	3.439,79	5.121,81	3.463,00

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. de Pessoal
Em 02/04/2007
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

332

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2000

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 239001 S IV- 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID:EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

RUBRICA		R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00005	PROVENTO BASICO	R	0	3.933,46	3.933,46	3.933,46	3.933,46	3.933,46	3.933,46
00018	ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0	519,21	519,21	519,21	519,21	519,21	519,21
00182	ADIANT.GRATIF.NATALINA - A		1						2.816,35
15835	MS 9927443-8 16VF/DF GDAT		1	1.180,03	1.180,03	1.180,03	1.180,03	1.180,03	1.180,03
98503	DEVOLUCAO PSS - APOSENTADO		1						1.743,08
30364	AGITRA/RS - MENSALIDADE	D	1	24,10	24,10	24,10	24,10	24,10	24,10
30389	SINAIT - MENSALIDADE		1	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59	23,59
			4	23,59	23,59				
30657	GEAP PLANO SAUDE - MENSALI		1	118,00	118,00	118,00	118,00	118,00	120,00
30903	ASDERT/RS - MENSALIDADE		1	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	1.139,49	1.139,49	1.139,49	1.139,49	1.139,49	1.618,83
****	TOTAL BRUTO		****	5.632,70	5.632,70	5.632,70	5.632,70	5.632,70	10.192,13
****	TOTAL DESCONTOS		****	1.337,77	1.337,77	1.314,18	1.314,18	1.314,18	1.795,52
	TAL LIQUIDO		****	4.294,93	4.294,93	4.318,52	4.318,52	4.318,52	8.396,61

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/04/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

333

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2000

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
CARGO/LOTACAO: 239001 S IV- 024110000 FUNCAO/EXERC.: LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00005 PROVENTO BASICO	R	0	3.933,46	3.933,46	3.933,46	3.933,46	3.933,46	3.933,46
00018 ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0	519,21	519,21	519,21	519,21	519,21	519,21
00181 GRATIFICACAO NATALINA - AP		0					5.632,70	
00219 PAGAMENTO EXERC. ANTERIORE		1 *1*						1.180,03
00972 EXERC.ANTERIORES SENT.JUDI		1 *1*			1.180,03	1.180,03	1.180,03	
		2 *1*			1.180,03			
15020 DEVOLUCAO PSS ATIVO E APOS		6 *2*		1.743,08				
15835 MS 9927443-8 16VF/DF GDAT		1	1.180,03	1.180,03	1.180,03	1.180,03	1.180,03	1.180,03
00182 ADIANT.GRATIF.NATALINA - A D		0					2.816,35	
30364 AGITRA/RS - MENSALIDADE		1	24,10	24,10	24,10	24,10	24,10	24,10
30389 SINAIT - MENSALIDADE		1	23,59	23,59	23,59	23,59	35,18	35,18
		2					11,59	
		5		209,17				
30657 GEAP PLANO SAUDE - MENSALI		1	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
30903 ASDERT/RS - MENSALIDADE		1	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
		2				9,00	9,00	
STO DE RENDA RETIDO FO		0	1.139,49	1.139,49	1.139,49	1.139,49	1.139,49	1.139,49
		0 *2*		479,34				
		0 *1*			649,01	324,51	324,51	324,51

99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI 0

**** TOTAL BRUTO ****	5.632,70	7.375,78	7.992,76	6.812,73	12.445,43	6.812,73
**** TOTAL DESCONTOS ****	1.396,18	2.084,69	2.045,19	1.729,69	5.708,71	1.732,28
**** TOTAL LIQUIDO ****	4.236,52	5.291,09	5.947,57	5.083,04	6.736,72	5.080,45

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/09/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

334

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 2001

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO
SERVIDOR : 0257513 - ANA MARIA ORTIZ MACHADO
CARGO/LOTACAO: 239001 S IV- 024110000 FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/03240-9/000000028218-9
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: 02/02 T.SERV: 11

RUBRICA	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00005 PROVENTO BASICO	R	0	3.933,46	3.933,46	3.933,46			
00018 ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0	519,21	519,21	519,21			
15835 MS 9927443-8 16VF/DF GDAT		1	1.180,03	1.180,03	1.180,03			
30364 AGITRA/RS - MENSALIDADE	D	1	24,10	24,10	24,10			
30389 SINAIT - MENSALIDADE		1	35,18	35,18	35,18			
		5	150,00	150,00	150,00			
30657 GEAP PLANO SAUDE - MENSALI		1	200,00	200,00	200,00			
30903 ASDERT/RS - MENSALIDADE		1	9,00	9,00	9,00			
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	1.139,49	1.139,49	1.139,49			
**** T O T A L B R U T O		****	5.632,70	5.632,70	5.632,70			
**** T O T A L D E S C O N T O S		****	1.557,77	1.557,77	1.557,77			
**** T O T A L L I Q U I D O		****	4.074,93	4.074,93	4.074,93			

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 01/02/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

PAGINA : 1
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO
SERVIDOR : 0257520 - ARLINDO JOAO SCHIO
CARGO/LOTACAO: 009033 A II FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/00892-/000000410969-
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: / T.SERV: 20

R U B R I C A	R/D	SEQ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
00005 PROVENTO BASICO	R	0	6.116.985,00	6.116.985,00	8.141.464,00	10.828.147,12	20.032.072,17	20.032.072,17
		0 *1*		4.048.958,00	2.686.683,12			
00018 ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0	1.223.397,00	1.223.397,00	1.628.292,80	2.165.629,42	4.006.414,43	4.006.414,43
		0 *1*		809.791,60	537.336,62			
00034 V.ART.184 INC II E III L.1		1	7.109.043,12	8.900.431,20	11.531.992,56	15.990.847,70	29.583.068,20	29.583.068,20
		1 *1*		971.749,92	3.805.557,38			
		6			1.410.241,68	4.181.337,60		
		7			1.395.040,03			
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS		1	28.204.833,60	37.161.774,00	47.890.206,00	66.960.462,00	123.876.854,40	123.876.854,40
		1 *1*			15.803.767,20			
		6	3.487.600,08	7.051.208,40		20.906.688,00		
00572 GRAT.NATAL. EXERC.ANTER.-A		6	3.487.600,08					
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		8		753.646,00	884.694,00	1.089.196,00	1.444.884,00	1.938.842,00
70430 DEVOLUCOES DIVERSAS	D	1	92.158,11	92.158,11	92.158,11	92.158,11		
71157 PARTICIPACAO - GEAP		1		31.872,00				
[illegible] VENTALIDADE - AGITRA		1	106.958,95	106.958,95	106.958,95	142.255,40	263.172,49	263.172,49
		1 *1*			35.296,45			
		2		500.000,00				
[illegible]TENCIA GEAP		1	992.589,17	1.209.075,91	1.439.944,74	2.420.662,23	3.549.968,18	3.549.968,18

		1 *1*		116.609,99	456.666,88			
99001	IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO	0	9.850.034,00	11.802.472,00	13.803.640,00	24.973.412,00	37.644.853,00	35.706.011,00
		0 *1*		1.457.626,00	5.708.336,00			

****	T O T A L B R U T O	****	49.629.458,88	67.037.941,12	95.715.275,39	122.122.307,84	178.943.293,20	179.437.251,20
****	T O T A L D E S C O N T O S	****	11.041.740,23	15.316.772,96	21.643.001,13	27.628.487,74	41.457.993,67	39.519.151,67
****	T O T A L L I Q U I D O	****	38.587.718,65	51.721.168,16	74.072.274,26	94.493.820,10	137.485.299,53	139.918.099,53

336

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 02/04/2001
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Médico

SIAPE - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS
L.A54.120.DQ
FICHA FINANCEIRA REFERENTE A 1993

PAGINA : 2
EMITIDO EM : 02ABR2001

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
REG. JURIDICO: EST SITUACAO SERVIDOR: APOSENTADO
SERVIDOR : 0257520 - ARLINDO JOAO SCHIO
CARGO/LOTACAO: 009033 A II FUNCAO/EXERC.:

UNID.PAGADORA : 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
UNID.EXERCICIO: 024000000 - DELEGACIA REG.DO TRABALHO - RIO G. S- RS
BANCO/AGENCIA/C.CORRENTE: 001/00892-/00000410969-
LOCALIZ.: 024000000 DEP.IR/SF: / T.SERV: 20

R U B R I C A	R/D	SEQ	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
00005 PROVENTO BASICO	R	0	26.776,87	26.776,87	49.839,78	49.839,78	70.363,80	70.363,80
00018 ADIC.TEMPO SERV.L.8112/90-		0	5.355,37	5.355,37	9.967,95	9.967,95	14.072,76	14.072,76
00034 V.ART.184 INC II E III L.1		1	39.543,72	39.543,56	73.659,54	73.659,54	104.020,51	104.020,51
00181 GRATIFICACAO NATALINA - AP		0					624.123,07	
00182 ADIANT.GRATIF.NATALINA - A		0				220.978,63		
00197 GRAT.EST.F.A.TRIB.FED.APOS		1	165.586,37	165.585,60	308.490,00	308.490,00	435.666,00	435.666,00
00640 A.D.INC. NR 790-4/600(DIF.		6 *1*		61.118,70	5.376,75			
		7 *1*		23.904,03				
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		8	2.630,04	3.463,00		5.355,00	9.208,00	11.999,00
99003 IRRF - GRATIFICACAO NATALI		8						11.999,00
00182 ADIANT.GRATIF.NATALINA - A	D	0					220.978,63	
71157 PARTICIPACAO - GEAP		1			3.942,85			
71266 MENSALIDADE - AGITRA		1	351,78	1.068,36	1.988,53	1.988,53	2.807,40	2.807,40
72507 ASSISTENCIA GEAP		1	4.745,24	4.745,22	8.839,14	13.258,71	12.482,46	12.482,46
99001 IMPOSTO DE RENDA RETIDO FO		0	48.016,94	44.552,00	91.003,00	84.303,00	120.637,00	108.638,00
		0 *1*		4.281,00				
		8			12.252,00			
- GRATIFICACAO NATALI		0					120.637,00	

**** TOTAL BRUTO	****	239.892,38	325.747,13	447.334,02	668.290,90	1.257.454,14	524.193,21
**** TOTAL DESCONTOS	****	53.113,97	54.646,58	118.025,52	99.550,24	477.542,49	
**** TOTAL LIQUIDO	****	186.778,41	271.100,55	329.308,50	568.740,66	779.911,65	

CONFERE COM ORIGINAL
DRT - RS
Div. Adm. do Pessoal
Em 09/09/2020
Ass:
Elaine T. Bittencourt
Chefe do Setor de Benefícios
e Serviço Medico